

Portugal na União Europeia



2018



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

PORTUGAL NA UNIÃO EUROPEIA

ANO 2018

TÍTULO I – QUESTÕES INSTITUCIONAIS	7
Capítulo I – Instituições e órgãos	9
Capítulo II – Negociações Interinstitucionais	27
Capítulo III – Futuro da Europa	29
Capítulo IV – Encontros com os Cidadãos	32
Capítulo V – Estado de Direito	38
Capítulo VI – Funcionários	42
TÍTULO II – PROCESSO DE SAÍDA DO REINO UNIDO DA UE	45
TÍTULO III – PREPARAÇÃO DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE EM 2021	51
TÍTULO IV – QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL	53
TÍTULO V – ALARGAMENTO	65
TÍTULO VI – POLÍTICAS INTERNAS NA UE	69
Capítulo I – Coordenação de Políticas Económicas	71
Capítulo II – União Económica e Monetária	79



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Capítulo III – Serviços Financeiros	91
Capítulo IV – Fiscalidade	102
Capítulo V – Competitividade (Mercado Interno, Indústria, Investigação e Espaço)	112
Capítulo VI – Concorrência e Auxílios de Estado	128
Capítulo VII – Transportes, Telecomunicações e Energia	140
Capítulo VIII – Ambiente	156
Capítulo IX – Agricultura, Pescas e Política Marítima Integrada	165
Capítulo X – Coesão Económica, Social e Territorial	183
Capítulo XI – Emprego e Assuntos Sociais	198
Capítulo XII – Educação, Cultura, Audiovisual, Juventude e Desporto	210
Capítulo XIII – Saúde Pública e Consumidores	216
Capítulo XIV – Financiamento e Fluxos Financeiros	223
TÍTULO VII – ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA	233
Capítulo I – Cidadania e Direitos Fundamentais	235
Capítulo II – Schengen, Vistos e Fronteiras	238
Capítulo III – Migrações e Asilo	247
Capítulo IV – Cooperação Judiciária	255
Capítulo V – Cooperação Policial	261
Capítulo VI – Luta contra o Terrorismo	264
Capítulo VII – Proteção Civil e Gestão de Catástrofes	266
Capítulo VIII – Relações Externas	268



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO VIII – AÇÃO EXTERNA	273
Capítulo I – Política Externa e de Segurança Comum	275
Capítulo II – Relações Externas Regionais e Bilaterais	291
Capítulo III – Política Comercial	325
Capítulo IV – Ajuda ao Desenvolvimento	337
TÍTULO IX – APLICAÇÃO DO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA	347
Capítulo I – Transposição de Diretivas e Adaptações Legislativas	349
Capítulo II – Mecanismos Informais de Resolução de Problemas do Mercado Único – Rede SOLVIT	351
Capítulo III – Mecanismos Informais de Aplicação do Direito da União – Projeto “EU PILOT” e diálogo com a Comissão Europeia	356
Capítulo IV – Execução do Direito da União Europeia: Pré-Contencioso e Contencioso	357
Capítulo V – Aprovação e Ratificação de Acordos e Tratados	363
TÍTULO X – POLÍTICA DE INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO	365
Capítulo I – Informação sobre as oportunidades na UE para os cidadãos e empresas	367
Capítulo II – Comunicação sobre os principais temas da agenda europeia	371
Capítulo III – Promoção do conhecimento sobre a UE e a atividade editorial	375
Capítulo IV – Biblioteca Jacques Delors	381



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

ANEXOS	383
Anexo I – Representantes portugueses	385
<ul style="list-style-type: none"> • Comité das Regiões • Comité Económico e Social 	
Anexo II – Atos e Acordos na área da Justiça e dos Assuntos Internos	387
Anexo III – Lista das Diretivas da União Europeia transpostas para o ordenamento jurídico português em 2018	397
Anexo IV – Participação de Portugal no contencioso da União Europeia em 2018	403



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO I

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Ao longo de 2018 a atividade das instituições europeias prosseguiu, com destaque para a preparação das eleições europeias de 2019. Neste contexto, foram aprovadas a Reforma do Ato Eleitoral europeu, a recomposição do Parlamento Europeu tendo em vista a saída do Reino Unido da UE e a alteração do regulamento relativo ao financiamento dos partidos políticos europeus. Foi ainda apresentado, pela Comissão, o pacote “Garantir eleições europeias livres e justas” com o intuito de reforçar a resiliência dos Estados-membros face às ameaças que representam as campanhas de desinformação e os ciberataques.

Tendo como pano de fundo o debate sobre o Futuro da Europa e com o intuito de preparar a Agenda Estratégica 2019-2024, o ano de 2018 foi marcado pela audição dos Chefes de Estado ou de Governo no contexto do ciclo de debates de alto nível organizado pelo Parlamento Europeu e pela realização de consultas e diálogos com os cidadãos. De forma a aproximar os cidadãos do projeto europeu, Portugal participou ativamente no exercício de consultas aos cidadãos, tendo o Governo promovido, por intermédio da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, e em parceria com a Representação da Comissão Europeia em Portugal, o Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), e contando ainda com a participação de outras instituições: a Assembleia da República, os Municípios, os Governos Regionais e outras organizações da sociedade civil, a iniciativa “Encontros com os Cidadãos”, que teve 60 “Encontros”, cobrindo os 18 distritos do Continente e as duas Regiões Autónomas e abordando as principais políticas europeias.

A agenda europeia foi, igualmente, marcada por várias iniciativas destinadas a fazer face à crise do Estado de Direito.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO I

INSTITUIÇÕES E ORGÃOS

PARLAMENTO EUROPEU

A legislatura, iniciada em julho de 2014, está ancorada na cooperação entre os dois principais grupos políticos europeus: o PPE (Partido Popular Europeu) e o S&D (Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas). No início de 2017, Antonio Tajani (PPE) sucedeu a Martin Schulz (S&D) na presidência do Parlamento Europeu.

Durante o ano de 2018, tendo em vista as eleições europeias de maio de 2019, foi concluída a reforma da Lei Eleitoral Europeia e aprovada a nova distribuição dos lugares no PE decorrente da saída do Reino Unido da União Europeia. Foi igualmente apresentado, pela Comissão Europeia, um pacote de medidas intitulado “Garantir eleições europeias livres e justas”, com o intuito de fazer face a novas ameaças híbridas, como os ataques a infraestruturas eleitorais, campanhas de desinformação ou a utilização ilegal e abusiva de dados pessoais.

Reforma do Ato Eleitoral Europeu

No seguimento de longa negociação, iniciada em 2015, foi adotada a Decisão (UE, Euratom) 2018/994 do Conselho, de 13 de julho de 2018, que altera o Ato relativo à eleição dos membros do Parlamento Europeu por sufrágio universal direto, anexo à Decisão 76/787/CECA, CEE, Euratom do Conselho de 20 de setembro de 1976.

A decisão contempla as seguintes alterações: (i) clarifica que os Deputados ao Parlamento Europeu são eleitos enquanto representantes dos cidadãos da UE (artigo 1.º); (ii) introduz a obrigatoriedade dos Estados-membros com mais de 35 lugares no Parlamento Europeu adotarem um limiar mínimo de votação, entre 2% e 5%, a partir das eleições de 2024 (artigo 3.º); (iii) introduz um prazo mínimo de três semanas para a apresentação das candidaturas antes das eleições (novo artigo 3.º-A); (iv) introduz a faculdade de os boletins de voto poderem passar a ostentar o



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

nome ou o logótipo do partido europeu a que o partido político nacional ou o candidato individual está filiado (novo artigo 3.º-B); (v) introduz a possibilidade de os Estados-membros preverem o voto antecipado, por correspondência e por meios eletrónicos ou pela internet, desde que mantenham a fiabilidade do resultado, o segredo de voto e a proteção dos dados pessoais (novo artigo 4.º-A); (vi) estabelece a obrigatoriedade de os Estados-membros sancionarem de forma eficaz, proporcionada e dissuasiva a dupla votação nas eleições para o Parlamento Europeu (artigo 9.º); insere a possibilidade de voto para os cidadãos dos Estados-membros que residam em países terceiros (novo artigo 9.º-A); (vii) determina a obrigatoriedade de designação de uma Autoridade nacional de contacto responsável pelo intercâmbio de dados com outros Estados-membros sobre eleitores e candidatos (novo artigo 9.º-B).

Aquando da adoção da Decisão 2018/994, Portugal apresentou uma Declaração Unilateral com o seguinte conteúdo: "Portugal declara que o sentido do seu voto tem como pressuposto que a cláusula barreira estabelecida pelo artigo 3.º não é obrigatoriamente aplicável a Portugal porque, no atual quadro da distribuição de lugares no Parlamento Europeu, dispõe de menos de 35 deputados. Contudo, caso a distribuição de lugares no PE venha a alterar-se, a Constituição da República Portuguesa não permitirá a aplicação de uma cláusula barreira, como a estabelecida pelo artigo 3.º, que limite a conversão dos votos em mandatos através de uma percentagem mínima."

A 16 de novembro, foi publicada em Diário da República a Resolução da Assembleia da República n.º 307/2018, que aprova a Decisão 2018/994 e publica o texto da Declaração Unilateral apresentada por Portugal, bem como o Decreto do Presidente da República n.º 83/2018, que ratifica a Decisão 2018/994.

Portugal procedeu à notificação formal do Secretariado-Geral do Conselho, tendo comunicado a conclusão dos procedimentos internos necessários para a aprovação da reforma da Lei Eleitoral.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Recomposição do Parlamento Europeu

A 28 de junho de 2018, foi adotada a Decisão (UE) 2018/937, do Conselho Europeu, que fixa a composição do Parlamento Europeu para a legislatura de 2019-2024 na sequência da decisão do Reino Unido de sair da União Europeia.

A nova composição reduz o número total de lugares do Parlamento Europeu de 751 para 705 deputados, sem que nenhum Estado-membro sofra uma redução do número de eurodeputados: Bélgica (21), Bulgária (17), República Checa (21), Dinamarca (14), Alemanha (96), Estónia (7), Irlanda (13), Grécia (21), Espanha (59), França (79), Croácia (12), Itália (76), Chipre (6), Letónia (8), Lituânia (11), Luxemburgo (6), Hungria (21), Malta (6), Países Baixos (29), Áustria (19), Polónia (52), Portugal (21), Roménia (33), Eslovénia (8), Eslováquia (14), Finlândia (14), Suécia (21).

Para melhor refletir o princípio da proporcionalidade degressiva, a decisão determina a redistribuição de 27 dos 73 lugares que ficam vagos na sequência da saída do Reino Unido pela França (+5), Espanha (+5), Itália (+3), Países Baixos (+3), Irlanda (+2), Suécia (+1), Áustria (+1), Dinamarca (+1), Finlândia (+1), Eslováquia (+1), Croácia (+1), Estónia (+1), Polónia (+1) e Roménia (+1). Os remanescentes 46 lugares não serão preenchidos por agora.

Esta decisão transmite uma mensagem de contenção, na medida em que opta por um Parlamento mais pequeno, acautela o respeito do princípio da proporcionalidade degressiva (corrigindo a situação dos Estados-membros que estavam sub-representados) e garante que nenhum Estado perde lugares.

Por se tratar de matéria da reserva absoluta da Assembleia da República, foi este órgão de soberania regularmente informado do curso da negociação.

Portugal apoiou a decisão do Conselho Europeu que fixa a composição do Parlamento Europeu na medida em que mantém os atuais 21 eurodeputados e são afastadas fórmulas matemáticas que, tendo em conta as previsões de decréscimo demográfico, lhe seriam desfavoráveis.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Financiamento dos Partidos Políticos e Fundações Europeias

No seguimento da proposta de revisão apresentada pela Comissão em 2017, foi adotado, em 3 de maio de 2018, o Regulamento (UE, EURATOM) 2018/673 do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (UE, EURATOM) n.º 1141/2014 relativo ao estatuto e ao financiamento dos partidos políticos europeus e das fundações políticas europeias.

O Regulamento 2018/673 visa aumentar a transparência, melhorar a legitimidade democrática e reforçar o controlo da aplicação para melhor reprimir os desvios dos fundos públicos e recuperar fundos.

Para tal são introduzidas as seguintes alterações: (i) estabelecimento de uma relação mais estreita entre a percentagem de votos e o financiamento, mediante um aumento, de 85% para 90%, da percentagem do financiamento total disponível, atribuída com base nos resultados eleitorais; (ii) reforço da ligação entre os partidos europeus e os partidos nacionais, exigindo destes últimos que exibam claramente nos seus sítios web o símbolo e o programa político do partido europeu em que estão filiados; (iii) preenchimento de lacunas que permitem aos partidos abusar do sistema, mediante a criação de múltiplos partidos europeus, cada um deles elegível para financiamento suplementar.

Por se tratar de matéria da competência reservada da Assembleia da República, foi este órgão de soberania regularmente informado, tendo-se pronunciado favoravelmente através do Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias de 25 de outubro de 2017 e do Parecer da Comissão de Assuntos Europeus de 14 de novembro de 2017.

A Comissão Europeia apresentou ainda, em setembro, outra proposta de alteração do Regulamento (UE, EURATOM) n.º 1141/2014. Esta proposta de alteração visa introduzir a possibilidade de serem aplicadas sanções financeiras aos partidos políticos europeus ou fundações políticas europeias que possam ter tirado proveito de uma infração das regras de proteção de dados pessoais para influenciar, ou tentar



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

influenciar, os resultados das eleições europeias. Em dezembro o Conselho adotou um mandato negocial, devendo em 2019 prosseguir o processo de negociação e adoção com o objetivo de estar concluído a tempo das eleições europeias.

Pacote “Garantir eleições europeias livres e justas”

A Comissão Europeia propôs, na sua recomendação anual, que os Estados-membros implementassem uma série de medidas na área da cooperação eleitoral, transparência em linha, cibersegurança, campanhas de desinformação e de propaganda política. Nesse âmbito, foi criada, em dezembro, a Rede nacional de cooperação eleitoral, que inclui representantes da Presidência do Conselho de Ministros, Ministério da Administração Interna, Ministério da Justiça, Polícia Judiciária (Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica – UNC3T), Comissão Nacional de Eleições, Comissão Nacional de Proteção de Dados, Autoridade Nacional de Comunicações, Centro Nacional de Cibersegurança, Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Sistema de Informações da República Portuguesa, Agência para a Modernização Administrativa, assim como vários serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

CONSELHO EUROPEU

Ao longo de 2018, o Conselho Europeu deu particular destaque às questões das migrações, segurança e defesa, próximo Quadro Financeiro Plurianual para 2021-2027, reforma da União Económica e Monetária, também objeto de várias Cimeiras do Euro e, naturalmente, ao Brexit.

Reunião informal de Chefes de Estado ou de Governo de 23 de fevereiro

Na primeira Cimeira informal do ano, organizada em Bruxelas, os Chefes de Estado ou de Governo debateram questões institucionais e o Quadro Financeiro Plurianual. Relativamente às questões institucionais, apoiaram a proposta relativa à futura composição do Parlamento Europeu, bem como a realização de consultas aos cidadãos. Opuseram-se, contudo, às restantes propostas institucionais apresentadas pela Comissão Europeia: institucionalização do sistema de “Spitzenkandidaten” (isto



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

é, promover o princípio de que o cabeça-de-lista do partido político europeu mais votado tenha que ser considerado pelo Conselho Europeu como o candidato a Presidente da Comissão Europeia), listas transnacionais, fusão dos cargos de Presidente do Conselho Europeu e de Presidente da Comissão e a redução do número de Comissários.

A discussão inicial sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual revelou divergências entre os Estados-membros relativamente ao aumento do orçamento, à manutenção do peso das políticas tradicionais, como a Política Agrícola Comum (PAC) e a Política de Coesão, assim como quanto à intenção de diversificar e aumentar os recursos próprios da UE, nomeadamente através da criação de novos impostos sobre transações financeiras, atividades poluentes e empresas digitais.

Conselho Europeu de 22 e 23 de março (incluindo Artigo 50.º)

O Conselho Europeu da primavera debateu questões relativas à fiscalidade, em particular no âmbito da economia digital.

Nas conclusões do Conselho Europeu, os Chefes de Estado ou de Governo: (i) salientaram a necessidade de implementar as propostas destinadas a completar o Mercado Único, o Mercado Único Digital e a União da Energia; (ii) reafirmaram o compromisso da UE com um sistema de comércio internacional assente no multilateralismo e na regulação; (iii) lamentaram a decisão dos EUA de impor novas tarifas comerciais sobre o aço e o alumínio; (iv) aprovaram os domínios de ação prioritários da Análise Anual do Crescimento e o projeto de Recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro; (v) apresentaram a proposta de criação de uma Autoridade Europeia do Trabalho; (vi) convidaram a Comissão a apresentar, até ao primeiro trimestre de 2019, uma estratégia para a redução, a longo prazo, das emissões de gases com efeito de estufa na UE, em conformidade com o Acordo de Paris; e (vii) deram orientações relativamente à Cimeira UE-Balcãs Ocidentais a ter lugar em maio.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Cumpre assinalar que a apresentação da referida Estratégia para a redução das emissões de gases com efeito de estufa a longo prazo na UE foi um objetivo impulsionado por Portugal neste Conselho Europeu, logrando que fosse acolhida a proposta nacional da inclusão deste apelo no texto final das Conclusões. Foi assim com agrado que vimos a Comissão Europeia apresentar, a 28 de novembro de 2018, a sua visão estratégica de longo prazo para alcançar uma economia próspera, moderna, competitiva e neutra em carbono até 2050, em linha com o Roteiro nacional para a neutralidade carbónica 2050.

Foi, ainda formalizada, a nomeação de Luis de Guindos como Vice-Presidente do Banco Central Europeu, em substituição de Vítor Constâncio que terminou o seu mandato em maio de 2018.

No Conselho Europeu Artigo 50.º de 23 de março foi saudada a convergência obtida em 80% dos aspetos cobertos pelo Acordo de Saída do Reino Unido e foram adotadas Orientações negociais sobre o quadro das relações com aquele Estado após o Brexit, reiterando-se a determinação em manter uma relação o mais estreita possível, tendo em conta as “linhas vermelhas” britânicas (nomeadamente sobre a saída do Mercado Único e da União Aduaneira). Especificou-se que, caso o Reino Unido alterasse essas “linhas vermelhas”, a UE teria flexibilidade para avançar para um cenário mais ambicioso.

Por sua vez, a Cimeira do Euro (a 19) permitiu um debate sobre as reformas de longo prazo da União Económica e Monetária.

Jantar informal de Chefes de Estado ou de Governo em 16 de maio

À margem da Cimeira UE-Balcãs, os Chefes de Estado ou de Governo debateram os temas da inovação e da economia digital.

Conselho Europeu de 28 e 29 de junho (incluindo Artigo 50.º)

As migrações foram o tema central do Conselho Europeu de junho, tendo os Chefes de Estado ou de Governo decidido, designadamente: explorar o conceito de “plataformas de desembarque regionais”; estabelecer, no âmbito do próximo Quadro



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Financeiro Plurianual, instrumentos flexíveis para combater a migração ilegal; conter os movimentos secundários de requerentes de asilo entre Estados-membros; e reforçar a cooperação com países de origem e de trânsito.

Relativamente à Segurança e Defesa, destaca-se o mandato atribuído à Alta Representante e à Comissão Europeia para apresentarem um Plano de Ação da UE sobre Desinformação. Além disso, o Conselho Europeu apelou a que fossem honrados os compromissos em matéria de Cooperação Estruturada Permanente, bem como à rápida execução do Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa e a um maior aprofundamento da cooperação UE-NATO.

Em matéria de emprego, crescimento e competitividade, destacam-se: (i) o endosso das recomendações integradas por país, no quadro do Semestre Europeu; (ii) o compromisso de avançar com propostas sobre a fiscalidade na economia digital e sobre a cobrança efetiva do IVA; e (iii) o apelo a uma rápida adoção da proposta legislativa sobre a análise do investimento direto estrangeiro.

Em matéria de inovação e de digitalização, os Chefes de Estado ou de Governo reafirmaram o apoio às empresas, incluindo às PME, para entrarem com êxito nos mercados mundiais. Convidaram a Comissão Europeia a colaborar com os Estados-Membros num plano coordenado para a inteligência artificial e a lançar uma nova iniciativa-piloto para a inovação radical durante o período remanescente do Horizonte 2020. Defenderam, ainda, a criação de um Conselho Europeu da Inovação ao abrigo do próximo Quadro Financeiro Plurianual.

O Conselho Europeu convidou ainda o Parlamento Europeu e o Conselho a analisarem as propostas para o Quadro Financeiro Plurianual para o período 2021-2027, no seguimento da apresentação da proposta da Comissão em 2 de maio.

Além disso, o Conselho Europeu aprovou as conclusões sobre o alargamento e o processo de estabilização e de associação e adotou a Decisão sobre a composição do Parlamento Europeu para a legislatura 2019-2024.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Realizou-se, ainda, a Cimeira do Euro em formato alargado (i.e. com todos os Estados-membros, com exceção do Reino Unido), com a participação do Presidente do Eurogrupo e do Presidente do Banco Central Europeu, com o objetivo de discutir os próximos passos na reforma da UEM, designadamente a conclusão da União Bancária e a reforma do Mecanismo Europeu de Estabilidade.

O Conselho Europeu Artigo 50.º reuniu na mesma ocasião, tendo o negociador-chefe da UE, Michel Barnier, efetuado uma apresentação sobre o ponto de situação das negociações. O negociador-chefe manifestou preocupação pela ausência de progresso substancial quanto a uma solução de “backstop” para a Irlanda/Irlanda do Norte, reiterou a necessidade de acelerar o trabalho para a preparação de uma declaração política sobre o quadro de relação futura e exortou os Estados-membros e as instituições a intensificarem a sua preparação para o Brexit, a todos os níveis e para todos os cenários.

Reunião informal de Chefes de Estado ou de Governo de 19 e 20 de setembro

As migrações e a segurança interna foram os principais temas de debate desta Cimeira informal, que se realizou em Salzburgo. Os Chefes de Estado ou de Governo acordaram em reforçar a Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira. Acordaram, ainda, em reforçar o combate a todas as formas de cibercriminalidade, de manipulação informativa e de ações de desinformação. Abordaram, igualmente, o tema da segurança interna da UE, em particular as questões da cooperação policial e judiciária, do alargamento de competências da Procuradoria Europeia e do Mecanismo Europeu de Proteção Civil.

Por fim, já sem a presença do Reino Unido mas com a participação do negociador-chefe Michel Barnier, debateu-se o Brexit, incidindo a discussão sobre os progressos alcançados, o caminho a seguir na reta final das negociações, a extensão e o detalhe da Declaração Política sobre a relação futura entre a UE e o Reino Unido e a confirmação da solução de “backstop” para a questão da fronteira na Ilha da Irlanda.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Conselho Europeu de 18 e 19 de outubro (incluindo Artigo 50.º)

Neste Conselho Europeu, retomou-se o debate sobre os temas das migrações e da segurança interna e foram também discutidas as relações comerciais da UE com os EUA e outras questões de política externa.

Em matéria de migrações, o Conselho Europeu apelou à prossecução dos trabalhos sobre todos os elementos da abordagem global abrangente das migrações, no seguimento das conclusões de junho, tendo o Parlamento Europeu e o Conselho sido mandatados para analisar as propostas sobre a Diretiva Regresso, a Agência para o Asilo e a Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira e incentivados a prosseguir os trabalhos sobre a reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo, com vista à sua rápida conclusão.

No capítulo de segurança interna, as conclusões apelaram à adoção de medidas destinadas: a desenvolver uma cibersegurança sólida; a combater a desinformação, inclusive no contexto das próximas eleições europeias; a prevenir e dar resposta eficaz à radicalização e ao terrorismo; e a melhorar a interoperabilidade dos sistemas de informação e das bases de dados. Salientaram, ainda, a necessidade de concluir as negociações sobre a proposta relativa ao Mecanismo de Proteção Civil da UE até ao final do ano.

Em matéria de relações externas, o Conselho Europeu destacou a importância da nova Aliança África-Europa para investimentos e empregos sustentáveis e do Plano de Investimento Externo Europeu e do Fundo Fiduciário da UE para África. Os Chefes de Estado ou de Governo manifestaram empenho na aplicação da Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e salientaram a importância de a COP 24 adotar medidas de execução do Acordo de Paris, ambiciosas e abrangentes.

Os Chefes de Estado ou de Governo reuniram-se, novamente, numa Cimeira do Euro, agora informal, mas em formato alargado e contando com a presença dos Presidentes do Eurogrupo e do Banco Central Europeu, para realizar um ponto de situação sobre a reforma da UEM.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Por fim, realizou-se o Conselho Europeu Artigo 50.º, precedido de uma intervenção da Primeira-Ministra do Reino Unido, Theresa May, que expôs a avaliação do Governo britânico sobre as negociações do Brexit. Posteriormente, o negociador-chefe apresentou aos restantes 27 Estados-membros a recomendação destinada a permitir uma decisão sobre a conclusão das negociações. Foi, igualmente, feita uma atualização da preparação da UE para um cenário de saída do Reino Unido da UE sem acordo.

Conselho Europeu Artigo 50.º de 25 de novembro

Esta reunião do Conselho Europeu Artigo 50.º teve como propósito a aprovação formal, pelos Chefes de Estado ou de Governo da UE-27, dos textos do Acordo de Saída do Reino Unido da União Europeia e da Declaração Política anexa sobre a relação futura, tal como acordados pelas equipas negociais.

Conselho Europeu de 13 e 14 de dezembro (incluindo Artigo 50.º)

No último encontro do ano, os Chefes de Estado ou de Governo regressaram ao tema do Quadro Financeiro Plurianual, tendo exortado a Presidência romena a definir uma orientação para a próxima etapa das negociações, com vista a alcançar-se um acordo no Conselho Europeu no outono de 2019.

Relativamente à próxima Agenda Estratégica, determinaram que: (i) o Conselho Europeu de março de 2019 incluirá um debate aprofundado sobre a evolução futura do mercado único e da política digital europeia, a título de preparação para a nova Agenda Estratégica; e (ii) na Reunião informal em Sibiu, a 9 de maio de 2019, os Chefes de Estado ou de Governo debaterão as prioridades para o próximo ciclo institucional, tendo em vista chegar-se a acordo sobre a nova Agenda Estratégica em junho de 2019.

As conclusões do Conselho Europeu salientaram, também, a necessidade de se chegar a acordo antes do termo da atual legislatura em relação ao maior número possível de processos legislativos pendentes com relevância para o mercado único. Destacaram as negociações sobre a Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Diretiva Regresso, a Agência da UE para o Asilo e o Sistema Europeu Comum de Asilo. Mencionaram a apresentação, até 2020, de uma estratégia de longo prazo em conformidade com o Acordo de Paris. Destacaram a prossecução dos trabalhos sobre a desinformação e saudaram a realização dos diálogos e consultas com os cidadãos.

Na Cimeira do Euro, novamente em formato alargado e com a presença dos Presidentes do Eurogrupo e do Banco Central Europeu, prosseguiu o debate sobre a reforma da UEM, tendo sido aprovadas decisões sobre o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) e a União Bancária e lançadas as bases para a criação de um instrumento orçamental para a competitividade e a convergência na área do euro, no que poderá ser o embrião de uma capacidade orçamental para a área do euro.

O Brexit marcou, igualmente, esta última reunião do ano, tendo a Primeira-Ministra britânica apresentado os desenvolvimentos relativos à aprovação, pelo Reino Unido, do Acordo de Saída e procurado obter uma flexibilização adicional por parte do Conselho Europeu sobre a questão do “backstop” na fronteira da Ilha da Irlanda que pudesse facilitar o processo de aprovação pelo Parlamento britânico. O Conselho Europeu Artigo 50.º debateu esta questão, bem como as medidas de preparação para um cenário de saída do Reino Unido da UE sem acordo.

CONSELHO

Presidência Búlgara

A Bulgária assumiu, pela primeira vez, a Presidência do Conselho da União Europeia em janeiro, fazendo parte do trio com a Estónia e com a Áustria. O Programa da Presidência búlgara centrou-se num objetivo de longo-prazo – “Uma Europa forte, digital e unida”, apresentando-se como uma Presidência “aberta aos cidadãos”, de acordo com os princípios da transparência e da responsabilização. As prioridades desta Presidência foram: (i) Futuro da Europa e dos Jovens – Crescimento económico e coesão social; (ii) Balcãs ocidentais; (iii) Segurança e Estabilidade numa Europa forte e unida; e (iv) Economia digital e competências para o futuro.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Presidência Austríaca

A 1 julho, a Áustria assumiu a Presidência do Conselho da UE sob o lema “Uma Europa que protege”. O programa optou pelo reforço do princípio da subsidiariedade, destacando três grandes prioridades: (i) Segurança e luta contra a migração ilegal; (ii) Manter a prosperidade e a competitividade através da digitalização; e (iii) Estabilidade na vizinhança: a aproximação à UE dos Balcãs Ocidentais/Europa do Sudeste.

COMISSÃO

Programa de Trabalho

Em outubro, a Comissão apresentou o seu Programa de Trabalho para 2019.

No que respeita a novas iniciativas, o Programa da Comissão destaca as seguintes áreas: (i) Conseguir que a Europa volte a investir; (ii) Um futuro sustentável para a Europa; (iii) Completar o Mercado Único Digital; (iv) Promoção do papel internacional do euro; e (v) Estado de Direito e Comunicar a Europa.

Entre os 80 temas e as 198 propostas legislativas prioritárias, o Programa da Comissão dá particular ênfase às que dizem respeito a: Economia Circular; Quadro Financeiro Plurianual; Propostas para um Mercado Único Digital Conectado; Pacote “Energia Limpa para todos os Europeus”; Pacote “Europa em Movimento”; Propostas para uma União de Mercado Capitais; Pilar Social do Mercado Único; Propostas que visam completar a União Bancária; Mecanismo Europeu de Proteção Civil; FRONTEX; Política de retorno; e Reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo.

Quanto às propostas que visam dar uma perspetiva de futuro aos cidadãos europeus, o Programa de Trabalho realça as relativas ao reforço do Estado de Direito e retoma a proposta de alterar o processo de votação por maioria qualificada, substituindo a atual votação por unanimidade, em processos de decisão relativos às seguintes áreas: PESC; Política Fiscal, Política Social, Energia e Clima.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Relativamente aos 80 temas e respetivas propostas pendentes prioritárias, Portugal salientou a importância da negociação do Quadro Financeiro Plurianual, do Pacote da Economia Circular, das propostas para um mercado único digital conectado e da necessidade de completar a UEM e desenvolver o pilar social; sublinhámos igualmente a necessidade de se manter o foco na implementação da União da Energia e da política em matéria de alterações climáticas; considerámos prioritário o avanço da reforma do Sistema Europeu Comum do Asilo, com base nos princípios complementares da solidariedade e da responsabilidade. No que respeita às 15 novas iniciativas, realçámos a importância da Comunicação “Conseguir que a Europa volte a investir”, a reflexão sobre um Futuro Sustentável para a Europa e o plano coordenado para completar o mercado único digital.

Comitologia

Decorreram em 2018 as negociações relativas a uma proposta, apresentada em 2017 pela Comissão Europeia, relativa à revisão do Regulamento (UE) n.º 182/2011, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2011, que estabelece as regras e os princípios gerais relativos aos mecanismos de controlo pelos Estados-membros do exercício das competências de execução pela Comissão (conhecido como “Regulamento Comitologia”). A proposta previa quatro alterações específicas, visando garantir uma maior responsabilização e apropriação política pelo Conselho dos atos de execução da Comissão em áreas politicamente sensíveis (vide autorizações de colocação no mercado de produtos e política comercial). No final do primeiro semestre, a Presidência búlgara apresentou um relatório contendo o ponto de situação das negociações, constatando a existência de uma forte oposição de vários Estados-membros às propostas apresentadas. Na verdade, 15 Estados-membros, entre os quais Portugal, não se mostraram convencidos da necessidade, proporcionalidade e valor acrescentado da proposta da Comissão.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Subsidiariedade

O Grupo de Trabalho “Fazer menos com maior eficiência”, criado pelo Presidente Juncker no seguimento da Comunicação sobre “Como melhorar a subsidiariedade, a proporcionalidade e a legislação nos trabalhos diários da Comissão”, apresentou o seu relatório, em julho, com recomendações para uma melhor aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Seguiu-se, em outubro, a apresentação da Comunicação da Comissão Europeia “Princípio da subsidiariedade e proporcionalidade: reforçar o seu papel na elaboração das políticas da União Europeia”, como parte do seu “Programa Legislar Melhor”, na qual retomou as recomendações do Grupo de Trabalho. Entre estas recomendações destacam-se: (i) a utilização de uma “grelha de avaliação” uniformizada; (ii) o alargamento do prazo para o exame dos projetos de legislação pelos parlamentos nacionais; e (iii) a melhoria de metodologias sobre avaliações de impacto. A Presidência austríaca organizou em novembro uma conferência sobre esta matéria.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decorreu, em 2018, em Conferência Intergovernamental, o procedimento de nomeação do juiz português Nuno José Cardoso da Silva Piçarra, após audição e parecer do Comité previsto no Artigo 255.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), para um mandato de seis anos no Tribunal de Justiça da UE que se iniciou em 7 de outubro.

Alterações dos Regulamentos de Processo do Tribunal de Justiça e do Tribunal Geral

Ao longo do ano foram analisadas as propostas apresentadas pelo Tribunal de Justiça, ao abrigo do artigo 281.º do TFUE, para a alterar o Protocolo n.º3 relativo ao Estatuto do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE). As propostas tinham quatro objetivos fundamentais: (i) transferência para o Tribunal Geral da competência de princípio para decidir, em primeira instância, sobre as ações por incumprimento fundadas no artigo 108.º, n.º2, e nos artigos 258.º e 259.º do TFUE;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

(ii) atribuição ao Tribunal de Justiça do tratamento dos recursos de anulação relativos à não execução adequada de um acórdão nos termos do artigo 260.º do TFUE (ações de incumprimento); (iii) criação, para certas categorias de recursos de decisões do Tribunal Geral, de um procedimento de recebimento prévio pelo Tribunal de Justiça; e (iv) harmonização da terminologia.

As propostas (ii) a (iv) acabaram por integrar uma proposta de regulamento de alteração do Protocolo n.º3 relativo ao Estatuto do TJUE e deram origem à nova redação do artigo 51.º (competência exclusiva do Tribunal de Justiça) e ao novo regime do artigo 58.º-A (procedimento de recebimento prévio pelo Tribunal de Justiça do recurso da decisão do Tribunal Geral). A proposta de alteração do regulamento foi aprovada pelo Conselho, em novembro, e foi submetida para parecer do PE em primeira leitura em 12 de dezembro.

Portugal apoiou estas alterações tendo em conta que se destinam a otimizar os recursos do Tribunal e evitar encargos administrativos com ações manifestamente inadmissíveis.

TRIBUNAL DE CONTAS

Nos termos do artigo 286.º, n.º 2, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, o Conselho, após consulta ao Parlamento Europeu, aprovou, em janeiro, a lista de vários membros do Tribunal de Contas, estabelecida em conformidade com as propostas apresentadas por alguns Estados-membros, para um período de seis anos, no âmbito da renovação parcial dos membros da instituição. O mandato do juiz João Figueiredo foi renovado neste contexto, terminando em 29 de fevereiro de 2024.

COMITÉ DAS REGIÕES E COMITÉ ECONOMICO E SOCIAL EUROPEU

Em 2018, no âmbito do acompanhamento do trabalho do Comité das Regiões (CdR), destacam-se a participação do Primeiro-Ministro de Portugal na sessão plenária de janeiro e o encontro da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus com a delegação nacional no Comité das Regiões em julho.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

As negociações do próximo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 dominaram a agenda deste órgão e foram incontornáveis nas visitas dos representantes políticos portugueses. O Governo português partilha da visão do Comité assente no aumento do orçamento, na continuidade e até no reforço da Política de Coesão – fora da dicotomia redutora de uma Europa da Competitividade e outra da Coesão – e na necessidade de definir adequadamente o papel das regiões na elaboração da próxima geração de políticas da UE. Na sua alocução, o Primeiro-Ministro destacou o papel central das regiões, das cidades e das regiões ultraperiféricas para a realidade da Europa, referindo a Política de Coesão como uma marca identitária da UE.

Em janeiro e em julho, a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus teve encontros com os membros portugueses do Comité Económico e Social Europeu (CESE). O CESE tem igualmente estado muito envolvido no debate sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e existe uma convergência entre as posições deste órgão e as preocupações portuguesas nesta negociação, nomeadamente no entendimento de que a Política de Coesão não deve ser a variável de ajustamento do próximo QFP e que é necessário um equilíbrio entre as novas prioridades políticas e as políticas ditas tradicionais, de maior valor estrutural. O CESE defende que a coesão territorial e social da UE não poderá deixar de continuar a ser uma prioridade, em consonância com o Pilar Europeu de Direitos Sociais e as Metas de Desenvolvimento Sustentável.

A saída do Reino Unido da UE provocará alterações na futura composição do CdR e do CESE. A Comissão apresentou, em dezembro, duas propostas de decisão onde propõe que o número de lugares atualmente atribuído aos outros 27 Estados-membros nos dois órgãos se mantenha intacto, com exceção da Estónia, do Chipre e do Luxemburgo que recuperariam os lugares que perderam, em 2015, no momento da adesão da Croácia.

Encontram-se no Anexo I as listas dos representantes portugueses no Comité das Regiões e no Comité Económico e Social Europeu, com a respetiva distribuição por membros efetivos e suplentes, na sequência das alterações ocorridas em 2018.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

AGÊNCIAS EUROPEIAS

Em 2018, as atividades das agências europeias continuaram a ser objeto de acompanhamento, incluindo os processos de nomeação para cargos dirigentes ou de alto nível. Neste contexto, foram apresentadas candidaturas portuguesas à Câmara de Recursos da Agência Ferroviária Europeia (ERA) e ao lugar de Diretor Executivo da Agência Europeia de Segurança Cibernética (ENISA). As decisões serão tomadas em 2019.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO II

NEGOCIAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

Ao longo de 2018 prosseguiram as negociações entre a Comissão Europeia, o Conselho e o Parlamento Europeu para dar execução ao Acordo Interinstitucional (AII) de 2016 “Legislar Melhor”.

Prosseguiram os trabalhos de sensibilização sobre os procedimentos aplicáveis ao tratamento das avaliações de impacto no Conselho (pontos 12 a 18 do AII).

No que se refere aos atos delegados e atos de execução, incluindo os critérios de delimitação/delimitação (pontos 26 a 31 do AII), continuou o trabalho de alinhamento dos atos de base ao regime jurídico introduzido pelos artigos 290.º e 291.º do TFUE, tendo sido analisados vários dos 30 capítulos contidos nas duas propostas de regulamentos apresentadas pela Comissão Europeia em 2017. Em 2018, ficaram 70 atos por aprovar. Quanto às negociações com vista à definição de critérios para delimitar a utilização de atos delegados ou atos de execução, Portugal acolheu favoravelmente o carácter não vinculativo e não exaustivo destes critérios, assim como a preservação da margem de apreciação do legislador e o respeito pela jurisprudência do Tribunal de Justiça da UE.

Relativamente à transparência e coordenação do processo legislativo (pontos 32 a 40 do AII), destaca-se o Acórdão do Tribunal Geral da UE (TGUE), de 22 de março de 2018, sobre o caso De Capitani, no qual o Tribunal defendeu um amplo acesso às informações sobre as negociações interinstitucionais, que veio a determinar a necessidade de revisão dos procedimentos no seio do Conselho. Assim, no verão de 2018, foi criado um Grupo Ad Hoc sobre transparência legislativa para discutir esta questão, cujos resultados terão consequências ao nível do processo legislativo e do acesso aos documentos. Paralelamente, prosseguiram também as negociações



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

relativas às melhores práticas para a cooperação e partilha de informações no âmbito da negociação e celebração de acordos internacionais.

Decorreram ainda as negociações sobre a proposta da Comissão Europeia, apresentada em 2016, que visa estabelecer um registo obrigatório de transparência abrangendo o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão para garantir a transparência das atividades dos grupos de pressão nas três instituições. Persistiu o impasse quanto ao seu carácter obrigatório para os EM e eurodeputados, tendo a Comissão ameaçado suspender as negociações. Para Portugal prevalece o entendimento de que os Estados-membros que detenham a Presidência do Conselho da UE devem ser encorajados a fazer uso do registo em determinadas interações do seu Representante Permanente e do seu Representante adjunto com os representantes de grupos de interesses.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO III

FUTURO DA EUROPA

Prosseguiu a reflexão sobre o Futuro da Europa, com destaque para a audição dos Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-membros no âmbito do ciclo de debates de alto nível organizado pelo Parlamento Europeu, assim como para a realização de diálogos e consultas aos cidadãos europeus.

Ao longo de 2018, 15 Chefes de Estado ou de Governo apresentaram a sua visão sobre o Futuro da Europa nas várias Sessões Plenárias do Parlamento Europeu: o PM irlandês (janeiro), o PM croata (fevereiro), o PM português (março), o PR francês (abril), o PM belga e o PM luxemburguês (maio), o PM holandês (junho), o PM polaco (julho), o PM grego (setembro), o PM estónio e o PR romeno (outubro), a Chanceler alemã e o PM dinamarquês (novembro) e o PR cipriota (dezembro).

Os discursos dos Chefes de Estado ou de Governo mostraram um elevado nível de convergência em relação aos temas que devem ser abordados conjuntamente pela União Europeia: União Económica e Monetária; Migrações; Dimensão social; Comércio; Alterações Climáticas; e Segurança e Defesa.

Sobre a União Económica e Monetária, ficou patente a disponibilidade da maioria dos Chefes de Estado ou de Governo para completar a União Económica e Monetária, sem prejuízo de diferenças de pontos de vista quanto ao Sistema Europeu de Garantia de Depósitos e quanto ao financiamento da Resolução bancária.

Relativamente às Migrações, a maioria dos Chefes de Estado ou de Governo – com exceção do Primeiro-Ministro polaco – reconheceu a necessidade de se gerir a questão das migrações conjuntamente e ao nível da UE e de se prever financiamento adicional para a política migratória.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Quanto à dimensão social, observou-se uma convergência de posições sobre os valores do modelo social europeu e quanto ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais, ainda que pautada por diferentes níveis de ambição.

Em matéria de Comércio, a maioria dos Chefes de Estado e de Governo reiterou o apoio a um sistema multilateral de comércio baseado em regras, tendo alguns realçado a preocupação quanto à desvinculação de países importantes, nomeadamente dos EUA, em relação ao referido sistema multilateral.

Relativamente ao tema das Alterações Climáticas, a maioria dos Chefes de Estado ou de Governo destacou a urgência de uma ação conjunta em matéria de “Clima e Energia” e realçou o papel de liderança da UE em relação a este tema, em particular na implementação do Acordo de Paris sobre as alterações climáticas.

Por último, em matéria de Segurança e Defesa, a maioria dos Chefes de Estado ou de Governo reconheceu a necessidade de uma resposta conjunta para fazer face a ameaças comuns, decorrentes, nomeadamente, do “arco de instabilidade” na vizinhança, do terrorismo e das ameaças à cibersegurança.

O Primeiro-Ministro de Portugal foi o terceiro líder a apresentar a sua visão sobre o “Futuro da Europa” perante o Parlamento Europeu. No seu discurso, em março de 2018, observou que os principais desafios que a UE enfrentará nos próximos anos – as alterações climáticas, a instabilidade na fronteira externa, o terrorismo, os desafios da globalização, a transição digital e as migrações – irão exigir uma ação conjunta por parte da UE e dos Estados-membros. Deste modo defendeu, nomeadamente: uma ação concertada com vista à aplicação do Acordo de Paris; a complementaridade com a NATO; o reforço da cooperação policial e judiciária; e a necessidade de se atacar a raiz do problema das migrações. Além disso, considerou que só através do desenvolvimento do Pilar Social, do Mercado Único, do investimento na Sociedade do Conhecimento e da transição energética será possível assegurar o crescimento e o emprego necessários e realçou a responsabilidade política dos líderes europeus na resposta que terão de dar aos anseios e expectativas



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

legítimos dos cidadãos. Neste contexto, afastou a via de demorados debates institucionais ou de paralisantes revisões dos Tratados. Concluiu identificando duas prioridades muito claras para Portugal: concluir a UEM e dotar a União de recursos à medida das suas responsabilidades e desafios.

A Comissão Europeia prosseguiu, também, a sua própria reflexão sobre o Futuro da Europa.

Em fevereiro, a Comissão publicou a Comunicação “Uma Europa que Cumpre as suas Promessas: Opções Institucionais para tornar o Trabalho da UE mais Eficiente” e a Recomendação sobre o “Reforço do Carácter Europeu e a Condução Eficiente das Eleições de 2019 para o Parlamento Europeu”, na linha de algumas das propostas institucionais que o Presidente Juncker havia apresentado no ano anterior.

As principais reformas defendidas pelo Presidente da Comissão desde 2017 incluem: (i) a criação de um Ministro da Economia e das Finanças; (ii) a fusão dos cargos de Presidente do Conselho Europeu e de Presidente da Comissão Europeia; (iii) a redução do número de Comissários; (iv) a realização de consultas cidadãs pelos Estados-membros; (v) a institucionalização do sistema de “Spitzenkandidaten”; (vi) a introdução de listas transnacionais nas eleições europeias; e (vii) a alteração da votação por unanimidade para votação por maioria qualificada em três domínios da política externa: direitos humanos; sanções e missões civis.

No discurso sobre o Estado da União, em setembro, o Presidente Juncker defendeu a importância de se apresentarem resultados concretos na Cimeira Informal de Sibiu, prevista para 9 de maio de 2019.

O Presidente Juncker retomou, também, a proposta de listas transnacionais antes das eleições europeias de 2024 e a proposta de se passar a votação por maioria qualificada em três domínios de política externa. Na mesma data, a Comissão publicou a Comunicação “Votação por maioria qualificada: um instrumento para reforçar a eficácia da política externa e de segurança da Europa”.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO IV

ENCONTROS COM OS CIDADÃOS

O ano de 2018 foi marcado pela realização dos Diálogos e Consultas aos Cidadãos em 27 Estados-membros e por várias iniciativas da Comissão também neste domínio.

A ideia de realizar Consultas Cidadãs nasceu em 2017, por iniciativa do Presidente Macron, cuja proposta tinha o objetivo de conhecer as opiniões dos cidadãos europeus sobre a Europa e de contribuir para uma efetiva aproximação entre os cidadãos e o projeto europeu, em antecipação das eleições europeias de 2019. A proposta teve o apoio dos Presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho Europeu e da Comissão Europeia.

Na Comunicação “Uma Europa que Cumpre as suas Promessas: Opções Institucionais para tornar o Trabalho da UE mais Eficiente”, já referida atrás, a Comissão: (i) anunciou que, até as eleições de maio de 2019, iria aumentar a frequência dos seus Diálogos com os Cidadãos, prevendo realizar cerca de 500 eventos; (ii) encorajou os Estados-membros a realizar também Consultas Cidadãs; (iii) recomendou aos Estados-membros que levassem a cabo debates públicos sobre o Futuro da Europa; (iv) ofereceu o seu apoio aos Estados-membros, ligando este processo à consulta em linha sobre o Futuro da Europa; e (v) disponibilizou-se a partilhar os benefícios da sua experiência com os Estados-membros.

Na Reunião informal de Chefes de Estado ou de Governo de 23 de fevereiro, os líderes europeus mostraram interesse em dar ímpeto a este exercício de diálogo direto com os cidadãos. Assim, a operacionalização das Consultas Cidadãs foi sendo regularmente debatida em reuniões informais no seio das instâncias preparatórias do Conselho, tendo resultado na adoção, em abril, do documento “Enquadramento Conjunto para as Consultas Cidadãs”.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CONSULTAS NOS ESTADOS-MEMBROS

As Consultas aos Cidadãos decorreram, assim, em 27 Estados-membros da UE entre abril e novembro, perfazendo cerca de 1 000 eventos. Em novembro, os Estados-membros apresentaram os seus relatórios nacionais sobre esta iniciativa. Tendo por base os referidos relatórios nacionais, um comité de redação composto pela Presidência austríaca e pela futura Presidência romena, em colaboração com o Secretariado-Geral do Conselho e com o apoio dos restantes Estados-membros, produziu um relatório síntese conjunto. Foram as seguintes as suas principais conclusões:

- A maioria dos cidadãos tem uma perceção positiva da UE, reconhecendo a mais-valia do estatuto de Estado-Membro e salientado o facto de a UE constituir uma comunidade que partilha os mesmos valores (Direitos Humanos, Democracia, Estado de Direito, Paz). Em contrapartida, alguns cidadãos revelam uma falta de confiança nas instituições europeias, devido a uma perceção de falta de transparência, de défice democrático e de excesso de burocracia.
- As migrações, a proteção ambiental e a educação são os temas mais referidos em vários Estados-membros, sendo o Brexit mencionado num grupo reduzido de países (embora, nesses países, seja encarado como uma preocupação importante).

Constatou-se que os cidadãos têm preocupações e expectativas em seis áreas distintas:

- Segurança (“A Union that is safe and secure”): as migrações são vistas como o tema prioritário em quase todos os Estados-membros. A maioria dos cidadãos considera que a UE deve: (i) garantir uma melhor proteção das fronteiras externas e desenvolver uma ação mais eficaz para travar as rotas de migração ilegal; (ii) respeitar o imperativo humanitário, desenvolvendo a política comum de asilo e os mecanismos solidários de distribuição dos refugiados; e (iii) reforçar a cooperação com os países de origem, através de ajudas ao desenvolvimento, comércio e investimento, para melhorar as condições de vida nesses países.
- Convergência e Competitividade (“A Union of convergence and competitiveness”): a necessidade de a UE promover um modelo de crescimento económico sustentável é outra exigência frequente, muito associada à importância do mercado único e à necessidade de o completar na



S. R.
 MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
 Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

área dos serviços e do digital. Aprofundar a UEM e garantir que a zona euro seja capaz de impedir crises futuras é, igualmente, apontado como uma necessidade. Muitos cidadãos consideram que a UE devia fazer mais no campo da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação. Aumentar a convergência económica e social é outra reivindicação, sendo os apoios às PME referidos como o principal instrumento para assegurar maior competitividade. Sobre o tema da fiscalidade não parece existir consenso, pois se alguns cidadãos defendem uma maior harmonização fiscal ou a introdução de novos impostos europeus, outros consideram que esta competência deve permanecer nos Estados-membros. Também relativamente ao Quadro Financeiro Plurianual se registam opiniões divergentes entre os cidadãos europeus, nomeadamente sobre os cortes na Política Agrícola Comum e na Política de Coesão.

- Proteção do Ambiente e Promoção de Sustentabilidade (“A Union that protects the environment and promotes sustainability”): a maioria dos cidadãos considera que a UE deve fortalecer o seu papel em matéria de política ambiental, defendendo ser necessária a adoção de medidas para: (i) reduzir os gases com efeito de estufa; (ii) aumentar a reciclagem; (iii) melhorar a proteção animal; (iv) aumentar a educação sobre políticas ambientais; (v) incentivar comportamentos ecológicos; e (vi) desenvolver a transição para as energias renováveis.
- Bem-estar e Oportunidades (“A Union of wellbeing and opportunities”): os cidadãos europeus também revelaram preocupação em relação à proteção social e à falta de convergência de condições de vida entre os Estados-membros. Muitos advogam um papel mais forte da UE no combate à pobreza, à exclusão social, ao desemprego, às ameaças aos direitos dos trabalhadores e aos problemas laborais que resultarão da transição tecnológica, assim como um maior envolvimento da UE na garantia de maior igualdade de género e na coordenação das regras do mercado de trabalho. Os cidadãos também reivindicam mais ação da UE no campo da educação, pretendendo maior mobilidade, reconhecimento mútuo de diplomas, maior investimento em investigação e na formação ao longo da vida, bem como o aprofundamento do Programa Erasmus, descrito como um dos maiores sucessos da UE.
- Presença no Mundo | Parceiro Global (“A Union that is strong on the global stage”): a política externa da UE não é um tema que os cidadãos refiram frequentemente mas, quando mencionado, parece ser consensual que a UE tem tido uma linha de ação baseada em valores (Democracia e Direitos Humanos), embora ainda seja vista como fraca e com pouca credibilidade e eficácia, devendo falar mais a uma só voz nos temas de política externa. Sobre o tema da Defesa não existe unanimidade, uma vez que aos cidadãos que consideram que a UE não deveria depender de outros atores para a sua



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

defesa se opõem outros que consideram que qualquer sistema europeu deve ser complementar à NATO.

- Valores e Diversidade (“A Union of Values and diversity”): apesar de, nalguns EM, os cidadãos apoiarem o desenvolvimento de uma identidade europeia comum noutros EM, a tónica é colocada na necessidade de se respeitarem diferenças nacionais e culturais e de se manter a divisão entre as competências europeias e as competências nacionais dos EM.

O Conselho Europeu de 13 e 14 de dezembro adotou conclusões saudando a realização de diálogos e consultas com os cidadãos em 27 Estados-membros e referindo a futura Agenda Estratégica 2019-2024. Contrariamente ao inicialmente previsto, o texto não estabelece uma ligação forte entre os dois exercícios.

INICIATIVAS DA COMISSÃO EUROPEIA

A 9 de maio (Dia da Europa), a Comissão lançou uma consulta “online” dirigida a todos os cidadãos europeus, com 12 perguntas sobre o Futuro da Europa preparadas por um painel de 96 cidadãos dos 27 Estados-membros. Registaram-se perto de 75 mil respostas em toda a Europa. Os países com maior número de respostas foram a França (31,2%), a Alemanha (13,6%) e a Hungria (10,9%). Portugal ficou em oitavo lugar, com 1 832 respostas (2,6% do total).

Em dezembro, a Comissão apresentou o Relatório de Progresso sobre Diálogos e Consultas com os Cidadãos (que inclui os resultados da Consulta online da Comissão assim como as Consultas efetuadas pelos Estados-membros). A Comissão destaca a realização de 1 200 debates que envolveram cerca de 160 000 cidadãos de todas as nacionalidades, faixas etárias, religiões e espectro político. Em termos de mensagem política, salienta o facto de os cidadãos terem manifestado um interesse inequívoco em ter um papel mais ativo na formulação do Futuro da Europa. O relatório de progresso salienta os seguintes resultados: (i) quase dois terços dos cidadãos europeus manifestaram otimismo sobre o Futuro da Europa; (ii) a maioria realçou o papel fundamental da União Europeia para a resolução de desafios como as alterações climáticas, os assuntos económicos e sociais, as migrações e a segurança; (iii) registou-se uma perceção generalizada da Europa como um continente de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

valores e de paz e como um espaço de liberdade e democracia onde os direitos fundamentais são respeitados; (iv) 76% dos inquiridos consideraram a União Europeia como um espaço de estabilidade num mundo conturbado e defendem uma política externa comum e uma política comum de defesa; (v) enquanto muitos salientaram os benefícios do euro, registaram-se receios quanto a uma escalada de preços ou instabilidade decorrente do não cumprimento das regras; e (vi) os cidadãos europeus defenderam a necessidade de harmonização em matéria de ambiente e de segurança alimentar, reclamando uma economia dinâmica e reformas destinadas a aumentar a eficiência e a transparência da UE.

ENCONTROS COM OS CIDADÃOS EM PORTUGAL

Portugal realizou cerca de 60 Encontros com os Cidadãos, numa organização coordenada pela Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, em parceria com a Representação da Comissão Europeia em Portugal, o Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), e contando ainda com a participação de outras instituições: a Assembleia da República, os Municípios, os Governos Regionais, as Universidades e outras organizações da sociedade civil. A iniciativa cobriu os 18 distritos do Continente e as duas Regiões Autónomas. Algumas sessões versaram sobre o tema genérico do futuro da Europa e outras foram dedicados a temas específicos (Brexit, Migrações, Transformação Energética, Política Europeia de Segurança e Defesa, Políticas de Juventude, Economia do Mar, Oportunidades de Financiamento para as PME, Política Agrícola Comum, Política de Coesão, Rendimento Básico Incondicional, Pilar Europeu dos Direitos Sociais, Instituições Democráticas, Cidadania Europeia, Relações Portugal-África, Ano Europeu do Património Cultural, Envelhecimento, União Económica e Monetária (UEM), Política Comercial, Eleições Europeias, Inovação e Transformação Digital) e incluíram sempre uma sessão de perguntas e respostas com a audiência.

Destacam-se as principais conclusões do relatório de Portugal:



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- A maioria dos portugueses expressou o desejo de aprofundar o processo de integração europeia, nomeadamente ao nível da UEM e das atuais instituições europeias.
- Os temas mais referidos pelos cidadãos portugueses foram o Brexit, refugiados e migrações, políticas europeias, sobretudo políticas de juventude, de criação de emprego, agricultura e coesão.
- As principais preocupações assinaladas pelos portugueses foram os impactos do Brexit (na economia nacional, no estatuto dos cidadãos portugueses residentes no Reino Unido e na situação financeira dos estudantes) e a necessidade de se tomarem medidas para estabilizar e fortalecer o euro.
- As principais críticas levantadas ao funcionamento da UE dizem respeito à perceção de um aumento da divergência económica entre os Estados-Membros, à falta de solidariedade, à necessidade de mais apoios para promover o crescimento económico em Portugal e à necessidade de maior transparência ao nível das decisões políticas.
- Os participantes também deixaram algumas sugestões concretas, como: (i) introdução de educação cívica europeia nas escolas; (ii) maiores apoios a associações europeias de juventude; (iii) mais informação sobre políticas europeias; e (iv) introdução de critérios de solidariedade no acesso aos fundos europeus.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO V

ESTADO DE DIREITO

O ano de 2018 foi marcado por várias iniciativas destinadas a fazer face à crise do Estado de Direito nalguns Estados-membros.

Portugal reafirmou, ao longo do ano, a necessidade de se defender, sem transigências, o respeito pelos valores fundamentais da União Europeia, tendo acompanhado de muito perto a evolução da situação na Polónia, na Hungria e na Roménia. Encorajámos a continuação do diálogo entre a Polónia e a Comissão, tendo colocado questões no âmbito das três audições realizadas àquele país.

Portugal participou, de forma construtiva, nas negociações da proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a proteção do Orçamento da União em caso de deficiências generalizadas no que diz respeito ao Estado de Direito nos Estados-membros, assim como nos seminários destinados a estabelecer um mecanismo de avaliação pelos pares.

ESTADO DE DIREITO NOS ESTADOS-MEMBROS

Polónia

A Polónia esteve no centro das atenções, dada a ativação do Artigo 7.º do Tratado da União Europeia (TUE), em dezembro de 2017. Foram, assim, realizadas três audições da Polónia, no seio do Conselho de Assuntos Gerais, destinadas a abordar os seguintes temas: (i) Conselho Nacional da Magistratura; (ii) Juízes dos Tribunais Comuns; (iii) Regime disciplinar; (iv) Procedimento de recurso extraordinário; (v) Presidentes dos Tribunais; e (vi) Tribunal Constitucional.

Paralelamente, a Comissão Europeia interpôs contra a Polónia uma ação de incumprimento junto do Tribunal de Justiça da UE, tendo solicitado medidas cautelares. A Comissão considerou que a redução da idade de passagem à aposentação dos juízes do Supremo Tribunal da Polónia e a concessão de um poder



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

discricionário ao Presidente da República para efeitos de prorrogação das funções dos juízes violam o princípio da independência judicial, incluindo o da inamovibilidade dos juízes, e contrariam as obrigações previstas no artigo 19.º, n.º1, do TUE e no artigo 47.º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE.

Em dezembro, o Tribunal de Justiça deu razão à Comissão e adotou as medidas cautelares requeridas, solicitando que a Polónia suspendesse, de imediato, a aplicação das medidas nacionais relacionadas com a redução da idade de aposentação dos Juízes do Supremo Tribunal. Aguarda-se a decisão final do Tribunal de Justiça sobre a ação de incumprimento.

Também em dezembro, e na sequência de uma visita da delegação do Parlamento Europeu à Polónia, a Comissão LIBE do PE concluiu que existe risco de ameaça sistémica do Estado de Direito naquele país, em virtude das reformas do sistema judicial.

Hungria

Em setembro, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução contra a Hungria contendo, em anexo, uma proposta de decisão do Conselho relativa à verificação, nos termos do artigo 7.º, n.º 1, do TUE, da existência de um risco manifesto de violação grave, pela Hungria, dos valores em que a União se baseia.

Em outubro, a Hungria apresentou um recurso perante o Tribunal de Justiça da UE, tendo alegado que o método de cálculo dos votos para a aprovação da referida resolução do Parlamento Europeu contraria as regras de procedimento daquela instituição, assinalando que, se as abstenções tivessem sido contabilizadas, a resolução não teria sido aprovada.

A questão dos valores da União na Hungria foi debatida no Conselho de Assuntos Gerais de outubro, de novembro e de dezembro. No âmbito destas reuniões, a Comissão apresentou um ponto da situação dos procedimentos de infração em curso contra a Hungria relacionados com o Estado de Direito e com os valores da União, concentrando-se, nomeadamente: (i) na lei das ONG, que discrimina e restringe o



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

financiamento externo a organizações da sociedade civil; (ii) na lei sobre a Educação Superior, considerada incompatível com a liberdade académica e com a liberdade no provimento de serviços; (iii) nos procedimentos de asilo considerados contrários à Diretiva de Retorno; (iv) no incumprimento das obrigações legais em matéria de realocização; (v) na criminalização da ajuda aos requerentes de asilo e imigrantes; e (vi) na discriminação de crianças Roma na área da Educação. Ao longo do ano, a Comissão recorreu igualmente a outras vias, nomeadamente a auditorias e investigações sobre a utilização de fundos europeus e ações no contexto do Semestre Europeu.

Roménia

A situação de Estado de Direito na Roménia foi, igualmente, alvo de atenção por parte das instituições. Em novembro, a Comissão apresentou o Relatório Anual sobre a administração da justiça na Roménia, no contexto do Mecanismo de Cooperação e de Verificação, tendo apresentado as seguintes recomendações: (i) suspensão imediata da aplicação das leis no domínio da justiça e subseqüentes decretos de urgência; (ii) suspensão imediata de todo o processo em curso de nomeações e destituições de altos magistrados do Ministério Público; (iii) relançamento do processo de nomeação do Procurador-Geral da Direção Nacional de Combate à Corrupção; (iv) nomeação imediata de uma equipa interina para a gestão da Inspeção Judicial; (v) congelamento da entrada em vigor das alterações ao Código Penal e ao Código de Processo Penal; e (vi) revisão do Código Penal e do Código de Processo Penal, de forma a assegurar a sua conformidade com o Direito da União. Este foi o relatório mais crítico desde que o país aderiu à UE, tendo o Vice-Presidente Timmermans considerado que os desenvolvimentos registados em 2018 colocavam em causa, e nalguns casos revertiam, os progressos realizados nos últimos 10 anos.

Na mesma data, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução não vinculativa manifestando profunda preocupação com a reforma judicial e penal levada a cabo pela Roménia, considerando-a suscetível de contrariar o princípio da separação de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

poderes e de dificultar a luta contra a corrupção. A resolução foi aprovada por uma maioria de 473 votos, 151 contra e 40 abstenções.

DIÁLOGO ANUAL SOBRE O ESTADO DE DIREITO

A quarta edição do Diálogo Anual sobre o Estado de Direito, subordinada ao tema “Confiança nas Instituições Públicas e o Estado de Direito”, teve lugar na sessão de novembro do Conselho de Assuntos Gerais. O diálogo foi precedido de um seminário preparatório, organizado pela Presidência austríaca, em julho.

MECANISMO DE CONDICIONALIDADE

Em maio, a Comissão Europeia apresentou uma proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a proteção do orçamento da União em caso de deficiências generalizadas no que diz respeito ao Estado de Direito nos Estados-membros (ver Título IV – Quadro Financeiro Plurianual). A proposta tem como objetivo permitir à Comissão suspender, reduzir ou restringir o acesso ao financiamento da UE de forma proporcionada à natureza, à gravidade e ao alcance das deficiências em matéria de Estado de Direito.

MECANISMO DE AVALIAÇÃO PELOS PARES

Em abril, a Bélgica propôs a criação de um mecanismo político de avaliação pelos pares sobre o Estado de Direito. O mecanismo e a “Declaração intergovernamental para o estabelecimento de um mecanismo de avaliação pelos pares em matéria de Estado de Direito” foram analisados em seminários organizados em Bruxelas e em Berlim, em julho e em novembro, respetivamente.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO VI

FUNCIONÁRIOS

A colocação de nacionais e de funcionários portugueses nas instituições e organismos da UE continuou a constituir uma aposta estratégica para Portugal. Mantiveram-se as ações de apoio a candidatos portugueses, incluindo Peritos Nacionais Destacados (PND), tendo sido colocados nas instituições europeias quatro novos funcionários e sido prorrogado o destacamento de 19 outros.

No Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), em 2018, contabilizavam-se cerca de 80 funcionários de nacionalidade portuguesa, o que correspondente a 3,2% do total. Ao nível de Administradores (AD) e PND, Portugal representava, respetivamente, 2,5% e 1,8% do total de funcionários em cada categoria.

No final de 2018, existiam seis delegações da UE chefiadas por portugueses (três homens e três mulheres) – Caracas, Praia, Lomé, ONU/Nova Iorque, Niamey e Díli. Ainda ao nível das delegações, destaca-se a colocação de um funcionário diplomático como Chefe de Secção Política na Delegação da UE em Bamako.

Já na sede do SEAE continua a verificar-se um défice de presença portuguesa em cargos de chefia e de chefia intermédia, sendo, no entanto, de salientar a nomeação de um português para um cargo de chefia de divisão no “EU Intelligence and Situation Centre - EU-INTCEN”, em Bruxelas.

Em junho, a Comissão Europeia publicou o seu primeiro relatório sobre “Funcionários e outros Agentes da União Europeia – Equilíbrio Geográfico” no qual se reconhece, pela primeira vez, que alguns Estados-membros, entre os quais Portugal, se encontram sub-representados nas instituições europeias. Na carreira de Administradores¹, no intervalo relativo aos graus AD 9-AD 12 (categorias

¹ “A carreira de administrador vai do grau AD 5 ao grau AD 16. Os candidatos com uma licenciatura são recrutados no grau AD 5. Para funções mais especializadas, a seleção e o recrutamento também



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

intermédias), faltam 14 funcionários para atingir o valor de referência a partir do qual se considera cumprido o equilíbrio da representação portuguesa (definido pela Comissão em 3,1%), enquanto que nos graus AD 5-AD 8 (categorias de ingresso nas instituições e que representam cerca de 80% do recrutamento), a situação de desequilíbrio é mais grave, uma vez que se regista um défice de 68 funcionários, demonstrando a existência de um “desequilíbrio significativo”.

De acordo com estatísticas entretanto divulgadas pela Comissão, os funcionários portugueses a trabalhar naquela instituição representam, respetivamente, 1,5% do total de funcionários nos graus AD 5-AD 8; 2,6% nos graus AD 9-AD 12 e 4,6% nos graus AD 13-AD 14, confirmando-se o défice de funcionários nacionais nas duas primeiras categorias.

Neste âmbito, foi iniciado um trabalho de reflexão e de identificação de medidas a adotar, ao nível nacional e ao nível europeu, para fazer face a esta situação, no médio e no longo prazo.

podem ser feitos diretamente nos graus AD 6 ou AD 7. Nesse caso, os candidatos têm de provar que têm uma experiência profissional de vários anos. Os graus AD 9 a AD 12 correspondem ao nível de enquadramento médio. Para se ser selecionado e recrutado nestes graus é necessário ter experiência prévia no domínio da gestão.” – site EPSO (“European Personnel Selection Office”).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO II

PROCESSO DE SAÍDA DO REINO UNIDO DA UE

O ano de 2018 ficou marcado pela negociação do Acordo de Saída do Reino Unido da União Europeia e da Declaração Política anexa sobre a relação futura entre as partes.

Portugal empenhou-se na conclusão do Acordo de Saída negociado entre a Comissão Europeia e o Reino Unido e aprovado no Conselho Europeu Artigo 50.º de 25 de novembro, considerando ser esta a via que melhor acautela os direitos dos cidadãos, os anseios dos agentes económicos e a relação futura com o Reino Unido. A esse respeito, a União Europeia e os 27 restantes Estados-membros expressaram formalmente a sua determinação em, no futuro, construir com o Reino Unido uma parceria tão estreita e profunda quanto possível.

A segunda metade do ano foi ainda marcada por uma intensificação, ao nível da UE e dos Estados-membros, das atividades de preparação, tanto para o cenário de Brexit ao abrigo do Acordo de Saída, como para uma saída sem acordo. O Governo português norteou as suas ações de preparação e de contingência por duas prioridades principais: proteção dos direitos dos cidadãos e informação e apoio técnico e financeiro dirigido aos agentes e operadores económicos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO DO ACORDO DE SAÍDA E DA DECLARAÇÃO POLÍTICA ANEXA SOBRE A RELAÇÃO FUTURA ENTRE AS PARTES

Em 2018, concluiu-se uma longa e complexa negociação entre a Comissão Europeia e o Governo britânico sobre o texto do Acordo de Saída e dos seus Anexos, incluindo a Declaração Política sobre o quadro geral da relação futura entre as partes.

Considerando que haviam sido alcançados progressos suficientes sobre os principais elementos desta primeira fase relativa aos termos da saída – direitos dos cidadãos, obrigações financeiras do Reino Unido e “backstop” para evitar a fronteira na Ilha da Irlanda – o Conselho de Assuntos Gerais de janeiro aprovou diretrizes negociais suplementares sobre o “período transitório” e a conclusão dos pontos negociais remanescentes da primeira fase negocial. Desse mandato resultaria a apresentação, pela Comissão, em fevereiro, de um primeiro projeto do Acordo de Saída.

Em paralelo, foi iniciado o debate entre os 27 Estados-membros e as instituições europeias sobre os contornos da relação futura entre a UE e o Reino Unido. Desse processo resultaram Orientações negociais, aprovadas pelo Conselho Europeu Artigo 50.º de 23 de março, com vista ao início de negociações com o Reino Unido sobre o quadro geral da relação futura que viria a ser plasmado na Declaração Política anexa ao Acordo de Saída (uma vez que as negociações sobre a relação futura propriamente ditas apenas poderão iniciar-se quando o Reino Unido for, efetivamente, um “país terceiro”). As referidas Orientações negociais reafirmaram a determinação da UE em construir com o Reino Unido uma parceria tão estreita e aprofundada quanto possível. Notaram, no entanto, que as “linhas vermelhas” definidas pelo Reino Unido (em particular a saída do Mercado Interno e da União Aduaneira) limitavam o futuro modelo de relacionamento a um Acordo de Comércio Livre, cobrindo comércio de bens e serviços, a ser complementado por acordos de parceria especial noutras áreas de interesse mútuo.

Seguiram-se negociações intensas e complexas, destacando-se, entre as questões de maior sensibilidade negocial, a da fronteira entre a República da Irlanda e a Irlanda



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

do Norte com vista a impedir o ressurgimento de uma fronteira física. Essa solução consagrou-se no “backstop”, uma “apólice de seguro” de último recurso, a entrar em vigor apenas se, e durante o tempo, necessário. A referida solução passa pela inclusão da Irlanda do Norte numa União Aduaneira aprofundada com a UE, incluindo o alinhamento regulamentar com o acervo da União no que respeita aos bens e produtos agroalimentares.

Os outros capítulos que se mantiveram em aberto até 14 de novembro, dia em que as equipas negociais lograram finalizar o texto do Acordo e da Declaração Política, foram os relativos às Indicações Geográficas e à competência do Tribunal de Justiça da UE. Ambos, e em particular o primeiro, acabaram por ficar definidos de forma satisfatória para Portugal.

Os textos do Acordo de Saída e da Declaração Política anexa sobre a relação futura foram endossados pelos Chefes de Estado ou de Governo na reunião extraordinária do Conselho Europeu Artigo 50.º de 25 de novembro, possibilitando o início do processo de ratificação pela UE e pelo Reino Unido.

Pesem embora as dificuldades políticas internas no Reino Unido para a aprovação do Acordo de Saída pelo Parlamento britânico relacionadas, em particular, com a solução de “backstop” para a fronteira na Ilha da Irlanda, o Conselho Europeu Artigo 50.º de 13 de dezembro reiterou que o texto do Acordo de Saída não seria reaberto, garantindo, ao mesmo tempo, que o “backstop” para a fronteira na Ilha da Irlanda, caso viesse a ser acionado, teria apenas carácter temporário e subsistiria unicamente até ser alcançado um acordo que substituísse essa solução de último recurso.

Portugal empenhou-se firmemente na conclusão do Acordo de Saída, considerando ser esta a via que melhor acautela os direitos dos cidadãos, os anseios dos agentes e operadores económicos e a futura relação com o Reino Unido. Manteve uma posição construtiva nos contactos com o Reino Unido e na concertação com os demais Estados-membros e com a Comissão Europeia, respeitando a unidade negocial da UE e os princípios e orientações definidos para estas negociações, nomeadamente a



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

integridade do acervo comunitário e do mercado único, a indivisibilidade das quatro liberdades (circulação de bens, de pessoas, de serviços e de capitais), a autonomia do processo decisório da União (em particular o papel do Tribunal de Justiça da UE) e a garantia de condições de concorrência equitativa ("level playing field").

PREPARAÇÃO E CONTINGÊNCIA

Paralelamente à negociação do Acordo de Saída, a Comissão e os Estados-membros empenharam-se numa outra dimensão fundamental do processo do Brexit – as atividades de "preparação" para as consequências da retirada do Reino Unido da UE, com ou sem Acordo. Nesse âmbito, a Comissão Europeia publicou mais de 80 avisos setoriais com informação destinada a todos os atores interessados.

Face à incerteza do desfecho do processo de ratificação do Acordo de Saída por parte do Parlamento britânico, a partir de novembro intensificou-se o trabalho de preparação e de contingência para o cenário de uma saída sem acordo. Nessa situação, a UE e os Estados-membros poderão aplicar soluções excepcionais e de natureza temporária para fazer face às consequências mais negativas do Brexit.

Nesse sentido, a Comissão Europeia aprovou, a 13 de novembro e a 19 de dezembro, duas comunicações orientadoras: uma explicitando as áreas sujeitas a maior disrupção (cidadãos; serviços financeiros; transporte aéreo; transporte rodoviário; alfândegas e exportação de mercadorias; e política climática); e outra com orientações sobre as medidas a adotar, seja ao nível europeu, seja ao nível nacional. Estas propostas incorporaram, também, os resultados da articulação entre Comissão e Estados-membros, nomeadamente nos seminários sobre preparação e contingência, promovidos pela Comissão. O Ministério dos Negócios Estrangeiros, enquanto entidade coordenadora, assim como os ministérios setoriais relevantes, participaram nestes seminários, que se iniciaram a 15 de novembro.

Em Portugal, foi levado a cabo um intenso exercício de coordenação interministerial com vista a garantir que, tanto no decorrer do processo de negociação do Acordo, como na articulação de medidas de preparação e de contingência, os interesses de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal eram devidamente acautelados. Assim, ao longo de 2018, foram realizadas 18 reuniões interministeriais: reuniões da Comissão Interministerial de Assuntos Europeus, ao nível político e técnico, e reuniões de pontos focais Brexit. Estas reuniões debruçaram-se, tanto sobre o cenário de entrada em vigor do Acordo de Saída, como de uma saída do Reino Unido sem acordo, e tiveram os seguintes objetivos: (i) identificar alterações legislativas e regulamentares que serão necessárias para enfrentar as consequências do Brexit, bem como o prazo necessário para a sua aprovação; (ii) identificar acordos que terão oportunamente de ser (re)negociados ao nível da UE e ao nível bilateral entre Portugal e o Reino Unido; (iii) identificar outras medidas necessárias, designadamente o reforço de recursos humanos, logísticos e tecnológicos; (iv) manter o diálogo permanente com os principais atores (cidadãos portugueses no Reino Unido, comunidade britânica em Portugal, empresas e parceiros sociais); e (v) executar, com eficácia, as necessárias atividades de comunicação, divulgação e informação públicas sobre o Brexit.

A preparação para o Brexit tem tido uma importante vertente de comunicação, informação e sensibilização, especialmente destinada a públicos-alvo mais vulneráveis aos potenciais efeitos negativos do Brexit, em particular os cidadãos e o tecido empresarial nacional. Em 2018, foram, a esse título, realizadas pelos Consulados-Gerais de Portugal em Londres e Manchester 16 sessões de informação destinadas à comunidade portuguesa residente no Reino Unido. Foi igualmente preparada informação destinada à comunidade britânica residente em Portugal. Para as empresas, foram organizados, pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), diversos seminários focados nas oportunidades e nos desafios do Brexit que tiveram lugar em várias cidades, abrangendo diferentes setores de atividade.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO III

PREPARAÇÃO DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE EM 2021

O ano de 2018 foi marcado pela aceleração dos trabalhos preparatórios, iniciados em 2017, com vista à realização da quarta Presidência portuguesa do Conselho da UE, que irá ocorrer no primeiro semestre de 2021.

Neste quadro, destaca-se a elaboração de um documento de enquadramento, no qual são identificadas as principais responsabilidades da Presidência do Conselho da UE, bem como o mapeamento das necessidades.

Desenvolveram-se também ao longo do ano vários contactos com o Secretariado-Geral do Conselho e os parceiros do trio de Presidências em que Portugal se integra e que inclui a Alemanha e a Eslovénia.

No início de 2018, foi apresentado um documento de fundo sobre a preparação da Presidência Portuguesa do Conselho em 2021 (PPUE21). Este documento, que obteve despacho favorável do Governo, incluiu: (i) o mapeamento das necessidades de recursos humanos e financeiros; (ii) uma proposta de repartição de competências ao nível nacional; (iii) o levantamento das principais responsabilidades da Presidência; e (iv) uma identificação das principais diferenças institucionais entre as Presidências portuguesas de 2007 e 2021. O documento incluía, ainda, em anexo, um roteiro para a preparação da Presidência portuguesa e uma proposta de repartição das presidências dos comités e grupos de trabalho do Conselho em 2007, acompanhada de uma estimativa para 2021. Estes documentos foram sendo atualizados ao longo do ano, à luz das conclusões das reuniões sobre a PPUE21 que tiveram lugar.

Em julho, foi acordada a criação dos Grupos de Trabalho para preparação da PPUE21, a saber: (i) Grupo Diretor de nível político; (ii) Grupo de Trabalho sobre



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

conteúdos; (iii) Grupo de Trabalho sobre logística/comunicação; (iv) Grupo de Trabalho Cultura; e (v) Reuniões dos pontos focais dos ministérios setoriais e das Regiões Autónomas.

A preparação da PPUE21 foi sendo regularmente debatida na Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus, quer ao nível político, quer ao nível técnico. Nesse âmbito foi solicitada a colaboração dos ministérios setoriais sobre os seguintes aspetos: (i) designação de um ponto focal em cada ministério; (ii) identificação dos presidentes, delegações nacionais e pontos de contacto dos grupos de trabalho e dos comités do Conselho da UE; (iii) levantamento preliminar das prioridades da presidência portuguesa; (iv) identificação de necessidades em matéria de formação; e (v) identificação de outras necessidades específicas.

Dando execução ao roteiro de preparação da Presidência, em 2018: (i) foram estabelecidos contactos regulares com o Secretariado-Geral do Conselho, com os parceiros do Trio e com as Presidências precedentes; (ii) foi preparado o projeto de resolução do Conselho de Ministros para o estabelecimento da Estrutura de Missão PPUE21; (iii) foi dado início à preparação do orçamento e a estimativa de encargos para a preparação e condução da PPUE21; (iv) foi iniciado o planeamento do reforço dos recursos humanos dos serviços internos e externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros; (v) iniciou-se a preparação do Portal PPUE21; e (vi) lançou-se o planeamento do Programa de formação.

No que respeita à preparação do Programa do Trio, foram encetados contactos com o Secretariado-Geral do Conselho para efeito da negociação de um calendário indicativo. Paralelamente, no segundo semestre de 2018, registou-se um aumento dos contactos com os parceiros do Trio, quer ao nível do Ministério dos Negócios Estrangeiros, quer ao nível dos ministérios setoriais. No âmbito dos contactos ao nível político, o Trio formado por Portugal, Alemanha e Eslovénia debateu um conjunto de propostas destinadas a reforçar a unidade do seu programa e levou a cabo uma primeira reflexão sobre possíveis prioridades partilhadas e repartição das cimeiras.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO IV

QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL

A proposta da Comissão para o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 foi apresentada a 2 de maio, tendo-se seguido até meados de junho as propostas setoriais.

Até ao final do ano procedeu-se à clarificação e à estabilização dos principais elementos da negociação. Esta fase culminou com a apresentação de um relatório de progresso global ao Conselho Europeu, em dezembro, e com a adoção de orientações gerais (parciais) em diversas propostas setoriais. O Conselho Europeu encorajou a Presidência romena a prosseguir os trabalhos para que um acordo possa ser alcançado no outono de 2019.

Como principais novidades deste Quadro destacam-se: as propostas no âmbito da União Económica e Monetária (UEM) – Programa de Apoio às Reformas e Função de Estabilização do Investimento; o mecanismo para reforçar a ligação entre o respeito dos princípios do Estado de Direito e a gestão rigorosa e eficaz dos fundos da UE; o Programa InvestEU, a partir da experiência do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (Plano Juncker); a criação do Fundo Europeu de Defesa, que pretende dar sequência ao Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa, que será operacionalizado no biénio 2019-2020; a fusão de grande parte dos instrumentos existentes na área externa num Instrumento para a Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional, o qual terá cobertura mundial e passará a incluir o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED, até à data fora do orçamento da UE); e as propostas para a criação de novos recursos próprios.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Outra grande novidade para este período de programação foi o facto de se conhecerem “a priori” os envelopes pré-afetados por EM (Política Agrícola Comum e Política de Coesão), ao contrário do que acontecia no passado, o que limita a margem para eventuais alterações dos critérios.

Portugal considera que a proposta da Comissão não reflete a ambição desejada. A negociação ainda decorre e procuraremos minimizar os cortes previstos para a Política de Coesão e para a PAC. As propostas no âmbito da UEM são um primeiro passo para instrumentos mais ambiciosos no futuro, que complementem as políticas já existentes. No domínio do financiamento estamos dispostos a debater as propostas da Comissão para novos recursos próprios, bem como outras opções como a taxa sobre transações financeiras ou um imposto sobre serviços digitais.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO

A proposta da Comissão para o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2021-2027 foi apresentada a 2 de maio e incluía uma Comunicação “chapéu” com as prioridades, os objetivos e a dimensão do QFP, bem como as seguintes propostas: regulamento do QFP; regulamento sobre a proteção do orçamento da UE em caso de deficiências generalizadas no que diz respeito ao Estado de Direito nos EM; acordo interinstitucional sobre a disciplina orçamental; e decisão relativa aos recursos próprios e respetivas propostas de execução.

As propostas legislativas para as diversas áreas setoriais foram sendo divulgadas entre 29 de maio e 14 de junho (ver Capítulos próprios).

Como estava anunciado, a proposta da Comissão pretendia alinhar o orçamento da UE com as prioridades políticas definidas nas Cimeiras de Bratislava (setembro de 2016) e de Roma (março de 2017), num contexto de grande complexidade que simultaneamente impõe a necessidade de encontrar respostas para os novos desafios, para o impacto orçamental do Brexit e para enquadrar novos instrumentos de reforma da UEM, sem abandonar as políticas tradicionais e preservando o papel relevante da UE no mundo global.

Dimensão e áreas de intervenção

Para fazer face a estas prioridades a Comissão propôs um orçamento de 1 135 mil milhões de euros em dotações de autorização, a preços de 2018, o que corresponde a 1,11% do RNB da UE-27 (compara com 1 082 milhões de euros no QFP 2014-2020). Se se tiver em conta a saída do Reino Unido, corresponde a uma descida face ao atual período (1,13% do RNB).

A proposta combina novos instrumentos com a modernização e consolidação de programas existentes (redução de 58 para 37 programas), refletindo uma estrutura renovada assente em 7 rubricas (ver quadro).

A Comissão propôs o reforço de várias prioridades com base numa avaliação do respetivo Valor Acrescentado Europeu, destacando-se: a investigação, a inovação e o



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

novo programa digital; as áreas da juventude, incluindo os programas Erasmus e Corpo Europeu de Solidariedade; as migrações e a gestão das fronteiras; a segurança; o ambiente e as alterações climáticas.

São considerados novos instrumentos ligados à UEM: o Programa de Apoio às Reformas inserido na rubrica Coesão e Valores (22,2 mil milhões de euros) e uma nova Função de Estabilização do Investimento para ajudar a manter os níveis de investimento em caso de choques assimétricos graves.

No âmbito da Política Agrícola Comum (PAC) e da Política de Coesão são propostas reduções de 15%² e 10%, respetivamente, a preços constantes (para Portugal representam cortes de 17,1% e 6,9%, respetivamente).

Sublinham-se ainda o novo instrumento para reforçar a ligação entre o respeito dos princípios do Estado de Direito e a gestão rigorosa e eficaz dos fundos da UE – através da suspensão, redução ou restrição de pagamentos, de forma proporcionada e fundamentada e por maioria qualificada invertida, em caso de insuficiente cumprimento destas regras – bem como o novo programa de investimento InvestEU, a partir da experiência do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, integrando e racionalizando os instrumentos financeiros existentes (ver Capítulo II do Título VI).

No domínio da ação externa, a Comissão propôs a fusão no novo Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional (IVDCI) de quase todos os instrumentos de ação externa, incluindo a orçamentação do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED).

A Comissão pretende aumentar a flexibilidade do orçamento, no interior e entre os diferentes programas, mas também através do reforço dos instrumentos de gestão de crises (incluindo o alargamento do âmbito da reserva para ajudas de emergência

² Incluindo gestão direta e despesas da Comissão para assistência técnica. Se considerarmos apenas as verbas atribuídas aos EM, representa um total de 316 mil milhões de euros, correspondendo a uma redução de 17,3%.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

para abranger também crises internas) e da criação de uma “Reserva da União”, no âmbito da margem global para autorizações e constituída a partir de dotações anuladas, para fazer face a acontecimentos imprevistos e responder a situações de crise.

Financiamento

Quanto ao financiamento, a Comissão propôs tornar o sistema de recursos próprios mais simples, justo e transparente. Para além da eliminação do “rebate” do Reino Unido e das compensações a ele associadas, a Comissão propôs uma redução progressiva dos restantes “rebates”, ao longo de 5 anos.

Destaca-se ainda na proposta o aumento do nível máximo de Recursos Próprios de 1,20% para 1,29% do RNB, a simplificação do atual recurso baseado no IVA, a redução da taxa de retenção dos direitos aduaneiros para cobrir encargos de cobrança de 20% para 10% e a introdução de três novos recursos calculados com base: nas receitas do regime de comércio de licenças de emissão, na matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades e na quantidade de resíduos de embalagens de plástico não recicladas em cada EM. A Comissão calcula que estes novos recursos possam representar cerca de 12% do orçamento total da UE.

NEGOCIAÇÃO

O regulamento do QFP é adotado, de acordo com o disposto no artigo 312.º do TFUE, por um processo legislativo especial que prevê que o Conselho delibere por unanimidade após aprovação do PE, que se pronuncia por maioria dos membros que o compõem.

A negociação no Conselho foi atribuída a um grupo ad-hoc, especificamente criado para o efeito. Este grupo é responsável pela coordenação técnica global das negociações e prepara o Conselho de Assuntos Gerais (CAG), a quem está atribuída a responsabilidade política.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Até ao verão foi feita uma apresentação e primeira discussão das principais propostas da Comissão. No final de julho, a Presidência austríaca lançou um questionário centrado nalgumas áreas consideradas centrais para o avanço da negociação (nomeadamente estrutura e flexibilidade do Quadro, sinergias entre programas e recursos próprios). As respostas dos EM a este questionário serviram de base à continuação dos trabalhos.

Em meados de setembro começou a ser discutida a primeira “negotiating box” – documento central que serve de base à negociação global e que, à medida que for completado, permite construir progressivamente o compromisso final a acordar no Conselho Europeu. Este documento inclui, à cabeça, questões horizontais (como as relativas à duração, dotação global, flexibilidades, Estado de Direito), seguindo-se as questões mais relevantes em cada uma das sete rubricas (montantes, métodos de repartição, condições de financiamento, etc.) e recursos próprios, incluindo a questão dos “rebates”. Inclui também as referências apropriadas aos instrumentos propostos fora do orçamento (Mecanismo Europeu de Apoio à Paz e Função de Estabilização do Investimento).

O trabalho desenvolvido pela Presidência austríaca no grupo ad-hoc focou-se na identificação dos elementos a incluir da “negotiating box” e no elenco das várias opções para cada política, sem entrar numa negociação de substância. Procurou-se, assim, identificar os aspetos mais estratégicos e estruturantes das propostas e que são também politicamente mais sensíveis e suscitam maiores divergências entre os EM, e prever opções que cubram as diversas sensibilidades registadas. Estas opções, traduzidas em longos parênteses ao longo do texto, constituirão o elemento central da fase negocial que se segue, onde serão tomadas as decisões que progressivamente irão conduzir ao projeto de acordo final.

Contudo, as sucessivas revisões efetuadas pela Presidência austríaca ao documento nem sempre foram imparciais, tendo prevalecido algumas opções do grupo de EM que defende a contenção do orçamento e que pretendem condicionar à partida a ambição do exercício.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Apesar do ritmo intenso de reuniões do grupo ad-hoc e do agendamento deste ponto em todas as reuniões do CAG, não se verificaram avanços significativos na aproximação das posições dos EM. Continuam nítidas as conhecidas divergências quanto: à dimensão do orçamento e ao equilíbrio entre as políticas tradicionais e as novas prioridades; aos instrumentos ligados à UEM; à condicionalidade macroeconómica na Política de Coesão; à questão da maior inclusividade nos instrumentos de gestão centralizada; e aos novos recursos próprios e “rebates”.

Quanto ao calendário, a posição da Comissão e dos EM evoluiu. A Comissão defende agora outubro de 2019, quando inicialmente propunha um acordo em maio de 2019, antes das eleições para o PE. Vários Estados-membros defendiam o outono de 2019, referência que acabou por ficar nas conclusões do Conselho Europeu de dezembro, onde a Presidência romena foi encorajada a prosseguir os trabalhos e a definir uma orientação para a etapa seguinte das negociações com vista a alcançar um acordo naquele limite temporal. Refira-se, a propósito, que uma nova Comissão Europeia deverá tomar posse em novembro de 2019 e que também o mandato do Presidente do Conselho Europeu termina em dezembro do próximo ano.

A negociação das propostas legislativas para as diversas áreas setoriais decorreu também de forma muito intensa nos respetivos grupos específicos (ver Capítulos próprios). Foram adotadas orientações gerais e mandatos parciais relativamente a várias destas propostas, permitindo iniciar negociações com o PE, com destaque para os programas Horizonte Europa, Mecanismo Interligar a Europa (CEF), Europa Digital, Erasmus, Fundo Europeu de Defesa, Corpo Europeu de Solidariedade, Europa Criativa, Mercado Único, Programa Espacial, Programa Alfândegas e LIFE (Ambiente e Ação Climática). Recorde-se que a aprovação final de todos os regulamentos fica dependente do acordo global a alcançar sobre todo o QFP, só então podendo ser concluída.

Em paralelo, o Parlamento Europeu aprovou, em novembro, uma posição muito ambiciosa sobre o QFP, defendendo: um acordo global tão brevemente quanto possível e de preferência antes das próximas eleições; que a dimensão global do QFP



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

corresponda a 1,3% do RNB UE-27 (a proposta de Comissão cifra-se em 1,11%); o reforço dos montantes disponíveis, sobretudo, para o Horizonte Europa, o CEF, o Mercado Interno, o Erasmus e o InvestEU; a manutenção dos níveis de financiamento atuais para a Política de Coesão, a PAC e as Pescas; a proposta da Comissão para o aumento das rubricas migrações e gestão de fronteiras e segurança e defesa; o reforço dos instrumentos de apoio às políticas de vizinhança e desenvolvimento; e a criação de novos recursos próprios.

INTERESSES DE PORTUGAL

Portugal atribuiu desde o início grande prioridade à negociação do QFP 2021-2027, considerando ser desejável avançar rapidamente nas negociações e alcançar um acordo equilibrado até ao final de 2019 que garanta uma transição suave entre períodos de programação, sem comprometer o início do próximo QFP. Sempre apoiámos a Comissão no objetivo ambicioso que definiu inicialmente para obter um acordo antes das eleições para o PE; os desenvolvimentos mostram que o calendário está a deslizar, mas Portugal continuará a colocar todo o seu empenho e espírito de compromisso no avanço das negociações tão rápido quanto possível.

O próximo QFP deverá refletir a ambição necessária para fazer face às prioridades e aos desafios da UE. Concordamos com a necessidade de reforços para novas áreas como as migrações, a segurança e a defesa, mas não podemos aceitar que sejam feitos através de cortes na Política de Coesão e na PAC, únicas variáveis de ajustamento nesta negociação. Estas reduções não se coadunam com o desejado reforço do contributo destas políticas para fazer face a importantes desafios como os impactos da globalização, os efeitos demográficos e as alterações climáticas. Na PAC importa preservar o desenvolvimento rural, sobretudo nos EM onde o seu peso é mais relevante.

Em paralelo é importante garantir condições de aplicação adequadas para todas as políticas (nomeadamente taxas de cofinanciamento, prefinanciamento e elegibilidades para a Política de Coesão e PAC), bem como o tratamento mais



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

favorável às regiões ultraperiféricas no cumprimento do estatuto específico que o Tratado lhes reconhece. Sempre que se preveja a transferência de verbas da Política de Coesão para programas de gestão centralizada, deverá ser em benefício do EM que efetua a transferência.

Portugal valoriza também as propostas relativas à UEM e a sua ligação ao Semestre Europeu. Não obstante a sua dimensão manifestamente insuficiente e critérios de repartição e de aplicação pouco adequados aos objetivos, as propostas apresentadas constituem um primeiro passo muito relevante para a criação de uma capacidade orçamental para promover a convergência e a competitividade na área do euro, que apoiamos e que importa concretizar. Espera-se que o debate possa prosseguir em 2019 em articulação e no quadro do mandato da Cimeira do Euro de dezembro que determina que o Eurogrupo deverá trabalhar na conceção, modalidades de implementação e calendário de um instrumento orçamental para a convergência e a competitividade na área do euro. Este instrumento será criado no âmbito do QFP com base na proposta relevante da Comissão, a alterar se necessário. As características deste instrumento serão acordadas em junho de 2019 (ver Capítulo II do Título VI).

Apoiamos o critério chave da excelência nas políticas como o Horizonte Europa, mas consideramos que as políticas de gestão centralizada e com um nível de dotações tão significativo não poderão acentuar divergências entre os EM. Pelo contrário, devem contribuir para o objetivo de convergência através de condições que facilitem uma participação mais inclusiva de todos.

Portugal apoia, em termos globais, a nova arquitetura proposta para a área externa, em particular a prioridade política e previsibilidade que é dada à vizinhança e à África-subsaariana. Também aqui o princípio da inclusividade é uma das nossas prioridades políticas, que permite potenciar as capacidades, a experiência e a diversidade dos EM, fortalecendo a ação da UE.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

A proposta relativa à proteção do orçamento da União em caso de deficiências generalizadas no domínio do Estado de Direito nos EM necessita ainda de aprofundamento. Portugal apoia firmemente o fortalecimento e a proteção do Estado de Direito mas é essencial que um instrumento a criar seja claro nesse objetivo e tenha grande solidez jurídica. Discordamos de um procedimento de decisão neste âmbito por maioria qualificada invertida.

Portugal continua disponível para assumir as suas responsabilidades no que toca à vertente financiamento e para participar ativa e construtivamente no debate sobre novos recursos próprios. Terminar com os “rebates” e com todas as formas de compensação é a melhor simplificação do sistema de financiamento.

Por último, importa referir que Portugal participou na Cimeira dos “Amigos da Coesão”, que teve lugar a 29 de novembro em Bratislava. Foi assinada uma declaração política sobre o QFP (por Bulgária, República Checa, Chipre, Croácia, Estónia, Grécia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Portugal, Eslováquia e Eslovénia) com as principais prioridades deste grupo de EM para o período 2021-2027, o que traduz um sinal positivo de concertação para a fase de negociação mais decisiva que se avizinha. Também participaram, endossando globalmente as conclusões, Itália e Roménia que, contudo, não assinaram a declaração – a primeira por não ter visto refletidas todas as suas pretensões no texto e a segunda por ser a Presidência seguinte.

Este grupo defende que: a dimensão do QFP deve traduzir a ambição da UE; a Política de Coesão e a PAC devem manter níveis suficientes de recursos, embora também se devam encontrar soluções para os novos desafios; as políticas de gestão centralizada devem facilitar uma participação mais inclusiva, sem pôr em causa os seus princípios/objetivos; e o sistema de recursos próprios deve ser mais simples, justo e transparente, sem “rebates”.



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Anexo

QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL (UE-27)

(em milhões de EUR – preços de 2018)

Dotações de autorização	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Total 2021-2027
1. Mercado Único, Inovação e Digital	23 955	23 918	24 203	23 624	23 505	23 644	23 454	166 303
2. Coesão e Valores	51 444	54 171	56 062	56 600	57 148	59 200	57 349	391 974
das quais: Coesão económica, social e territorial	45 597	46 091	46 650	47 212	47 776	48 348	48 968	330 642
3. Recursos Naturais e Ambiente	50 323	49 580	48 886	48 097	47 326	46 575	45 836	336 623
das quais: Despesas de mercado e pagamentos diretos	37 976	37 441	36 946	36 346	35 756	35 176	34 606	254 247
4. Migração e Gestão das Fronteiras	3 076	4 219	4 414	4 647	4 719	4 846	4 908	30 829
5. Segurança e Defesa	3 154	3 229	3 183	3 281	3 517	3 743	4 216	24 323
6. Países vizinhos e resto do mundo	14 765	14 831	15 002	15 290	15 711	16 298	17 032	108 929
7. Administração pública europeia	10 388	10 518	10 705	10 864	10 910	11 052	11 165	75 602
das quais: Despesas administrativas das instituições	8 128	8 201	8 330	8 432	8 412	8 493	8 551	58 547
TOTAL DAS DOTAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO	157 105	160 466	162 455	162 403	162 836	165 358	163 960	1 134 583
em percentagem do RNB	1,12%	1,13%	1,13%	1,12%	1,11%	1,11%	1,09%	1,11%
TOTAL DAS DOTAÇÕES DE PAGAMENTO	150 168	151 482	160 631	160 631	160 631	160 631	160 631	1 104 805
em percentagem do RNB	1,07%	1,07%	1,12%	1,10%	1,09%	1,08%	1,07%	1,08%
Margem disponível	0,22%	0,22%	0,17%	0,19%	0,20%	0,21%	0,22%	0,21%
Limite máximo dos recursos próprios em percentagem do RNB*	1,29%	1,29%	1,29%	1,29%	1,29%	1,29%	1,29%	1,29%
* Estas percentagens não prejudicam o limite máximo estabelecido na Decisão relativa aos recursos próprios em vigor.								
FORA DOS LIMITES MÁXIMOS DO QFP								
Instrumentos Especiais:								
Reserva para Ajudas de Emergência	600	600	600	600	600	600	600	4 200
Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG)	200	200	200	200	200	200	200	1 400
Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE)	600	600	600	600	600	600	600	4 200
Instrumento de Flexibilidade	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	7 000
Instrumento Europeu de Estabilização do Investimento*	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.
Mecanismo Europeu de Apoio à Paz	753	970	1 177	1 376	1 567	1 707	1 673	9 223
TOTAL FORA DO QFP	3 153	3 370	3 577	3 776	3 967	4 107	4 073	26 023
TOTAL QFP + FORA DO QFP	160 258	163 836	166 032	166 179	166 803	169 465	168 033	1 160 606
em percentagem do RNB	1,14%	1,15%	1,16%	1,14%	1,13%	1,14%	1,11%	1,14%

* No caso do Instrumento Europeu de Estabilização do Investimento será oferecida uma bonificação da taxa de juro através de receitas afetadas externas equivalentes a uma parte dos proventos monetários.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO V

ALARGAMENTO

Constituiu um objetivo quer da Comissão, quer das Presidências, o apoio à progressão de cada um dos seis países dos Balcãs Ocidentais no seu caminho de aproximação à UE, muito embora uma decisão do Conselho no que toca à abertura de negociações de adesão com a Macedónia do Norte e com a Albânia tenha sido adiada para 2019. Este foco acrescido na região dos Balcãs Ocidentais em matéria de Alargamento, foi igualmente favorecido pela estagnação das negociações de adesão com a Turquia, que se mantêm sem qualquer avanço desde 2016.

O Alargamento da UE aos Balcãs Ocidentais constituiu uma prioridade das Presidências, bem como da própria Comissão que apresentou em fevereiro uma Comunicação/Estratégia designada “Uma perspetiva credível de Alargamento e um empenhamento reforçado da UE nos Balcãs Ocidentais” onde defende que “a política de Alargamento da UE deve ser parte integrante da estratégia mais vasta para reforçar a União até 2025” e que “nessa data, a UE poderá ter mais de 27 Estados-membros”. Este foco acrescido no alargamento aos Balcãs não reuniu todavia um consenso a nível interno, tendo este processo sido mantido desligado, por orientação do Conselho Europeu de 22 de março, de uma estratégia para a região dos Balcãs Ocidentais, como Portugal defende (ver Capítulo II do Título VIII).

O Montenegro e a Sérvia permaneceram como “frontrunners”, tendo a Comissão indicado na sua estratégia o ano de 2025 como o “best-case scenario” para a sua eventual adesão³. O ritmo das negociações destes dois candidatos manteve-se

³ O Montenegro possui estatuto de candidato desde 2011 e negociações abertas desde junho de 2012; a Sérvia tem estatuto de candidato desde 2012 e negociações de abertas desde janeiro de 2014.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

condicionado pelo preenchimento das condições técnicas inerentes a cada capítulo mas, sobretudo, pelos progressos obtidos nos capítulos relativos ao Estado de Direito e Direitos Fundamentais e, no caso da Sérvia, também pelos avanços na normalização do seu diálogo com Pristina.

O Montenegro tem já abertos 32 capítulos negociais (de um total de 35), três dos quais estão provisoriamente encerrados; e a Sérvia 16 capítulos, dos quais dois estão também já provisoriamente encerrados. A abertura destes capítulos foi apoiada por Portugal, face ao cumprimento da condicionalidade estabelecida.

Apesar da recomendação da Comissão de que estavam reunidas as necessárias condições para que fossem abertas as negociações de adesão com a Antiga República Jugoslava da Macedónia (ARJM) e com a Albânia, esta decisão foi adiada para junho de 2019 e estará dependente não só dos progressos que ambos venham a fazer na consolidação de reformas na área do Estado de Direito, mas também da solução final que venha a ser encontrada para a futura designação da ARJM⁴.

Recorde-se que o acordo alcançado em Prespes, sob mediação da ONU em junho, entre os Governos da ARJM e da Grécia sobre a futura designação da ARJM – República da Macedónia do Norte – poderá pôr fim a uma disputa político-semântica de 27 anos, viabilizando o necessário consentimento grego à sua possível adesão à UE e à NATO.

As conclusões aprovadas pelo Conselho, em junho, sobre o Pacote Alargamento reconheceram que as negociações de adesão com a Turquia chegaram a um “impasse efetivo”, não sendo prevista a abertura ou o encerramento de novos capítulos negociais. A manutenção do congelamento de facto das negociações de adesão (que dura desde junho de 2016) continuou a resultar não só do afastamento da Turquia dos critérios de Copenhaga, em especial do critério político (Estado de

⁴ Conclusões do Conselho sobre o Pacote Alargamento de 26 de junho.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Direito e Direitos Fundamentais), mas também do agravamento das suas relações bilaterais com alguns Estados-membros.

Apesar deste congelamento, foi mantido um diálogo com Ancara nas áreas de interesse comum como são as migrações, o contraterrorismo e a energia. Em março realizou-se em Varna, na Bulgária, um jantar de trabalho de líderes UE-Turquia e em novembro o Diálogo Político de Alto Nível UE-Turquia.

A frágil situação económica levou as autoridades turcas a apresentar um discurso mais moderado e a reiterar o seu empenho em avançar no processo de adesão e na concretização da modernização da União Aduaneira existente, negociações que permaneceram igualmente num impasse⁵. No final do ano foram reativados os trabalhos do “Reform Action Group” e a estratégia para o setor judicial, tendo as autoridades turcas solicitado à Comissão que faça um compasso de espera antes de publicar o relatório de progresso em 2019 sobre a Turquia para que estas iniciativas possam dar os seus frutos.

Portugal tem defendido uma abordagem equilibrada face à Turquia. Embora reconheça e lamente o seu afastamento crescente da UE, continua a acreditar que a manutenção do atual “satus quo” – estatuto de candidato e congelamento de facto das negociações de adesão até que haja real avanço no cumprimento da condicionalidade – constitui a melhor forma de manter o “leverage” face a Ankara e salvaguardar a relação estratégica decisiva em áreas como as migrações e a luta contra o terrorismo.

⁵ Esta revisão não deverá registar avanços sem que a Turquia resolva a questão da aplicação não discriminatória face ao Chipre do Acordo de Ancara.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO VI

POLÍTICAS INTERNAS NA UE

Em 2018 prosseguiram os debates sobre o aprofundamento da União Económica e Monetária, assim como os trabalhos com vista à conclusão da União Bancária e da União dos Mercados de Capitais. Foram particularmente marcantes os resultados da Cimeira do Euro de dezembro que confirmaram os progressos alcançados ao nível do Eurogrupo sobre um conjunto de elementos estruturantes destes projetos e lançaram as bases para a criação de um instrumento para a competitividade e a convergência no que poderá vir a ser o princípio de uma capacidade orçamental para a área do euro. Portugal saudou especialmente estes resultados.

Destaca-se, no âmbito do ciclo anual de coordenação das políticas económicas do Semestre Europeu, o reconhecimento da evolução positiva da economia portuguesa e a redução dos desequilíbrios que permitiram a melhoria da classificação de Portugal no quadro do procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos.

Em 2018 foram lançadas as diversas negociações dos novos programas setoriais para o período 2021-2027, que decorrem em paralelo com a negociação global do próximo Quadro Financeiro Plurianual. As negociações têm decorrido a bom ritmo e em diversas propostas foi possível alcançar acordo no Conselho sobre orientações gerais com vista a iniciar as negociações com o Parlamento Europeu.

Em particular, na Política de Coesão foi obtido acordo, que Portugal apoiou, nos domínios da programação e da gestão e controlo no âmbito do novo regulamento sobre as disposições comuns dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento. As questões mais relevantes e com impacto financeiro permanecem em aberto, continuando Portugal a defender o reforço das taxas de cofinanciamento e de pré-financiamento, assim como a opor-se aos cortes acentuados propostos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Relativamente à Política Agrícola Comum Pós-2020, salienta-se a forte oposição de Portugal aos cortes propostos com maior incidência no desenvolvimento rural, a defesa de uma maior convergência dos pagamentos diretos e a manutenção do apoio às regiões ultraperiféricas.

Salienta-se, igualmente, o acordo alcançado no Conselho sobre o futuro Programa-Quadro Horizonte Europa.

Num ano marcado pela comemoração do 25.º aniversário do Mercado Único, deu-se início à reflexão sobre o seu futuro no contexto da preparação da próxima Agenda Estratégica da União.

Merece destaque a negociação relativa aos direitos de autor no mercado único digital, iniciativa polémica mas que, tal como Portugal defendeu, resultou num equilíbrio entre um elevado nível de proteção dos criadores de conteúdo e os interesses dos utilizadores.

A adoção do pacote legislativo Energia Limpa para todos os europeus constitui um importante passo na concretização da União da Energia, tendo Portugal sido um dos primeiros Estados-membros a apresentar, no final do ano, o Plano Nacional Integrado de Energia e Clima, contendo objetivos ambiciosos para 2030.

É ainda de relevar a primeira participação nacional num programa pilar no setor espacial europeu, através da adesão de Portugal ao Consórcio Europeu de Vigilância e Rastreio no Espaço.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO I

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS ECONÓMICAS

SEMESTRE EUROPEU

Análise Anual do Crescimento, Recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro e Relatório do Mecanismo de Alerta

O Semestre Europeu de 2018 teve início em novembro de 2017 com a publicação, por parte da Comissão Europeia, de um pacote de documentos que engloba as diferentes componentes deste ciclo:

- A Análise Anual do Crescimento (AAC), na qual foram afirmadas as prioridades políticas para a União. Foi reiterado o “triângulo virtuoso” de prioridades onde se inclui: (i) o estímulo ao investimento; (ii) a necessidade de continuar a implementação de reformas estruturais, nomeadamente no mercado de trabalho; e (iii) o desenvolvimento de políticas orçamentais responsáveis, o qual passou a ter como “pano de fundo” o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, aprovado na Cimeira Social de Gotemburgo, em novembro de 2017.
- Uma proposta para a recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro, a qual preconiza: (i) políticas de apoio ao crescimento sustentável e inclusivo e de reforço da resiliência, do reequilíbrio e da convergência das economias; (ii) uma posição orçamental globalmente neutra em termos agregados na área do euro e uma combinação equilibrada de políticas; (iii) a implementação de reformas que promovam a criação de emprego, a equidade social e a convergência, em paralelo com um efetivo diálogo com os parceiros sociais; (iv) a conclusão da União Bancária no que respeita à redução e partilha de riscos, nomeadamente pela criação do Sistema Europeu de Seguro de Depósitos, pela operacionalização do mecanismo de financiamento comum (“backstop”) para o Fundo Único de Resolução e pelo reforço do quadro de supervisão europeu para impedir a acumulação de riscos; e (v) a aceleração das iniciativas conducentes ao aprofundamento da União Económica e Monetária.
- O Relatório do Mecanismo de Alerta (RMA), que reconhece o impacto positivo da recuperação económica registada na União Europeia na correção dos desequilíbrios, ressaltando a necessidade de esforços suplementares de maneira a contornar algumas das debilidades ainda persistentes nas



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

economias dos Estados-membros e aumentar a sua resiliência a choques económicos. Entre outras considerações, o documento aponta, por um lado, para o facto de as posições líquidas de investimento internacional continuarem a ser muito negativas em alguns casos, para alguma desaceleração registada no desendividamento do setor privado e para o aumento dos preços da habitação na maioria dos Estados-membros. Por outro lado, assinala aspetos positivos como a melhoria na rentabilidade do setor bancário e os progressos registados no mercado laboral. O documento propôs uma Análise Aprofundada para doze países, incluindo Portugal.

No seguimento da adoção destes documentos, em janeiro de 2018 o Conselho adotou conclusões relativas à AAC e ao RMA. O Conselho aprovou, ainda, a recomendação sobre a política económica para a área do euro, o que se traduziu num texto, no essencial, semelhante ao proposto pela Comissão, ao qual se acrescentou particular ênfase à necessidade de os Estados-membros assegurarem espaço orçamental a nível nacional e de se prosseguir a União Bancária e a União dos Mercados de Capitais. Relativamente à AAC, o Conselho concordou com as prioridades propostas pela Comissão Europeia, nomeadamente o fomento do investimento e a prossecução de reformas estruturais e de políticas orçamentais responsáveis. No que se refere ao RMA, o Conselho partilhou a análise da Comissão, reconhecendo os progressos feitos na correção dos desequilíbrios macroeconómicos, tendo concordado com a realização de Análises Aprofundadas aos doze Estados-membros identificados como apresentando desequilíbrios macroeconómicos.

Portugal concordou com as prioridades de política identificadas pela Comissão Europeia e com o novo enfoque no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, bem como com a recomendação de política para a área do euro.

Já em novembro, iniciou-se o ciclo do Semestre Europeu de 2019, com a publicação do pacote de outono (que engloba a AAC, a proposta para recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro e o RMA), tendo a Comissão mantido válidas as linhas orientadoras do Semestre Europeu de 2018: reforço dos três elementos do “triângulo virtuoso” das políticas económicas, com a tónica na



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

concretização dos princípios proclamados no Pilar Europeu dos Direitos Sociais e na prossecução de políticas que tornem a economia europeia mais resiliente e inclusiva.

Propôs ainda como recomendações para os países cuja moeda é o euro: (i) aprofundar o mercado único, melhorar o quadro empresarial e empreender as reformas dos mercados do produto e dos serviços; (ii) reconstituir as reservas orçamentais nos países com elevados níveis de dívida pública, apoiar o investimento público e privado e melhorar a qualidade e a composição das finanças públicas; (iii) transferir a carga fiscal sobre o trabalho para outras bases tributáveis, reforçar os sistemas de ensino e o investimento nas competências e a eficácia das políticas ativas do mercado de trabalho e combater a segmentação do mercado de trabalho, garantindo sistemas adequados de segurança social; (iv) tornar operacional o mecanismo de financiamento comum (“backstop”) do Fundo Único de Resolução, instituir um Sistema Europeu de Seguro de Depósitos e reforçar o quadro europeu de regulação e supervisão; e (v) assegurar progressos rápidos na conclusão da UEM.

O RMA 2019, apesar de registar a melhoria económica na UE, confirma globalmente os mesmos riscos do ano anterior e treze países são identificados como justificando uma Análise Aprofundada, incluindo Portugal.

Ainda no âmbito do Semestre Europeu 2018, e de acordo com o procedimento legalmente previsto, a Comissão Europeia adotou dois documentos dirigidos em concreto a cada um dos Estados-membros: o relatório sobre cada Estado-membro e as recomendações específicas por país.

Relatório sobre cada Estado-Membro (“Country Reports”)

No seguimento da apresentação pela Comissão Europeia em março, o Conselho debateu os “country reports” que incluem, também, a Análise Aprofundada para os casos considerados necessários. Em relação a Portugal, a Comissão considerou que o contexto macroeconómico internacional positivo, bem como as condições de financiamento mais favoráveis, têm sido devidamente aproveitados pelas autoridades



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

nacionais para procederem à correção dos desequilíbrios macroeconómicos. Considerou, também, que Portugal registou alguns progressos na implementação das recomendações que lhe foram dirigidas em 2017, com alguns avanços na análise da despesa, na redução dos créditos não produtivos (NPL – “non-performing loans”) e na promoção dos contratos de trabalho sem termo. Relativamente ao sistema judicial, o relatório considerou que se registaram alguns progressos, em particular no que se refere à transparência e eficiência do sistema. Por fim, o relatório aponta a necessidade de encarar a redução da dívida pública com maior ambição, tendo em vista a estabilidade das finanças públicas em futuras fases menos favoráveis do ciclo económico.

Em abril, Portugal apresentou o Programa Nacional de Reformas (PNR), onde expôs as suas prioridades reformistas de curto e de médio prazo, delineadas em seis pilares de intervenção e que se mantiveram relativamente ao ano anterior: qualificação dos portugueses, inovação na economia, valorização do território, modernização do Estado, capitalização das empresas e reforço da coesão e da igualdade social. Ver no Capítulo X deste Título o contributo do Portugal 2020 para o financiamento das medidas do PNR, assim como o grau de cumprimento das metas da Estratégia Europa 2020.

Em maio, o Conselho adotou conclusões sobre as Análises Aprofundadas e analisou a aplicação das recomendações específicas por país de 2017, concordando com a classificação da Comissão relativamente aos desequilíbrios macroeconómicos e dando ênfase à necessidade de ação e compromisso no que diz respeito à implementação de reformas estruturais. As referidas conclusões realçam o progresso alcançado, mas chamam a atenção para a implementação desigual entre países e entre áreas de política, notando que apenas em poucos casos foi registado um progresso significativo na implementação destas recomendações.

O Conselho concordou, ainda, com a avaliação da Comissão relativamente aos desequilíbrios macroeconómicos, o que resultou na reclassificação de Portugal que,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

desse modo, abandonou a categoria de “desequilíbrios excessivos” e foi classificado sob a categoria de “desequilíbrios” tal como a Bulgária e a França⁶. Portugal saudou a nova classificação que lhe foi atribuída, que veio reconhecer a evolução positiva de indicadores como o endividamento público, o endividamento privado e a taxa de desemprego.

Recomendações Específicas por País (REP)

Em maio, a Comissão propôs um conjunto de recomendações específicas para cada Estado-membro, com base na avaliação dos Programas Nacionais de Reformas e dos Programas de Estabilidade ou de Convergência.

Relativamente a Portugal, as recomendações emitidas incidiram sobre: (i) a necessidade de cumprir uma taxa de crescimento nominal da despesa pública primária líquida que não deveria exceder 0,7%, o que corresponde a um ajustamento estrutural anual de 0,6% do PIB, e a utilização de receitas extraordinárias para acelerar a redução do rácio da dívida, bem como o reforço do controlo da despesa, em particular nas empresas públicas e no setor da saúde; (ii) promover a contratação de trabalhadores por tempo indeterminado e aumentar o nível de competências da população adulta, nomeadamente no que respeita às competências digitais, e aumentar a entrada no ensino superior nas áreas científicas e tecnológicas; e (iii) reforçar a eficiência dos regimes de insolvência, reduzir obstáculos a um mercado secundário de créditos não produtivos, assim como facilitar o acesso das empresas ao crédito, diminuir a carga administrativa e eliminar restrições ainda aplicáveis a profissões reguladas.

Em julho, após concluídos os trabalhos de discussão e a aprovação pelo Conselho Europeu, o Conselho adotou formalmente as recomendações específicas por país para 2018. Portugal concordou com as recomendações que lhe foram dirigidas.

⁶ Esta categoria inclui ainda os seguintes EM: Croácia, Chipre, Alemanha, Irlanda, Itália, Países Baixos, Espanha e Suécia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Balanço anual

Em outubro, os ministros das Finanças da UE fizeram o balanço do processo de acompanhamento das políticas no âmbito do Semestre Europeu de 2018 com vista a tornar o exercício mais simples e mais eficaz. Concluiu-se que, apesar das melhorias conseguidas, existe ainda espaço para progressão. Fez-se, ainda, notar que em 2019 o calendário deverá ser agilizado, de maneira a compatibilizar as datas do Semestre com as eleições para o Parlamento Europeu, agendadas para maio. Este exercício de avaliação acontece anualmente com o intuito de prosseguir uma contínua melhoria do funcionamento do Semestre.

FUNDO EUROPEU DE INVESTIMENTO ESTRATÉGICO (FEIE)

O FEIE é o elemento essencial do Plano de Investimento para a Europa, destinado a estimular o crescimento económico e a competitividade a longo prazo na UE. Dotado com 33,5 mil milhões de euros para o período compreendido entre 2015 e 2020, o FEIE resulta de uma parceria entre o Banco Europeu de Investimento e a Comissão Europeia, visando financiar projetos viáveis associados a um maior risco, que não conseguiriam financiamento de outra forma. O objetivo final é alavancar cerca de 500 mil milhões de euros em investimento na UE. Desde o seu início, em 2015, o Grupo do BEI aprovou 69,5 mil milhões de euros ao abrigo do FEIE, mobilizando um investimento total de 371,2 mil milhões de euros. Cerca de 33% do investimento destinou-se a PME e 22% ao setor de investigação e desenvolvimento, seguido pelo setor da energia com 19%.

Em Portugal, o FEIE aprovou, desde o seu início, o financiamento de 39 projetos, num total na ordem de 2,5 mil milhões de euros, incluindo nomeadamente financiamentos de 420 milhões de euros às Águas de Portugal para o setor da água e tratamento de águas residuais e de 250 milhões de euros à Câmara Municipal de Lisboa para requalificação urbana. O custo total dos 39 projetos ascende a 8,8 mil milhões de euros, destinados na sua maioria a PME através de intermediação bancária.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS ESTRUTURAIS

No âmbito das complementaridades e sinergias entre fundos europeus, bem como da sua utilização eficiente e eficaz, o Programa de Apoio às Reformas Estruturais (PARE) lançado para o período 2017-2020 procura identificar e apoiar tecnicamente a execução de reformas nos Estado-membros que coloquem as respetivas retomas numa trajetória sustentável, libertem o potencial de crescimento para reforçar a capacidade de ajustamento e apoiem o processo de convergência. O PARE foi aprovado pelo Regulamento (UE) 2017/825, de 17 de maio de 2017, com um orçamento total de 142,8 milhões de euros, tendo sido posteriormente alterado pelo Regulamento (UE) 2018/1671 do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro de 2018, a fim de aumentar a sua dotação financeira em 80 milhões de euros e adaptar o seu objetivo geral. Assim, este Programa conta agora com um orçamento total de 222,8 milhões de euros e no objetivo geral passam a constar os apoios ao reforço na área da inclusão social e na preparação para a participação na área do euro.

Visando apoiar os EM a implementarem reformas estruturais que permitam promover o investimento, o crescimento e a criação de emprego, enfrentando assim tanto os desafios económicos como sociais, a Comissão Europeia assegura apoio técnico às autoridades nacionais competentes pelas reformas institucionais e administrativas com impactos na governação, na administração pública e nos setores económicos e sociais, podendo abranger todo o processo de reforma, desde a sua conceção até à sua implementação e avaliação.

Assim, abrange reformas estruturais que se relacionem com a aplicação das recomendações específicas por país no âmbito do Semestre Europeu, mas também relacionadas com a aplicação do direito da UE, da execução de programas de ajustamento económico, ou ainda reformas realizadas por iniciativa do EM com o objetivo de promover a competitividade, o crescimento sustentável, a criação de emprego, o investimento, a coesão e a inclusão social.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal aderiu à iniciativa, com a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP como Autoridade Coordenadora Nacional, e registou na primeira convocatória (2017) a concretização do apoio a 4 projetos, relacionados com as áreas orçamental, regulamentar e de modernização administrativa; na segunda (2018) foram apoiados 5 projetos, a intervir em áreas tão diversas como a justiça, educação, ambiente e mercados financeiros; e, por fim, aguarda-se a conclusão dos procedimentos relativos à terceira convocatória (2019), tendo sido submetidos projetos na área do mercado de trabalho, saúde, educação e serviços sociais, bem como na área do crescimento e ambiente empresarial, na governação e administração pública e na administração fiscal e gestão das finanças públicas.

Os projetos em curso e os apresentados para financiamento contribuem diretamente para a resposta a muitas das recomendações recebidas pelo país em 2017 e 2018 no âmbito do Semestre Europeu.

Até ao final de 2018, o PARE encontrava-se a apoiar cerca de 300 pedidos de apoio técnico em 25 EM, 159 seleccionados em 2017 e 146 em 2018. O volume de pedidos recebidos para a convocatória de 2018 (444, face aos 271 do ano anterior) levou a Comissão a propor um reforço da dotação do programa, que, conforme já foi referido, se veio a concretizar em finais de 2018.

DISCUSSÕES TEMÁTICAS SOBRE O CRESCIMENTO E O EMPREGO

Ao longo do ano realizaram-se várias discussões sobre temas relacionados com o crescimento e o emprego. Portugal foi favorável a estes debates temáticos, os quais permitem aprofundar temas de interesse para os Estados-membros da área do euro, bem como a troca de melhores práticas entre países.

Dinâmica Salarial

Os ministros das Finanças, na sua formação área do euro, procederam a um primeiro debate, em abril, sobre a dinâmica salarial como modo de ajustamento macroeconómico na União Económica e Monetária. O debate baseou-se numa nota



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

da Comissão e numa apresentação do Professor Tito Boeri, que é igualmente presidente do Instituto Nacional da Segurança Social de Itália.

A discussão foi orientada, essencialmente, em torno dos recentes desenvolvimentos salariais vis-à-vis o crescimento económico registado e a evolução da produtividade. Os seguintes mecanismos foram apontados como potenciais influenciadores das recentes dinâmicas salariais: alterações do salário mínimo; política fiscal e redistributiva; quadro de negociação de acordos coletivos de trabalho; regime salarial público; e reformas nos mercados de produtos e trabalho.

Afetação de recursos nos mercados de trabalho e dos produtos

Em setembro, o Eurogrupo debateu a eficiência da afetação de recursos nos mercados de trabalho e de produtos, com base numa análise da Comissão Europeia que considerou que a capacidade de um país para afetar recursos de forma eficiente nos mercados de trabalho e de produtos reforça a resiliência económica, sendo por isso particularmente relevante para a área do euro.

Os ministros assistiram também a uma apresentação de Christopher Antoniou Pissarides, Professor de Economia na London School of Economics e vencedor do prémio Nobel de Ciências Económicas em 2010.

Na discussão, as seguintes áreas de intervenção foram apontadas como essenciais para que as autoridades públicas contribuam para uma melhor alocação de recursos: quadros legais potenciadores da concorrência no mercado do produto; custos de entrada e saída no mercado, nomeadamente por via de regimes de insolvência que reafectem eficazmente o capital; e formação e educação, de maneira a que as capacidades dos trabalhadores melhor se adequem às necessidades do mercado.

Estabilizadores automáticos

Na reunião ocorrida em outubro, os ministros das Finanças da área do euro debateram o papel a ser desempenhado pelos estabilizadores automáticos, enquanto ferramentas capazes de atenuar as consequências prejudiciais de momentos menos



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

positivos do ciclo económico. Tendo por base uma nota elaborada pela Comissão, a discussão teve também por referência as experiências de alguns Estados-membros, nomeadamente França, Irlanda, Espanha, Alemanha, Países Baixos, Bélgica, Letónia e Luxemburgo.

Uma das principais conclusões apontou para a necessidade de, em momentos positivos do ciclo económico, serem criadas almofadas orçamentais, em linha com as regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que, em momentos negativos, permitam uma atempada e eficiente correção dos desequilíbrios.

Estabilidade financeira na UEM

Por fim, em novembro, o Eurogrupo realizou outro dos seus debates temáticos sobre o crescimento e o emprego, examinando desta feita a questão da estabilidade financeira na União Económica e Monetária.

A troca de pontos de vista baseou-se na análise da Comissão Europeia e numa apresentação realizada por Jean Tirole, Professor de economia francês e laureado com o Nobel em Ciências Económicas em 2014.

A concretização da União Bancária foi apontada como um objetivo essencial para uma prolongada estabilidade financeira na UEM.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO II

UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA

SUPERVISÃO PÓS-PROGRAMA A PORTUGAL

Oitava e nona avaliações no quadro de supervisão e monitorização pós-programa

Portugal encontra-se, desde o fim do programa de assistência económica e financeira (PAEF), no quadro de supervisão pós-programa ("Post-Programme Surveillance", PPS) estabelecido no âmbito da UE, até reembolsar 75% da assistência que recebeu das instituições europeias. Paralelamente, Portugal encontrava-se sob monitorização pós-programa ("Post-Programme Monitoring", PPM) por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI) até a sua dívida junto desta instituição ser menor que 1,5 mil milhões de Direitos de Saque Especiais (SDR). Em consequência do pagamento antecipado ao Fundo em dezembro, o final do ano de 2018 ficou marcado pela conclusão deste processo de monitorização por parte dessa instituição.

Em 2018 decorreram duas avaliações: a oitava, apenas PPS, decorreu entre 5 e 12 de junho; e a nona, de 27 a 30 de novembro, juntou a missão das instituições europeias (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Mecanismo Europeu de Estabilidade) / PPS com a do FMI / PPM, a qual não deu origem ao habitual relatório de conclusões do Fundo devido ao já referido pagamento antecipado. O comunicado respeitante a esta última missão PPS refere a fase favorável da economia, apesar de antecipar alguma moderação na evolução positiva das exportações e do investimento; também o desemprego diminuiu, atingindo o valor mais baixo registado nos últimos 16 anos. No entanto, as instituições europeias consideraram que o crescimento potencial da economia será favorecido pela remoção dos obstáculos ao investimento, pela melhoria do ambiente empresarial e de negócios, pelo aumento do nível de competências da população e pelo apoio à inovação. A



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

missão concluiu que as atuais condições cíclicas, ainda favoráveis, devem ser aproveitadas na continuação do esforço de consolidação orçamental, na redução do ainda elevado nível de endividamento (público e privado) e na promoção da flexibilidade em alguns setores da economia, nomeadamente no mercado de trabalho. Relativamente ao setor bancário, as instituições destacaram as melhorias registadas no respeitante à rentabilidade dos bancos, bem como à diminuição do total de créditos malparados, contribuindo para uma diminuição dos riscos e maior resiliência da economia portuguesa face ao ano transato.

Reembolso antecipado ao Fundo Monetário Internacional

Em 2018 Portugal procedeu a dois reembolsos antecipados ao FMI. Estes pagamentos ocorreram em janeiro e dezembro, totalizando um montante de mais de 5,5 mil milhões de euros. Deste modo, Portugal amortizou a totalidade do empréstimo disponibilizado pelo FMI no âmbito do PAEF. Recorda-se que em 2015 Portugal amortizou aproximadamente 8,4 mil milhões de euros, em 2016 4,5 mil milhões de euros, em 2017 10 mil milhões de euros e em 2018 5,5 mil milhões de euros.

ASSISTÊNCIA A OUTROS ESTADOS-MEMBROS

A Grécia concluiu em agosto o seu terceiro e último programa de assistência financeira ao abrigo do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), dando por terminado um período de oito anos de assistência financeira concedida essencialmente por parte deste mecanismo, do Fundo Europeu para a Estabilidade Financeira (FEEF) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Estes programas permitiram a prossecução de importantes reformas estruturais e a recuperação da confiança dos investidores na economia Grega.

Após a conclusão com êxito deste último programa, a Comissão Europeia adotou uma decisão para ativar o quadro de supervisão reforçada relativamente à Grécia, a fim de apoiar a execução das reformas acordadas. Este quadro prevê missões de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

avaliação trimestrais para identificar riscos emergentes, permitindo, desta forma, a prossecução precoce das medidas mais adequadas para mitigar potenciais fontes de dificuldades económicas e financeiras, juntamente com a implementação de reformas estruturais que apoiem um crescimento económico robusto e sustentável.

Portugal saudou os desenvolvimentos positivos que permitiram a conclusão com êxito do programa de assistência à Grécia.

Portugal acompanhou ainda os desenvolvimentos relacionados com a supervisão pós-programa noutros Estados-membros, como Chipre, Irlanda, Espanha e Roménia.

GOVERNAÇÃO ECONÓMICA

Implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento

Em junho, sob recomendação da Comissão Europeia, o Conselho revogou o Procedimento por Défices Excessivos em França. Não houve desenvolvimentos adicionais relativos ao braço corretivo do Pacto de Estabilidade e Crescimento, ao qual apenas Espanha continuou a estar sujeita.

No âmbito do braço preventivo do Pacto, o Conselho emitiu, em junho, advertências à Hungria e à Roménia quanto à existência em 2017 de um desvio significativo da trajetória de ajustamento necessária para alcançar o objetivo orçamental de médio prazo. Já em dezembro, o Conselho adotou decisões a confirmar não terem sido tomadas medidas efetivas, bem como novas recomendações sobre as medidas a tomar por estes Estados-membros para corrigir os desvios identificados.

Ainda no contexto do braço preventivo, a Comissão efetuou avaliações semestrais com base nas suas previsões. No que se refere às previsões da primavera de 2018, a avaliação das implicações para a supervisão orçamental indica que, em 2018, a maioria dos Estados-membros irá cumprir com os seus respetivos objetivos de médio prazo ou com a sua respetiva trajetória de ajustamento.

Relativamente a Portugal, apesar do limite estabelecido para a regra da despesa ter sido excedido, a Comissão concluiu que foi cumprido o ajustamento orçamental



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

estrutural necessário para alcançar o objetivo orçamental de médio prazo relativo a 2017. No entanto, para 2018, a Comissão considerou que existia um risco de desvio significativo da trajetória de ajustamento, apesar de prever o cumprimento relativo ao critério da dívida.

Já no outono de 2018, a Comissão efetuou uma nova avaliação, de onde se destaca a reavaliação do cumprimento do critério da dívida por parte de Itália referente a 2017 e a emissão de novas recomendações sobre as medidas a tomar para a correção do desvio significativo em relação à trajetória de ajustamento rumo ao objetivo orçamental de médio prazo no caso da Hungria e da Roménia.

Relativamente aos restantes Estados-membros, a avaliação indica que em 2018 a maioria irá cumprir os respetivos objetivos de médio prazo ou a sua trajetória de ajustamento. Relativamente a Portugal, a Comissão aponta para a existência de um risco de desvio significativo em relação à trajetória de ajustamento ao objetivo de médio prazo, tanto para 2018 como para 2019, apesar de continuar a prever o cumprimento do critério da dívida em 2018. O Governo mantém, contudo, confiança nas suas previsões.

Exercício de coordenação dos planos orçamentais dos países da área do euro

No contexto da implementação do Two-Pack⁷, o Eurogrupo debateu, em novembro, a situação orçamental global e as perspetivas da área do euro e realizou uma avaliação da situação económica e orçamental dos Estados-membros, com base nos pareceres da Comissão Europeia sobre os diversos planos orçamentais para 2019, submetidos em outubro. Com a exceção do plano orçamental de Itália, nenhum outro apresentava um incumprimento grave dos requisitos do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Todavia, em alguns casos, os ajustamentos orçamentais planeados

⁷ Pacote legislativo, adotado em 2003, relativo ao reforço da supervisão económica e orçamental nos países da área do euro.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

apresentavam o risco de ficarem aquém do exigido.

Quanto a Portugal, os serviços da Comissão dirigiram uma carta a solicitar eventuais esclarecimentos quanto às intenções orçamentais nacionais para 2019 que, de acordo com a Comissão, poderão pôr em risco o cumprimento dos requisitos do Pacto de Estabilidade e Crescimento⁸. Em resposta, Portugal comprometeu-se a dar continuidade às medidas de fortalecimento da sustentabilidade das suas finanças públicas, tendo reforçado que os planos orçamentais para 2019 refletem a continuação de um processo de consolidação orçamental, iniciado em 2016, que permitiu dar suporte ao crescimento económico e à criação de emprego.

As situações orçamentais serão reavaliadas na primavera de 2019, de acordo com o calendário habitual.

Aprofundamento da União Económica e Monetária

Dando seguimento ao debate iniciado em 2015 sobre o aprofundamento da União Económica e Monetária (UEM), a Comissão Europeia publicou no final de 2017 um pacote de iniciativas legislativas com vista ao aprofundamento da UEM, as quais foram debatidas durante o ano de 2018.

Estas iniciativas incluíam uma proposta de calendarização para os meses seguintes com vista à conclusão da UEM em 2025. Visava-se nomeadamente a finalização urgente da União Bancária, em especial decisões sobre o mecanismo de apoio comum ao Fundo Único de Resolução (“backstop”) e sobre o Sistema Europeu de Seguro de Depósitos (ver Capítulo II deste Título). Propunha-se a criação de um Fundo Monetário Europeu baseado no quadro jurídico da UE, assente na estrutura do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), assim como integrar o conteúdo do Pacto Orçamental no quadro jurídico da UE. Juntamente com a publicação deste pacote de iniciativas, a Comissão publicou igualmente uma comunicação com algumas reflexões

⁸ Receberam igualmente cartas dos serviços da Comissão Espanha, Eslovénia, Bélgica e França. Já a Itália, pela gravidade da situação, recebeu uma carta remetida pelos Comissários Europeus Valdis Dombrovskis e Pierre Moscovici.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

sobre uma potencial capacidade orçamental para a área do euro. Já em maio de 2018, a Comissão apresentou duas propostas concretas sobre do aprofundamento da UEM para o período programático de 2021 a 2027, designadamente uma proposta para a criação de um Programa de Apoio às Reformas e outra proposta para a criação de uma Função Europeia para a Estabilização do Investimento (ver Título IV – Quadro Financeiro Plurianual).

O debate sobre o aprofundamento da UEM centrou-se, assim, na discussão destas iniciativas da Comissão, nomeadamente naquelas que reuniram maior consenso, a saber: a criação de um mecanismo de apoio comum para o Fundo Único de Resolução, sob a forma de uma linha de crédito do MEE, e a reforma dos instrumentos e do papel do MEE. Prosseguiram igualmente os trabalhos para a elaboração de um roteiro para a discussão relativa à introdução de um Sistema Europeu de Seguro de Depósitos e para a criação de uma capacidade orçamental para a área do euro. Estes debates decorreram nas reuniões do Eurogrupo e do Conselho ECOFIN dando seguimento às declarações resultantes das Cimeiras do Euro de dezembro de 2017 e de março e junho de 2018.

Em dezembro foram aprovados os termos de referência do mecanismo de apoio ao Fundo Único de Resolução e, no que se refere ao Sistema Europeu de Seguro de Depósitos, foi decidida a criação de um grupo de trabalho de alto nível. O âmbito das discussões foi alargado a outros temas relacionados, como forma de promover um maior espaço para a convergência de posições quanto ao roteiro para início das discussões políticas sobre o Sistema Europeu de Seguro de Depósitos. O grupo deverá reportar em junho de 2019 (ver Capítulo III deste Título).

No que se refere à reforma do MEE, os trabalhos ao longo do ano centraram-se no reforço do seu papel na prevenção e resolução de crises e na promoção da resiliência da área do euro, tendo os líderes endossado, em dezembro, a proposta do Eurogrupo com as principais condições para a sua reforma.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Nesse contexto, foi alcançado um acordo que permitirá aumentar a eficácia dos instrumentos de apoio cautelar, enquanto instrumentos de apoio financeiro a países afetados por choques adversos, com finanças públicas sustentáveis e acesso regular aos mercados, assegurando, ao mesmo tempo, a natureza do MEE como instituição de crédito de última instância e um nível adequado de critérios de elegibilidade e condicionalidade. Portugal participou na discussão relativa à revisão dos instrumentos do MEE defendendo a importância, por um lado, de torná-los mais efetivos e, por outro, de diminuir o estigma atualmente associado à sua ativação, permitindo acesso aos mesmos de forma atempada, evitando, assim, uma potencial deterioração financeira e as suas consequências para a estabilidade da área do euro.

No âmbito do reforço do papel do MEE, destaca-se a importância da coordenação e colaboração deste com a Comissão Europeia. O MEE e a Comissão assinaram um Memorando de Entendimento relativo às novas modalidades de cooperação, quer no âmbito de programas de assistência financeira, quer no âmbito da prevenção de crises, sempre no pleno respeito pelo quadro jurídico da UE. O papel da Comissão Europeia na coordenação das políticas económicas e orçamentais da União e a preservação da coerência do processo de supervisão multilateral da UE, bem como o papel do BCE, deverão ser salvaguardados, conforme estabelecido pelo atual quadro jurídico da União.

O MEE assumirá ainda um papel relevante no melhoramento do quadro existente para a promoção da sustentabilidade da dívida dos países da área do euro. Neste âmbito, o MEE poderá, a pedido de um Estado-membro, facilitar o diálogo entre este e investidores privados. Esta atuação será sempre voluntária, informal, não vinculativa, temporária e confidencial. Também neste contexto considera-se a possibilidade de alterar o atual modelo de cláusulas de ação coletiva até 2022 e sua inclusão no Tratado do MEE.

No âmbito do estabelecimento de novos instrumentos orçamentais destinados a reforçar a área do euro, as discussões foram baseadas nas propostas da Comissão



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Europeia relativas aos instrumentos para o aprofundamento da área do euro e dos contributos da França e da Alemanha relativos à arquitetura de um orçamento para a área do euro. Este orçamento deveria ser parte integrante do orçamento da União, negociado no contexto do Quadro Financeiro Plurianual e a sua dimensão seria determinada pelos líderes da área do euro, através de um acordo intergovernamental entre os Estados-membros participantes. No que respeita às características deste instrumento, foi reunido consenso quanto à promoção da convergência e competitividade na área do euro. Relativamente à potencial função de estabilização, incluindo um esquema de seguro-desemprego, não foi alcançada uma visão comum, quer quanto à sua necessidade, quer quanto ao seu desenho.

A Cimeira do Euro de dezembro confirmou estes resultados.

De acordo com o mandato atribuído ao Eurogrupo pelos líderes da área do euro, as discussões em 2019 deverão centrar-se nas principais características de execução deste instrumento, bem como no seu calendário, a aprovar em junho de 2019. Este instrumento deverá ser dedicado aos Estados-membros da área do euro e, a título voluntário, aos Estados-membros do Mecanismo de Taxa de Câmbio (MTC II), deverá ser coerente com as restantes políticas da União e ficar sujeito aos critérios e orientações estratégicas dos Estados-membros da área do euro. Já a sua dimensão deverá ser determinada no contexto do próximo Quadro Financeiro Plurianual.

Portugal defende ativamente o estabelecimento do novo instrumento de apoio à convergência e competitividade na área do euro que, em coordenação com a política monetária, permita à área do euro ter uma política económica integrada e constituir uma União Económica e Monetária mais forte e mais resiliente.

Programa InvestEU

De entre as propostas apresentadas pela Comissão Europeia no âmbito do QFP 2021-2027 abrangendo novos instrumentos de apoio à UE e à área do euro (ver Título IV – Quadro Financeiro Plurianual), destaca-se a criação do Programa



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

InvestEU que visa: (i) reunir sob um único teto todos os instrumentos de financiamento direto da UE atualmente disponíveis, simplificando, assim, os vários mecanismos de apoio ao investimento, ao estabelecer apenas um único conjunto de regras e de procedimentos, e um canal singular de contacto para aconselhamento; e (ii) ajudar os Estados-membros a alavancar os fundos da UE de forma mais eficaz, permitindo, por um lado evitar sobreposições de instrumentos financeiros diversos e, por outro, atrair financiamento privado.

Segundo esta proposta, as ações empreendidas no âmbito do programa deverão apresentar um claro valor acrescentado europeu e apoiar a promoção do investimento e do emprego. Assim, prevê-se que o programa InvestEU seja canalizado através de quatro janelas específicas de investimento: (i) infraestrutura sustentável; (ii) investigação, inovação e digitalização; (iii) pequenas e médias empresas; e (iv) investimento social. A Comissão Europeia prevê que o programa permita colmatar falhas de mercado e atingir objetivos de sustentabilidade, competitividade e crescimento económico. Mais concretamente, o programa InvestEU consistirá: (i) na implementação do Fundo InvestEU (contendo uma garantia da UE à qual se acrescentarão todos os fundos próprios geridos centralmente) para a mobilização de mais de 650 mil milhões de euros de investimento; (ii) na criação do “InvestEU Advisory Hub” para fornecer apoio técnico a projetos de investimento; e (iii) na disponibilização do Portal InvestEU que servirá de base de dados ligando projetos de investimento e investidores.

Enquanto elemento inovador, destaca-se que, além do BEI, outras instituições financeiras europeias (incluindo os bancos nacionais de fomento – no caso de Portugal, a Instituição Financeira de Desenvolvimento – IFD) poderão aceder diretamente à garantia da UE, enquanto parceiros de execução.

O estabelecimento do Programa InvestEU tem sido alvo de debate a vários níveis da fileira ECOFIN, entre junho e dezembro de 2018, e as características técnicas da



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

proposta legislativa têm sido debatidas e negociadas a nível técnico. Prevê-se alcançar um acordo geral sobre esta proposta nos primeiros meses de 2019.

Portugal tem vindo a participar ativamente neste âmbito, tendo partilhado as suas preocupações e defendido fortemente a inclusão dos bancos nacionais de fomento na atividade do programa e procurado garantir uma participação relevante do BEI no investimento europeu. Até à data, o BEI tem sido o maior promotor europeu do investimento na UE, particularmente através do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, predecessor do Programa InvestEU (ver os resultados da atividade deste Fundo em Portugal no Capítulo I deste Título).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO III

SERVIÇOS FINANCEIROS

UNIÃO BANCÁRIA

Na Cimeira do Euro de dezembro de 2018, na sequência dos trabalhos desenvolvidos pelo Eurogrupo e dos progressos obtidos na redução de risco, foram tomadas decisões estruturantes sobre o mecanismo de apoio comum ao Fundo Único de Resolução (FUR) e sobre a reforma do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE). Nestes domínios, bem como no âmbito do Sistema Europeu de Seguro de Depósitos (EDIS na sigla em inglês – “European Deposit Insurance Scheme”), os trabalhos continuarão em 2019 com vista à finalização das questões técnicas e políticas ainda pendentes.

Portugal mantém-se comprometido com o projeto da União Bancária e tem vindo a apelar ao avanço das suas diferentes componentes, em particular a partilha de risco.

Partilha de Risco

Ao nível da partilha de risco, apesar do longo caminho que falta percorrer, foram realizados importantes avanços.

A Cimeira do Euro de dezembro aprovou os termos de referência do mecanismo de apoio comum ao FUR (“backstop”), que estabelecem a forma como o mecanismo será posto em prática, tendo sido acordado que a antecipação da entrada em vigor deste mecanismo estará condicionada a uma avaliação em 2020 dos progressos realizados na redução de risco. Foi também acordado que os trabalhos do Eurogrupo continuarão durante o primeiro semestre de 2019, com vista a preparar alterações necessárias ao Tratado que cria o Mecanismo Europeu de Estabilidade e a aprofundar a reflexão quanto à liquidez na resolução, por se reconhecer que o quadro existente poderá não dar resposta a todos os cenários.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

No que diz respeito ao EDIS, foi decidida a criação de um grupo de trabalho de alto nível para preparar os próximos passos, que deverá reportar ao Eurogrupo em junho de 2019.

Portugal tem vindo a reiterar a necessidade de avançar nas medidas de partilha de risco, no sentido de garantir o alinhamento completo entre o processo de tomada de decisão relativamente ao setor bancário e o respetivo financiamento. A este respeito, os compromissos alcançados este ano quanto ao mecanismo de apoio comum ao FUR constituem um passo essencial para garantir este alinhamento na componente resolução.

Neste contexto, Portugal considera indispensável a criação do EDIS, julgando essencial avançar neste dossiê dados os progressos já registados na redução de risco. Lamenta-se que não tenha sido possível alcançar um acordo sobre um roteiro para o início das negociações políticas do EDIS, mas reconhece-se a necessidade de avançar por consenso nesta matéria e valoriza-se a criação de um grupo de trabalho de alto nível para continuar os trabalhos. Portugal mantém disponibilidade para negociar condições de redução de risco para a introdução do EDIS e as modalidades para a sua primeira fase, sem prejuízo do objetivo final de um EDIS com mutualização total das perdas.

Redução de Risco

No ano de 2018 registaram-se progressos substanciais na negociação de propostas legislativas adotadas pela Comissão Europeia com vista à redução adicional do risco no setor bancário. A monitorização da redução de risco continua também a ser uma das preocupações das instituições europeias, destacando-se neste domínio os Relatórios de Monitorização dos Indicadores de Risco.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Relativamente ao pacote bancário⁹, é de destacar o acordo político alcançado em dezembro entre o Conselho e o Parlamento Europeu, sendo que a finalização técnica do dossiê foi deixada para 2019. Portugal apoiou fortemente este acordo, o qual se reveste de grande importância no contexto do roteiro para a conclusão da União Bancária e das medidas de redução de risco.

Por outro lado, a Comissão adotou, em março, duas propostas legislativas no âmbito do Plano de Ação para combater os créditos não produtivos (NPL na sigla em inglês – “Non performing loans”)¹⁰. A primeira proposta¹¹ introduz um mecanismo de salvaguarda prudencial nos requisitos de capital bancários que funcionará como uma cobertura mínima harmonizada das perdas associadas a NPL. Em dezembro, o Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo relativamente a esta proposta. A segunda proposta¹² tem como desígnio obviar à acumulação excessiva de NPL através do desenvolvimento do respetivo mercado secundário, da promoção da eficiência dos processos de recuperação de dívidas e do desenvolvimento de um processo acelerado de execução extrajudicial das garantias reais (AECE na sigla em inglês – “Accelerated Extrajudicial Collateral Enforcement”).

Portugal tem vindo a reiterar a importância de lidar com o problema dos NPL por via de medidas tanto a nível nacional como a nível europeu. Nesse contexto, Portugal contribuiu de forma construtiva para o debate das iniciativas com vista a reduzir os NPL, tendo apoiado em especial as medidas para o desenvolvimento de mercados secundários de NPL, bem como as relativas à melhoria da informação sobre estes ativos. Portugal defende também que os progressos registados ao longo dos últimos

⁹ Composto por cinco propostas legislativas adotadas em 23/11/2016.

¹⁰ "Plano de ação para combater os créditos não produtivos na Europa" adotado pelo Conselho em julho de 2017.

¹¹ Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) n.º 575/2013 no que respeita à cobertura mínima das perdas para exposições de mau desempenho, adotada a 14/03/2018 [COM(2018) 134].

¹² Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos gestores de créditos, aos compradores de créditos e à recuperação de garantias reais, adotada a 14/03/2018 [COM(2018) 135].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

anos na redução de NPL devem ser tomados em consideração na avaliação do grau de progresso ao nível da redução de risco.

UNIÃO DOS MERCADOS DE CAPITALIS

A criação de uma União dos Mercados de Capitais (UMC)¹³ continuou a ser um projeto prioritário na agenda da Comissão Europeia e do Conselho ao longo de 2018. É de destacar, em particular, a apresentação do Plano de Ação para a tecnologia financeira ("fintech") e do Plano de Ação para o financiamento do crescimento sustentável – ver adiante neste Capítulo. De facto, apesar de estes planos de ação terem objetivos mais alargados do que a UMC, constituem também importantes contributos para o seu aprofundamento.

Portugal considera a UMC uma iniciativa fundamental para a criação de um mercado de capitais completamente integrado onde as empresas portuguesas, em particular as PME, possam competir em igualdade de circunstâncias com empresas de outros EM pelos capitais provenientes de toda a UE e, assim, diversificar as fontes de financiamento e reduzir os respetivos custos. Portugal tem defendido, igualmente, que a criação da UMC deve ser acompanhada por uma convergência da supervisão e uma maior centralização, a nível da UE, da supervisão dos mercados de capitais.

A UMC é também o contexto adequado para dar resposta aos novos desafios que se colocam à sociedade e ao setor financeiro, como o financiamento sustentável e os desenvolvimentos tecnológicos.

Autoridades Europeias de Supervisão

Em 2018 prosseguiu a negociação de duas iniciativas legislativas muito importantes no que respeita às competências das Autoridades Europeias de Supervisão (ESA na sigla em inglês): (i) o pacote legislativo relativo à revisão do Sistema Europeu de Supervisão Financeira, apresentado pela Comissão em setembro de 2017, e (ii) a

¹³ Plano de Ação para a Criação de uma União dos Mercados de Capitais adotado pela Comissão em setembro de 2015.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

proposta de regulamento relativo à autorização de contrapartes centrais (CCP na sigla em inglês) e aos requisitos para o reconhecimento das CCP de países terceiros, apresentada pela Comissão em junho de 2017.

A primeira iniciativa conheceu um desenvolvimento adicional, por via da adoção pela Comissão Europeia, em setembro, de um aditamento à proposta original relativo ao regime de prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo (BCFT)¹⁴. Em dezembro o Conselho alcançou acordo apenas quanto a esta componente relativa à prevenção do BCFT.

Portugal lamenta a demora na negociação desta proposta e a diminuição, no Conselho, do nível de ambição original da proposta, nomeadamente no que se refere à atribuição de poderes de supervisão direta à Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA na sigla em inglês) em áreas em que um grupo reduzido de entidades cobre a totalidade do mercado interno, como seja a administração de índices de referência ou a prestação de serviços de comunicação de dados.

Já quanto à proposta de regulamento relativo à autorização de CCP e aos requisitos para o reconhecimento das CCP de países terceiros é de referir o acordo sobre a abordagem geral alcançado no Conselho, no final de novembro. Apesar de se valorizarem as alterações ao atual enquadramento previstas no acordo alcançado, lamenta-se que esta oportunidade não tenha sido aproveitada para a atribuição de poderes mais fortes à ESMA quanto às CCP sistémicas na UE.

De notar que a negociação da proposta que estabelece um enquadramento para a recuperação e a resolução de CCP¹⁵ não conheceu desenvolvimentos em 2018, por força da discussão da proposta de regulamento relativo à autorização de CCP e aos

¹⁴ COM(2018) 646.

¹⁵ Adotada pela Comissão em 18/11/2016 [COM(2016) 856].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

requisitos para o reconhecimento das CCP de países terceiros, cujas disposições acarretam profundas implicações para a primeira proposta, designadamente no que diz respeito à repartição de poderes e processo de tomada de decisões.

Outras propostas legislativas adotadas no contexto da UMC

Em dezembro foram concluídas as negociações entre o Conselho e o Parlamento Europeu sobre a proposta de regulamento relativo a um Produto Individual de Reforma Pan-Europeu (PEPP na sigla em inglês)¹⁶. Destacam-se ainda os acordos sobre as abordagens gerais do Conselho relativamente: (i) ao pacote legislativo que visa facilitar a distribuição transfronteiras de fundos de investimento coletivo¹⁷; e (ii) ao pacote legislativo relativo às obrigações cobertas¹⁸. De referir ainda que tiveram também início as discussões no Conselho sobre: (i) o pacote legislativo relativo a um enquadramento prudencial para empresas de investimento¹⁹ e (ii) a proposta de regulamento relativo à promoção da utilização de mercados de PME em crescimento²⁰.

Portugal apoiou todas estas propostas, atendendo aos contributos para uma melhor integração dos mercados de capitais. Em particular destaca-se o contributo do

¹⁶ Proposta apresentada em 29/06/2017 [COM(2017) 343].

¹⁷ O pacote, adotado a 12/03/2018, é constituído por: (i) proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2009/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e a Diretiva 2011/61/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à distribuição transfronteiras de fundos de investimento coletivo [COM(2018) 92]; (ii) proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que visa facilitar a distribuição transfronteiras de fundos de investimento coletivo e que altera os Regulamentos (UE) n.º 345/2013 e (UE) n.º 346/2013 [COM(2018) 110].

¹⁸ O pacote, adotado a 12/03/2018, inclui a proposta de diretiva relativa à emissão de obrigações cobertas e à supervisão pública dessas obrigações [COM(2018) 94] e a proposta de regulamento que altera o CRR no que diz respeito às posições em risco sob a forma de obrigações cobertas [COM(2018) 93].

¹⁹ O pacote, adotado a 20/12/2017, é constituído por: (i) proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos requisitos prudenciais aplicáveis às empresas de investimento e que altera o Regulamento (UE) n.º 575/2013, o Regulamento (UE) n.º 600/2014 e o Regulamento (UE) n.º 1093/2010 [COM(2017) 790]; e (ii) proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à supervisão prudencial das empresas de investimento e que altera as Diretivas 2013/36/UE e 2014/65/UE [COM(2017) 791].

²⁰ Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera os Regulamentos (UE) n.º 596/2014 e (UE) 2017/1129 no que diz respeito à promoção da utilização de mercados de PME em crescimento, adotada em 24/05/2018 [COM(2018) 331].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

regulamento PEPP para um mercado mais transparente de produtos de poupanças-reforma, potenciando uma melhor oferta que contribuirá para a mobilização das poupanças de particulares para os mercados de capitais.

OUTRAS INICIATIVAS DO CONSELHO E DA COMISSÃO EUROPEIA

A Comissão Europeia organizou as suas iniciativas em torno de vários planos de ação onde verteu a sua visão e estratégia para diferentes áreas.

Plano de Ação para a tecnologia financeira (“fintech”)

Em março, a Comissão Europeia lançou o “Plano de Ação para a Tecnologia Financeira: rumo a um setor financeiro europeu mais competitivo e inovador”²¹ em resposta aos apelos do Parlamento Europeu e do Conselho a favor de um quadro regulamentar mais orientado para o futuro. O plano contempla uma série de iniciativas específicas para permitir à UE acompanhar a digitalização do setor financeiro.

Embora reconhecendo não ser pertinente a introdução de nova legislação em todas as áreas, Portugal considera importante agir sobre as ameaças antes que os riscos se comecem a materializar, pelo que tem apoiado a vigilância permanente da suficiência e da adequação da legislação existente. Portugal tem defendido que eventuais iniciativas legislativas nesta área devem assegurar a neutralidade tecnológica, a proporcionalidade e a integridade do mercado, frisando igualmente a necessidade de assegurar níveis adequados de proteção do consumidor e de mitigar riscos relacionados com o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

No contexto do plano de ação, a Comissão adotou uma proposta de regulamento introduzindo um enquadramento europeu para os prestadores europeus de serviços de financiamento colaborativo às empresas (“crowdfunding”)²². A proposta permite o

²¹ COM(2018) 109.

²² Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos prestadores europeus de serviços de financiamento colaborativo às empresas, adotada em 08/03/2018 [COM(2018) 113].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

desenvolvimento de atividades transfronteiras e procura dar resposta aos riscos apresentados de forma proporcionada. Portugal tem apoiado os objetivos da proposta, considerando importante a harmonização do quadro legal na UE, atendendo à facilidade de prestação de serviços transfronteiras nesta área.

Plano de Ação para o financiamento do crescimento sustentável

Em março a Comissão Europeia lançou o “Plano de Ação: Financiar um crescimento sustentável”²³ baseado nas recomendações do Grupo de Peritos de Alto Nível sobre o financiamento sustentável²⁴. Em concreto, o plano de ação visa dar resposta a dois imperativos urgentes: (i) aumentar o contributo do setor financeiro para o crescimento sustentável e inclusivo através do financiamento às necessidades societárias a longo prazo; e (ii) reforçar a estabilidade financeira através da incorporação dos fatores ambientais, sociais e de governação no processo de tomada das decisões de investimento.

No contexto do plano de ação, a Comissão Europeia adotou um pacote legislativo²⁵ que procura melhorar a divulgação de informação financeira relacionada com investimentos sustentáveis e regulamentar os índices de referência associados ao impacto carbónico. O pacote inclui ainda uma proposta que visa a criação de uma taxonomia sobre investimento sustentável. O Conselho acordou as suas abordagens gerais sobre as duas primeiras propostas em 2018.

Portugal apoiou todas estas propostas, atendendo à relevância da sustentabilidade e da mobilização dos fluxos financeiros para a transição para uma economia circular,

²³ COM(2018) 97.

²⁴ “Final report of the High-Level Expert Group on Sustainable Finance”, publicado em 31/01/2018.

²⁵ O pacote, adotado pela Comissão em 24/05/2018, é composto pelos seguintes elementos: (i) Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao estabelecimento de um enquadramento para promover o investimento sustentável [COM(2018) 353]; (ii) Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à divulgação de informações relacionadas com investimentos sustentáveis e riscos em matéria de sustentabilidade e que altera a Diretiva (UE) 2016/2341 [COM(2018) 354]; (iii) Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) 2016/1011 no que diz respeito aos índices de referência hipocarbónicos e aos índices de referência de impacto carbónico positivo [COM(2018) 355].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

hipocarbónica e mais eficiente em termos de utilização dos recursos na competitividade da UE a longo prazo.

Plano de Ação para os serviços financeiros prestados a retalho

No seguimento da apresentação em 2017 do “Plano de Ação para os serviços financeiros prestados a consumidores: mais qualidade nos produtos, mais escolha”²⁶, a Comissão Europeia adotou algumas propostas legislativas em 2018.

Em concreto, foi adotada uma proposta de regulamento visando, nomeadamente, aumentar a transparência dos encargos de conversão cambial²⁷, tendo o Conselho e o Parlamento Europeu alcançado acordo político em dezembro. A proposta mereceu o apoio de Portugal.

Foi igualmente adotada uma proposta de revisão da Diretiva 2009/103/CE relativa ao seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel²⁸. Portugal tem apoiado na generalidade a proposta da Comissão Europeia, divergindo apenas quanto ao âmbito de aplicação da diretiva, por se considerar importante uma abordagem mais proporcional.

Cumprir ainda referir, embora não no âmbito do plano de ação, que foi alterada a data de aplicação da Diretiva sobre distribuição de seguros²⁹, alteração que mereceu o apoio de Portugal.

²⁶ Adotada em 23/03/2017 [COM(2017) 139].

²⁷ Proposta de regulamento que altera o Regulamento (CE) n.º 924/2009 no que respeita a determinados encargos de pagamentos transfronteiriços na União e aos encargos de conversão cambial, adotada em 28/03/2018 [COM(2018) 163].

²⁸ Proposta de diretiva, apresentada em 24/05/2018, que altera a Diretiva 2009/103/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, relativa ao seguro de responsabilidade civil que resulta da circulação de veículos automóveis e à fiscalização do cumprimento da obrigação de segurar esta responsabilidade [COM(2018) 336].

²⁹ Diretiva (UE) 2018/411, de 14 de março, que altera a Diretiva (UE) 2016/97 no que respeita à data de aplicação das medidas de transposição dos EM.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Programa REFIT

Em 2018 o Conselho alcançou acordo sobre a abordagem geral quanto à proposta legislativa de revisão do regulamento relativo aos derivados do mercado de balcão (EMIR na sigla em inglês – “European Market Infrastructure Regulation”)³⁰, tendo como objetivo o reforço da proporcionalidade e a redução de encargos regulamentares desnecessários, no âmbito do programa REFIT (Programa para a adequação e a eficácia da regulamentação). Portugal apoiou esta iniciativa, considerando importante a simplificação de processos e a introdução de maior proporcionalidade no regulamento EMIR.

Plano de Ação para o Branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (BCFT)

Em 2018 o Conselho aprovou um Plano de Ação para o Branqueamento de Capitais³¹ que detalha ações destinadas a melhor incorporar as questões BCFT na supervisão prudencial, a reforçar a cooperação e a permitir às Autoridades Europeias de Supervisão utilizar melhor os poderes e ferramentas existentes.

O Conselho ECOFIN aprovou, também, a Diretiva (UE) 2018/843 de 30 de maio de 2018, que altera a Diretiva (UE) 2015/849 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e que altera as Diretivas 2009/138/CE e 2013/36/UE (Quinta Diretiva BCFT).

Nas suas conclusões o Conselho convidou os EM a acelerarem a implementação e transposição da Quarta³² e Quinta Diretivas BCFT. Convidou também a Comissão

³⁰Proposta adotada pela Comissão em 5/05/2017 [COM(2017) 208].

³¹ “Council conclusions on an Anti-Money Laundering Action Plan”, de 03/12/2018 [ST 15164/18].

³² Diretiva (UE) 2015/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo, que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que revoga a Diretiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e a Diretiva 2006/70/CE da Comissão.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Europeia a propor ações de longo prazo destinadas a melhorar ainda mais os enquadramentos prudenciais e de luta contra o branqueamento de capitais identificadas com base numa avaliação exaustiva, incluindo uma avaliação “post-mortem” dos recentes casos de BCFT.

O plano de ação surge no seguimento da apresentação pela Comissão Europeia, em setembro, de uma comunicação³³ e de uma proposta legislativa que altera a proposta original de revisão do Sistema Europeu de Supervisão Financeira visando modificar as competências das Autoridades Europeias de Supervisão no que respeita à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de BCFT (ver acima neste Capítulo).

Portugal apoiou as conclusões do Conselho, bem como as ações detalhadas no plano de ação.

³³ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões - Reforçar o quadro da União no que se refere à supervisão prudencial e à supervisão no domínio do combate ao branqueamento de capitais para as instituições financeiras [COM(2018) 645].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO IV

FISCALIDADE

O Conselho desenvolveu trabalhos sobre as propostas da Comissão relativas à fiscalidade da economia digital, de acordo com uma necessidade real de adaptar os sistemas fiscais à era digital.

Foram, igualmente, prosseguidos os trabalhos sobre a forma de garantir a cobrança efetiva do IVA, por um lado avançando rapidamente sobre as propostas da Comissão de medidas de curto prazo, por outro lado retomando a discussão quanto à adoção de um regime definitivo do IVA para as transmissões intracomunitárias.

O Conselho adotou ainda medidas para reforçar a cooperação administrativa a fim de combater com maior eficácia as formas mais correntes de fraude transfronteiriça.

DOSSIÊS LEGISLATIVOS NO ÂMBITO DA LUTA CONTRA A FRAUDE E EVASÃO FISCAL

Matéria Coletável Comum do Imposto sobre as Sociedades (MCCIS)

Em 2018 prosseguiram as discussões, a nível técnico, sobre a proposta de diretiva do Conselho relativa a uma matéria coletável comum do imposto sobre as sociedades³⁴ (MCCIS), apresentada em novembro de 2016 pela Comissão Europeia, e que estabelece regras comuns para determinação da matéria coletável das empresas multinacionais da UE.

Pese embora, os esforços das Presidências búlgara e austríaca, não se registaram avanços significativos na negociação.

³⁴ Proposta de Diretiva do Conselho relativa a uma matéria coletável comum do imposto sobre as sociedades [COM(2016) 685 final, de 25.10.2016].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal tem apoiado o objetivo de desenvolvimento de um sistema fiscal mais simples e justo e, simultaneamente, atribui particular relevância à existência de elementos de flexibilidade que permitam aos Estados-membros adequar a fiscalidade das empresas às particularidades da sua economia e ao nível de tributação exigido em face das suas metas orçamentais. A questão prende-se com o “justo” equilíbrio entre, por um lado, uma maior harmonização da base tributária e, por outro lado, o princípio da subsidiariedade.

Regras em matéria de troca de informações obrigatória sobre mecanismos fiscais transfronteiriços a comunicar

A 25 de maio foi publicada a Diretiva (UE) 2018/822 do Conselho que altera a Diretiva 2011/16/UE (Diretiva da Cooperação Administrativa – DAC) no que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade em relação aos mecanismos transfronteiriços a comunicar.

Esta Diretiva procedeu à quinta alteração da DAC, razão pela qual é designada como DAC 6, tendo estabelecido:

- Os intermediários, como consultores fiscais, contabilistas e advogados, que concebem e/ou promovem regimes de planeamento fiscal, prestem informações sobre regimes que sejam considerados potencialmente agressivos e que incluam elementos transfronteiras.
- A troca automática dessas informações entre as administrações fiscais, através de uma base de dados centralizada, com vista a permitir a adoção pelos Estados-membros de medidas contra práticas fiscais agressivas.

Os novos requisitos de prestação de informações são aplicáveis a partir de 1 de julho de 2020, devendo a primeira troca automática de informações estar concluída até 31 de outubro de 2020.

Reformulação da Diretiva Juros e Royalties (DJR)

Em 2018 prosseguiram, a nível técnico, os debates relativos à proposta de reformulação da Diretiva 2003/49/CE do Conselho, de 3 de junho de 2003, relativa a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

um regime fiscal comum aplicável aos pagamentos de juros e royalties efetuados entre sociedades associadas de estados-membros diferentes (DJR)³⁵. Não se registaram, contudo, avanços significativos.

OUTROS DOSSIÊS LEGISLATIVOS E NÃO LEGISLATIVOS

Dando seguimento ao seu plano de ação sobre o IVA – Rumo a um espaço único do IVA na UE –, de 7 de abril de 2016³⁶, a Comissão propôs, em 2018, um número significativo de propostas legislativas neste domínio.

Pacote legislativo das "soluções rápidas" em sede de IVA

O Conselho aprovou no contexto dos trabalhos globais sobre o sistema definitivo do IVA, as propostas que introduzem quatro melhorias a curto prazo no atual sistema do IVA na pendência da introdução de um sistema definitivo do IVA³⁷:

- Simplificação e harmonização das regras relativas ao regime das vendas à consignação.
- O número de identificação IVA do adquirente passa a constituir condição substantiva para isentar as entregas intracomunitárias de bens.
- Simplificação e harmonização das operações em cadeia para aumentar a segurança jurídica.
- Simplificação e harmonização das regras para comprovar o transporte intracomunitário de bens para efeito da aplicação da isenção.

³⁵ Proposta de diretiva do Conselho relativa a um regime fiscal comum aplicável aos pagamentos de juros e royalties efetuados entre sociedades associadas de Estados-membros diferentes (reformulação) – [COM(2011) 714 final].

³⁶ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu relativa a um plano de ação sobre o IVA – Rumo a um espaço único do IVA na UE – Chegou o momento de decidir [COM(2016) 148 final, de 07.04.2016].

³⁷ Diretiva (UE) 2018/1910 do Conselho, de 4 de dezembro de 2018, que altera a Diretiva 2006/112/CE no que diz respeito à harmonização e simplificação de determinadas regras no sistema do imposto sobre o valor acrescentado em matéria de tributação das trocas comerciais entre Estados-membros; Regulamento (UE) 2018/1909 do Conselho, de 4 de dezembro de 2018, que altera o Regulamento (UE) n.º 904/2010 no que respeita à troca de informações para efeitos do controlo da correta aplicação do regime da consignação industrial; Regulamento de Execução (UE) 2018/1912 do Conselho, de 4 de dezembro de 2018, que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 282/2011 no que respeita a certas isenções relacionadas com as operações intracomunitárias.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Estas soluções de curto prazo são aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2020.

Cooperação administrativa no domínio do IVA

Em outubro, o Conselho adotou uma alteração do regulamento (UE) n.º 904/2010, no que diz respeito às medidas destinadas a reforçar a cooperação administrativa no domínio do imposto sobre o valor acrescentado³⁸.

Esta iniciativa tem por objetivo acrescentar ao Regulamento (UE) n.º 904/2010 do Conselho, que é a base jurídica de referência para a cooperação administrativa e a luta contra a fraude ao IVA, medidas especificamente destinadas a combater os principais tipos de esquemas de fraude transfronteiras em toda a UE.

IVA aplicado às publicações eletrónicas

Em novembro, o Conselho adotou a Diretiva do Conselho que altera a Diretiva 2006/112/CE no que se refere às taxas do imposto sobre o valor acrescentado aplicadas aos livros, aos jornais e às publicações periódicas³⁹, permitindo o alinhamento das regras em matéria de IVA para as publicações eletrónicas e para as publicações físicas, podendo os Estados-membros também aplicar as taxas de IVA reduzidas, super-reduzidas ou taxas zero às publicações eletrónicas.

Note-se que só serão autorizadas taxas super-reduzidas e taxas "zero" nos Estados-membros que atualmente as apliquem às publicações "físicas". As novas regras serão aplicadas temporariamente, na pendência da introdução de um novo sistema definitivo do IVA.

³⁸ Regulamento (UE) 2018/1541 do Conselho, de 2 de outubro de 2018, que altera os Regulamentos (UE) n.º 904/2010 e (UE) n.º 2017/2454 no que diz respeito às medidas destinadas a reforçar a cooperação administrativa no domínio do imposto sobre o valor acrescentado.

³⁹ Diretiva (UE) 2018/1713 do Conselho, de 6 de novembro de 2018, que altera a Diretiva 2006/112/CE no que se refere às taxas do imposto sobre o valor acrescentado aplicadas aos livros, aos jornais e às publicações periódicas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Sistema definitivo do IVA

A Comissão apresentou em maio a proposta legislativa respeitante às medidas técnicas pormenorizadas relativas ao funcionamento do regime definitivo do IVA⁴⁰.

Ao longo dos debates técnicos verificou-se que os Estados-membros concordam que a adoção de um sistema definitivo do IVA deverá continuar a ser uma prioridade. No entanto, Portugal entende que este debate não deverá impedir nem abrandar os esforços tendentes a melhorar, consoante adequado, o atual sistema do IVA.

Reforma das taxas do IVA

A 18 de janeiro, a Comissão apresentou uma proposta de diretiva que altera a Diretiva IVA no que se refere às taxas do imposto sobre o valor acrescentado. A Comissão pretende alterar as regras relativas à fixação de taxas reduzidas do IVA, conceder maior liberdade aos Estados-membros para a fixação das taxas e introduzir uma "lista negativa" de bens e serviços aos quais não é possível aplicar taxas reduzidas (em vez da atual lista "positiva").

Portugal entende que a proposta da Comissão poderá conduzir a uma (ainda) maior desarmonização nas taxas aplicáveis, aumentando a complexidade do IVA para as empresas que operam em vários países e gerando problemas de concorrência fiscal e de evasão fiscal. Note-se, ainda, que esta multiplicidade de taxas poderá dificultar a implementação de um sistema definitivo do IVA, quer para os operadores económicos, quer para as administrações tributárias e ir contra o princípio geral de que a tributação do consumo deve ser neutral.

⁴⁰ Proposta de diretiva do Conselho que altera a Diretiva 2006/112/CE no respeitante à introdução de medidas técnicas pormenorizadas relativas ao funcionamento do regime definitivo do IVA para a tributação das trocas comerciais entre estados-membros [COM (2018) 329 final, de 25.05.2018].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Simplificação das regras do IVA para as PME

Em janeiro, a Comissão apresentou uma proposta de Diretiva que altera a Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado no que respeita ao regime especial das pequenas empresas⁴¹.

A proposta consiste na revisão das regras em matéria de isenção do IVA para as pequenas empresas, bem como na simplificação das obrigações em matéria de IVA tanto para as pequenas empresas isentas como para as não isentas. Não foi ainda possível chegar a acordo.

Portugal apoia os objetivos de simplificação inerentes a esta proposta, embora considere que a versão inicial da mesma estava desajustada da realidade do tecido económico europeu e constituía um risco significativo à estabilidade da receita fiscal dos Estados-membros. Tendo em vista a redução dos custos de contexto para os operadores económicos, é necessária uma ponderação cuidada entre a simplificação das obrigações dos contribuintes e as necessidades de combate à fraude e evasão fiscais, num contexto global de avaliação da proporcionalidade.

Mecanismo generalizado de autoliquidação

Em outubro, o Conselho chegou a acordo político sobre a proposta de Diretiva do Conselho, de 21 de dezembro de 2016, que altera a Diretiva IVA no que diz respeito à aplicação temporária de um mecanismo generalizado de autoliquidação em relação ao fornecimento ou prestação de certos bens e serviços acima de um determinado limiar (“reverse charge mechanism”)⁴².

Esta alteração autoriza derrogações temporárias do regime normal do IVA a fim de melhor prevenir a fraude. Os Estados-membros mais gravemente afetados pela fraude podem aplicar temporariamente (até 20 de junho de 2022) um mecanismo

⁴¹ Proposta de diretiva do Conselho que altera a Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado no que respeita ao regime especial das pequenas empresas [COM(2018) 21 final, de 18.01.2018].

⁴² COM(2016) 811, de 21.12.2016.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

generalizado de autoliquidação do IVA. Com este mecanismo, os pagamentos do IVA passam a ser devidos pelo adquirente ou destinatário em vez do fornecedor ou prestador. Os Estados-membros só poderão recorrer a este mecanismo para entregas de bens ou prestações de serviços acima de 17 500 euros por operação.

Mecanismo de autoliquidação setorial facultativo e mecanismo de reação rápida

Em novembro, o Conselho adotou a proposta de Diretiva do Conselho que altera a Diretiva IVA no respeitante ao período de aplicação do mecanismo facultativo de autoliquidação em relação ao fornecimento ou prestação de certos bens e serviços que apresentam um risco de fraude e ao recurso ao mecanismo de reação rápida contra a fraude ao IVA.

O objetivo desta iniciativa é prorrogar: (i) a possibilidade de os Estados-membros aplicarem o mecanismo de autoliquidação para lutar contra a fraude existente no âmbito da entrega de bens e da prestação de serviços; e (ii) a possibilidade de fazer uso do mecanismo de reação rápida (MRR) para combater a fraude (artigo 199.º-B, n.º 1, da Diretiva IVA).

Tributação dos serviços digitais

A Comissão apresentou, em março, o Pacote Tributação Digital⁴³ visando colmatar as lacunas que se verificam atualmente na tributação dos novos modelos de negócio digitais, que acabam por beneficiar de uma fiscalidade mais favorável à luz das

⁴³ Recomendação da Comissão relativa à tributação das sociedades com uma presença digital significativa [C(2018) 1650 final, de 21.03.2018]; Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho – Chegou o momento de estabelecer uma norma de tributação moderna, justa e eficiente para a economia digital [COM(2018) 146 final, de 21.03.2018]; Proposta de diretiva do Conselho que estabelece regras relativas à tributação das sociedades com uma presença digital significativa [COM(2018) 147 final, de 21.03.2018]; Proposta de diretiva do Conselho relativa ao sistema comum do imposto sobre os serviços digitais aplicável às receitas da prestação de determinados serviços digitais [COM(2018) 148 final, de 21.03.2018].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

regras atuais, que assentam no pressuposto de que as empresas têm uma presença física nos países onde geram os seus lucros.

O pacote é composto por uma recomendação, uma comunicação e duas propostas de diretiva: (i) uma de natureza estrutural, que visa alterar o enquadramento fiscal dos lucros obtidos a partir da economia digital, através do conceito de “presença digital significativa”; e (ii) outra de carácter provisório e âmbito mais limitado, que se refere à criação de um Imposto sobre os Serviços Digitais, que se destina a vigorar até que seja alcançado um acordo relativamente à primeira proposta.

As negociações ao nível dos grupos preparatórios do Conselho iniciaram-se com a proposta de curto prazo que consiste na criação de um imposto sobre serviços digitais, a vigorar até que seja alcançado um consenso ao nível da OCDE e G20 relativo à tributação da economia digital.

No Conselho ECOFIN de dezembro, a França e a Alemanha apresentaram uma proposta que prevê a redução do âmbito do imposto, passando este apenas a contemplar os rendimentos provenientes da publicidade digital, reduzindo-se assim as receitas potenciais do imposto, e que implica igualmente uma redução das receitas. Ficou acordado que os trabalhos a nível técnico devem prosseguir tendo por base a nova proposta.

Portugal tem sido favorável à discussão deste tema a nível da UE, tendo nomeadamente em vista uma coordenação das posições dos Estados-membros no contexto dos trabalhos em curso no âmbito da OCDE de modo a contribuir para alcançar soluções, a nível global, que assegurem que os lucros obtidos pelas “empresas digitais” possam ser adequadamente tributados pelos Estados em que o valor é gerado.

Por outro lado, Portugal tem vindo a enfatizar a importância de se assegurar que, ao nível da UE, não proliferem medidas unilaterais implementadas ou anunciadas em



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

diversos Estados-membros, passíveis de comprometerem a preservação da integridade do mercado único.

Impostos especiais de consumo

Em maio, a Comissão apresentou quatro propostas no domínio dos impostos especiais de consumo⁴⁴. Estas propostas foram debatidas pelo Conselho, a nível técnico, tendo sido concluído que as discussões teriam de prosseguir.

Portugal, embora apoie globalmente as propostas da Comissão, considera que a reformulação da Diretiva 2008/118/CE (regime geral dos impostos especiais de consumo) é pouco ambiciosa em termos de simplificação e que a alteração à Diretiva 92/83/CEE (harmonização da estrutura dos impostos especiais de consumo sobre o álcool e bebidas alcoólicas) não consagra os mecanismos necessários para proteger os pequenos produtores de algumas categorias de bebidas.

Imposto sobre as transações financeiras (ITF)

Em 2018, continuaram os trabalhos com objetivo de avaliar o impacto das várias alternativas em discussão, incluindo do modelo atualmente em vigor em França⁴⁵.

Nesta fase, dez Estados-membros continuam a participar na cooperação reforçada em matéria de ITF: Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Grécia, Itália, Portugal, Eslováquia, Eslovénia e Espanha.

⁴⁴ Reformulação da Diretiva 2008/118/CE, de 16 de dezembro de 2016, que estabelece o regime geral aplicável a todos os produtos sujeitos a impostos especiais de consumo (álcool, tabaco e energia); Proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à informatização dos movimentos e dos controlos dos produtos sujeitos a impostos especiais de consumo (reformulação); Proposta de regulamento do Conselho que altera o Regulamento (UE) n.º 389/2012 relativo à cooperação administrativa no domínio dos impostos especiais de consumo no que respeita ao conteúdo do registo eletrónico; Proposta de diretiva do Conselho que altera a Diretiva 92/83/CEE relativa à harmonização da estrutura dos impostos especiais sobre o consumo de álcool e bebidas alcoólicas.

⁴⁵ Os trabalhos ganharam novo impulso no seguimento do acordo franco-alemão de adoção de um ITF, baseado no modelo francês, expresso no "roadmap" para a área do euro adotado em Meseberg, em junho de 2018.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal apoia a proposta atualmente em discussão, considerando importante que os trabalhos continuem. Em particular, temos defendido que na calibração do imposto se devem evitar potenciais efeitos negativos sobre o financiamento da economia.

Fiscalis

Em junho de 2018, a Comissão apresentou uma proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui um novo programa Fiscalis. A proposta define os objetivos, o orçamento, as formas e regras de financiamento para o período compreendido entre 2021 e 2027 do Programa Fiscalis para a cooperação no domínio fiscal. A negociação decorre no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual, tendo já sido aprovada uma orientação geral do Conselho.

Acordo UE-Noruega sobre o reforço da cooperação administrativa, a luta contra a fraude e a cobrança de créditos no domínio do imposto sobre o valor acrescentado

Em junho, o Conselho aprovou um acordo com a Noruega destinado a reforçar a cooperação no domínio do IVA que fornece aos Estados-membro e à Noruega um quadro jurídico para a cooperação administrativa nos domínios da prevenção da fraude ao IVA e da assistência mútua na cobrança de créditos de IVA.

A Noruega é o primeiro país com o qual a UE celebra um acordo neste domínio. Membro do Espaço Económico Europeu tem um sistema de IVA semelhante ao da UE e goza de um historial positivo em matéria de cooperação com os Estados-membros no domínio do IVA.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO V

COMPETITIVIDADE (MERCADO INTERNO, INDÚSTRIA, INVESTIGAÇÃO E ESPAÇO)

MERCADO INTERNO

No âmbito da comemoração do 25.º aniversário do mercado interno, uma das mais importantes realizações da UE, foi dado início à reflexão sobre o futuro da política do mercado único, a qual será aprofundada, em 2019, tendo em vista a Agenda Estratégica a adotar no Conselho Europeu de junho.

No seguimento do mandato recebido em março, a Comissão submeteu ao Conselho Europeu de dezembro a comunicação “O Mercado Único: o melhor trunfo da Europa num mundo em mudança”, onde apresenta uma avaliação da situação e insta os EM a renovarem o seu compromisso político com o mercado único.

Portugal tem sempre defendido a necessidade de assegurar o pleno funcionamento do mercado único e apostar no seu aprofundamento, dado o seu impacto sobre o crescimento e a criação de emprego. Portugal subscreveu um contributo para as conclusões do Conselho Europeu de dezembro, que contou com a assinatura de 16 EM⁴⁶, propondo uma nova abordagem prospetiva para o digital e o mercado único, nomeadamente na área dos serviços, assegurando a coerência com outras políticas – comercial, industrial, climática e de sustentabilidade.

Estratégia relativa ao mercado único de bens e de serviços

Foi prosseguida a negociação de várias propostas, sendo de destacar a adoção de três relativas a: prevenir o bloqueio geográfico injustificado e outras formas de discriminação baseadas na nacionalidade, no local de residência ou no local de

⁴⁶ Bélgica, República Checa, Dinamarca, Estónia, Espanha, Finlândia, Irlanda, Lituânia, Letónia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Suécia e Reino Unido.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

estabelecimento dos clientes no mercado interno ("geo-blocking"); teste de proporcionalidade a realizar antes da aprovação de nova regulamentação das profissões; e criação de uma plataforma digital única para acesso a informações, procedimentos e serviços de assistência e de resolução de problemas.

Portugal defendeu a abolição do "geo-blocking", quando injustificado, por ser um obstáculo ao desenvolvimento do mercado único; apoiou a adoção da diretiva relativa ao teste de proporcionalidade, apesar da preocupação com o acréscimo de encargos administrativos e financeiros; foi favorável à criação de uma plataforma digital única, dado reconhecer a sua importância para o desenvolvimento do mercado único digital e a dinamização da administração pública "online".

Em abril, foi apresentado o Novo Acordo para os Consumidores, que inclui duas propostas legislativas (ver capítulo XIII – Saúde Pública e Consumidores).

Em novembro, com o apoio de Portugal, foi alcançado: (i) acordo sobre a proposta de regulamento relativo ao reconhecimento mútuo de mercadorias; (ii) mandato do COREPER para iniciar os trólogos com o PE sobre a proposta de regulamento relativo à fiscalização do mercado; e (iii) orientação geral sobre a proposta de regulamento relativo à promoção da equidade e da transparência para os utilizadores empresariais de serviços de intermediação em linha.

Programa do Mercado Único

No contexto do próximo Quadro Financeiro Plurianual, foi aprovada, com o apoio de Portugal, uma orientação geral parcial sobre o programa que visa reforçar a governação do mercado interno da UE e a correta aplicação das regras de concorrência, em benefício da competitividade das empresas, em especial as PME, consumidores, saúde humana, animal e vegetal e estatísticas europeias.

A proposta agrega, num único instrumento, atividades atualmente financiadas no âmbito de seis programas: PME (COSME); consumidores; saúde; cadeia alimentar; estatísticas; e informação financeira e auditoria.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Governança do mercado interno

Em julho, foi publicado o Painel de Avaliação do Mercado Único que apresenta uma perspetiva abrangente do desempenho dos EM relativamente a vários instrumentos de governação do mercado único. Esta edição eletrónica monitorizou também a abertura dos EM ao comércio e ao investimento e os resultados relativos a áreas-chave do mercado único: contratos públicos, qualificações profissionais, serviços postais e economia colaborativa.

Com dados relativos a 2017, Portugal obteve: (i) cartão verde pelo bom desempenho em: défice de transposição de diretivas; projetos-piloto; IMI - sistema de Informação do Mercado Interno; E-Certis – ferramenta “online” para facilitar a participação em procedimentos de contratação pública; EURES – portal da mobilidade profissional; “Your Europe” – portal “A sua Europa”; SOLVIT – rede de resolução de problemas decorrentes de uma aplicação incorreta da legislação do mercado único; qualificações profissionais; (ii) cartão amarelo por se encontrar na média da UE quanto ao comércio de bens e serviços e investimento direto estrangeiro; e (iii) cartão vermelho no número de processos por infração e no desempenho nos contratos públicos.

Portugal atingiu um défice de transposição de 0,4% (média da UE foi de 0,9%), tendo melhorado significativamente face ao valor de 3,4%, constante no anterior Painel (ver Capítulo I, Título IX). A este propósito a Comissão referiu o seguinte: “Reviravolta notável. Há um ano, Portugal era o EM com o maior défice de transposição e com o aumento mais acentuado do mesmo. Atualmente, é o EM que regista a maior diminuição (88%) e um dos défices mais baixos (quarta posição). Além disso, atingiu o seu melhor resultado de sempre, juntamente com três outros EM. As autoridades portuguesas, em especial os ministérios competentes, atribuíram a máxima prioridade à transposição atempada e regular das diretivas, cooperando com outros órgãos de soberania para simplificar os procedimentos e reduzir os prazos. Portugal volta assim a estar em sintonia com a maioria das metas da UE e



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

demonstra o seu forte empenhamento em assegurar o bom funcionamento do mercado único”.

Propriedade intelectual

No âmbito da Estratégia para o Mercado Único Digital, a Comissão apresentou as últimas propostas no primeiro semestre. O Conselho Europeu sublinhou nas sessões de março e de junho a importância de concluir todos os dossiês até ao final do ciclo legislativo, pelo que se assistiu a uma intensificação das negociações. Dois terços das cerca de 30 iniciativas legislativas foram já objeto de acordo político entre as instituições europeias.

De destacar o acordo, com o apoio de Portugal, relativo à proposta de regulamento que estabelece normas sobre o exercício do direito de autor e direitos conexos aplicáveis a determinadas transmissões em linha dos organismos de radiodifusão de programas de rádio e televisão satélite e cabo (“SatCab”).

Quanto à proposta de diretiva relativa aos direitos de autor no mercado único digital, não foi possível obter um acordo com o PE, devido, em particular, à utilização de conteúdos protegidos por prestadores de serviços da sociedade de informação que armazenam e permitem o acesso a grandes quantidades de obras e outro material protegido carregado pelos utilizadores (artigo 13.º).

Portugal tem assumido uma posição ativa na negociação desta proposta, defendendo um equilíbrio entre um elevado nível de proteção dos titulares dos direitos de autor na internet e os interesses dos utilizadores, a fim de evitar uma utilização abusiva de obras protegidas. Tal como a Comissão e vários EM, considera essencial atribuir aos titulares de direitos uma justa remuneração pela utilização das suas obras e prestações nas plataformas digitais, sem necessidade de criar impactos para o utilizador. De notar a exclusão de plataformas sem intuítos comerciais e com fins socialmente relevantes e a disponibilização gratuita de conteúdos por parte de quem os cria (caso dos “Youtubers”) nos moldes atuais.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Defendeu ainda o reconhecimento de um direito conexo aos editores de publicações de imprensa com vista a garantir a diversidade e o pluralismo linguístico dos criadores e dos conteúdos, bem como salvaguardar o valor económico que os extratos de publicações de imprensa detêm no ecossistema digital.

Certificado Complementar de Proteção de Medicamentos

A Comissão propôs a alteração do regime de extensão da proteção por cinco anos dos produtos patenteados no território da UE aplicável aos medicamentos (CCP), prevendo uma isenção, durante a vigência da extensão da patente, que permita o fabrico na UE de medicamentos genéricos e biossimilares apenas para exportação.

Portugal apoiou a proposta que contribui para o acesso de medicamentos de elevada qualidade ao mercado em países nomeadamente em vias de desenvolvimento e para evitar a deslocalização para fora da UE da produção com vista à exportação.

A questão negocial mais controversa prende-se com a possibilidade de a isenção se aplicar também ao fabrico de genéricos e biossimilares para fins de armazenagem, de molde a permitir a sua comercialização na UE logo após a caducidade do CCP.

Contratos Públicos

A realização em Lisboa, a 18 de outubro, da conferência anual, promovida pela Comissão Europeia, dedicada ao tema “Transformação Digital da Contratação Pública”, constitui o reconhecimento de Portugal como um caso de sucesso na desmaterialização dos processos, procedimentos e aplicação do portal BASE.

Direito das Sociedades

Portugal apoiou as negociações relativas ao pacote Direito das Sociedades, composto por duas propostas de alteração da Diretiva relativa a determinados aspetos do direito das sociedades: a primeira visa facilitar e reforçar a utilização de ferramentas digitais nas formalidades de registo das empresas (“Digitalização”) e a segunda, mais complexa, pretende harmonizar e simplificar os procedimentos relativos às operações



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

transfronteiriças de empresas com vista à sua transferência, cisão ou fusão (“Mobilidade”).

Na proposta “Digitalização”, muito próxima do quadro normativo nacional, Portugal defendeu sobretudo, e com sucesso, a cobrança de emolumentos pelos registos das operações realizadas em linha. Na proposta “Mobilidade”, advogou a salvaguarda dos direitos dos credores aquando da realização das operações previstas, bem como o papel dos peritos independentes no processo de avaliação das mesmas.

Questões Aduaneiras

No domínio da União Aduaneira, foram propostos dois instrumentos de apoio, no quadro do QFP 2021-2027: (i) Programa Alfândega para a promoção da cooperação aduaneira entre EM e o reforço de capacidades e eficácia administrativas; e (ii) um instrumento de reforço do desempenho e de modernização dos equipamentos de controlo aduaneiro dos EM. Portugal apoiou os mandatos do Conselho para negociação com o PE para ambas as propostas.

A proposta de regulamento relativo à importação de bens culturais e a proposta relativa ao código aduaneiro da União foram objeto de acordo entre os colegisladores, contando ambos também com o apoio de Portugal.

INDÚSTRIA

Foram adotadas conclusões do Conselho (março e novembro) sobre a Estratégia de Política Industrial da UE, dando orientações à Comissão para a preparação de novas iniciativas políticas e desenvolvimento de uma estratégia industrial europeia voltada para o futuro, tendo em vista aumentar a competitividade, o crescimento e a inovação.

Também o Conselho Europeu de março destacou a necessidade de uma estratégia global de longo prazo para a política industrial da UE, reconhecendo a indústria como um setor importante para o desenvolvimento geral da economia europeia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal tem defendido continuamente a apresentação de iniciativas concretas dedicadas ao setor industrial, tendo em conta o seu papel para o crescimento, o emprego e a inovação na Europa. A Estratégia da Comissão e as conclusões adotadas são sinais políticos relevantes para o tecido empresarial europeu.

Foi criado, em janeiro, o Fórum Estratégico para Projetos Importantes de Interesse Comum Europeu (IPCEI na sigla em língua inglesa), envolvendo os EM, as empresas e universidades, com o objetivo de identificar as principais cadeias de valor e projetos de investimento.

HARMONIZAÇÃO TÉCNICA

Fertilizantes

Após anos de negociação, foi alcançado um acordo entre o PE e o Conselho sobre a proposta de regulamento que estabelece as regras relativas à disponibilização no mercado de produtos fertilizantes com a marcação CE, tendo sido desbloqueada a questão mais controversa sobre o valor para o limite máximo de cádmio nos adubos fosfatados. O acordo contempla um único valor limite de 60 mg/kg, a aplicar três anos após a entrada em vigor do regulamento, e prevê uma cláusula de revisão ao fim de sete anos para avaliar a possibilidade de redução dos limites de cádmio.

Portugal apoiou o texto final do regulamento, embora tenha manifestado algumas preocupações, em particular no que respeita à questão da rotulagem voluntária de fertilizantes com baixo teor de cádmio por esta comportar o risco de contribuir para a distorção do mercado único e para a desinformação dos agricultores e de outros utilizadores, os quais podem ser levados a considerar, erroneamente, que o cádmio é o único contaminante que carece de ser controlado nos produtos fertilizantes.

Veículos a motor

Foi aprovada, com o apoio de Portugal, uma orientação geral sobre a proposta de regulamento relativo aos requisitos de homologação de veículos a motor e seus reboques e dos sistemas, componentes e unidades técnicas destinados a esses



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

veículos, no que se refere à segurança geral e à proteção dos ocupantes dos veículos e dos utentes da estrada vulneráveis. Portugal considera que a proposta, visando garantir a instalação nos veículos rodoviários de novos dispositivos de segurança e tecnologias avançadas, é importante para reduzir a sinistralidade nas estradas.

Foi ainda adotada, com o apoio de Portugal, a proposta de regulamento que completa a legislação da UE em matéria de homologação no que diz respeito à saída do Reino Unido, permitindo aos fabricantes com homologações deste país solicitar novas homologações UE-27 a uma entidade de homologação da UE.

INVESTIGAÇÃO

A agenda do Conselho, em 2018, ficou marcada pela adoção de: (i) uma orientação geral parcial sobre a proposta de Programa-Quadro para a Investigação e Inovação 2021-2027, designado Horizonte Europa, após seis meses de intensa negociação; (ii) conclusões sobre a Aceleração da Circulação do Conhecimento na UE; e (iii) conclusões sobre Nuvem Europeia para a Ciência Aberta (EOSC).

Horizonte Europa

A Comissão apresentou, em junho, o pacote Horizonte Europa (HE), sucessor do atual Horizonte 2020, que inclui: (i) o Programa-Quadro para a Investigação e Inovação 2021-2027, estabelecendo as regras de participação e difusão; (ii) o programa específico de execução do HE; e (iii) o Programa de Investigação e Formação da Comunidade Europeia da Energia Atómica para o período 2021-2025, que completa o HE juntamente com uma Empresa Comum Europeia para o ITER e o Desenvolvimento da Energia de Fusão.

A proposta de regulamento que estabelece o HE mereceu ampla discussão no Conselho, designadamente sobre: a base jurídica; o processo de planeamento estratégico; a estrutura em três pilares do programa e os agregados ("clusters"); o papel das PME; o papel da indústria e das "Key Enabling Technologies"; a investigação colaborativa; e as sinergias com outros programas europeus. Foi



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

também debatido o novo esforço de investigação na área da defesa, as missões, as parcerias, o orçamento global do HE, a cooperação internacional, a associação ao programa de outros países, as regras de participação e as medidas de “Partilha de Excelência”.

Portugal defendeu a salvaguarda do HE como programa de excelência para todos, ao serviço da competitividade europeia e dotado de um orçamento que seja sobretudo destinado à investigação colaborativa, assegurando uma participação alargada e inclusiva para reduzir o fosso na capacidade de inovação dos diferentes EM. Esta posição visa contrariar a tendência que se tem verificado na concentração de projetos num núcleo restrito de EM e garantir que estas políticas contribuam para o reforço da convergência.

A adoção da orientação geral parcial, no Conselho Competitividade de novembro, permitiu dar início às negociações interinstitucionais, com vista a um acordo em primeira leitura em 2019.

Nuvem Europeia para a Ciência Aberta (EOSC)

Foi adotado um roteiro de implementação e as orientações estratégicas para ações concretas a desenvolver pela EOSC. Os valores defendidos por Portugal, relativos à aplicação dos princípios da Política Nacional de Ciência Aberta e à visão da EOSC como uma federação de infraestruturas com um mínimo denominador comum em termos de regras de adesão e operação, foram consagrados nas conclusões sobre a EOSC e adotadas pelo Conselho em dezembro.

Espaço Europeu de Investigação (EEI)

O Comité para o Espaço Europeu de Investigação (ERAC) produziu um relatório sobre a revisão da estrutura de governação do EEI e um relatório sobre a racionalização das Parcerias, ou seja, dos instrumentos colaborativos europeus que envolvem financiamento dos EM e da Comissão. É apontada a necessidade de uma



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

maior articulação entre grupos do EEI e de uma reorientação dos respetivos mandatos, destacando o Grupo de Programação Conjunta.

Portugal defendeu uma redução significativa dos grupos existentes e a concentração das responsabilidades no próprio ERAC, procurando aumentar a eficiência e o impacto do trabalho destes grupos.

As conclusões do Conselho aprovadas no final de 2018 seguem, pelo contrário, a linha de estabilidade, estando prevista uma nova revisão da governação da EEI em 2021. Note-se, no entanto, que este debate se mantém aberto, agora no quadro do pacote Horizonte Europa, onde Portugal está entre os que procuram contrariar a criação de “clubes fechados” e a manutenção dos atores que lideram uma determinada área científica ou tecnológica, dificultando a entrada de outros.

Ao nível nacional, verificou-se um aumento da participação portuguesa em três novas iniciativas do EEI e mantiveram-se as 48 iniciadas em anos anteriores.

Fórum Estratégico Europeu para as Infraestruturas de Investigação (ESFRI)

O ESFRI apresentou o novo roteiro de infraestruturas de Investigação, identificando novas infraestruturas de interesse pan-europeu que asseguram o acesso dos cientistas na Europa a instalações de categoria mundial e correspondem às necessidades, a longo prazo, das comunidades de investigação europeias. Este roteiro é composto por 18 projetos (seis com participação de Portugal) e 37 infraestruturas de investigação, os “Landmarks” (17 com participação nacional) que atingiram a fase de implementação.

Portugal, mantendo a sua participação ativa no ESFRI, assumiu pela primeira vez a coordenação de uma infraestrutura de investigação na área da microbiologia e recebeu a sede do Consórcio Europeu de Infraestrutura de Investigação (ERIC) do “Microbial Resource Research Infrastructure” (MIRRI). A candidatura conjunta de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal e Espanha foi preparada pela Universidade do Minho e pela Universidade de Valência.

Fórum Estratégico para a Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia (SFIC)

Das ações desenvolvidas, destaca-se o progresso alcançado no âmbito dos Acordos estabelecidos e serviços externos contratualizados, no estabelecimento de interligações do SFIC com outros grupos EEI, com iniciativas dos serviços de ação externa da UE no âmbito da diplomacia científica, e em iniciativas com participação dos EM, como o PRIMA - Parceria para a Investigação e Inovação na Região Mediterrânica, ENRICH-China, Brasil, EUA e ainda com a OCDE.

Participação portuguesa no Programa Horizonte 2020 (2014-2020)

O Horizonte 2020 (H2020) entrou no seu período final de implementação, com um financiamento indicativo global de cerca de 30 000 milhões de euros para este período de três anos, centrado nos desafios ligados a baixos níveis de carbono, economia digital, economia circular, segurança e inovação dos mercados europeus.

Portugal captou, em 2018, mais de 100 milhões de euros num universo de 246 projetos financiados (57 coordenações nacionais), envolvendo um total de 363 entidades nacionais (45% do setor académico, 37% do setor empresarial). De entre os resultados já apurados destacam-se: o maior projeto de sempre coordenado por Portugal (um projeto de quase 22 milhões de euros com coordenação da UNINOVA) no Desafio Societal Saúde; uma coordenação nacional da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) num projeto estratégico do Desafio Societal Bioeconomia, de apoio à Declaração de Belém e à I&I no Oceano Atlântico; a primeira "Synergy Grant" no H2020 coordenada por Portugal (Instituto de Medicina Molecular - IMM); e o melhor ano de sempre para as FET ("Future Enabling Technologies") com quatro coordenações nacionais – Laboratório de Nanotecnologia Ibérico (INL), Instituto Superior de Engenharia do Porto, Universidade de Aveiro e IMM.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Estes resultados posicionam o IMM como a instituição portuguesa que captou maior financiamento (3,3 milhões de euros), sendo também aquela que se encontra no primeiro lugar do financiamento europeu recebido em todo o período 2014-2018 (com mais de 27 milhões de euros, de um total de 670 milhões de euros captados pelas instituições nacionais, e 23 coordenações nacionais, de um total de 423).

Parcerias Europeias de Inovação (PEI)

A participação de Portugal nas várias PEI manteve-se muito significativa:

- PEI para o Envelhecimento Ativo e Saudável: Portugal manteve-se envolvido em seis grupos de ação e em dois consórcios (Ageing@Coimbra e Porto4Ageing). A Cáritas Diocesana de Coimbra viu aprovada uma proposta para avaliação do impacto e o custo-eficácia das intervenções de saúde digital.
- PEI para a Produtividade e Sustentabilidade Agrícolas: houve um financiamento global de cerca de 3,4 milhões de euros para equipas nacionais e o envolvimento de sete parceiros portugueses nos cinco novos Grupos Focais desta parceria.
- PEI-Água: Portugal manteve a sua participação em nove (de 29) grupos de ação e coordenou um.
- PEI Matérias-Primas: Portugal manteve a sua participação em 24 consórcios internacionais ("Raw Materials Commitments"), com três coordenações nacionais.
- PEI Cidades e Comunidades Inteligentes: Portugal manteve a sua participação ativa em 12 (de 370) projetos, contando com 11 cidades portuguesas envolvidas nas atividades relacionadas com esta parceria.

Cooperação internacional em investigação e inovação

Portugal continuou a participar nos diálogos políticos entre UE-América Latina e Caraíbas, Europa-Mediterrâneo e Europa-África Subsariana no âmbito da política europeia de cooperação internacional.

No plano do Diálogo Político de Alto Nível UE-África nos domínios da Ciência, Tecnologia e Inovação (HLPD), Portugal contribuiu em dois temas prioritários: "segurança alimentar e nutricional, agricultura e aquacultura sustentável" e "energias



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

renováveis e alterações climáticas”. De realçar o papel ativo desempenhado por Portugal na implementação do primeiro roteiro do HLPD em “Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Sustentável”, em particular, na organização, em Lisboa, da última reunião do projeto de apoio ao diálogo político RINEA – Rede de investigação e Inovação para a Europa e África.

No quadro das relações UE-África, a participação portuguesa na Parceria entre Europa e Países em Desenvolvimento para a Realização de Ensaios Clínicos (EDCTP) manteve-se positiva nos seus concursos, designadamente na área do reforço de infraestruturas, trabalho em rede e da capacitação ética e regulatória, e da investigação em VIH/Sida. Os projetos saídos destes concursos envolvem numerosos países africanos e europeus, dos quais destacamos todos os PALOP, com exceção de São Tomé e Príncipe. Portugal assegurou o acolhimento do 9.º Fórum da EDCTP, que ocorreu em setembro na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

No plano multilateral, no que respeita ao Diálogo 5+5⁴⁷ em “Investigação, Inovação e Ensino Superior”, Portugal continuou a liderar a ação “Fortalecimento da capacidade institucional das estruturas de investigação”, coliderou, com a Tunísia, a ação “Criação de uma rede de instituições de ensino superior no Diálogo 5+5” e participou em cinco outras ações do Plano de Trabalhos 2017/18.

Ações COST – “European Cooperation in Science and Technology”

Estão em curso cerca de 300 Ações COST, das quais mais de 95% contam com a participação portuguesa, envolvendo cerca de 1 400 investigadores nacionais, 40% identificados como jovens investigadores. Este envolvimento traduz-se num financiamento de cerca de 1,2 milhões de euros para a comunidade científica nacional, encontrando-se Portugal inserido no grupo dos sete países membros que mais beneficiam do orçamento dedicado da COST para atividades colaborativas.

⁴⁷ Processo de cooperação do Mediterrâneo Ocidental envolvendo de um lado Portugal, Espanha, França, Itália e Malta e do outro Mauritânia, Marrocos, Argélia, Líbia e Tunísia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

O concurso de 2018 contou com a aprovação de 40 novas Ações COST, sendo três coordenadas por Portugal e tendo o nosso país participado na elaboração de mais de metade das Ações aprovadas, o que reflete o crescimento do interesse da comunidade científica e tecnológica nacional nesta importante iniciativa.

ESPAÇO

A intervenção nacional no âmbito da vertente Espaço foi contextualizada pela definição de uma Estratégia Nacional para o Espaço “Portugal Espaço 2030” aprovada em Conselho de Ministros a 12 de março de 2018 (<https://www.fct.pt/ptspace2030/index.phtml.pt>).

Destaca-se a negociação da proposta de regulamento, apresentada em junho, que estabelece o Programa Espacial Europeu e cria a Agência da UE para o Programa Espacial Europeu. Esta proposta contribuirá para a realização dos objetivos da EEE, nomeadamente promover o acesso eficiente e autónomo ao espaço, mantendo a continuidade dos serviços prestados pelas componentes existentes e novas, mediante a disponibilização de financiamento.

A proposta reúne num único texto jurídico a estrutura e governação de todos as componentes da área do Espaço: já existentes (i) o Galileo – “Europe's Global Navigation Satellite System” (GNSS) e o EGNOS – “The European Geostationary Navigation Overlay Service”, programas de navegação por satélite; (ii) o Copernicus – “European Union's Earth Observation Programme”, um programa para a Observação da Terra; e duas novas componentes (iii) o “Space Surveillance and Tracking” (SST), que vigia e rastreia objetos no Espaço enquadrado no “Space Situational Awareness” (SSA); e (iv) o GOVSATCOM – “Governmental Satellite Communications”, um programa de comunicações governamentais por satélite. A proposta também estabelece novas funções para a Agência do GNSS Europeu (GSA), que passa a designar-se Agência da UE para o Programa Espacial (EUSPA).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Nesta negociação, onde se defendem interesses muito antagónicos, é importante para Portugal a aposta na transparência e na igualdade de tratamento de todos os EM que permita uma abordagem partilhada por todos. Neste sentido, consideramos que o texto deve consagrar o conceito de “Novo Espaço”, permitindo o acesso aberto e diversificado aos novos atores relativamente aos pequenos lançadores e satélites.

Também consideramos relevante o desenvolvimento de um setor europeu de serviços e de manufaturas inovador e competitivo para as PME, em sinergia com a componente I&D do Programa Horizonte Europa.

Portugal conseguiu, com êxito, que estes aspetos ficassem consagrados no mandato parcial, adotado no final de 2018, tendo em vista as negociações com o PE, esperando que o texto final não se afaste do difícil equilíbrio obtido no Conselho.

Merece igualmente destaque a assinatura, em dezembro, do Acordo de Adesão ao Consórcio Europeu SST, determinando pela primeira vez a participação nacional num programa pilar no setor europeu do Espaço. Este é o resultado de um compromisso político assumido desde longa data por Portugal e recentemente consagrado na Estratégia Portugal Espaço 2030.

A capacidade SST nacional será constituída, numa fase inicial, por sensores óticos no território da Madeira e um Centro de Operações de carácter civil-militar na Ilha da Terceira. A candidatura nacional despoletou imediatamente interesses por parte dos EUA e de vários EM, designadamente França, Alemanha e Polónia, que pretendem colocar infraestruturas naqueles territórios.

A participação de Portugal no Consórcio Europeu SST permitirá aceder a novos instrumentos de financiamento que contribuirão para o desenvolvimento de competências científicas e de capacidades de Base Tecnológica e Industrial nacional no setor espacial.

Por último, refira-se a organização, em maio, em Lisboa, de um evento internacional “New Space Atlantic Summit” para aprofundar o debate sobre as potencialidades de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

desenvolvimento na área atlântica, dinamizando a abertura de novas áreas de intervenção que vão desde a agricultura às pescas, monitorização de infraestruturas ou até ao desenvolvimento urbano, defesa e segurança.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO VI

CONCORRÊNCIA E AUXÍLIOS DE ESTADO

Em matéria de auxílios de Estado, 2018 foi essencialmente um ano de continuidade na estabilização e aplicação das regras, revistas ao abrigo do processo de modernização SAM ("State Aid Modernization") e que se encontram em vigor desde 2014.

Em particular, prosseguiu a monitorização de medidas de auxílio comunicadas ao abrigo do Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC), tendo a amostra do ano de 2018 incidido nos regimes Inovação Empresarial e Dedução por lucros retidos e reinvestidos.

No contexto do Grupo de Trabalho "SAM Implementation", que prepara os Fóruns Anuais de Alto Nível de Auxílios de Estado e constitui uma plataforma para troca de boas práticas e experiências de aplicação das regras, foi levada a cabo uma reflexão sobre a articulação entre as regras de auxílios de Estado e as dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI). Portugal participou ativamente neste debate, assinalando as dificuldades, incoerências e problemas de harmonização de conceitos sentidos pelas autoridades portuguesas.

No âmbito dos trabalhos do Fórum de Alto Nível de Auxílios de Estado, deve destacar-se a grande importância que a Comissária Margrethe Vestager atribuiu à consolidação e estabilidade das regras, assinalando que, apesar de muitas das orientações revistas no quadro do processo SAM expirarem em 2020, se afigura ainda prematuro proceder desde já à sua revisão, devendo antes ser equacionada a prorrogação por um ou dois anos e feita, durante esse período, uma avaliação da sua adequação e eficácia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE HABILITAÇÃO

Apesar da conduta que tem seguido de defesa da estabilidade das regras, a Comissão tem vindo a propor alterações limitadas que promovam adaptações a situações pontuais devidamente justificadas e em que a experiência já adquirida permita fazê-lo.

Neste contexto, a Comissão reconheceu que é necessário simplificar, desde já, as regras de auxílios no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, com o objetivo de facilitar a mobilização de recursos e a realização de investimentos em três áreas distintas: no âmbito do instrumento InvestEU, no domínio da I&D&I e ainda no âmbito da Cooperação Territorial Europeia. Portugal considera estas alterações pertinentes, por irem ao encontro das suas preocupações e participou ativamente neste debate.

DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO NA POLÍTICA DE CONCORRÊNCIA

Destacam-se igualmente os trabalhos na dimensão externa da área dos auxílios de Estado, visando a introdução de uma abordagem de concorrência leal num contexto internacional. Em janeiro, os EM e a Comissão chegaram a um consenso quanto à utilidade de um exercício de coleta e partilha de informações relativas a subsídios atribuídos por países terceiros. Ficou, contudo, patente a dificuldade de recolher estas informações junto das empresas e a sensibilidade na partilha com a Comissão e outros EM por razões de confidencialidade. Em junho a Comissão endereçou uma carta aos Estados-membros no sentido de esclarecer o propósito da recolha destes elementos e a forma como serão utilizados, bem como o âmbito dos dados a recolher e as garantias de confidencialidade.

Em setembro, devido à falta de adesão dos EM a esta iniciativa, a Comissão reafirmou a necessidade de com ela partilharem informação recolhida junto das suas empresas e associações empresariais. Por sugestão de alguns EM, incluindo Portugal,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

a Comissão anunciou que iria preparar orientações que pudessem utilizar para convencer as suas empresas a participarem neste exercício.

Este será certamente o tema auxílios de Estado que mais marcará os próximos anos da Política de Concorrência pelo facto de serem cada vez mais expressivas as queixas dos EM quanto às restrições que enfrentam as empresas da UE e que as fazem perder competitividade no plano internacional. A questão colocou-se com particular acuidade no âmbito dos trabalhos sobre a Política Industrial para a Europa.

DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO

Em fevereiro, março, outubro e novembro realizaram-se, no âmbito das iniciativas de disseminação do conhecimento em matéria de auxílios de Estado que têm sido desenvolvidas nos últimos anos em Portugal, na maior parte dos casos com a colaboração com a DG Concorrência da Comissão Europeia, cinco ações de formação e sensibilização em auxílios de Estado dirigidas aos Ministérios setoriais, Regiões Autónomas e autarquias locais.

Ações de formação promovidas em Portugal em colaboração com a DG Concorrência

Foram organizadas quatro ações de formação em matéria de auxílios de Estado com a colaboração da DG Concorrência, sendo duas dirigidas aos Ministérios setoriais e realizadas no Continente e outras duas dirigidas e realizadas nas Regiões Autónomas.

Assim, a 23 fevereiro, teve lugar em Lisboa uma ação de formação de carácter generalista que contou com 175 participantes. A 21 de março realizou-se uma outra ação de formação sobre temas mais especializados, também em Lisboa, que teve 71 participantes.

Do lado das Regiões Autónomas as duas ações realizadas (em 29 de outubro em Ponta Delgada e em 31 de outubro no Funchal) tiveram carácter geral embora com



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

enfoque nos aspetos específicos das regiões ultraperiféricas. Na Madeira registaram-se 60 participantes e nos Açores 67 participantes.

Ações de sensibilização às autarquias locais

A Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C) organizou, conjuntamente com a Direcção-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Direcção-Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e o Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, a realização de duas ações de sensibilização sobre auxílios de Estado em Beja e em Lamego, respetivamente a 20 e 27 de novembro, que contaram respetivamente com 56 e 61 participantes e que visaram sensibilizar os municípios para as questões de auxílios de Estado que a eles respeitam.

Formação em auxílios de Estado ministrada pelo Instituto Nacional de Administração

Destaca-se ainda a realização, pela primeira vez, de um curso de formação em “Direito Europeu de auxílios de Estado” no INA, no mês de julho, com elevada adesão e que teve como objetivo assegurar a continuidade e aprofundamento das ações de formação mais generalistas realizadas em colaboração com a DG Concorrência.

DIRETIVA REC+

Em dezembro, foi aprovada a Diretiva REC+⁴⁸ que visa atribuir às autoridades de concorrência dos Estados-membros competência para aplicarem a lei de forma mais eficaz e garantir o bom funcionamento do mercado interno. Pretende-se com esta diretiva assegurar, através da aplicação da mesma base jurídica, o reforço dos poderes das autoridades nacionais de concorrência para garantir que estas dispõem de um conjunto mínimo de meios comuns e de poderes efetivos de aplicação da

⁴⁸ Diretiva (UE) 2019/1 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

legislação, por forma a garantir uma aplicação mais eficaz da aplicação das regras “antitrust” da UE em prol do crescimento e do emprego.

Portugal, através da Autoridade da Concorrência, participou muito ativamente na negociação desta diretiva, que considera fundamental para a criação de condições que possam promover e garantir uma concorrência sã e leal no âmbito do mercado interno.

REGIME PORTUGUÊS DE “TONNAGE TAX”

Merece destaque a apresentação que Portugal fez deste regime em Bruxelas, decidido favoravelmente pela Comissão⁴⁹, no contexto de uma reunião relativa às orientações marítimas, que foi considerado uma “boa prática” em termos do processo negocial conduzido entre as autoridades portuguesas e a Comissão e que serviu igualmente para ilustrar a prática decisória da Comissão.

ORIENTAÇÕES PARA O EXAME DOS AUXÍLIOS ESTATAIS NO SETOR DAS PESCAS E DA AQUICULTURA

No final do ano foi publicada a Comunicação da Comissão que altera as Orientações para o exame dos auxílios estatais no setor das pescas e da aquicultura (2018/C 422/01). A alteração aprovada, prevista aliás na Comunicação “Uma parceria estratégica reforçada e renovada com as regiões ultraperiféricas da UE”, vem permitir que, em determinadas condições, possam ser concedidos auxílios para a renovação das frotas de pesca nas regiões ultraperiféricas.

REVISÃO DO CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS PARA A CONDUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLO EM MATÉRIA DE AUXÍLIOS DE ESTADO

Em julho, a Comissão adotou uma nova versão revista do Código de Boas Práticas para a condução dos procedimentos de controlo em matéria de auxílios de Estado⁵⁰.

⁴⁹ SA.48929: Decisão da Comissão C(2018) 2018 final, de 6 de abril.

⁵⁰ JO C253 de 19.7.2018, p.14



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Esta revisão vem substituir o Código de Boas Práticas adotado em 2009⁵¹ e integra a comunicação da Comissão sobre o procedimento simplificado para o tratamento de certos tipos de auxílios de 2009⁵².

Relativamente às alterações introduzidas face ao Código de 2009, destacam-se as orientações relativas à utilização do procedimento simplificado, a forte recomendação da utilização de contactos de pré-notificação em casos com novos aspetos, características ou complexidade ou no âmbito de projetos de interesse comum com elevada relevância para a UE, por exemplo a Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T).

Portugal defendeu neste processo de revisão a importância da fase de pré-notificação, pois proporciona a possibilidade de os EM poderem explorar diversas possibilidades de enquadramento das medidas de auxílio em conjunto com a Comissão.

No entanto, a fase de pré-notificação deve manter-se como facultativa para o Estado-membro, sem que evolua para um procedimento obrigatório numa futura revisão das regras.

OBRIGAÇÕES DE TRANSPARÊNCIA

Até ao final do ano, Portugal tinha publicado na página nacional de transparência 3 689 registos, número muito elevado em termos comparativos com os restantes Estados-membros.

A Comissão apresentou igualmente uma reflexão sobre os resultados dos “compliance checks” já efetuados, prevendo alargar o seu âmbito no futuro. No que se refere a Portugal, foram detetados apenas casos de reporte para além do prazo e erros na identificação dos beneficiários.

⁵¹ Comunicação da Comissão sobre o Código de Boas Práticas para a condução dos procedimentos de controlo em matéria de auxílios de Estado (JO C 136, 16.6.2009, p. 13).

⁵² Comunicação da Comissão sobre o procedimento simplificado para o tratamento de certos tipos de auxílios (JO C 136, 16.6.2009, p. 3).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

DECISÕES DA COMISSÃO EUROPEIA

Obtiveram decisão favorável os seguintes casos:

- SA.48929: Regime especial de determinação de matéria coletável com base na tonelagem dos navios e embarcações e regime fiscal e contributivo aplicável aos tripulantes ("Tonnage tax") – Decisão da Comissão C(2018) 2018 final, de 6 de abril.
- SA.59760: Programa POSEUR, Autocarros Limpos em Áreas Urbanas – Decisão da Comissão C(2018) 3107 final, de 16 de maio.
- SA.50938: Submedida 9.1, criação de agrupamentos e de organizações de produtores no setor silvícola (Madeira) – Decisão da Comissão C(2018) 4440 final, de 6 de julho.
- SA.51041: 9.ª Prorrogação da Garantia do Estado Português a operações de financiamento do BEI – Decisão da Comissão C(2018) 5433 final, de 9 de agosto.
- SA.51108: Indemnização dos produtores agrícolas afetados pelos temporais de fevereiro e março de 2018 (Madeira) – Decisão da Comissão C(2018) 5596 final de 22 de agosto.
- SA.51395: Medida 16 "Cooperação" do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira" (RAM) – Decisão C(2018) 7261 final de 26 de outubro.

NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Ao longo do ano foram efetuadas por Portugal várias comunicações e notificações.

Comunicações no âmbito do RGIC:

- SA.50076: Regime de dedução por lucros retidos e reinvestidos (Madeira).
- SA.50074: Regime de benefícios contratuais ao investimento produtivo (Madeira).
- SA.50075: Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (Madeira).
- SA.50466: Sistemas de Gestão de Frotas com funcionalidades de promoção da ecocondução para redução dos consumos energéticos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- SA.50634: Auxílios para permitir o escoamento de excedentes de lacticínios produzidos nos Açores.

Comunicações no âmbito do Regulamento de Isenção por Categoria aplicável aos setores da Agricultura e Floresta:

- SA.50324: Linha de crédito garantida – apoio à reestruturação.
- SA.52817: Apoio à implantação, regeneração ou renovação de sistemas agroflorestais (Açores).
- SA.50951: Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PROAMAF).

Notificações de auxílios ao setor financeiro destinados a sanar perturbação grave da economia:

- SA.51042: Concessão de garantias pessoais pelo Estado no âmbito do sistema financeiro.
- SA.51041: Garantia do Estado português a operações de financiamento do BEI.

Notificações Gerais:

- SA.48929: Portugal – Decreto-Lei que institui um regime especial de determinação da matéria coletável com base na tonelagem dos navios e embarcações e um regime fiscal contributivo aplicável aos tripulantes.
- SA.45694: PO SEUR: Programa para “autocarros limpos” em zonas urbanas (notificação simplificada).
- SA.51935: Medida 16 (Cooperação), do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira (PRODERAM).
- SA.51108: Indemnização aos produtores agrícolas afetados pelos temporais de fevereiro e março de 2018 (Madeira).
- SA.51042: Concessão extraordinária de garantias pessoais pelo Estado, no âmbito do setor financeiro (17.ª prorrogação).
- SA.51041: Garantia do Estado português a operações de financiamento do BEI (9.ª prorrogação).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- SA.48881: Regime especial e extraordinário para a instalação e exploração de novas centrais a biomassa.
- SA.50938: Submedida 9.1. "Criação de grupos de produtores e de organizações nos setores da agricultura e da silvicultura, do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira" (RAM).

CONTROLOS

A Comissão desenvolveu, no contexto da monitorização anual de medidas de auxílio no âmbito do RGIC, exercícios de controlo das seguintes medidas de auxílio:

- SA.42136: Plano de Avaliação – Inovação Empresarial.
- SA.39994: Dedução por lucros retidos e reinvestidos.

Foi encerrado o processo de monitorização do SA.47954 – Contratos de Aquisição de Energia para duas centrais elétricas convencionais.

Prosseguiu igualmente o exercício de controlo sobre o SA.45628- Tratamento fiscal dos instrumentos de fundos próprios adicionais de nível 1 e de instrumentos híbridos semelhantes em Portugal (CoCos) e sobre o processo SA.26909 (2011/C) – Medidas executadas por Portugal no contexto da reestruturação do BPN.

PROCESSOS "EX OFFICIO"

A Comissão abriu processo de investigação "ex officio" no âmbito do seguinte regime: SA.41727 – Regime de auxílios fiscais da Zona Franca da Madeira – Regime IV.

Prosseguiu a ação de controlo sobre as medidas no setor da energia SA. 47951 – mecanismo de interruptibilidade e SA.47953 – incentivos ao investimento de electroprodutores hídricos.

PROCESSOS DE INVESTIGAÇÃO

Foi aberto pela Comissão Europeia um processo de investigação formal no âmbito do SA.21259 – Zona Franca da Madeira – Regime III.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

DENÚNCIAS

Foram registadas trocas de informações com a Comissão nos seguintes casos, objeto de denúncias:

- SA.43388: Imposto Especial de Consumo e taxa preferencial de IVA aplicável ao vinho em Portugal.
- SA.43669. Alegado auxílio estatal a pequenos operadores de apostas fixas e bolsas de apostas em Portugal.
- SA.39398. Alegadas isenções fiscais ilegais às farmácias sociais.

Foi registada a seguinte nova denúncia:

- SA. 52177. Alegado auxílio à ANA resultante da concessão do aeroporto de Lisboa.

RECUPERAÇÃO DE AUXÍLIOS

Pedidos de informações, pela Comissão, sobre o ponto de situação da recuperação de auxílios:

- SA.27386: Seguro de crédito à exportação em operações garantidas a curto prazo.
- SA.28787: Reestruturação do Banco Privado Português.
- SA.35546: Estaleiros Navais de Viana do Castelo.
- SA.16530: Financiamento da recolha, transporte e destruição de subprodutos resultantes do abate de ruminantes e aves de capoeira.
- SA.10340 e SA.8890: Medidas de auxílio no setor da pecuária intensiva.

AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E APOIO

Portugal apresentou, como habitualmente⁵³, o relatório anual das despesas relativas aos auxílios de Estado para 2017, utilizando a plataforma informática disponibilizada

⁵³ Em cumprimento do artigo 21.º do Regulamento (CE) n.º 659/1999 (alterado pelo Regulamento n.º 734/2013) e do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 794/2004 da Comissão.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

pela Comissão para o efeito, o SARI – “State Aid Reporting Interactive”. As despesas em auxílios de Estado relativas ao setor ferroviário e aos setores da aquicultura e pescas foram objeto de reporte separado.

De acordo com os dados do relatório agregado de 2018 das despesas de auxílios de Estado respeitantes ao ano de 2017, a despesa global em Portugal representou 0,46% do PIB, o que compara com uma média da UE de 0,76%. O objetivo principal foi o desenvolvimento regional, representando em 2017 cerca de 67% do total dos auxílios concedidos (excluindo os auxílios ao setor ferroviário), seguido pelo apoio às PME (17,3%) e I&D&I (8,7%). Por outro lado, cerca de 82% do total da ajuda foi em 2017 concedida ao abrigo do RGIC.

Portugal enviou à Comissão o relatório bienal relativo aos Serviços de Interesse Económico Geral (SIEG) relativo à aplicação do artigo 106.º, n.º 2, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios estatais sob a forma de compensação de serviço público concedidos a certas empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse económico geral.

No âmbito das responsabilidades atribuídas à AD&C previstas nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 140/2013, de 18 de outubro, a saber “definir e manter atualizado o registo central de auxílios de minimis e exercer o controlo da acumulação de apoios financeiros e fiscais concedidos nesse âmbito”, importa destacar as seguintes atividades:

- Registo, acompanhamento e controlo dos auxílios de minimis, concedidos nos termos do Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, mantendo atualizado o respetivo registo centralizado.
- No âmbito da aplicação informática “Registo central de auxílios de minimis”, a resposta aos beneficiários com apoios de minimis passa a ser efetuada de uma forma automática enviando um relatório com os apoios de minimis, denominado de “relatório incentivos por promotor”.
- No portal da AD&C foram disponibilizados novos conteúdos atualizados relativamente à temática dos auxílios de Estado e aos auxílios de minimis,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

incluindo a disponibilização do fluxograma dos auxílios de Estado (Doutrina Genérica).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO VII

TRANSPORTES, TELECOMUNICAÇÕES E ENERGIA

TRANSPORTES

Transporte Aéreo

No âmbito da Estratégia da Aviação para a Europa (junho de 2017), que visa colocar a Europa na vanguarda da aviação civil mundial, foram adotadas duas propostas de regulamento sobre a salvaguarda da concorrência no setor dos transportes aéreos e as regras comuns dos serviços aéreos na UE.

Portugal defendeu, com base no princípio da reciprocidade, a permissão de derrogação às restrições de duração limitada de locação de aeronaves com tripulação entre as transportadoras aéreas da UE e as de países terceiros. No que se refere à concorrência, a principal preocupação nacional foi evitar a tomada de medidas lesivas dos acordos bilaterais em vigor com prejuízo para a conectividade dos EM e para os consumidores nacionais, gerando grandes impactos económicos, especialmente para os aeroportos.

Para além da preparação da posição da UE para o Conselho da ICAO (Organização da Aviação Civil Internacional) e da participação no âmbito do Acordo sobre o Espaço de Aviação Comum Europeu, Portugal acompanhou ainda a evolução das negociações de mandatos, em termos de acordos de transporte aéreo, com países terceiros, registando-se avanços significativos com o Sultanato de Omã, México, ASEAN, Geórgia, China, Filipinas e Canadá, bem como em acordos bilaterais sobre Segurança de Transporte Aéreo com a China, EUA, Brasil e Japão.

Transporte Rodoviário

Este foi o modo de transporte com negociações mais intensas. Depois de, em 2017, terem sido lançados um Pacote I ("Europa em movimento") e um Pacote II



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

(“Mobilidade Limpa”) com o objetivo geral de modernização da mobilidade e dos transportes europeus, numa transição competitiva e socialmente justa em direção a uma energia limpa e à digitalização, foi apresentado, em maio, o Pacote III (“Mobilidade Sustentável para a Europa: segura, limpa e conectada”).

Composto por oito propostas legislativas, visa uma maior segurança rodoviária, veículos pesados e ligeiros menos poluentes e soluções tecnológicas mais avançadas. Prevê também a adoção de um plano de ação estratégico para o desenvolvimento e fabrico de baterias na Europa e uma estratégia prospetiva sobre a mobilidade conectada e automatizada.

No âmbito do quadro estratégico para a segurança rodoviária (vias e veículos) para 2020-2030 e dos novos desafios em matéria de mobilidade e de evolução social (mais ciclistas e peões, envelhecimento populacional e progresso tecnológico associado a plataformas digitais), Portugal contribuiu para a orientação geral sobre a proposta de diretiva relativa à gestão da segurança rodoviária, a qual advoga a adoção das mesmas normas e nível de segurança em todos os EM por forma a reduzir o número de mortes e de feridos nas redes viárias da UE e o reforço do desempenho das infraestruturas.

Na Reunião informal de Ministros dos Transportes e do Ambiente realizada, em outubro, em Graz, foi adotada uma Declaração Ministerial que visa garantir um compromisso comum dos EM na promoção de uma mobilidade limpa, segura e acessível para a Europa e que contou com a participação ativa de Portugal. Merece particular destaque a adoção de orientação geral do Conselho sobre três propostas do Pacote Mobilidade I relativas ao pilar social e acesso ao mercado: (i) destacamento de trabalhadores no setor do transporte rodoviário (“lex specialis” face às regras constantes da Diretiva Destacamento de Trabalhadores, aprovada em março); (ii) tempos de trabalho/descanso e tacógrafo; e (iii) revisão dos regulamentos de acesso ao mercado (cobrindo a atividade da cabotagem e o combate às “letterbox companies”) e à profissão.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Registe-se que Portugal teve um papel determinante neste processo negocial ao liderar um grupo de EM a favor de uma solução equilibrada entre a melhoria das condições sociais dos condutores e do exercício da sua atividade e a salvaguarda da competitividade das empresas de transporte rodoviário internacional de mercadorias e da capacidade concorrencial das exportações no mercado europeu (evitando um aumento artificial dos custos).

Portugal conseguiu a exclusão da aplicação das regras do destacamento a todo o transporte internacional bilateral independentemente da respetiva duração (operações com origem ou destino em Portugal) e de um número reduzido de operações de "cross-trade" (operações transfronteiras feitas por uma transportadora nacional mas que não têm Portugal como origem). Evitaram-se, assim, aumentos inoportáveis de custos (mais elevados para Portugal dada a sua localização periférica) que decorreriam da aplicação do salário local e da apresentação de declarações de destacamento, suscetíveis de prejudicar a competitividade das nossas exportações e o desempenho da nossa economia.

Ainda no âmbito do Pacote Mobilidade I, foi obtido um acordo político com o PE na proposta de diretiva relativa à interoperabilidade dos sistemas eletrónicos de portagem rodoviária que facilita o intercâmbio transfronteiriço de informações sobre o não pagamento de taxas rodoviárias, muito relevante para o futuro Serviço Electrónico Europeu de Portagens.

Transporte Ferroviário

Foi prosseguida a negociação da proposta relativa aos direitos e obrigações dos passageiros dos serviços ferroviários, com impacto significativo no setor, tendo Portugal defendido um equilíbrio entre a necessidade de reforçar os direitos dos passageiros e a garantia de não aumento dos encargos e da burocracia passíveis de inviabilizar a prestação do serviço.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Foram adotadas conclusões do Conselho sobre o Relatório Especial do Tribunal de Contas Europeu dedicado ao sistema europeu único de gestão do tráfego ferroviário. Portugal conseguiu a eliminação de referências a metas vinculativas para a desativação dos sistemas nacionais, bem como a inclusão da menção de que o respetivo planeamento deve respeitar a realidade de cada EM e o ciclo de vida dos investimentos recentes.

Transporte Marítimo

Foram dados passos significativos nesta área, tendo Portugal apoiado a orientação geral de três relevantes propostas legislativas sobre: (i) meios portuários de receção de resíduos provenientes dos navios, incluída na estratégia da UE de transição para a economia circular; (ii) criação de um ambiente único europeu em matéria de janelas marítimas, integrada no Pacote Mobilidade III; e (iii) nível mínimo de formação dos marítimos.

A primeira proposta visa a revisão das regras existentes, privilegiando um alinhamento com as disposições da Convenção MARPOL⁵⁴, e com um foco específico no lixo marinho, aumentando a proteção do meio marinho contra os efeitos negativos das descargas de resíduos dos navios.

A segunda estabelece um enquadramento harmonizado e interoperável, baseado nas janelas únicas nacionais, que facilite a transmissão eletrónica de informações relacionadas com as obrigações de declaração exigidas aos navios à chegada e à partida de um porto da UE, ou que aí permanecem. Portugal, que já tem em funcionamento há mais de 10 anos uma Janela Única Portuária, salientou a importância de os EM beneficiarem de financiamento para a adaptação e desenvolvimento deste sistema harmonizado.

A terceira proposta visa simplificar o quadro normativo da UE em matéria de formação e certificação dos marítimos, ajustando-o ao quadro internacional e

⁵⁴ Convenção internacional para a prevenção da poluição por navios.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

assegurando maior clareza jurídica no reconhecimento mútuo dos certificados dos marítimos emitidos pelos EM, questão fulcral para permitir a mobilidade dos marítimos.

Foram ainda adotadas conclusões do Conselho sobre transporte por navegação interior, com o intuito de dar orientações políticas para o futuro programa NAIADES III⁵⁵, as quais estão alinhadas com a Estratégia Nacional para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente - Horizonte 2026, nomeadamente como o objetivo de aumento do tráfego fluvial.

Redes e Questões Intermodais de Transportes

O Conselho adotou uma orientação geral sobre a proposta de diretiva relativa ao estabelecimento de regras comuns para certos transportes combinados de mercadorias entre EM. Portugal contribuiu para que a isenção da cabotagem ficasse contemplada, argumentando que a UE não pode restringir este mercado e que o transporte combinado deve desempenhar um papel principal na promoção do paradigma para modos de transportes mais sustentáveis, em prol do cumprimento das metas de política climática da União.

Registaram-se progressos na negociação da proposta relativa à promoção de veículos de transporte rodoviário não poluentes e energeticamente eficientes, tendo sido introduzidas, no que se refere aos contratos públicos para a aquisição de veículos rodoviários, regras obrigatórias em termos de custos ambientais e energéticos durante o ciclo de vida das referidas viaturas, incentivando a compra de veículos elétricos.

No âmbito do próximo Quadro Financeiro Plurianual, foi aprovada uma orientação geral parcial sobre o Mecanismo Interligar a Europa (CEF) destinado a apoiar o desenvolvimento e modernização das redes transeuropeias (RTE) dos transportes, energia e digital. Este instrumento de financiamento é importante, nomeadamente

⁵⁵ Visa a promoção do transporte por vias navegáveis interiores.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

para a conclusão da RTE de transportes, em particular do corredor Atlântico que vai da Península Ibérica até ao porto de Le Havre no norte da França e às cidades de Estrasburgo e Mannheim na fronteira franco-germânica.

Portugal considerou equilibrado o resultado alcançado, tendo sido atendidas as principais pretensões nacionais, nomeadamente: (i) o apoio às referências às regiões ultraperiféricas e aos territórios insulares, bem como à coesão territorial; (ii) na energia, a inclusão do financiamento por via deste instrumento dos projetos transfronteiras na área das renováveis, com a referência à meta das interligações energéticas; (iii) no digital, a adequação do CEF ao apoio e à implantação do acesso às redes de muito alta capacidade e à rede 5G como forma de promoção da conectividade; e (iv) nos transportes, a clarificação da tipologia de infraestruturas (quantitativas/qualitativas) para melhor alinhamento com a necessidade de completar os corredores nas redes principais e apoio à implementação dos principais projetos mais maduros.

Relativamente às disposições financeiras, não abrangidas por esta orientação geral e objeto da “negotiating box” do Quadro Financeiro Plurianual, Portugal manteve reserva quanto à transferência de montantes do Fundo de Coesão para o CEF, considerando crucial respeitar, nos três primeiros anos, as dotações previstas para cada EM (ver Título IV – Quadro Financeiro Plurianual).

Relativamente aos resultados dos concursos no âmbito do CEF Transportes, foram selecionadas cinco ações com participação de entidades nacionais (individualmente ou em consórcio) na área do Céu Único Europeu e Portos, permitindo o aproveitamento total da dotação Coesão reservada ao nosso país.

Abolição das mudanças de hora sazonais (“Hora de Verão”)

Apresentada pelo Presidente Juncker como uma iniciativa-bandeira, a proposta de diretiva “Hora de Verão”, de natureza mais transversal, mas negociada na fileira



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

transportes, foi apenas objeto de um relatório intercalar, dado estarem em curso consultas internas na maioria dos EM.

Ciente do impacto significativo desta proposta, Portugal advogou a necessidade de uma avaliação quanto às alternativas antes de se abandonar o atual sistema de mudança bianual que assegura a total harmonização, sendo essencial analisar as consequências que tal alteração terá em cada EM e assegurar uma coordenação entre eles em termos de regimes da hora.

Relações Externas na área dos transportes No âmbito do Tratado que institui uma Comunidade dos Transportes, e na perspetiva de aproximação ao Sudeste Europeu (Albânia, Bósnia/Herzegovina, Bulgária, Croácia, Macedónia, Islândia, Montenegro, Noruega, Roménia, Sérvia e Kosovo), prosseguiu a negociação com vista à integração progressiva dos mercados dos transportes daquele bloco geográfico no mercado da UE.

TELECOMUNICAÇÕES, SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E GOVERNO ELETRÓNICO

As Presidências búlgara e austríaca estabeleceram como prioridades nesta área a renovação do quadro regulatório das telecomunicações, o reforço da privacidade dos cidadãos, a confidencialidade das comunicações eletrónicas, o desenvolvimento da conectividade, a extensão da cobertura da rede de banda-larga e móvel 5G e o desenvolvimento da economia de dados.

Foram objeto de acordo político vários instrumentos: (i) Diretiva que estabelece o Código Europeu das Comunicações Eletrónicas (CODE), criando um quadro harmonizado para a regulação de redes e serviços de comunicações eletrónicas, tendo Portugal defendido, com sucesso, um maior equilíbrio entre o princípio da subsidiariedade e outros dossiês ao nível da gestão do espetro, do financiamento do serviço universal e do papel das entidades nacionais reguladoras nas decisões sobre a aplicação de medidas corretoras dos mercados nacionais; (ii) Regulamento que



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

estabelece o Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas (BEREC), que implementará o CODE, contando com a defesa de um papel mais ativo da nova agência por parte de Portugal; (iii) Regulamento sobre o livre fluxo de dados não pessoais, permitindo o armazenamento de dados não pessoais por empresas e administrações públicas em toda a UE, tendo a negociação logrado, em linha com os interesses de Portugal, dotar a UE de um quadro jurídico potenciador da atividade económica sem restrições injustificadas; e (iv) Regulamento relativo à implementação e funcionamento do nome de domínio de topo .eu, o qual facilita o registo de nomes de domínio .eu para todos os cidadãos da UE em qualquer lugar do mundo e reforça a sua competitividade relativamente a nomes concorrentes.

Foi também discutida a revisão da diretiva que regula a reutilização de informações do setor público, bastante alinhada com a política portuguesa de facilitação do acesso a quantidades progressivamente maiores de informação, incluindo proveniente de investigação científica financiada por fundos públicos.

A negociação da proposta de regulamento relativo ao respeito pela vida privada e à proteção dos dados pessoais nas comunicações eletrónicas (ePrivacy), uma importante componente do Pacote de Dados da UE, prosseguiu com dificuldades, persistindo divergências entre os EM em torno do regime de exceções ao tratamento de dados e à proteção de informação armazenada em equipamento terminal. Portugal considerou a proposta fundamental para a criação do mercado único digital, defendendo um alinhamento com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) para a regulação do setor das telecomunicações, assim como com o CODE.

No contexto do QFP 2021-2027, a Comissão propôs a criação do programa Europa Digital dedicado ao reforço da capacidade da UE e dos EM em cinco setores-chave para a transformação digital da Europa: computação de alto desempenho, inteligência artificial, cibersegurança, competências digitais avançadas e implementação de capacidades digitais/interoperabilidade. O programa constitui o primeiro instrumento pan-europeu exclusivamente dedicado à transformação digital,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

tendo sido objeto de orientação geral parcial do Conselho em dezembro. Portugal apoiou os objetivos e ambição da proposta, reconhecendo a sua importância, não obstante as dúvidas sobre a sua operacionalização, nomeadamente na articulação com outros programas e iniciativas europeias.

Registou-se também um forte impulso nas tecnologias de cadeia de blocos ("blockchain"), que permitem a distribuição de informação digital sem a mesma poder ser copiada. A Comissão estabeleceu, no seguimento do apelo do Conselho Europeu, o Observatório e Fórum da UE para a Tecnologia de Cadeia de Blocos, com o objetivo de mapear e acompanhar a evolução das principais iniciativas e de promover a cooperação no domínio, contando com um investimento de 80 milhões de euros. Portugal e outros EM lançaram a "Parceria Europeia para a Blockchain" para promover a prestação de serviços públicos digitais transfronteiriços com segurança e privacidade. A colaboração neste domínio foi ainda reforçada pela assinatura de uma declaração conjunta dos EM do sul, à margem do Conselho Transportes, Telecomunicações e Energia de dezembro, subscrita por Portugal.

A entrada em vigor, em maio, do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), um instrumento central do novo quadro regulatório da economia de dados, veio reforçar a privacidade dos cidadãos e das empresas da UE e o controlo sobre o tratamento de dados pessoais e sensíveis. Em Portugal, prosseguiram os esforços de adaptação legislativa ao RGPD e foram disponibilizadas informações ao público quanto ao respetivo cumprimento.

Entrou igualmente em vigor, em maio, o Regulamento relativo aos serviços transfronteiriços de entrega de encomendas postais, o qual veio facilitar o acesso de consumidores e empresas a bens e serviços em linha em toda a Europa.

A edição de 2018 do Índice de Economia e Sociedade Digitais (DESI), publicada pela Comissão, colocou Portugal na 16.^a posição, no grupo de países de desempenho médio. Não obstante a descida em relação a 2017, a pontuação nacional melhorou em todas as dimensões, com a exceção da integração de tecnologias digitais. Ainda



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

assim, Portugal esteve, nesta última dimensão e nos domínios da conectividade e dos serviços públicos digitais, acima da média UE. No domínio da conectividade, a banda-larga está disponível para todas as residências e a banda-larga ultra-rápida está já disponível para 95% dos lares, muito superior à média europeia de 58%. A aquisição de competências digitais pela população permanece o principal desafio.

Em complemento do DESI, a Comissão lançou, em março, o índice “Women in Digital”, o qual mede a participação das mulheres no setor digital e colocou Portugal na 17.^a posição entre os EM.

No âmbito da iniciativa “WIFI4EU”, que visa, até 2025, instalar ligações de alta velocidade de acesso gratuito em locais onde são fornecidos serviços públicos, o primeiro convite à apresentação de candidaturas decorreu em novembro e foi dirigido ao setor público. Portugal submeteu 256 projetos, tendo 127 obtido financiamento, num valor total de 1,9 milhões de euros.

O Tribunal de Contas Europeu publicou um relatório especial relativo ao progresso dos EM no domínio de banda-larga, figurando Portugal no grupo de EM com progressos mais positivos, tanto ao nível da cobertura de rede como de subscrição da banda-larga.

No domínio da implementação de serviços genéricos nas infraestruturas de serviços digitais, realizaram-se cinco concursos no âmbito do CEF (vertente Telecom) para a apresentação de candidaturas, tendo sido atribuídos a Portugal, relativamente ao primeiro (dados disponíveis), 590 mil euros para a implementação de cinco projetos. O Centro Internet Segura continuou a ser cofinanciado pelo CEF, contribuindo para o funcionamento de dois centros de sensibilização e de duas linhas de atendimento, uma para esclarecimentos ao público e outra para a denúncia de conteúdos ilegais.

No âmbito do programa “AAL – Active and Assisted Living”, tiveram lugar as negociações e homologação de três projetos já aprovados, envolvendo cinco entidades portuguesas. O tema do concurso transnacional do AAL, em 2018, foi



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

“Smart Solutions for Ageing Well”. O cofinanciamento de Portugal representou 500 mil euros, valor semelhante ao da Comissão, permitindo o financiamento de sete projetos AAL e contando com a participação de doze entidades portuguesas.

Modernização Administrativa e Governo Eletrónico

Portugal continuou a acompanhar a execução do Plano de Ação Europeu para o Governo Eletrónico (2016-2020) com vista a modernizar a administração pública através da prestação de serviços eficientes e integralmente em linha, fomentar a mobilidade transfronteiriça de cidadãos, empresas e serviços públicos e promover a interação digital entre as administrações e os cidadãos e as empresas.

A versão de 2018 do “European Government Benchmark”, que monitoriza a implementação do Plano de Ação e promove a uniformização de processos e serviços transfronteiriços na UE, colocou Portugal na 10.^a posição global entre os EM, destacando-se o país pelo desempenho ao nível dos Serviços Centrados no Cidadão (3.^a posição) e na Transparência (6.^a posição), para além de práticas e outras soluções como a assinatura digital, o novo portal de dados abertos e a tarifa social energética.

No âmbito do programa Simplex+, e dando seguimento aos objetivos europeus para a modernização da administração pública e para a mobilidade transfronteiriça, destacam-se iniciativas como: (i) o Portal do Cidadão+, dedicado à prestação, de forma integrada, de todos os serviços relevantes disponíveis aos cidadãos e às empresas (e.g. autenticação eletrónica e informações sobre os serviços públicos nacionais); e (ii) o Balcão do Empreendedor+, o qual visa disponibilizar progressivamente um maior número de processos de licenciamento de acesso e exercício de atividades económicas por via digital.

Sinaliza-se, neste domínio, a notificação de Portugal à Comissão dos esquemas nacionais de identificação eletrónica e a preparação do nó nacional que ligará o



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

sistema de autenticação português aos restantes sistemas da UE, viabilizando a autenticação eletrónica segura dos cidadãos em qualquer EM.

ENERGIA

A conclusão da negociação do pacote legislativo “Energia Limpa para todos os Europeus” constitui o principal desenvolvimento nesta área. Trata-se de um passo decisivo para a concretização da “União da Energia” e para atingir as metas adotadas no Conselho Europeu de outubro de 2014.

O novo quadro jurídico consagra um mecanismo de governação coletivo de acompanhamento do cumprimento das obrigações nacionais sobre interligações, eficiência energética, energia proveniente de fontes renováveis e redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE). Cria a obrigação de elaboração de Planos Nacionais de Energia e Clima (PNEC), fixa metas mais ambiciosas para renováveis e eficiência energética, face ao Conselho Europeu de 2014, consagra em legislação europeia as metas estabelecidas para as interligações elétricas e aprofunda as regras do mercado interno de energia no que respeita aos mecanismos de estabelecimento de preços sem distorções, à criação de condições equitativas para os consumidores e à prevenção e gestão de situações de crise no domínio da eletricidade.

A valorização da posição estratégica nacional e ibérica para o aumento da segurança de abastecimento europeia, em eletricidade e gás, é outro dos elementos a destacar, quer em sede de negociação europeia, quer na concertação com Espanha e França.

Energia Limpa para todos os Europeus

No âmbito do pacote legislativo “Energia Limpa para todos os Europeus”, foram estabelecidas, para 2020-2030, novas metas: 32,5% para as quotas de energias renováveis no consumo energético final da UE (eletricidade, aquecimento e refrigeração e transportes), 32% para ganhos de eficiência energética e 15% para a capacidade de interligação elétrica.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Embora as metas para a eficiência e interligações não sejam vinculativas, o quadro jurídico europeu contém pela primeira vez disposições sobre interligações, graças ao esforço negocial de Portugal e Espanha. O Regulamento “Governança” e a elaboração dos PNEC permitirão acompanhar os EM no planeamento e execução das respetivas medidas, incluindo as que contribuem para metas não vinculativas.

Os resultados foram assim positivos para Portugal, favorecendo o aumento da capacidade de interligação à rede europeia, essencial para sustentar a ambição nacional em matéria de geração de eletricidade a partir de fontes renováveis.

Em consequência, Portugal apresentou à Comissão Europeia o seu projeto do PNEC, no qual se prevê, para 2030, os seguintes objetivos: 17% de redução de emissões de GEE; 47% de energias provenientes de fontes renováveis; 35% de eficiência energética; e 15% para as interligações elétricas.

Com exceção das metas relativas às interligações, idênticas, os objetivos nacionais são muito mais ambiciosos do que os fixados para a UE, abrindo caminho para que Portugal alcance a neutralidade carbónica até 2050.

Ainda neste domínio, o novo enquadramento do “Mercado Interno de Eletricidade” prevê o estabelecimento de regras comuns para a produção, transporte, distribuição, armazenamento, livre circulação e comercialização da eletricidade e a adaptação do mercado ao aumento da produção de energias provenientes de fontes renováveis e ao funcionamento da rede de eletricidade. A proteção dos consumidores e dos grupos vulneráveis afetados pela pobreza energética, a cooperação entre as entidades reguladoras e, ainda, a adoção de medidas que minimizem e previnam situações de crise no domínio da eletricidade são outros dos pilares a reter.

Em coerência com o seu modelo energético e com os objetivos de descarbonização, Portugal defendeu uma maior integração de fontes renováveis, nomeadamente através da prioridade de despacho (acesso à rede) para todas as instalações de produção de fonte renovável. O acordo alcançado é algo limitado neste âmbito,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

dando prioridade apenas a instalações de reduzida capacidade ou baseadas em tecnologias emergentes.

Neste contexto e na ótica da defesa do consumidor, Portugal pugnou pela defesa dos consumidores vulneráveis, pelo combate à pobreza energética e por disposições que facilitem a mudança de comercializador.

Interligações

O aumento das interligações energéticas da Península Ibérica com a rede europeia foi objeto da 2.^a Cimeira sobre Interligações (27 de julho, Lisboa) entre os Chefes de Estado ou do Governo de Portugal, Espanha e França, com a participação da Comissão Europeia e do Banco Europeu de Investimento.

A declaração de Lisboa reafirmou os compromissos anteriores (1.^a Cimeira, Madrid, 2015) relativos à construção das interligações elétricas e foi assumido o compromisso de identificar, com a máxima celeridade, outros projetos classificados como Projetos de Interesse Comum ao nível da União, necessários para aumentar o nível de interligações entre a Península Ibérica e França.

Em consequência, os projetos de interligações elétricas entre Portugal e Espanha – entre o Minho e Galiza e Pedralva e Sobrado – mantiveram o calendário acordado. Já no que diz respeito às interligações de gás, as autoridades espanholas e francesas demonstraram pouco interesse na 3.^a interligação de gás entre Portugal e Espanha (projeto MidCat, uma extensão do projeto STEP, que liga Espanha a França pela parte sul dos Pirenéus).

Completando o objetivo de maior interligação (meta do pacote Energia Limpa e reforço da capacidade física na eletricidade e gás), assinala-se que Portugal lançou o roteiro de Gás Natural Liquefeito (GNL) Marítimo, baseado na posição geoestratégica do Porto de Sines, primeiro porto europeu a receber GNL dos EUA. Este Roteiro visa colocar Portugal como um centro (“hub”) de reexportação de GNL e como área de serviço atlântica para os navios que usem GNL como combustível principal.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Segurança de abastecimento

Tendo presente determinadas preocupações com a predominância da importação do gás russo para a Europa com entrada na Alemanha (os gasodutos “Nord Stream” I e II), a Comissão apresentou uma proposta de revisão da Diretiva Gás com o objetivo de tornar clara a aplicação das regras da UE aos gasodutos transfronteiriços com países terceiros e garantir que os projetos de infraestruturas de gás atuais, previstos e futuros, entre EM e países terceiros, não distorçam o mercado único da energia nem enfraqueçam a segurança do aprovisionamento na UE.

Portugal tem como preocupação principal a preservação das competências nacionais sobre a plataforma continental, em particular na parte objeto de extensão em que temos jurisdição sobre o fundo. Os ductos que sustentam os gasodutos submarinos assentam no fundo e, por conseguinte, a eventual criação de regras comuns na UE restringirá o exercício nacional das competências sobre a plataforma continental.

Regiões Ultraperiféricas

Uma referência para a iniciativa “Ilhas Limpas da UE”, cujo 2.º Fórum se realizou em novembro, em Lanzarote, com o objetivo de promover e apoiar a transição energética nas Ilhas, preservando a segurança do abastecimento.

QUESTÕES ATÓMICAS

Segurança Nuclear e Radiológica

Em junho, a Comissão apresentou, no contexto do QFP 2021-2027, três propostas no domínio da segurança nuclear e radiológica e da gestão de resíduos radioativos, duas das quais dedicadas à concessão de apoio financeiro ao desmantelamento de instalações nucleares dos EM. A terceira proposta, relativa à criação do Instrumento Europeu de Segurança Nuclear, direciona o apoio a países vizinhos da UE no âmbito dos respetivos processos de adaptação ao acervo comunitário no domínio da segurança nuclear e radiológica. Inserido no Instrumento de Vizinhaça, Desenvolvimento e Cooperação Internacional, contribuirá para evitar e detetar o



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

desvio de materiais nucleares, assim como para a não-proliferação de armas de destruição maciça na vizinhança da UE, reforçando desta forma a segurança da própria União.

Portugal apoia os objetivos e ambição destas propostas, considerando os seus benefícios para a segurança nuclear da UE e da sua vizinhança. Apoia igualmente o programa apresentado pela Comissão para assegurar uma participação europeia continuada no projeto ITER (Reator Experimental Internacional Termonuclear), através da Empresa Comum, de investigação e aplicação no domínio da fusão nuclear.

Portugal transpôs a Diretiva n.º 2013/59/EURATOM através do Decreto-Lei n.º 108/2018, de 3 de dezembro, tendo designado uma única entidade reguladora (Agência Portuguesa do Ambiente) para o domínio da segurança radiológica.

Visita da Comissão no âmbito do artigo 35.º do Tratado EURATOM

A Comissão Europeia realizou uma visita a Portugal no âmbito do Programa de Verificação criado ao abrigo do art. 35.º do Tratado EURATOM. A missão, a quarta realizada em Portugal e com foco na cidade de Lisboa, teve como objetivo verificar o funcionamento e a eficácia dos instrumentos e procedimentos de controlo permanente do grau de radioatividade na atmosfera, nas águas, no solo e nos géneros alimentícios. Visou ainda avaliar os mecanismos e recursos existentes para prevenção e atuação no advento de emergências radiológicas.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros coordenou a preparação da missão e presidiu às reuniões plenárias com todas as entidades nacionais envolvidas. A avaliação preliminar da Comissão foi bastante positiva, tendo destacado a organização e distribuição internas de competências, a qualidade e eficácia dos procedimentos verificados e do equipamento e o nível de informação disponibilizada ao público. A conclusão formal do processo decorrerá em 2019.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO VIII

AMBIENTE

AGENDA INTERNA DA UE

Economia circular

Após um intenso processo negocial, foi aprovado o Pacote Resíduos, constituído por quatro propostas legislativas e já referido em relatórios anteriores.

Portugal absteve-se relativamente à diretiva resíduos e apresentou uma declaração expressando o seu descontentamento com a obrigatoriedade de recolha seletiva de biorresíduos em 2023 e respetivo “phase out” dos Tratamentos Mecânicos e Biológicos em 2027, por não ter em conta quer as circunstâncias nacionais, quer os investimentos realizados com o apoio da UE.

No seguimento do Plano de Ação para a economia circular, a Comissão Europeia apresentou, em janeiro, três comunicações: (i) Estratégia Europeia para os plásticos; (ii) Opções para examinar a relação entre as legislações dos químicos, produtos e resíduos; e (iii) Quadro de monitorização da economia circular.

Na Estratégia Europeia para os plásticos, a Comissão pretende defender a utilização criteriosa dos plásticos, eliminando as aplicações nefastas para o ambiente e para a economia, reforçando a circularidade. Para tal, definiu quatro eixos estratégicos: (i) melhorar a economia e a qualidade da reciclagem de plásticos; (ii) limitar os resíduos de plástico e o lixo; (iii) impulsionar a inovação e o investimento para promover soluções circulares; e (iv) mobilizar a ação a nível mundial através de três medidas emblemáticas – todas as embalagens de plástico na UE deverão ser recicladas até 2030, proibir a adição de microplásticos em produtos (por exemplo, cosméticos, tintas, detergentes) e propor legislação para reduzir o consumo de plásticos de uso único.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

No seguimento das três comunicações da Comissão sobre economia circular, o Conselho, com o apoio de Portugal, acolheu: a abordagem da Comissão de pôr o ciclo de vida dos produtos no centro das políticas destinadas a facilitar a transição para uma economia circular; o compromisso de, até 2030, se reciclarem todas as embalagens de plástico na UE; a importância da adoção de medidas eficazes e sustentáveis para combater, monitorizar e reduzir o lixo marinho; a identificação das substâncias que suscitam preocupação, com o objetivo de as reduzir ou eliminar dos produtos e resíduos de modo a promover a circularidade dos produtos; a implementação de critérios para a atribuição do fim do estatuto de resíduo e das regras relativas aos subprodutos; e, ainda, a importância da monitorização para avaliar os progressos realizados tendo em vista uma economia circular segura, sustentável, hipocarbónica e eficiente na utilização de recursos.

Proposta de diretiva relativa à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente

O aumento de produtos que integram material plástico e a sua acumulação nos oceanos representa uma ameaça para os ecossistemas e para a saúde humana.

Em maio, a Comissão apresentou uma proposta de diretiva relativa aos plásticos de utilização única, que tem como objetivo prevenir e reduzir o impacto no ambiente e na saúde humana de determinados produtos de plástico de utilização única e de artes de pesca que contêm plástico, bem como promover a transição para uma economia circular com modelos empresariais, produtos e materiais inovadores e respeitadores do ambiente, contribuindo, assim, para o funcionamento eficiente do mercado interno.

Esta proposta define metas ambiciosas e propõe abordagens distintas face aos diferentes produtos, nomeadamente: restrições à colocação no mercado no caso de existirem alternativas mais sustentáveis; redução do consumo; requisitos de rotulagem; medidas de conceção dos produtos; medidas de sensibilização e regimes de responsabilidade alargada do produtor.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal apoiou a proposta de compromisso, considerando terem sido salvaguardadas as nossas principais preocupações e estar alinhada com as políticas que alicerçam uma transição sustentada para uma economia circular.

Em dezembro, a Presidência alcançou um acordo provisório com o PE.

Proposta de diretiva relativa à qualidade da água para o consumo humano (reformulação)

A Comissão apresentou, em fevereiro, uma proposta de diretiva que reformula a Diretiva 98/83/CE relativa à qualidade da água destinada ao consumo, que já foi alterada em 2003, 2009 e 2015. Incluída na Estratégia da UE de transição para a economia circular, o objetivo desta proposta é proteger a saúde dos efeitos nocivos da contaminação da água destinada ao consumo humano, através da definição de normas mínimas de qualidade ao nível da UE, a par do estabelecimento de requisitos mínimos para a monitorização, comunicação, acesso à água e transparência, assim como das medidas corretivas a tomar nos casos em que as referidas normas não sejam cumpridas.

No Conselho Ambiente de junho realizou-se um debate de orientação. Há dois pontos em que o debate tem sido mais fraturante, designadamente, os materiais em contacto com a água e o acesso à água.

Portugal relevou a importância desta proposta, realçando o compromisso de garantir o acesso à água pelos grupos vulneráveis e marginalizados, matéria em coerência com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Proposta de regulamento relativo aos requisitos mínimos para a reutilização da água

Também incluída na Estratégia da UE de transição para a economia circular, a Comissão apresentou, em junho, esta proposta que tem por objetivo desenvolver a reutilização segura de águas residuais e estabelecer uma abordagem comum sobre a reutilização da água na UE.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Durante a negociação verificou-se não existir consenso entre os EM, dado que alguns têm uma prática muito consolidada em matéria de reutilização da água e outros, embora não necessitando de recorrer a esta prática, querem que o regulamento garanta que a água reutilizada não crie problemas de saúde pública ou danos ambientais.

Portugal não tem prática no uso de águas residuais tratadas para irrigação na agricultura, embora esta necessidade esteja identificada no Plano Nacional da Água e no Plano de Ação para a economia circular, ganhando especial relevância com o agravamento do “stress” hídrico no contexto de alterações climáticas. Contudo, o encargo financeiro que o regulamento implicará, a nível da monitorização requerida e do sistema autónomo de distribuição exigido, pode inviabilizar economicamente este tipo de investimentos, sendo aconselhável a avaliação do apoio financeiro à instalação dos sistemas.

Rótulo ecológico da UE

No âmbito da economia circular, a Comissão prosseguiu as discussões de iniciativas tendo em vista a implementação do Sistema de Rótulo Ecológico da UE, visando a produção e o consumo sustentáveis.

Portugal defendeu os interesses nacionais dos setores das indústrias abrangidas por este sistema, tendo apoiado na generalidade as iniciativas da UE para facilitar a utilização deste instrumento voluntário por parte dos operadores económicos, assim como as decisões da Comissão que estabelecem critérios ecológicos respeitantes a grupos de produtos de diferentes setores de atividade, tendo promovido e desenvolvido, a nível nacional, ações de promoção e de divulgação.

Descarbonização do setor dos transportes

No âmbito da Estratégia Europeia de Mobilidade Hipocarbónica, que visa criar condições e incentivos que favoreçam a transição para a mobilidade de baixas emissões, a Comissão apresentou propostas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

A proposta de regulamento relativa à vigilância e comunicação das emissões de CO₂ e do consumo de combustível dos veículos pesados novos, cuja negociação foi concluída, visa colmatar o défice de conhecimento sobre as emissões de CO₂ e sobre o consumo de combustível dos veículos pesados novos, estabelecendo pela primeira vez os requisitos de vigilância e comunicação das emissões de CO₂ e do consumo de combustível desses veículos, matriculados na UE, a observar, quer pelos Estados-membros, quer pelos fabricantes, competindo à Comissão manter um registo central dos dados. Portugal apoiou esta proposta, atendendo a que reforça o sistema de cumprimento já existente para veículos de passageiros e ligeiros de mercadorias, contribuindo para a descarbonização do setor dos transportes. Portugal, através do financiamento promovido pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) destinado à “Promoção da eficiência energética nos transportes públicos coletivos de passageiros incumbidos de missões de serviço público”, tem proporcionado a substituição de veículos pesados mais poluentes.

Uma segunda proposta de regulamento estabelece novas normas de emissão de CO₂ para os veículos ligeiros novos, de 2020 a 2030, e pretende incentivar a produção de veículos de zero e de baixas emissões. Inclui uma meta de redução das emissões médias de 30% até 2030 para os novos veículos de passageiros e comerciais ligeiros e uma meta intermédia de 15% de redução até 2025, em comparação com as metas de emissões para 2021, determinadas para cada fabricante. Portugal assumiu uma posição ambiciosa, sem descurar a necessidade de a indústria dispor de tempo de adaptação de modo a não prejudicar os postos de trabalho que uma transição abrupta colocaria em perigo, estimando que se deverá garantir uma aposta em veículos de emissões baixas ou nulas. Neste sentido, defendeu metas diferenciadas para os veículos de passageiros e os comerciais, propondo uma redução de 30% a 35% para os veículos comerciais ligeiros e de 35% a 40% para os veículos ligeiros de passageiros. No final de dezembro, foi alcançado um acordo com o PE, tendo sido fixadas para 2030, em conformidade com o que foi defendido por Portugal, metas



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

diferenciadas de redução de 37,5% para os ligeiros de passageiros e de 31% para os comerciais ligeiros, para além da meta intermédia de 15% de redução para 2025.

A terceira proposta de regulamento define normas de desempenho em matéria de emissões de CO₂ dos veículos pesados novos, tendo por objetivo a redução de 15%, em 2025, das emissões da frota total de veículos pesados novos registados na UE e a redução de pelo menos 30% em 2030, condicionada esta à avaliação em 2022. A proposta visa a promoção de veículos menos poluentes, um tráfego mais seguro e soluções tecnológicas mais avançadas apoiando, simultaneamente a competitividade da indústria da UE. No Conselho Ambiente de dezembro foi aprovada uma orientação geral que contempla as referidas metas e a definição de um mecanismo de incentivos e de um mecanismo de penalização por incumprimento. Portugal apoiou a orientação geral considerando que contribui para a descarbonização do setor dos transportes, em cumprimento dos objetivos da UE de redução das emissões GEE.

Proposta de regulamento que estabelece um Programa para o Ambiente e a Ação Climática (LIFE) 2021-2027

Esta proposta, adotada pela Comissão em junho no âmbito do QFP 2021-2027, visa financiar projetos ambientais, de conservação da natureza e de ação climática, tendo como alvos a eficiência energética, a promoção das melhores práticas, a integração dos objetivos da natureza e da biodiversidade noutras áreas da política e instrumentos de financiamento (ex. agricultura e desenvolvimento rural) e o apoio à economia circular e à proteção e melhoria da qualidade do ar e da água.

A Comissão propõe uma dotação global de 5,45 mil milhões de euros, que representa um aumento de quase 56% face ao atual programa. A proposta prevê que o LIFE contribua para o objetivo geral de 25% de despesas do orçamento da UE serem afetas à ação climática.

No Conselho Ambiente de dezembro foi aprovada uma orientação geral parcial, com o apoio de Portugal por considerar a proposta equilibrada e mais robusta, com maior



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

grau de previsibilidade e clareza, dando assim maior segurança jurídica aos vários “stakeholders” do programa, sem deixar de conceder à Comissão um grau de flexibilidade adequado para a sua implementação.

Portugal defendeu, também, uma implementação geograficamente equilibrada, sem detrimento da qualidade como critério essencial da seleção dos projetos. Assim, a capacitação dos pontos focais nacionais deveria continuar a ser elegível no programa, aspeto crucial para que todos os EM estivessem em condições de apoiar os promotores na apresentação de projetos de qualidade. Só dessa forma se poderia melhorar a distribuição geográfica.

Portugal destacou, ainda, como particularmente positiva a introdução das taxas de cofinanciamento no regulamento.

DIMENSÃO EXTERNA DO AMBIENTE

Conclusões do Conselho sobre a 24.^a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (Katowice, 3-14 dezembro 2018)

No âmbito da preparação da 24.^a Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC), o Conselho Ambiente de outubro adotou conclusões que estabeleceram o mandato da UE para as sessões negociais.

Deste mandato destaca-se: (i) o programa de trabalho do Acordo de Paris deverá incluir um conjunto de regras comuns para a execução de todas as disposições do Acordo de uma forma que seja equilibrada, dirigida e aplicável a todas as Partes; (ii) o Diálogo Talanoa deverá ser um compromisso de todas as Partes no sentido de refletirem sobre os seus níveis de ambição e contribuírem com informações para os preparativos das suas Contribuições Nacionais Determinadas; e (iii) o compromisso da UE e dos seus EM no sentido de contribuírem para o financiamento internacional



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

da ação climática, como parte do objetivo coletivo dos países desenvolvidos de mobilizarem conjuntamente 100 mil milhões de dólares por ano, entre 2020 e 2025.

A 24.^a COP adotou um conjunto de decisões que dão corpo ao chamado Livro de Regras do Acordo de Paris, o qual permitirá a operacionalização do Acordo e o acompanhamento das Contribuições Nacionais Determinadas com base num sistema global de transparência, aplicável a todas as Partes, para informação e monitorização de forma clara e transparente das ações de mitigação e progresso em relação aos compromissos assumidos.

Ficou também definido o quadro para a realização do “Global Stocktake” (processo que terá lugar de cinco em cinco anos para a avaliação do progresso global em relação às metas do Acordo de Paris), elemento central no mecanismo de revisão de ambição, um dos pilares fundamentais do Acordo de Paris.

As decisões sobre financiamento e apoio à ação no âmbito do Acordo de Paris reforçam a noção de que todos os fluxos financeiros devem ser conducentes à prossecução dos objetivos do Acordo e preveem que as discussões sobre o estabelecimento de uma meta global para o financiamento após 2025 tenham início a partir de 2020.

Portugal apoiou a adoção das conclusões do Conselho, considerando que as mesmas refletiam os aspetos-chave em discussão na 24.^a COP. Portugal salientou que é fundamental uma mensagem forte, ambiciosa e consistente por parte da UE para que esta continue a garantir a liderança neste processo.

Conclusões do Conselho respeitantes à Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)

O Conselho Ambiente de outubro adotou conclusões com vista à preparação da 14.^a reunião da Conferência das Partes (COP) da Convenção sobre a Diversidade Biológica, da 9.^a COP na qualidade de reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica e da 3.^a COP na qualidade de reunião das Partes do



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Protocolo de Nagoia sobre Acesso aos Recursos Genéticos e Partilha dos Benefícios que advém da sua utilização.

Essas conclusões conferiram à UE uma posição negocial sólida sobre assuntos primordiais das agendas destas reuniões internacionais, nomeadamente no que se refere ao quadro mundial para a biodiversidade pós-2020, mobilização de recursos, reforço de capacidade, alterações climáticas, áreas protegidas, biodiversidade marinha e costeira, biologia sintética, informação sequenciada digital, espécies exóticas invasoras, segurança biológica, organismos vivos modificados e acesso aos recursos genéticos e à partilha dos seus benefícios.

Portugal apoiou as conclusões que considerou equilibradas, tendo expressado o seu forte empenho em participar ativamente nas negociações das referidas reuniões.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO IX

AGRICULTURA, PESCAS E POLÍTICA MARÍTIMA INTEGRADA

AGRICULTURA

A Política Agrícola Comum (PAC) pós-2020

As negociações referentes à PAC 2021-2027 e ao Quadro Financeiro Plurianual, foram inquestionavelmente os temas de reflexão dominantes em 2018.

No primeiro trimestre, sob coordenação da Presidência búlgara, deu-se continuidade à discussão já iniciada no ano anterior com base na comunicação da Comissão sobre “O Futuro da Alimentação e da Agricultura”. Não foi possível aprovar as conclusões do Conselho propostas pela Presidência, dadas as preocupações manifestadas pela grande maioria dos EM, incluindo Portugal, nomeadamente quanto ao novo modelo (planos estratégicos), à convergência dos pagamentos diretos e ao financiamento do desenvolvimento rural.

Precedendo a apresentação das propostas legislativas setoriais, teve lugar em 2 de maio a apresentação da proposta para o QFP 2021-2027 (ver Título IV).

Portugal manifestou, quer nos Conselhos de Ministros da Agricultura, quer em sede dos órgãos preparatórios do Conselho, a sua preocupação relativamente a um conjunto de aspetos da proposta, designadamente quanto ao orçamento da PAC, às implicações do aumento da subsidiariedade nos Planos Estratégicos da PAC (PEPAC) e ao modelo de convergência dos pagamentos diretos, face à necessidade de garantir o carácter comum desta política e de responder aos novos desafios, garantindo a vitalidade do mundo rural.

Portugal opôs-se, desde logo, aos cortes propostos para a PAC, que ultrapassaram o corte orçamental que poderia ser associado ao Brexit. Com vista a sensibilizar a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Comissão para as consequências na agricultura portuguesa, realizaram-se, em junho, reuniões bilaterais entre o Governo português e o Comissário Europeu Phil Hogan.

Neste posicionamento, Portugal esteve alinhado com vários EM, nomeadamente através da assinatura, em maio, em Madrid, de um Memorando subscrito por um conjunto de seis EM (Portugal, França, Finlândia, Grécia, Irlanda e Espanha), apresentado e discutido no Conselho de Ministros da Agricultura e Pescas de junho e que mereceu o apoio de mais 14 EM.

Nesse Memorando destaca-se o pedido de aumento do orçamento da PAC, de modo a regressar ao nível atual da UE-27, permitindo responder com êxito aos desafios económicos, ambientais, das alterações climáticas e sanitários no quadro dos dois pilares (1.º pilar relativo aos pagamentos diretos e 2.º pilar relativo ao desenvolvimento rural, respetivamente financiados pelo FEAGA⁵⁶ e pelo FEADER⁵⁷).

Portugal sublinhou, nos vários fóruns, que o corte orçamental de 5%, anunciado pela Comissão, é muito superior se contabilizado a preços constantes e não se coaduna com os objetivos ambiciosos propostos para a nova PAC.

No caso de Portugal, o corte acentuado no desenvolvimento rural (DR) é particularmente grave tendo em conta que o montante de apoio nos 1.º e 2.º pilares é praticamente equivalente, ao contrário da média dos restantes EM, em que é muito superior o apoio ao 1.º pilar.

Por esta razão, Portugal defendeu, em reunião bilateral entre o Ministro da Agricultura e o Comissário Hogan, que os cortes no DR fossem diferenciados, aplicando-se um fator de correção que reduza o corte nos montantes atribuídos aos EM que canalizem mais de 35% do apoio total para o DR.

⁵⁶ Fundo Europeu Agrícola de Garantia.

⁵⁷ Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Outras grandes preocupações foram sublinhadas, como o aumento da taxa de cofinanciamento nacional e o corte nas verbas atribuídas ao POSEI⁵⁸, o qual não tem em conta a forte componente agrícola na economia das regiões ultraperiféricas (RUP). Refira-se que o Comissário Hogan, a convite da Região Autónoma dos Açores (RAA), deslocou-se aos Açores onde visitou explorações leiteiras, fábrica de lacticínios e plantações de ananás, o que permitiu verificar a utilização dos fundos da UE.

Em 1 de junho a Comissão apresentou o pacote legislativo relativo à PAC 2021-2027, o qual inclui três propostas: regulamento sobre os PEPAC, que engloba os pagamentos diretos, os apoios ao DR e os programas de apoio setoriais, constituindo a grande novidade deste pacote; regulamento relativo ao financiamento, à gestão e ao acompanhamento da PAC (Regulamento Horizontal); e regulamento sobre a Organização Comum do Mercado (OCM).

A proposta do futuro modelo de prestação da PAC introduz um importante conjunto de alterações, designadamente na abordagem estratégica e de governação, sendo prevista uma maior responsabilização dos EM quanto aos resultados em termos de desempenho da PAC, pelo que Portugal defende o reforço do seu carácter comum.

Portugal considera que a flexibilidade e subsidiariedade subjacentes à proposta, apesar de positivas, não deverão ser avaliadas num contexto de incerteza, para o qual contribuem quatro aspetos.

O primeiro refere-se à dificuldade em ser obtido um acordo político sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual e sobre o pacote legislativo da PAC ainda em 2019. Para maior segurança, Portugal defende um período transitório de dois anos para a aplicação da nova PAC.

O segundo incide sobre o elevado número de atos delegados, pois a abordagem proposta tem como resultado, em muitos casos, o esvaziamento do ato base de

⁵⁸ Programa de opções específicas para fazer face ao afastamento e à insularidade.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

princípios que são essenciais para assegurar estabilidade e flexibilidade aos EM na aplicação da futura PAC. Nesse sentido, Portugal defende que os atos delegados sejam circunscritos ao indispensável, devendo o âmbito e princípios gerais constarem do ato base para reduzir a incerteza.

O terceiro aspeto prende-se com o processo de aprovação dos Planos Estratégicos, sobre o qual Portugal defende que o objetivo da simplificação não pode resultar num ónus para os EM, devendo o esforço ser partilhado com a Comissão. Todos os procedimentos e decisões, por parte da Comissão, devem seguir critérios objetivos de análise e definição de tempos de resposta. Relativamente aos critérios de aprovação dos Planos Estratégicos deveria existir um “template” para o diálogo entre os EM e a Comissão.

O quarto aspeto respeita à gestão do desempenho do PEPAC. Portugal defende, nomeadamente: isenção da sanção da condicionalidade para os beneficiários do pagamento para os pequenos agricultores; melhoria das limitações à elegibilidade do regadio, devendo ser circunscritas às obrigações previstas na Diretiva Quadro da Água; definições de floresta estabelecidas pelos EM, não estando condicionadas pelas orientações pan-europeias, sem prejuízo de seguirem o princípio da sustentabilidade; a elegibilidade do apoio do FEADER às grandes infraestruturas não deverá estar condicionada a uma Estratégia de Desenvolvimento Local; e flexibilidade adequada para o EM definir a taxa máxima de apoio nos investimentos.

No âmbito do Regulamento Horizontal, Portugal defende a manutenção da isenção dos primeiros 2 000 euros na aplicação da disciplina financeira e discorda da forma de monitorização e avaliação de resultados para efeitos do desempenho, nomeadamente a possibilidade de a Comissão continuar a levar a cabo controlos “in loco” aos beneficiários.

No âmbito do Regulamento da OCM, Portugal considera que os atuais instrumentos de mercado deverão ser avaliados no sentido de se adequarem ao contexto atual da



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

PAC, com maior orientação para o ajustamento da oferta e sem beneficiar quem mais contribuiu para os desequilíbrios.

Face ao pacote de propostas, Portugal reiterou a preocupação com os cortes financeiros no DR, no POSEI e ainda no programa do vinho.

A Presidência austríaca promoveu um debate intensivo sobre as três propostas e apresentou um relatório intercalar no Conselho Agricultura de dezembro. Portugal reconheceu os progressos muito assinaláveis na evolução dos textos regulamentares, sem prejuízo de algumas matérias carecerem de ajustamento, com o objetivo de obter um novo modelo de prestação da PAC que, sendo robusto e orientado para o desempenho, permita em simultâneo uma efetiva simplificação ao nível dos agricultores, das administrações nacionais e das instituições da UE.

Práticas Comerciais Desleais (PCD)

Cumprindo o estipulado no programa de trabalhos de 2018 e respondendo às solicitações do PE e do Conselho (ambas de 2016), a Comissão apresentou, em abril, uma proposta de diretiva para combater as PCD mais lesivas na cadeia de abastecimento alimentar. A proposta visa, em particular, proteger as PME, onde se classificam a maior parte dos produtores agrícolas europeus, constituindo um passo importante para o reforço da sua posição na cadeia de valor agroalimentar.

A proposta, que deve ser vista como uma abordagem mínima comum, permite ter em conta os atos legislativos nacionais que já existem em mais de 20 EM (incluindo Portugal), concentrando-se nas práticas comerciais desleais mais negativas, e não impede que os EM a completem com legislação nacional.

Em dezembro, a Comissão, o PE e o Conselho chegaram a um pré-acordo com vista à sua aprovação formal antes do termo da atual legislatura do PE.

O principal ponto de discussão desta diretiva baseou-se no seu âmbito, isto é, a proteção de fornecedores de dimensão económica mais reduzida face a compradores de maior dimensão.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

O pré-acordo alcançado alarga o âmbito face à proposta inicial da Comissão, a qual apenas protegia os fornecedores PME face a compradores não PME: até aos 350 milhões de euros/ano de faturação um fornecedor está abrangido pela diretiva face a um comprador de maior dimensão económica.

Portugal sempre alertou para a necessidade de melhorar a posição dos produtores na cadeia de valor, defendendo a adoção de legislação no âmbito da PAC. Relativamente à negociação da proposta de diretiva, a posição portuguesa foi favorável a que qualquer relação comercial pudesse estar abrangida, independentemente da dimensão económica dos operadores.

O texto acordado prevê uma lista de 15 práticas comerciais desleais proibidas, um aumento face às oito inicialmente propostas pela Comissão, pelo que Portugal reconhece ter sido conseguido um equilíbrio entre a abordagem de harmonização mínima e o universo mais alargado proposto pelo PE.

A proposta legislativa abrange todos os produtos agrícolas e produtos alimentares processados, estabelece uma rede de autoridades de aplicação dos EM, possibilita queixas anónimas, mitigando os efeitos negativos do “fator medo”, e deve ser transposta num prazo dilatado de 24 meses, a que se adicionam mais 6 meses para aplicação.

Bebidas Espirituosas

A Presidência austríaca conseguiu obter um acordo político sobre a proposta de regulamento do PE e do Conselho relativo à definição, apresentação, rotulagem e proteção das indicações geográficas das bebidas espirituosas, apresentada pela Comissão no final de 2016. A proposta visa alinhar a atual legislação na matéria pelo TFUE (atos delegados e atos de execução) e introduzir algumas alterações técnicas, destinadas a colmatar lacunas e a tornar a legislação mais simples e coerente com os novos instrumentos jurídicos da UE.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

O acordo obtido salvaguarda a principal preocupação de Portugal relativa à indicação da idade de envelhecimento, a colocar no rótulo dos Brandys.

Desperdício alimentar

Na UE estima-se que são desperdiçados, anualmente, 89 milhões de toneladas de alimentos, o que representa 179 kg per capita.

A revisão da Diretiva Quadro Resíduos, publicada em 2018, impõe aos EM a adoção de programas específicos de prevenção de resíduos alimentares no âmbito dos seus programas nacionais.

Em Portugal, o Governo adotou a Estratégia Nacional e Plano de Ação de Combate ao Desperdício Alimentar, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2018, de 5 de abril.

A Estratégia apresenta a visão do "Desperdício alimentar zero: Produção sustentável para um consumo responsável" e assenta em três objetivos estratégicos: prevenir, reduzir, monitorizar. A sua implementação é assegurada por representantes da administração pública de nove áreas de governação, dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira e pela Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares.

Bioeconomia

A Comissão publicou, em outubro, uma Comunicação sobre a atualização da Estratégia Europeia para a Bioeconomia, acompanhada de um Plano de Ação - "Uma bioeconomia sustentável na Europa: Reforçar as ligações entre a economia, a sociedade e o ambiente", constituindo uma atualização da Estratégia da UE para a bioeconomia (de 2012 e revista em 2017).

Com esta atualização, a Comissão pretende melhorar a utilização sustentável dos recursos renováveis face a desafios globais e locais, incluindo as alterações climáticas, o desenvolvimento sustentável e a degradação dos ecossistemas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

O tema foi debatido no Conselho Agricultura de dezembro. A Comissão sublinhou o papel ativo dos agricultores e silvicultores no desenvolvimento da bioeconomia, devendo estes merecer uma parte equitativa dos benefícios que a bioeconomia irá gerar.

Portugal, não tendo ainda uma Estratégia Nacional específica dedicada à bioeconomia, está a iniciar os trabalhos para o seu desenvolvimento com vista a aproveitar o potencial da bioeconomia no desenvolvimento sustentável das zonas rurais. A elaboração desta estratégia específica tem necessariamente uma articulação estreita com o desenvolvimento dos trabalhos relativos à elaboração do plano estratégico nacional para a PAC pós-2020, para o qual se estão a iniciar as fases de diagnóstico e avaliação de necessidades.

Florestas

Decorreram os trabalhos de preparação para participação da UE na 14.^a Sessão do Fórum Florestal da ONU (UNFF14), bem como de coordenação da posição da UE quanto a uma possível base comum para um acordo juridicamente vinculativo sobre florestas no âmbito do "Forest Europe". Portugal organizou, com o apoio da Comissão Europeia por intermédio do seu Programa TAIEX-EIR PEER 2 PEER, um seminário internacional sobre a implementação da legislação da UE sobre a madeira e produtos derivados da madeira na região do Mediterrâneo, centrado no fortalecimento da cooperação e harmonização de procedimentos entre as autoridades competentes nos nove EM da região do Mediterrâneo (Chipre, Croácia, Eslovénia, Espanha, França, Grécia, Itália, Malta e Portugal).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

ALIMENTAÇÃO, VETERINÁRIA E FITOSSANIDADE

Legislação de Segurança Alimentar⁵⁹

A proposta de alteração da legislação geral relativa à segurança alimentar, incluindo oito atos legislativos setoriais, revê o atual regime da UE relativamente à transparência e sustentabilidade da avaliação de risco na cadeia alimentar. Este pacote surge na sequência da Iniciativa de Cidadania Europeia sobre o glifosato, face às preocupações expressas em relação à natureza e modo de utilização dos estudos invocados pela Autoridade de Segurança Alimentar Europeia (EFSA) nas avaliações de risco de pesticidas, em termos da respetiva fiabilidade, objetividade e independência.

A proposta foi objeto de orientação geral do Conselho, com o apoio de Portugal, favorável ao crescente envolvimento e responsabilidade dos EM no trabalho da EFSA e ao seu contributo no sistema de avaliação de risco da UE.

Registe-se a preocupação com os recursos humanos e impacto financeiro que a nova legislação pode representar ao nível nacional, ao incrementar a participação dos EM nos órgãos de governação e científicos da EFSA, nomeadamente no novo Conselho de Administração, aumentando também as responsabilidades dos EM no processo de seleção dos peritos nacionais nos comités, grupos de especialistas ou painéis científicos.

Situação sanitária na Europa

São várias as doenças presentes em países de vizinhança da UE. Face a este risco crescente, a estratégia de proteção da saúde animal nas fronteiras da UE mantém-se como tema prioritário.

⁵⁹ Proposta de regulamento relativo à transparência e sustentabilidade do sistema da UE no processo de avaliação de risco na cadeia alimentar.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Considerando que a prevenção é o elemento-chave, manteve-se a adoção e execução contínua de novas medidas para controlar e erradicar as principais doenças animais com impacto social e económico considerável.

A situação epidemiológica da Peste Suína Africana (PSA) piorou muito no último trimestre do ano, com focos em EM considerados livres da doença (Bélgica e Bulgária) e em suínos domésticos e javalis na Roménia. Este problema ganhou uma preocupação acrescida face à expansão da PSA da Rússia para a China.

Para o controlo dos focos de PSA, as autoridades veterinárias dos EM afetados implementaram medidas de emergência de combate à doença e medidas de regionalização e condicionamento da movimentação de animais vivos, produtos animais e produtos de origem animal.

Portugal não foi afetado e o último foco de PSA no país foi registado em 1999. A autoridade veterinária nacional (Direção-Geral de Alimentação e Veterinária) tem implementado um conjunto de medidas preventivas para evitar a introdução da PSA, nomeadamente através da comunicação alargada das medidas de segurança a adotar e pelo reforço da vigilância na fileira de produção, bem como a realização de análises serológicas em suínos domésticos.

Estratégia “Uma Saúde” e o Plano Europeu contra a resistência antimicrobiana

Multiplicaram-se os fóruns onde esta questão foi discutida e avaliada, quer ao nível mundial, quer na Europa, em linha com as orientações emanadas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Registaram-se importantes progressos na execução do Plano de Ação da UE, de 2017. Ao nível nacional, o Plano Estratégico para a Região Autónoma da Madeira (RAM) no âmbito da Estratégia “Uma Saúde” foi desenvolvido com a cooperação dos três Ministérios (Saúde, Ambiente e Agricultura) e estão em fase de desenvolvimento os respetivos Planos de Ação e de Monitorização.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Foi ainda adotado, pelo PE e Conselho, o pacote legislativo relativo aos medicamentos veterinários e aos alimentos medicamentosos, respetivamente sobre a autorização e vigilância de medicamentos veterinários e sobre os alimentos medicamentosos (rações medicadas para tratamento coletivo dos efetivos). Portugal contribuiu de forma ativa na formulação de inúmeras propostas contempladas nos textos finais.

Legislação alimentar

No âmbito da segurança alimentar, o Comité de Recurso pronunciou-se sobre um conjunto substancial de propostas de decisão da Comissão relativas à autorização de géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados (OGM). Devido à ausência de maioria qualificada no Conselho, a favor ou contra, a Comissão ficou habilitada a autorizar os alimentos OGM.

Relativamente à dualidade de critérios de qualidade dos alimentos, assunto que mereceu a atenção do Conselho Europeu em 2017, a Comissão propôs um conjunto de medidas incluídas na proposta de diretiva sobre práticas comerciais desleais. Esta questão foi suscitada por EM de Leste quando foram detetadas diferenças na composição e perfil sensorial de alimentos, conferindo uma perceção de qualidade inferior pelo consumidor, apesar de os ingredientes se encontrarem adequadamente rotulados e os produtos serem seguros. A par da negociação em curso, o Centro Comum de Investigação (JRC) prosseguiu a investigação, a qual permitiu a adoção de uma metodologia de controlo de qualidade harmonizada.

PESCAS

Conservação e gestão dos recursos da pesca

Prosseguiram os trabalhos inerentes à implementação da atual Política Comum das Pescas (PCP) no sentido da introdução gradual da obrigação de descarga às espécies sujeitas a Totais Admissíveis de Captura (TAC), sem prejuízo da adoção de planos de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

devoluções específicos para determinadas pescarias que venham a permitir derrogações a esta obrigação.

Para este efeito, e no quadro da regionalização prevista na PCP, as administrações de Portugal, Espanha, França e Bélgica colaboraram no âmbito do Grupo das Águas Ocidentais Sul, preparando posições comuns sobre as regras aplicáveis à obrigação de descarga de “stocks” partilhados.

Neste quadro, destacam-se as recomendações do Conselho Consultivo das Águas Ocidentais Sul, na sequência da argumentação apresentada pelo Governo Regional dos Açores, das quais resultou a adoção de planos de devoluções temporários (2019-2021) prevendo a isenção da obrigação de desembarcar para o goraz, a abrótea-do-alto e imperadores capturados com linhas e anzóis na área CIEM X.

Esta medida tem especial relevância no que se refere ao goraz, pois é tradicionalmente uma das espécies demersais mais importantes nos Açores, capturada através de artes de linhas e anzóis. Caso não houvesse esta isenção, todo o pescado capturado teria de ser desembarcado e contabilizado na quota, acarretando consequências graves ao nível socioeconómico para aquela Região.

Em novembro, o Conselho acordou os TAC para o biénio 2019-2020 no que respeita às espécies de profundidade, especialmente relevantes para as Regiões Autónomas. Destacam-se, relativamente à RAA, os resultados que os esforços negociais de Portugal e o reconhecimento da gestão racional do recurso realizada na Região permitiram: aumento da quota do goraz de 507 para 566 toneladas anuais; diminuição apenas em 10% (e não 20% como a Comissão propusera) da quota para o imperador.

No que se refere às pescarias mais relevantes para a RAM, como resultado do esforço conjunto das autoridades nacionais e regionais nos últimos anos, o regulamento que determina as possibilidades de pesca para 2019 e 2020 prevê que o TAC para o peixe-espada-preto na zona que inclui as águas da RAM, passe a ser



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

indicado por Portugal. Este desfecho é o resultado do reconhecimento de que as pescarias artesanais de profundidade com palangre derivante (arte de pesca seletiva) dirigidas ao peixe-espada-preto são compatíveis com a exploração sustentável da unidade populacional.

Por outro lado, o mesmo regulamento também reconhece que as referidas pescarias dirigidas ao peixe-espada-preto implicam capturas acessórias inevitáveis de tubarões de profundidade. Foi, assim, mantido um TAC restritivo (7 toneladas) para as capturas acessórias desta espécie na pesca dirigida ao peixe-espada-preto com palangre. Os EM deverão estabelecer novas medidas de gestão regional, tendo em vista reduzir as capturas acessórias de tubarões de profundidade e, ainda, consolidar a recolha de dados relativamente aos tubarões, a fim de garantir a sua estreita monitorização.

No que diz respeito à fixação das oportunidades de pesca para 2019, as principais prioridades de Portugal foram salvaguardadas, tendo-se conseguido manter o TAC para a pescada, quando a proposta da Comissão era de uma redução de 14%, e fixar o TAC para a raia undulata ao nível defendido pelas autoridades nacionais.

No que se refere aos pesqueiros externos, o conjunto das quotas de bacalhau na Noruega, no Svalbard e na NAFO⁶⁰ aumentou cerca de 12,25%, situação que se ficou a dever a um aumento de 56,97% da quota portuguesa de bacalhau na NAFO. O bacalhau do Svalbard sofreu um decréscimo em consequência de uma diminuição do TAC de bacalhau ártico acordado entre a Rússia e a Noruega, assim como a quota de bacalhau na ZEE⁶¹ da Noruega, que desceu 6%.

⁶⁰ Organização das Pescas no Noroeste do Atlântico.

⁶¹ Zona Económica Exclusiva.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Pesca em águas de países terceiros

Relativamente aos Acordos de Parceria no Domínio da Pesca Sustentável (APPS) de que Portugal beneficia, destacam-se os desenvolvimentos no que se refere aos APPS da UE com Marrocos e com Guiné-Bissau.

No que respeita a Marrocos, as negociações, iniciadas em abril, resultaram na rubrica de um novo Protocolo, bem como numa troca de cartas e num novo texto relativo ao APPS para ter em conta, nomeadamente, o acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 27 de fevereiro de 2018 (processo C-266/16), e assim fornecer a base legal para aplicar o acordo nas águas adjacentes ao território do Sara Ocidental. No entanto, não foi possível, em 2018, terminar os procedimentos necessários à sua aprovação formal.

Ao abrigo do novo Protocolo, a vigorar por quatro anos, Portugal manterá as 10 licenças para pesca artesanal norte (peixe-espada, esparídeos e outras espécies demersais) e as quatro para pesca demersal (pescada-negra, peixe-espada, palombeta). Beneficiará de um aumento progressivo da quota para pesca pelágica industrial (sardinha, sardinela, sarda, carapau e biqueirão), podendo agora utilizar cercadores, como proposto por Portugal durante a negociação.

No que respeita à Guiné-Bissau, o processo negocial para renovação de um novo protocolo de aplicação do APPS, iniciado em 2017, foi concluído apenas em novembro de 2018, não tendo, por isso, sido possível proceder ainda à sua aprovação formal e repartição das possibilidades de pesca.

Organizações Regionais de Gestão das Pesca (ORGP)

A atividade desenvolvida pelos navios nacionais no quadro das diversas ORGP incidiu principalmente no âmbito da Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (ICCAT), da Comissão para as Pescas do Nordeste do Atlântico (NEAFC) e da Organização das Pescas do Noroeste do Atlântico (NAFO).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Existem outros pesqueiros externos onde a frota nacional se encontra presente em menor expressão, tais como: na bacia do Índico, onde operaram cinco navios no quadro da atividade regulada pela Comissão do Atum do Oceano Índico; no Pacífico, onde operaram dois navios no contexto da Comissão Interamericana do Atum Tropical; e no Mediterrâneo, em particular na zona regulada pela Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo, onde opera com carácter regular um navio.

Portugal acompanhou as reuniões anuais da NEAFC, NAFO e ICCAT.

No que respeita à NAFO, na reunião anual de 2018, para as espécies de interesse para Portugal, verificou-se um aumento significativo (60%) da quota de bacalhau e a manutenção das restantes quotas.

Na reunião anual da NEAFC foi adotado um TAC de cantarilho, no mar de Irminger, de 6 000 toneladas (menos 500 toneladas do que em 2018).

Relativamente à ICCAT, para Portugal há a destacar o acréscimo de 50 toneladas da quota de atum rabilho, bem como a transição do atual Plano de Recuperação para um Plano de Gestão, incorporando regras mais flexíveis que permitirão à frota de salto e vara das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira efetuar pesca dirigida ao atum rabilho.

Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)

Quanto ao Programa Operacional, designado PO Mar 2020, foram aprovadas, em 2018, 636 candidaturas, a que corresponde um apoio público de 107 milhões de euros, sendo 81 milhões de euros financiados pelo FEAMP.

Em 12 junho, foi apresentada a proposta da Comissão relativa ao FEAMP para o período 2021-2027, a qual foi objeto de uma primeira análise técnica.

A Comissão propõe uma dotação de 6,1 mil milhões de euros (preços correntes) continuando a incluir medidas sob gestão partilhada (5,3 mil milhões) e gestão centralizada – direta e indireta (829 milhões de euros). O montante proposto para



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal é de cerca de 378 milhões de euros o que, relativamente ao atual período de programação, equivale a uma redução de cerca de 3,5%.

Continuará a ser concedido um apoio específico às regiões ultraperiféricas, estabelecido num plano integrado no programa nacional, que incluirá a compensação pelos custos adicionais da ultraperiféricidade dos produtos da pesca e aquicultura (máximo de 50% das verbas atribuídas às Regiões), bem como o apoio estrutural ao setor.

Ao longo do debate, Portugal manifestou desacordo com a redução financeira proposta, por não corresponder à sua ambição relativamente à dimensão marítima. Opôs-se à diminuição do apoio ao desenvolvimento da economia azul e à recuperação e preservação dos oceanos no âmbito da gestão partilhada.

A proposta suscita também preocupação quanto à quase inexistência de apoios à frota e quanto ao facto de os apoios à aquicultura produtiva e à indústria serem concedidos através de engenharia financeira. Portugal discorda, ainda, das condições mais restritivas para o apoio à paragem temporária e à cessação da atividade, defendendo a manutenção das atuais regras.

Portugal tem, também, defendido uma maior simplificação, nomeadamente, dos requisitos administrativos relativos à dimensão e/ou características dos vários setores da pesca, frotas e programas operacionais e receia o aumento dos custos administrativos resultantes dos procedimentos de monitorização e avaliação propostos.

POLÍTICA MARÍTIMA INTEGRADA (PMI)

Portugal tem assumido um papel ativo na implementação da Estratégia da UE para a área do Atlântico e do respetivo Plano de Ação, designadamente através da participação no "Atlantic Strategy Group" (ASG), ao qual presidirá em 2019, apresentando propostas para dinamizar e dar mais consistência à cooperação na bacia do Atlântico.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

No âmbito da Iniciativa para o Desenvolvimento Sustentável da Economia Azul no Mediterrâneo ("WestMed"), também procurou reforçar a sua posição no contexto da política externa de cooperação com o norte de África, em particular com Marrocos, para o estabelecimento de parcerias económicas estratégicas. Na reunião ministerial de dezembro, Portugal apoiou várias ações relevantes, realçando-se a inclusão dos "Port Tech Clusters" que permitirá aos "stakeholders" portugueses alargar a sua rede de cooperação, de forma a ganhar dimensão na área do Mediterrâneo.

Em maio, teve lugar em Bruxelas o #BlueInvest 2018, primeiro evento europeu pretendendo criar oportunidades para os empreendedores da economia do mar e para investidores. Portugal integrou a "Blue Invest Platform", na qualidade de potencial financiador através do Fundo Azul. Esta ação é determinante pois, ao associar-se a outros fundos, poderá ter um efeito multiplicador no financiamento da economia do mar em Portugal.

Destaque, ainda, para a participação portuguesa em vários projetos europeus, nomeadamente o projeto "BlueMed CSA", que tem como objetivo principal o desenvolvimento da inovação e do crescimento sustentáveis e crescimento azul na bacia do Mediterrâneo, promovendo a integração do conhecimento e do esforço dos países abrangidos, ligando a comunidade científica, os responsáveis políticos, o setor privado e a sociedade civil.

As RUP participaram em diversos projetos europeus relevantes relacionados com a promoção da economia azul e de iniciativas de eficiência coletiva ("clusters"), aspetos estruturantes da PMI.

No âmbito da Rede Natura 2000 foi aprovado o Projeto Integrado LIFE Azores Natura, que inclui espécies e habitats terrestres e marinhos. O projeto contribuirá para a sustentabilidade ambiental dos Açores, cuja componente marinha conta com cerca de 5 milhões de euros, durante nove anos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

No que se refere ao ordenamento do espaço marítimo, a RAM concluiu a elaboração da proposta de Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo (PSOEM) correspondente à subdivisão da Madeira.

Em junho, as RUP reuniram-se em Bruxelas com a Comissão Europeia, no âmbito do Fórum sobre Pescas e Assuntos Marítimos, para aprofundarem a relevância das políticas europeias nestes territórios, relativamente aos assuntos marítimos e pescas, nomeadamente, sobre a necessidade de conhecimento para alicerçar o crescimento e a economia azuis sustentáveis.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO X

COESÃO ECONÓMICA, SOCIAL E TERRITORIAL

OS FUNDOS DA POLÍTICA DE COESÃO E O CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA AS METAS DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMAS

O ano de 2018 foi marcado pelo exercício de reprogramação dos fundos europeus, iniciado formalmente em julho, com a submissão das propostas de reprogramação, que mereceu a aprovação da Comissão em dezembro e que teve por objetivo reforçar o alinhamento do Portugal 2020 com o Programa Nacional de Reformas (PNR).

O Portugal 2020 encontra-se, desde a sua programação, alinhado com as políticas europeias, em particular com a Estratégia Europa 2020, por via da aplicação dos princípios de orientação estratégica definidos no Quadro Estratégico Comum, mas também por via do reforço da vertente preventiva associada ao Semestre Europeu que tornou o financiamento da Política de Coesão mais alinhado com as regras de governação económica.

Assim, através do PNR, cada Estado-membro traduz para a esfera nacional os compromissos assumidos no âmbito da Estratégia Europa 2020, que anualmente são acompanhados pela Comissão Europeia, a par da análise das medidas que visam responder às recomendações específicas endereçadas nos relatórios anuais por país (ver Capítulo I deste Título).

A atualização anual do PNR foi apresentada à Comissão em abril. Este exercício está ancorado na estratégia de médio-prazo estabelecida através do PNR de 2016, baseada em seis pilares estratégicos (qualificação dos portugueses, promoção da inovação na economia, valorização do território, modernização do Estado, capitalização das empresas e reforço da coesão e igualdade social), essenciais para ultrapassar as barreiras ao desenvolvimento e crescimento da economia portuguesa.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal reafirmou o alinhamento e contributo dos fundos estruturais com as prioridades aí definidas. Assim, para a concretização das medidas previstas no PNR, o Portugal 2020 afeta 55% dos cerca de 26 mil milhões de euros de dotação dos FEEI⁶², destacando-se o forte contributo para os pilares relativos à inovação na economia portuguesa e capitalização das empresas, à valorização do território e à qualificação dos portugueses, particularmente relevantes para a superação dos constrangimentos estruturais do país.

Com o exercício de reprogramação procurou-se maximizar o apoio dos FEEI através da exploração de complementaridades com outras fontes de financiamento, europeias e nacionais, permitindo ao mesmo tempo concentrar os recursos FEEI no financiamento a um conjunto seletivo de políticas públicas, esperando-se dessa forma potenciar os seus resultados.

Esta reorientação do investimento⁶³ permitirá que Portugal concentre apoios em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento sustentável do país, como a inovação nas empresas (+688 milhões de euros), competências e formação (+931 milhões de euros), apoio ao emprego e empreendedorismo (+256 milhões de euros), mobilidade urbana limpa (+285 milhões de euros) e infraestruturas sociais (+627 milhões de euros).

Assim, face ao alinhamento anterior, há um reforço evidente nos pilares valorização do território e reforço da coesão e igualdade social, conforme figura 1 infra.

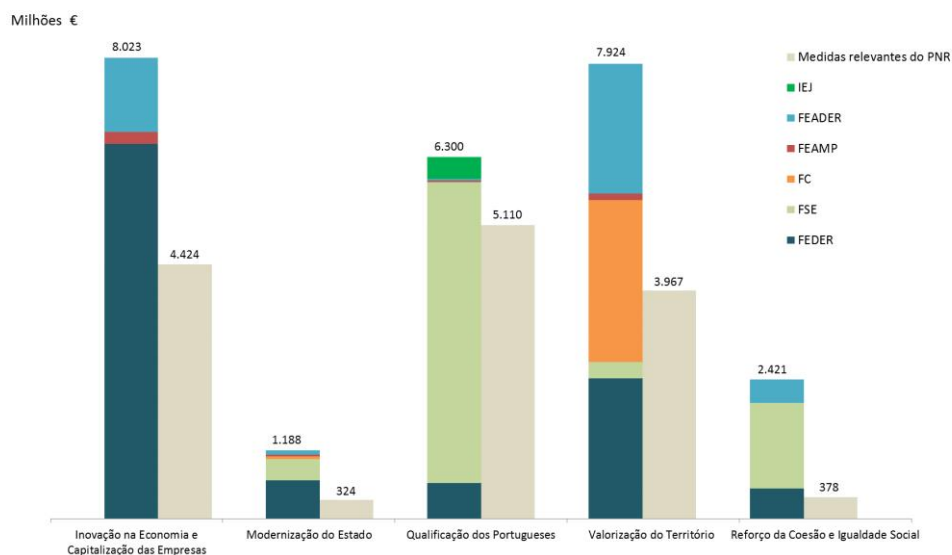
⁶² Fundos Europeus Estruturais e de Investimento: FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), FSE (Fundo Social Europeu), FC (Fundo de Coesão), FEADER (Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural) e FEAMP (Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas).

⁶³ Ressalve-se que o exercício de reprogramação não tem impacto na atribuição global de fundos da UE a Portugal no período de 2014-2020. Verifica-se apenas transferência de recursos entre prioridades de financiamento, no âmbito de cada programa.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Figura 1: Alocação dos FEEI (pós-reprogramação) aos pilares estratégicos do PNR



Fonte: Agência para o Desenvolvimento e Coesão.

No âmbito do Semestre Europeu é também avaliado, anualmente, o grau de cumprimento face às metas da Estratégia Europa 2020, evidenciado no quadro seguinte.

Quadro 1: Situação das metas de Portugal no âmbito da Estratégia Europa 2020, em dezembro de 2018

Prioridades da EE2020	Pilares estratégicos do PNR	Indicadores da EE2020	Portugal	
			2017	Meta 2020
Crescimento inteligente	Inovação na Economia Valorização do Território	Investimento em I&D em % do PIB	1,33%	2,7%
	Qualificação dos Portugueses	Taxa de abandono precoce de educação e formação (18-24 anos)	12,6%	10,0%
		% de diplomados com ensino superior ou equivalente (30-34 anos)	33,4%	40,0%
Crescimento sustentável	Valorização do Território	Emissão de Gases de Efeito de Estufa (emissões não CELE face às metas estabelecidas no âmbito da Partilha de Esforços Comunitária)	-17% * (a)	<1%
		% Energias renováveis no consumo de energia final	28,5% (a)	31,0%
		Eficiência Energética (ganho no consumo de energia primária)	21,7Mtep (a)	<22,5Mtep
Crescimento inclusivo	Valorização do Território Modernização do Estado Qualificação dos Portugueses	Taxa de emprego (população 20-64 anos)	73,4%	75,0%
	Coesão e Igualdade Social	Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social (variação face a 2008)	- 535 mil (b)	- 200 mil

(*) Dados provisórios

(a) dados 2016; (b) dados 2018

Fontes: INE, Eurostat, APA e DGEG.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

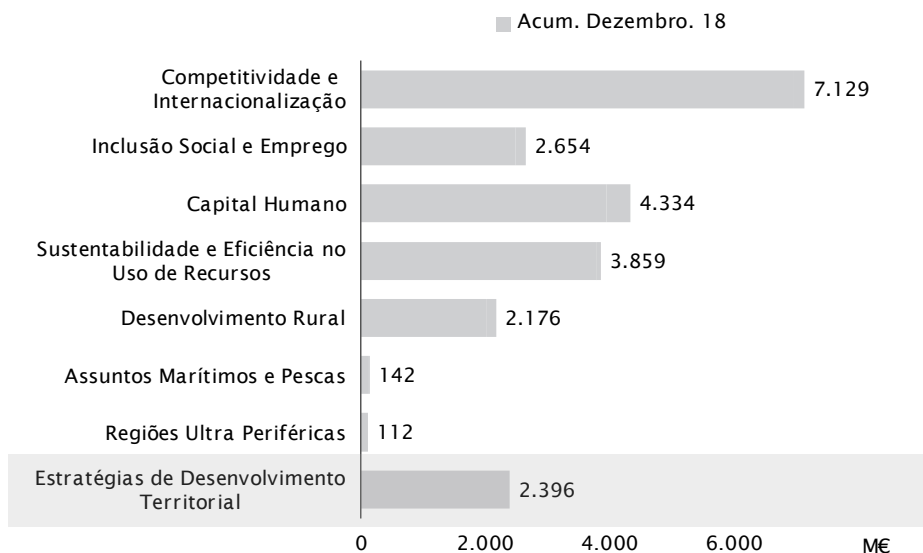
Implementação da Política de Coesão em Portugal

No âmbito do Portugal 2020 foram lançados 2 532 concursos que ascendem a 21 mil milhões de euros de fundos (excluindo os 2,4 milhões de euros destinados a estratégias de desenvolvimento territorial), o que representa 81% do total de fundos programados no Portugal 2020 (dados reportados a 31 de dezembro).

O domínio da competitividade e internacionalização destaca-se com o maior número de concursos abertos (956), que equivalem a cerca de 34,2% do total de fundos, correspondendo a 7,1 mil milhões de euros disponibilizados para financiamento de investimentos. De salientar ainda os domínios do capital humano e da sustentabilidade e eficiência no uso de recursos.

Figura 2: Dotações de Fundos colocadas a concurso por domínio

Dotações de fundos lançados a concurso por domínio



Fonte: Sistema de monitorização Portugal 2020.

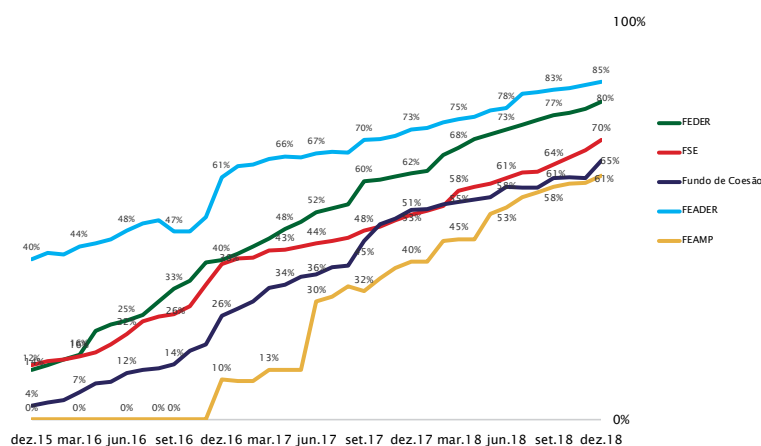
Em dezembro de 2018, a procura dos beneficiários refletida em fundos aprovados do Portugal 2020 atingiu o montante de 19,6 mil milhões de euros para apoiar investimentos de cerca de 28,9 mil milhões de euros.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Verifica-se ainda que a taxa de compromisso (fundos aprovados em relação ao valor programado) dos fundos no Portugal 2020 atingiu 76% para os FEEI. Na figura seguinte demonstra-se a evolução da taxa de compromisso, onde se destaca o FEADER e o FEDER.

Figura 3: Evolução da taxa de compromisso dos fundos no Portugal 2020

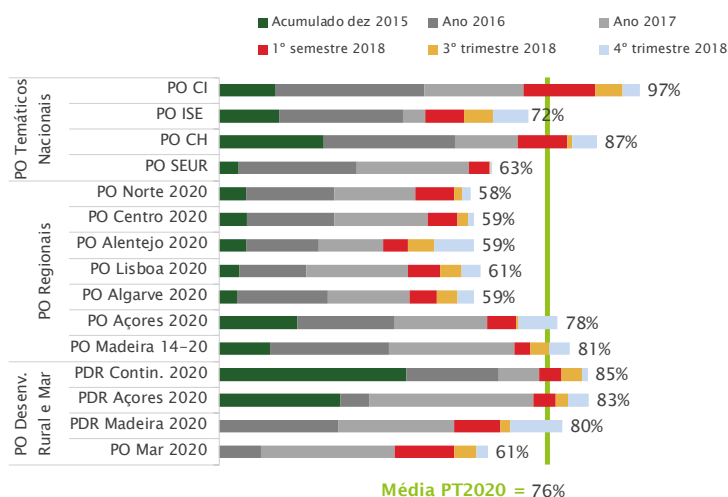


Analisando a evolução da taxa de compromisso do ano de 2018 por Programa Operacional, destacam-se as aprovações no PO Competitividade e Internacionalização, no eixo destinado ao reforço da competitividade das PME e redução de custos públicos de contexto e no PO Capital Humano, no eixo destinado à promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

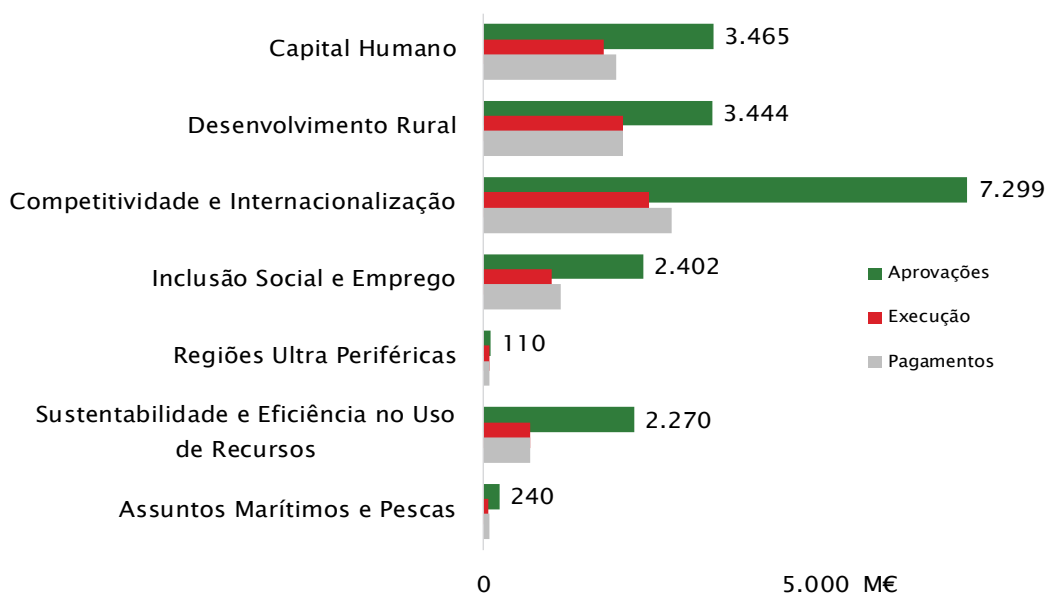
Figura 4: Evolução da taxa de compromisso por PO



Fonte: Sistema de monitorização Portugal 2020.

No âmbito do Portugal 2020, os fundos executados (despesa validada) registaram 8,4 mil milhões de euros e os pagamentos de fundos aos beneficiários registaram 9,1 mil milhões de euros. Na figura seguinte é demonstrada a dinâmica da execução nos domínios temáticos, para as variáveis de fundo aprovado, executado e pago.

Figura 5: Fundo aprovado, executado e pago por Domínio Temático



Fonte: Sistema de monitorização Portugal 2020.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Verifica-se que é o domínio da competitividade e internacionalização que concentra mais fundos aprovados, cerca de 7,3 mil milhões de euros. Destacam-se os apoios às PME que representam 22%, as áreas da educação com 11%, da ciência e investigação com 10%, do ambiente e dos recursos naturais ambos com 7%, e na área da competitividade, no domínio do desenvolvimento rural com 6% dos fundos aprovados. Os domínios do desenvolvimento rural e do capital humano apresentam os segundos maiores montantes de fundo aprovado, com 3,5 mil milhões de euros e 3,4 mil milhões de euros respetivamente.

O investimento executado é de 9,1 mil milhões de euros, a que corresponde uma comparticipação dos fundos de 8,4 mil milhões de euros com a seguinte distribuição: 3,1 mil milhões de euros de FEDER, 2,6 mil milhões de euros de FSE/IEJ, 0,5 mil milhões de euros de FC e 2,2 mil milhões de euros de FEADER e FEAMP.

Os pagamentos aos beneficiários no âmbito do Portugal 2020 ascenderam em 31 de dezembro, a 9,1 mil milhões de euros. É no domínio da competitividade e internacionalização que se verifica a maior concentração de pagamentos com 2,8 mil milhões de euros, seguido do desenvolvimento rural com 2,1 mil milhões de euros e do domínio do capital humano com 2 mil milhões de euros.

De referir também que na implementação do atual período de programação foi atribuído particular destaque às abordagens territoriais, através da operacionalização dos instrumentos territoriais, designadamente, os Investimentos Territoriais Integrados (ITI), as Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS) e o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Assim, no âmbito do Portugal 2020, estes instrumentos foram concebidos de forma descentralizada para atender às especificidades do território e dar resposta às necessidades identificadas pelos agentes do território com um papel preponderante no desenvolvimento à escala regional e sub-regional.

Após o reconhecimento das Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT) para a respetiva NUTS III, os três instrumentos territoriais foram



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

operacionalizados através de: (i) Pactos para o Desenvolvimento e Coesão (PDCT), que correspondem a ITI; (ii) Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU), que correspondem a AIDUS; e (iii) Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

No seguimento dos processos de contratação dos instrumentos territoriais PDCT, PEDU e DLBC, a 31 de dezembro a situação era seguinte: (i) 22 PDCT contratados num montante global de 1,2 mil milhões de euros de FEDER e FSE (dos PO Regionais e PO Temáticos) e FEADER (do Programa de Desenvolvimento Rural); (ii) 87 DLBC no conjunto das três vertentes, com um montante global de cerca de 308 milhões de euros de FEDER e FSE (dos PO Regionais), FEADER (do Programa de Desenvolvimento Rural) e FEAMP (do Programa Mar 2020); (iii) 105 PEDU num montante total de 759 milhões de euros de FEDER (dos PO Regionais), aos quais de deve adicionar o valor em falta da aplicação da majoração decorrente do acelerador de investimento municipal.

Até ao final de 2018 no âmbito dos PDCT foram aprovadas 1 600 operações com um apoio dos fundos da Política de Coesão de 521 milhões de euros. Os PEDU registavam 744 operações com um apoio FEDER de 412 milhões de euros. Em 2017, no âmbito do DLBC (componente FEDER e FSE), foram lançados os primeiros avisos de abertura de concursos pelos Grupos de Ação Local para apresentação de candidaturas ao Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E). No final de dezembro de 2018 tinham sido aprovadas um total de 980 operações com um apoio de 20 milhões de euros (FEDER e FSE).

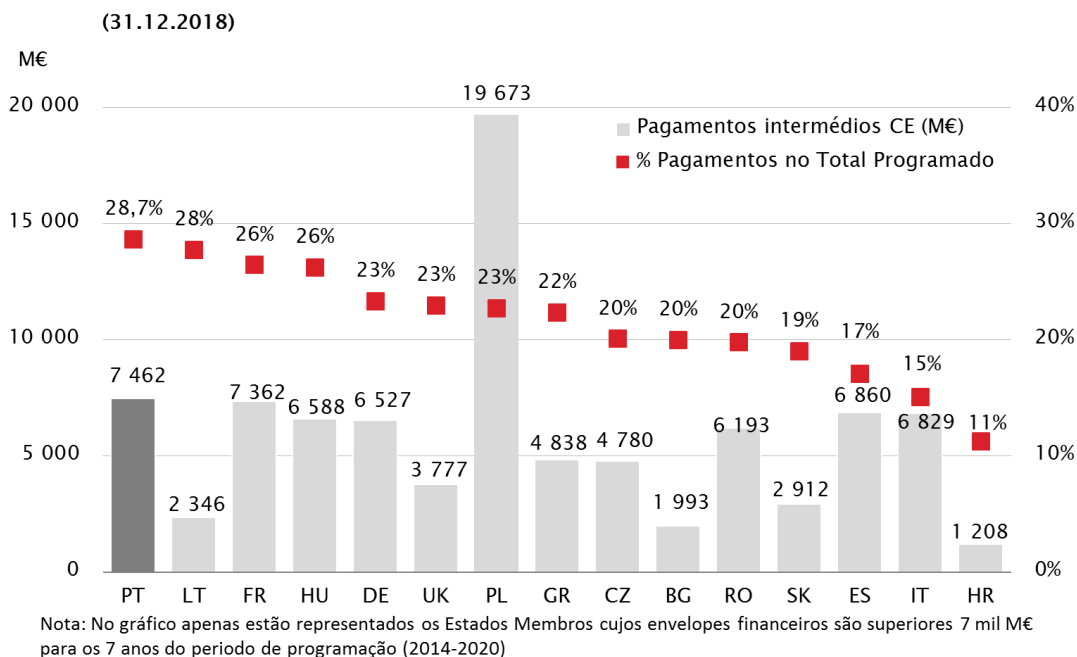
Até final de dezembro foram transferidos 7,5 mil milhões de euros para Portugal pela Comissão Europeia, como resultado da execução das operações financiadas pelos fundos europeus afetos ao Portugal 2020. A Comissão já transferiu para Portugal mais de um quarto do valor programado no Portugal 2020 (28,7%). O volume de montantes transferidos pela Comissão para Portugal é o segundo maior no conjunto dos Estados-membros, abaixo da Polónia e próximo da França. No total, foram



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

transferidos pela Comissão para os 28 Estados-membros 101,8 mil milhões de euros e, desse montante, 7,3% foi transferido para Portugal.

Figura 6: Pagamentos intermédios da Comissão aos Estados-membros no total dos fundos



Objetivo de Cooperação Territorial Europeia 2014-2020

Ultrapassadas as limitações que condicionaram o arranque de alguns Programas de cooperação territorial, o quarto ano de implementação caracterizou-se por um forte impulso na execução das operações entretanto aprovadas.

No final de 2018, encontrava-se comprometido em projetos aprovados um montante FEDER de 919 milhões de euros (taxa de compromisso de 59%), correspondente a 652 operações aprovadas. Os beneficiários portugueses estão presentes em cerca de 65% das operações aprovadas. Estas 424 operações englobam 1001 beneficiários portugueses e um apoio comunitário que ronda os 147 milhões de euros. As taxas de compromisso nos programas que integram a vertente transnacional (INTERREG VB) atingem os 132%, sendo que no PO MED esse indicador alcança os 160%.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Destaca-se como prioritárias as intervenções no domínio da valorização do conhecimento e da inovação, da competitividade e internacionalização das PME, da adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos, da eficiência energética e de proteção do ambiente.

Na dimensão económica associada às operações aprovadas, verifica-se, que os participantes portugueses em operações aprovadas no âmbito do INTERREG V são essencialmente entidades das administrações nacionais, regionais e locais, centros de investigação, universidades, institutos universitários politécnicos, associações, fundações e agências de desenvolvimento local e regional. No decorrer deste período de programação as Pequenas e Médias Empresas tem vindo a aumentar a sua participação ao integrarem cada vez mais parecerias.

Relativamente à execução financeira, no final de 2018, o valor ascendia a 20% do FEDER total aprovado para parceiros portugueses, cerca de 33,5 milhões de euros (despesa total validada cobrindo as 3 vertentes) concentrados em grande parte no domínio temático da inovação. Esta taxa, ainda baixa no final de 2018, deve-se em grande parte ao período de tempo necessário para a implementação dos procedimentos regulamentares que condicionam a concretização dos investimentos pelos beneficiários finais.

No primeiro ano do ciclo de programação 2014-2020 em que se aplicou a regra n+3 para os programas da cooperação, todos os programas em que Portugal participa apresentaram à Comissão Europeia um montante acumulado de pedidos de pagamento superiores ao fundo programado para os anos de 2014 e 2015, deduzido o pré-financiamento inicial e os pré-financiamentos anuais.

De destacar ainda a participação ativa da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C), enquanto Copresidência da Comissão Mista Luso-Espanha, órgão intergovernamental responsável pela supervisão e avaliação da aplicação da Convenção de Valência, nas reuniões preparatórias da XXX Cimeira Luso-Espanhola que teve lugar a 21 de novembro, na cidade de Valhadolid, e que reuniu as



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

estruturas institucionais portuguesas e espanholas que trabalham diária e diretamente com e em prol dos mais importantes protagonistas da cooperação transfronteiriça.

POLÍTICA DE COESÃO PÓS-2020

As propostas legislativas relativas à Política de Coesão foram apresentadas a 29 e 30 de maio pela Comissão (ver Título IV – Quadro Financeiro Plurianual). Para o próximo período de programação 2021-2027 as condições de aplicação definidas no Regulamento de Disposições Comuns (RDC) aplicam-se, para além dos fundos da Coesão, ao FEAMP e aos fundos da área JAI. O FEADER ficou excluído deste quadro comum, ao contrário do que sucede atualmente.

Quanto aos regulamentos específicos complementares, a Comissão decidiu agregar o FEDER e o FC num único regulamento e adicionar ao regulamento do FSE as regras relativas à Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), ao Fundo de Auxílio Europeu aos Carenciados, ao Programa Emprego e Inovação Social (EaSI) e ao Programa Saúde (estes dois últimos de gestão centralizada).

A proposta da Comissão prevê uma dotação global de 331 mil milhões de euros (preços 2018) para a Política de Coesão (FEDER, Fundo de Coesão e FSE) – que estará incluída na Rubrica 2 – “Coesão e Valores”. Relativamente a Portugal a proposta antecipa um envelope financeiro de 21,2 mil milhões de euros.

Das propostas da Comissão importa destacar o seguinte:

- Os atuais 11 objetivos temáticos são condensados e reduzidos a cinco objetivos políticos visando uma Europa mais inteligente, mais verde e hipocarbónica, mais interligada, mais social e mais próxima dos cidadãos.
- Manutenção das três categorias de regiões existentes, mas com alterações nos limiares: (i) menos desenvolvidas (PIB per capita inferior a 75% da média UE 27; (ii) em transição (PIB per capita entre 75% e 100% da média UE 27 – anteriormente o limiar superior era 90%); (iii) mais desenvolvidas (PIB per capita igual ou superior a 100% da média UE 27).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- Introdução de indicadores complementares ao Método de Berlim na repartição dos Fundos (desemprego jovem, alterações climáticas, baixos níveis de educação e migrações).
- Manutenção das condicionalidades “macroeconómica” e ex-ante (estas agora intituladas “enabling conditions”).
- Diminuição das taxas de cofinanciamento para 70% para as regiões menos desenvolvidas, Fundo de Coesão e RUP (atualmente de 85%) e de pré-financiamento para 0,5% (quando atualmente se situam acima de 1%).
- A intensidade de apoio na dotação adicional para as RUP/regiões pouco populosas do Norte da Europa passa de 34,5 euros (ajustado a preços de 2018) por habitante e por ano, para 30 euros.
- Substituição da regra n+3 pela regra n+2 (anulação de montantes).
- Reforço da possibilidade de transferência para instrumentos de gestão centralizada.
- Aumento dos limites para transferência de dotações entre categorias de região.

A Presidência austríaca deu início à negociação mais específica dos regulamentos, começando pelo Regulamento de Disposições Comuns. Para facilitar as discussões técnicas no Grupo Ações Estruturais, e à semelhança de anteriores negociações, foi feita uma divisão do RDC por blocos temáticos⁶⁴. Refira-se que as questões mais relevantes objeto de maiores divergências (montantes, elegibilidades, condições de aplicação, metodologia de alocação, condicionalidade macroeconómica, etc.) são decididas no Grupo Ad-hoc Quadro Financeiro Plurianual, no âmbito da “negotiating box”.

Em dezembro foi alcançado um acordo sobre os blocos 1 (Programação) e 5 (Gestão e controlo). Deste acordo destaca-se como positiva a consagração de pontos que

⁶⁴ Abordagem estratégica e programação (bloco 1), Condições para elegibilidade e quadro de desempenho (bloco 2), Monitorização, avaliação, comunicação e visibilidade (bloco 3), Apoio financeiro dos fundos (bloco 4), Gestão e controlo (bloco 5), Gestão financeira (bloco 6), Objetivo e âmbito de aplicação, definições, delegação de poderes, disposições de implementação, transitórias e finais (bloco 7), Quadro financeiro (bloco 8).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal sempre defendeu; a obrigatoriedade do Acordo de Parceria, a programação a sete anos e a possibilidade de programas multi-fundos e de um Programa autónomo para a Assistência Técnica.

REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS

Encontro dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas com os respetivos Chefes de Estado ou de Governo em Bruxelas, a 23 de março

A agenda do encontro dos Presidentes das RUP com os Presidentes Emmanuel Macron, Mariano Rajoy e o Primeiro-Ministro António Costa foi marcada pelo futuro QFP, tendo os Presidentes entregue uma declaração onde defendem, designadamente, a necessidade de os próximos fundos europeus serem dotados de recursos financeiros adequados, a manutenção das taxas de cofinanciamento atuais e a concretização plena dos compromissos assumidos na nova estratégia europeia para as RUP.

XXIII CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DAS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS, REALIZADA NAS CANÁRIAS, DE 22 A 23 DE NOVEMBRO

Esta Conferência destacou-se, face às demais, pela presença inédita do Rei Filipe VI de Espanha.

Na declaração final, os Presidentes das Regiões Ultraperiféricas reiteraram, designadamente a necessidade de um orçamento europeu ambicioso com enfoque nas políticas com forte impacto territorial como a Coesão e a Agricultura, a rejeição de qualquer redução de meios afetos às RUP e a reposição da taxa de 85% de apoio às suas regiões.

Outras iniciativas

No âmbito da nova estratégia renovada para as RUP, a Comissão Europeia definiu um conjunto de medidas a serem aplicadas em vários domínios estratégicos, tendo solicitado às RUP e Estados-membros o envio de informação sobre os respetivos



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

desenvolvimentos. Durante o ano em apreço foi remetida informação contendo o ponto da situação das medidas desenvolvidas.

Na sequência do estabelecido na nova estratégia para as RUP foi desenvolvido, a pedido da Comissão Europeia, um estudo sobre a dotação adicional FEDER nas RUP. Este estudo faz uma análise da aplicação desta dotação nestas regiões nos períodos de programação 2007-2013 e 2014-2020, bem como apresenta recomendações relativamente ao período pós-2020, nomeadamente no que se refere a uma melhor categorização das operações, ou um maior recurso aos custos simplificados em algumas operações.

A Plataforma Europeia de Aconselhamento ao Investimento, gerida pelo Banco Europeu de Investimento (BEI), levou a cabo o estudo “Avaliar o potencial das Plataformas de Investimento apoiadas pelo Plano Juncker nas regiões ultraperiféricas” que teve como objetivo principal ajudar a apurar a necessidade e a viabilidade da criação de uma ou de várias Plataformas de Investimento nas regiões ultraperiféricas, de modo a fomentar um maior recurso aos fundos europeus de investimento. O estudo refere que as RUP já dispõem de algumas Plataformas de Investimento e/ou mecanismos de financiamento semelhantes, nomeadamente através dos Bancos ou de Instituições de Fomento Nacionais (BIFN), que não estão a ser plenamente utilizados e propõe sinergias e complementaridades entre estes, em vez de replicar/duplicar iniciativas. Refere igualmente que estas regiões têm necessidades diferentes de investimento, o que limita a possibilidade de desenvolvimento de soluções de financiamento conjuntas. Resulta também que estas Regiões isoladamente não têm a massa crítica suficiente para criarem Plataformas de Investimento individualizadas.

Por último, de referir ainda: (i) a reunião, em março, entre o Presidente do Governo dos Açores, também na qualidade de Presidente da CRPM, com os Comissários Europeus responsáveis pelo Orçamento comunitário, Günther Oettinger, e pela Política Regional, Corina Crețu; (ii) a participação das RUP na consulta pública sobre



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

“Os Fundos da UE no domínio da Coesão” lançada pela Comissão, que decorreu até 8 de março, onde foi defendida a manutenção de todas as disposições legislativas existentes atualmente para as RUP no próximo período de programação, bem como um maior aprofundamento do tratamento da Ultraperiferia no quadro da Política de Coesão; e (iii) o encontro, em finais de junho, dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas com o Presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, com o Presidente do Comité das Regiões, Karl-Heinz Lambertz e com o Diretor-Geral da Política Regional e Urbana, Marc Lemaître, para darem conta das suas primeiras impressões sobre as propostas da Comissão para o próximo QFP 2021-2027.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO XI

EMPREGO E ASSUNTOS SOCIAIS

Aproximando-se o fim do ciclo político nas instituições europeias, 2018 ficou marcado pela conclusão de um grande número de dossiês. A participação nacional foi ativa e positiva, tendo Portugal manifestado disponibilidade para encontrar equilíbrios e consensos com vista à conclusão das negociações nas diversas matérias.

No que diz respeito ao Brexit e às questões específicas ligadas aos direitos dos cidadãos, os principais passos para a manutenção de direitos de trabalho e proteção social foram dados em 2017, sendo que em 2018 as atividades se centraram sobretudo nos contornos da relação futura e nas medidas de preparação, tanto para o cenário de Brexit ao abrigo do Acordo de Saída, como para uma saída sem acordo (ver Título II).

ESTRATÉGIA EUROPA 2020/SEMESTRE EUROPEU

No quadro da coordenação reforçada das políticas económicas e da governação económica, o Conselho Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores (EPSCO) promoveu, ao longo do ano, os debates regularmente previstos no âmbito da Estratégia Europa 2020 e do Semestre Europeu (ver enquadramento mais geral desta matéria no Capítulo I deste Título).

No Conselho EPSCO de março, para além das discussões sobre os “country reports”, foram adotadas conclusões sobre as orientações para as políticas sociais e de emprego em 2018, com base na Análise Anual de Crescimento 2017 (AAC) e nas mensagens do Relatório Conjunto sobre o Emprego (JER), apresentado com a AAC. As conclusões convidam os Estados-membros a implementarem o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, aplicando as necessárias políticas para dar seguimento às recomendações específicas de 2017, e incitam a Comissão a dar mais ênfase às questões sociais e de emprego no quadro do Semestre Europeu, apoiando os



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Estados-membros na implementação eficaz das reformas estruturais específicas a cada realidade.

Portugal saudou os documentos apresentados e o trabalho desenvolvido pelos Comités do Emprego (EMCO) e da Proteção Social (SPC). Salientou a importância de ter sido reconhecido o enorme esforço que concretizara e que permitira que o país fosse avaliado de uma forma positiva quanto à correção dos seus desequilíbrios macroeconómicos.

Em junho, o Conselho EPSCO debateu as recomendações do Conselho aos Estados-membros sobre a vertente emprego dos Programas Nacionais de Reformas 2018, com base nos contributos e relatórios dos Comités EMCO e SPC.

Em 2018, as recomendações dedicaram especial atenção aos desafios sociais, com base nas orientações do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Os Estados-membros foram convidados a levar a cabo reformas nos domínios do emprego, das competências e das questões sociais, o que demonstra a determinação da Comissão no sentido de fomentar a aplicação do Pilar em todos os Estados-membros e a melhoria das condições de vida e de trabalho de todos os cidadãos da Europa.

Portugal avaliou de forma positiva as evoluções no âmbito do Semestre Europeu, considerando que as recomendações tinham uma influência significativa na condução das políticas nacionais no âmbito dos Programas Nacionais de Reformas, das políticas estruturais, das políticas orçamentais e do trabalho junto dos parceiros sociais e do diálogo social. Saudou o reconhecimento dos progressos alcançados por parte da Comissão Europeia, ao assegurar que a atualização do salário mínimo não prejudicou o emprego das pessoas menos qualificadas e não afetou negativamente a criação de emprego.

No Conselho EPSCO de dezembro teve lugar um debate baseado no “pacote de outono” apresentado pela Comissão e que lança o ciclo anual de governação económica/Semestre Europeu 2019. Portugal destacou a situação económica positiva



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

e a necessidade de a aproveitar para garantir que a economia da UE continue forte para o futuro, concordando em geral com as prioridades propostas pela Comissão.

PILAR EUROPEU DOS DIREITOS SOCIAIS

Durante todo o ano de 2018 a Comissão trabalhou no sentido de apresentar iniciativas concretas para fomentar a implementação dos 20 direitos e princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Sinal desta prioridade é o facto de “A dimensão social da UE” ter sido um dos cinco temas eleitos para uma reflexão mais profunda sobre o futuro da UE, bem como a importância dada ao tema no quadro das propostas para o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, sobretudo através do Fundo Social Europeu+ (ver Título IV), que também foi tema do almoço ministerial do EPSCO de dezembro.

O Pilar é agora parte integrante do Semestre Europeu, em especial através do processo de monitorização do progresso social (“social scoreboard”). Foi também lançado um conjunto de iniciativas legislativas para concretizar o Pilar, designadamente: regulamento para a criação de uma Autoridade Europeia do Trabalho; recomendação do Conselho relativa ao acesso à proteção social dos trabalhadores por contra de outrem e por conta própria; e novo pacote (terceiro) de alterações à Diretiva 2004/37/CE relativa à proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos durante o trabalho.

EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização

No âmbito da discussão do QFP 2021-2027, importa mencionar a proposta de regulamento relativo ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG), que é a única proposta legislativa do QFP que está a ser negociada a nível técnico na formação EPSCO do Conselho.

O relatório intercalar da Presidência foi apresentado ao Conselho EPSCO de dezembro, dado não ter sido possível obter o necessário consenso quanto às



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

principais questões. Os pontos que mereceram maior debate e que deverão ser dirimidos em 2019 dizem respeito ao âmbito do Fundo, aos critérios de elegibilidade e aos indicadores de avaliação.

Portugal considera que o FEG é um importante mecanismo no quadro da flexibilidade associada ao orçamento da União. Assim, não deveria, em qualquer caso, perder-se o âmbito e as características próprias da sua intervenção.

Emprego Jovem

Não obstante a diminuição da taxa de desemprego jovem⁶⁵ que se tem vindo a verificar na UE desde o início da implementação da Garantia para a Juventude (GJ) e da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ), continuam a persistir diferenças significativas entre EM e regiões, registando-se ainda taxas muito elevadas em vários casos.

No EPSCO de março foram apresentadas as mensagens-chave do EMCO quanto à implementação da GJ, na sequência do mandato do Conselho para monitorizar a implementação desta iniciativa.

O documento destaca os progressos consideráveis na implementação da GJ, evidenciando também uma mudança de abordagem em vários Estados-membros, com uma maior ênfase na melhoria das competências e nos jovens que enfrentam múltiplas desvantagens. Não obstante, continuam a existir importantes desafios tais como a sensibilização dos jovens "not in education, employment, or training" (NEET) e a disponibilização de uma oferta no prazo de quatro meses.

Relativamente a 2018, os dados são ainda provisórios, registando-se 186 mil novas entradas e 200 mil saídas com a seguinte desagregação: 35,4% obtiveram um emprego, 4,6% foram integrados em educação e/ou formação, 8,8% em estágios e os restantes para uma situação de inatividade (6,1%) ou desconhecida (45,1%).

⁶⁵ A taxa de desemprego jovem era de 21,4% em Portugal (15,3% UE-28) em outubro de 2018, o que representa uma diminuição de 4,1 p.p. (1 p.p. UE-28) relativamente a outubro de 2017.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Dando seguimento à Declaração Conjunta do Conselho que institui a Aliança Europeia para a Aprendizagem, de julho de 2013, em março, o Conselho adotou uma Recomendação relativa a um Quadro Europeu para a Qualidade e a Eficácia da Aprendizagem que, entre outros, tem por objetivo facilitar a integração dos jovens no mercado de trabalho.

Neste âmbito, os Estados-membros deverão garantir que os regimes de aprendizagem são adaptados às necessidades do mercado de trabalho e proporcionam vantagens tanto para os aprendizes como para os empregadores, tendo por base critérios de aprendizagem eficaz e de qualidade.

Autoridade Europeia do Trabalho

A proposta para a criação deste novo organismo descentralizado foi apresentada pela Comissão em março, tal como anunciado pelo Presidente Juncker no seu discurso sobre o Estado da União de 2017, enquanto iniciativa chave para a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Após a negociação técnica foi possível obter uma orientação geral no Conselho EPSCO de dezembro, com os votos contra da Hungria e da Suécia. Face à proposta inicial da Comissão importa sublinhar que o Conselho, na orientação geral que adotou, alterou o nome de "Autoridade" para "Agência", manteve o transporte rodoviário no âmbito do regulamento, assim como afirmou o respeito pelas competências nacionais em matéria de segurança social, deixando esta matéria fora do âmbito da tarefa de mediação. A formulação final do regulamento ficou dependente do resultado da negociação com o Parlamento Europeu.

Portugal acolheu favoravelmente a criação deste organismo, mostrando flexibilidade quanto às propostas da Presidência.

Condições de Trabalho – Destacamento de Trabalhadores

Depois do acordo no Conselho em 2017, foi obtido acordo com o Parlamento Europeu em março de 2018. De destacar que a orientação geral do Conselho



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

prevaleceu quanto ao destacamento de longa duração (12 + 6 meses), bem como no capítulo relativo à subcontratação, ao encontro do interesse de Portugal.

No que respeita à aplicação aos transportes rodoviários, manteve-se a provisão de sincronização como disposto no acordo alcançado no Conselho, mas incluindo uma cláusula de revisão para salvaguardar a eventual necessidade de outras medidas tendo em conta a proposta ainda em negociação da *lex specialis* para aquela atividade (ver Capítulo VII deste Título). De forma a manter as disposições da orientação geral quanto ao destacamento de longa duração e aos transportes, o Conselho cedeu às pretensões do Parlamento Europeu quanto à transposição e aplicação da Diretiva, tendo o prazo diminuído de 4 para 2 anos.

Condições de Trabalho – Outras áreas

Em junho, o Conselho chegou a acordo sobre uma orientação geral quanto à proposta de diretiva relativa a condições de trabalho transparentes e previsíveis na União Europeia, apesar de várias delegações terem colocado reservas por considerarem a proposta demasiado prescritiva quanto às competências nacionais e acarretando encargos administrativos excessivos para os Estados-membros. A proposta tem como objetivo substituir a Diretiva 91/533/CEE relativa à obrigação de a entidade patronal informar o trabalhador sobre as condições aplicáveis ao contrato ou à relação de trabalho, conhecida como Diretiva “Written Statement”, por um novo instrumento com um âmbito mais alargado e que permita garantir a transparência sobre as condições de trabalho para todos os trabalhadores, sobretudo para aqueles que se encontram em situações de emprego precário.

Foi particularmente evidente a preocupação de muitas delegações com as definições de trabalhador e de empregador, sobretudo com a primeira, e com o impacto potencial da futura diretiva nas áreas do trabalho marítimo e da pesca.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal apoiou de forma geral o objeto e âmbito da proposta de diretiva, revendo-se nos seus objetivos e considerando que introduz melhorias significativas à diretiva em vigor.

Foram também adotadas conclusões sobre o tema "O futuro do trabalho: uma abordagem baseada no ciclo de vida". O texto procura incentivar os Estados-membros, tendo em conta as suas respetivas competências e circunstâncias específicas: a desenvolverem estratégias que deem resposta às atuais mudanças no mundo do trabalho com base numa abordagem baseada no ciclo de vida; a desenvolverem instrumentos que permitam antecipar as tendências do mercado de trabalho; a promoverem o desenvolvimento de conhecimentos práticos, de qualificações e de competências relevantes ao longo da vida dos cidadãos; a reforçarem a cooperação com outros EM; e a apoiarem os serviços públicos de emprego.

Verificou-se um consenso generalizado entre os Estados-membros relativamente aos objetivos do texto.

Saúde e Segurança no Trabalho

O Conselho adotou, em dezembro, uma orientação geral relativamente ao 3.º pacote de alterações à Diretiva 2004/37/CE relativa à proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos durante o trabalho, que tem como objetivo reforçar a saúde e segurança dos trabalhadores.

A maioria das delegações apoiou os objetivos da iniciativa e reconheceu a necessidade de avançar no debate o mais rapidamente possível, tendo havido um apoio genérico à proposta de orientação geral da Presidência. Portugal também defendeu este compromisso.

De referir que foi ainda possível alcançar um acordo com o Parlamento Europeu no que toca ao 2.º pacote de alterações visando a introdução de novos valores-limite para determinados agentes químicos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

POLÍTICAS SOCIAIS E IGUALDADE

Proteção Social

No que toca à proposta de regulamento que altera os Regulamentos 883/2004 e 987/2009 relativos à coordenação dos sistemas de segurança social, o Conselho de junho aprovou as orientações gerais parciais sobre os capítulos “prestações de desemprego” e “disposições diversas”, bem como a orientação geral que consolida todas as orientações parciais alcançadas anteriormente.

De uma forma geral, houve consenso entre os Estados-membros, pese embora alguma resistência de um conjunto de delegações quanto ao capítulo “prestações de desemprego”. A proposta de alteração ao regulamento, que foi apresentada pela Comissão em dezembro de 2016, visa a modernização das regras atuais tornando-as mais justas, claras e fáceis de implementar.

Portugal apoiou o acordo sobre a orientação geral salientando o equilíbrio conseguido para estes pontos. Ao longo da negociação manifestou a sua oposição quanto às propostas de indexação do montante das prestações familiares que foram surgindo e que acabaram por não ser acolhidas.

No EPSCO de junho foi também possível chegar a acordo sobre a orientação geral do Conselho referente à proposta de diretiva relativa à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar. Apresentada no âmbito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, esta iniciativa tinha como objetivo a definição de um conjunto de normas mínimas relativamente à licença parental (que corresponde à licença parental complementar em Portugal), à licença de paternidade e à licença de cuidador.

Os pontos mais controversos para a adoção da orientação geral do Conselho foram os relativos ao pagamento do subsídio ligado às licenças parental e de paternidade, à não transferibilidade da licença parental e à proteção contra o despedimento e ónus da prova. Estes são também os pontos mais difíceis da negociação com o PE que decorre em 2019.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal apoiou o âmbito de aplicação da proposta de diretiva, bem como os seus objetivos e pretensões, considerando-a de elevada importância para concretizar a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, mas lamentou a falta de ambição da orientação geral do Conselho.

Em dezembro, foi ainda obtido o acordo político quanto à recomendação do Conselho relativa ao acesso à proteção social dos trabalhadores por conta de outrem e por conta própria, a qual visa alargar a todos os trabalhadores, independentemente da sua relação de trabalho, o acesso universal à proteção social, designadamente em caso de desemprego, doença, maternidade ou paternidade, acidentes de trabalho e doenças profissionais, invalidez e velhice. Esta recomendação foi também apresentada no âmbito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Na discussão houve um consenso generalizado entre os Estados-membros quanto aos objetivos da recomendação. Portugal acolheu positivamente a proposta, identificando-a como uma das suas prioridades no âmbito da implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Contudo, lamentou a falta de ambição do Conselho, designadamente por ter consagrado o carácter voluntário no acesso à proteção social por parte dos trabalhadores independentes.

No âmbito da Proteção Social importa ainda destacar as conclusões adotadas no Conselho de junho sobre políticas integradas de desenvolvimento na primeira infância como instrumento para reduzir a pobreza e promover a inclusão social. O texto foi preparado pela Presidência em conjunto com o SPC, tendo obtido o apoio sem reservas da maioria das delegações, que consideraram o texto equilibrado e pronto a ser adotado.

Portugal considerou que se trata de uma proposta de texto de extrema relevância, qualidade e abrangência.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Igualdade de Tratamento

Foi possível chegar a acordo com o Parlamento Europeu quanto à proposta de diretiva relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-membros no que respeita aos requisitos de acessibilidade dos produtos e serviços. O compromisso foi considerado equilibrado, tendo os Estados-membros, incluindo Portugal, concordado que o acordo representa um sucesso e progresso tanto ao nível social como económico para os cidadãos.

O Conselho tomou também nota do relatório de progresso sobre a proposta de diretiva que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, independentemente da sua religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual.

Esta proposta de diretiva foi primeiramente apresentada em 2008, sem nunca ter sido possível obter a necessária unanimidade (a base jurídica é o artigo 19.º do TFUE). O seu objetivo é alargar o âmbito de aplicação do normativo legal sobre igualdade de tratamento a outros domínios da sociedade para além do emprego, tais como proteção social, educação e acesso e fornecimento de bens e prestação de serviços.

Portugal sempre manifestou o seu apoio à proposta, defendendo um âmbito de aplicação que englobe todas as formas de discriminação e sublinhando a importância de manter a base jurídica que atualmente enquadra a proposta de diretiva.

Igualdade de Género

A erradicação da disparidade salarial entre géneros é um dos principais fatores para assegurar a igualdade de género no mercado de trabalho. O Pilar Europeu dos Direitos Sociais salienta que as mulheres e os homens têm direito a uma remuneração igual por um trabalho de igual valor. Neste âmbito, em março, o Conselho EPSCO procedeu a um debate de orientação sobre o tema “eliminar a disparidade salarial entre géneros: contribuindo para a realização dos objetivos do



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Pilar Europeu dos Direitos Sociais”, no qual foi realçado que os Estados-membros devem envidar os esforços necessários para mitigar este problema e consequentemente assegurar uma implementação bem-sucedida do Pilar neste domínio.

Os ministros reconheceram a complexidade das causas das disparidades salariais entre homens e mulheres, incluindo: a influência dos estereótipos nas preferências académicas e profissionais das mulheres por áreas tradicionalmente menos bem remuneradas; a desigualdade na partilha de responsabilidades familiares, que leva muitas mulheres a assumirem o papel de cuidador dos seus filhos ou outros dependentes e a escolherem formas de trabalho a tempo parcial; a segregação social e fraca valorização do trabalho das mulheres; e a falta de transparência salarial que não permite revelar a discrepância de salários a favor dos homens.

Portugal salientou que será necessário fazer mais no sentido de contrariar a segregação profissional e a disparidade salarial. Reconheceu ser uma batalha difícil, exigindo empenho, persistência e uma avaliação da correção das medidas, julgando que as iniciativas da Comissão poderiam ser de grande importância.

Em dezembro, a Presidência adotou conclusões sobre “igualdade de género, juventude e digitalização”, que têm como base o relatório do Instituto Europeu para a Igualdade de Género intitulado “Gender equality and youth: opportunities and risks of digitalisation”. Por sua vez, este relatório surge no contexto mais lato da Plataforma de Ação de Pequim das Nações Unidas.

Apesar do largo consenso relativamente ao texto, e dado o ato requerer a unanimidade, não foi possível ao Conselho adotar estas conclusões devido à oposição da Hungria e da Polónia que não aceitaram a menção específica a LGBTIQ (acrónimo de “lesbian, gay, bisexual, transgender/transsexual, intersex and queer/questioning”).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

O texto enfatiza, em especial, a forma como as inovações tecnológicas estão a mudar as nossas vidas e os locais de trabalho e como é necessário garantir que estas mudanças criem oportunidades para todos, através de uma abordagem positiva, sem perpetuar desigualdades existentes e sem criar riscos para os jovens.

Portugal, à semelhança da maioria dos Estados-membros, manifestou o seu apoio aos objetivos do projeto de conclusões, considerando o texto adequado e equilibrado.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO XII

EDUCAÇÃO, CULTURA, AUDIOVISUAL, JUVENTUDE E DESPORTO

EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

O papel da Educação e Formação no desenvolvimento de sociedades inclusivas, coesas e inovadoras foi reconhecido tanto na Cimeira Social de Gotemburgo de novembro de 2017 como no Conselho Europeu de dezembro seguinte, tendo os líderes europeus considerado a educação e a cultura como forças motrizes da criação de emprego, do crescimento económico e da equidade social.

Na sequência daquele impulso, realizou-se no início de 2018, em Bruxelas, a primeira Cimeira Europeia da Educação dedicada ao tema “Estabelecer as bases do Espaço Europeu da Educação: para uma educação inovadora, inclusiva e baseada em valores”, que contou com a participação de Portugal, tendo ficado consagrado o estabelecimento do Espaço Europeu de Educação até 2025.

O desenvolvimento do sistema educativo português tem vindo a ser alimentado cada vez mais pelos trabalhos ao nível da UE. A edição de 2018 do Monitor da Educação e da Formação, além da constatação dos progressos nacionais em relação às metas europeias definidas para 2020, realça o facto de Portugal estar a aplicar uma Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania em todas as escolas tendo, contudo, reconhecido que o nosso país enfrenta ainda um importante desafio educativo, com mais de metade da população adulta com um nível baixo de escolaridade.

Para além dessa Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, foram homologadas as Aprendizagens Essenciais para o ensino básico e para o ensino secundário, estabelecido o regime jurídico da Educação Inclusiva e definido o Currículo dos Ensinos Básico e Secundário, no âmbito da Autonomia e Flexibilidade



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Curricular e com vista à concretização do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

No quadro do Programa Qualifica, destaca-se a apresentação, em maio, do “Guia de Implementação para a Estratégia de Competências para Portugal – Fortalecimento do sistema de educação e formação de adultos”, desenvolvido pela OCDE com apoio da União Europeia, e a celebração, em julho, do 10.º aniversário do Sistema Nacional de Competências que assume o objetivo de promover a generalização do nível secundário como qualificação mínima da população e os instrumentos necessários à sua efetiva execução, em articulação com os instrumentos financeiros propiciados pelo Acordo de Parceria Portugal 2020.

No que toca ao ensino superior, foram dados os primeiros passos para a implementação do Cartão de Estudante Europeu, que permitirá aos sistemas universitários, através de um acesso “online”, garantir um reconhecimento a 100% de períodos de mobilidade.

Programa ERASMUS+

Ao longo do ano verificou-se um ligeiro aumento do número de mobilidades do ensino superior. Cerca de 13 mil estudantes, docentes e pessoal não académico participaram nos projetos de mobilidade ERASMUS no quadro europeu e 1 400 participaram em períodos de mobilidade internacional, nomeadamente na América Latina, África e Ásia. Verificou-se também um incremento do orçamento atribuído em Portugal para o ensino superior, bem como para os projetos selecionados no quadro das Parcerias Estratégicas para o ensino superior.

No quadro do programa, Portugal participa ainda no “Projeto Open U - Online Pedagogical Resources for European Universities”, sobre a experimentação de políticas europeias nos domínios da educação e formação. O projeto é liderado pela Universidade Paris I – Sorbonne que irá desenvolver uma plataforma à escala



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

européia para aprendizagem mista e “online” de cooperação académica e mobilidade virtual.

Refira-se, pela sua relevância, a aprovação pelo Conselho, em novembro, da orientação geral parcial relativa à proposta de regulamento que estabelece o futuro programa ERASMUS para o período 2021-2027. A nova proposta visa apoiar a criação de mais oportunidades de mobilidade para fins de aprendizagem, bem como promover a inclusão social, a criatividade e a inovação nos domínios do ensino, da formação, da juventude e do desporto.

CULTURA E AUDIOVISUAL

Nesta área destacou-se, naturalmente, a celebração do Ano Europeu do Património Cultural, pelo seu impacto político, quer a nível europeu, quer a nível nacional. No nosso país foram promovidas cerca de 1 500 iniciativas, envolvendo mais de 150 Municípios, com uma estimativa de 420 000 participantes.

Ao nível da UE, refira-se a primeira Conferência de Ministros da Cultura em Davos, em janeiro, que conduziu à assinatura da Declaração de Davos “Towards a high-quality Baukultur for Europe” com o objetivo de promover política e estrategicamente a centralidade da cultura e a importância do seu papel para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e deixar um legado qualificado às futuras gerações.

De salientar também o lançamento, na Cimeira do Património Cultural Europeu, em Berlim, em junho, do “Apelo à Ação de Berlim”, plano de ação apoiado por Portugal que chama a atenção para a prioridade do património nas políticas europeias, para o carácter insubstituível do seu financiamento e para a necessidade de investir na sua qualificação e regeneração.

No que respeita a área do audiovisual, foi aprovada a Diretiva (UE) 2018/1808 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de novembro de 2018, que altera a Diretiva 2010/13/UE, relativa à coordenação de certas disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos EM respeitantes à oferta de serviços de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

comunicação social audiovisual (Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual). Portugal viu salvaguardadas, de forma geral, as suas pretensões, nomeadamente no que toca a garantir um tratamento equivalente entre o setor de radiodifusão tradicional e novos serviços digitais (“Video-on-Demand”, plataformas de partilha de vídeo e de conteúdo audiovisual), de modo a proteger os espectadores e utilizadores, incentivar a inovação e promover o conteúdo audiovisual europeu.

Programa Europa Criativa

A participação nacional mostrou, mais uma vez, o crescente interesse dos artistas e profissionais do setor no programa. Relativamente ao Subprograma Cultura, foram apoiadas 39 entidades nacionais (em projetos com duração até quatro anos) e, no que respeita ao Subprograma MEDIA, foram selecionados 88 projetos portugueses, os melhores resultados desde o início deste quadro plurianual de apoio (2014-2020). O montante total de investimento foi de cerca de 1,6 milhões de euros para o Subprograma MEDIA e, no Subprograma Cultura, o valor total dos projetos envolvendo entidades portuguesas (entre líderes de projeto e parceiros de projeto) ascende a 15,3 milhões de euros.

Cabe referir o Apoio Complementar ao Programa, concedido nos termos do Decreto-Lei n.º 103/2017 de 24 de agosto – Regime de Atribuição de Apoios Financeiros do Estado às Artes – e da Portaria n.º 301/2017, de 16 de outubro, através do qual se pretendeu exponenciar a boa execução dos projetos apresentados por entidades artísticas nacionais e estimular o número de estruturas portuguesas líderes ou parceiras de candidaturas apresentadas ao Programa Europa Criativa.

Foi igualmente adotada pelo Conselho, em dezembro, a orientação geral parcial relativa ao futuro programa para o período 2021-2027.

Portugal apoiou a continuação deste programa, essencial para apoiar os setores cultural e criativo, considerando positivo o reforço orçamental face ao atual programa.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

JUVENTUDE

O domínio da juventude teve um particular impulso no espaço da União Europeia com a adoção de diplomas relevantes: (i) Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027 que, através de uma abordagem transetorial, pretende dar resposta aos desafios que os jovens enfrentam em toda a Europa; (ii) Prioridades da política da UE para a juventude; e (iii) Regulamento do PE e do Conselho que cria o Corpo Europeu de Solidariedade (CES) para o período 2018-2020, que inclui parcerias e projetos de voluntariado, projetos solidários, estágios e empregos para jovens entre os 17 e os 30 anos.

Foi ainda aprovada a orientação geral parcial relativa à proposta de regulamento do PE e do Conselho referente à segunda fase do CES (2021-2027), que apresenta como novidade a inclusão do Corpo Europeu de Voluntários para a Ajuda Humanitária, apoiado por Portugal.

Em termos nacionais foi adotado, em agosto, o primeiro Plano Nacional para a Juventude 2018-2021. Trata-se de um instrumento de coordenação interministerial da política da juventude em Portugal que apresenta medidas setoriais dirigidas aos jovens tendo em consideração, nomeadamente, os referenciais da União Europeia, em particular as suas orientações para o domínio da juventude. O Plano Nacional tem como missão concretizar a transversalidade das políticas de juventude com vista ao reforço da proteção especial das pessoas jovens, no âmbito do artigo 70.º da Constituição da República Portuguesa.

A cidade de Cascais foi Capital Europeia da Juventude 2018, tendo como tema "GLOCAL Youth", associando as dimensões globais e locais, com especial enfoque para a cidadania ativa e participativa, a inclusão e a coesão social.

DESPORTO

Ao nível do Conselho da UE procedeu-se a dois relevantes debates de orientação sobre: (i) os grandes eventos desportivos enquanto impulsionadores de inovação; e



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

(ii) a comercialização do desporto de alta competição e a sustentabilidade do modelo europeu do desporto. Registou-se também a assinatura da declaração sobre “A Europa do Desporto na perspetiva dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Paris em 2024”, à qual Portugal aderiu e que teve como objetivo acentuar a dimensão europeia no desporto.

A nível nacional é de destacar a adesão de Portugal, pelo quarto ano consecutivo, à Semana Europeia do Desporto, sob o lema #BEACTIVE, que foi marcada pelo elevado número de participantes.

Importa ainda referir que Portugal foi designado como representante da UE para o Conselho de Fundadores da Agência Mundial Antidopagem.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO XIII

SAÚDE PÚBLICA E CONSUMIDORES

SAÚDE PÚBLICA

O ano de 2018 foi marcado por relevantes debates no Conselho, com destaque para as áreas da nutrição (alimentação saudável para as crianças) e vacinação (recomendações sobre o reforço da cooperação contra as doenças que podem ser prevenidas por vacinação e sobre o combate à hesitação em vacinar a nível nacional e europeu). Da agenda europeia constou, também, a discussão de dossiês emblemáticos, como a política do medicamento, dispositivos médicos, o futuro da saúde na UE e a negociação técnica do regulamento relativo à avaliação das tecnologias de saúde (proposta que mereceu, na generalidade, o parecer positivo de Portugal).

Política do medicamento e dispositivos médicos

Portugal contribuiu de forma muito ativa para o debate europeu em matéria de política do medicamento. Com efeito, continuamos a ser um dos líderes do “Grupo de La Valletta” (formado voluntariamente por oito EM, com o objetivo de promover o acesso mais amplo a terapias e medicamentos inovadores no respeito pela sustentabilidade dos serviços nacionais de saúde), mantendo a Vice-Presidência do seu Comité Técnico Permanente, cargo que Portugal assumira em 2017.

Quanto ao novo quadro regulamentar dos dispositivos médicos (Regulamentos 2017/745 e 2017/746), está em preparação a legislação nacional de execução.

Promoção de saúde e prevenção de doença

Foi publicada a Decisão (UE) 945/2018, de 22 de junho, relativa às doenças transmissíveis e aos problemas de saúde especiais conexos que devem ser abrangidos pela rede de vigilância epidemiológica, bem como à definição de casos



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

pertinentes. Portugal encontra-se, desde então, a rever as definições de caso de doença, para eventual atualização das mesmas.

Nota ainda para a participação de Portugal na avaliação dos níveis de literacia da saúde no Consórcio Europeu M-PHOL "Measuring Population and Organizational Health Literacy".

Prevenção e controlo do tabagismo

Em 1 de janeiro de 2018 entrou em vigor o normativo nacional mais recente (Lei n.º 63/2017, de 3 de agosto), que levou à introdução de medidas de regulação do uso de novos produtos do tabaco nos mesmos locais onde já era proibido fumar e de proibição da publicidade e patrocínio. Este diploma está alinhado com orientações europeias.

No quadro da aplicação da Diretiva 2014/40/UE, de 3 de abril, foi iniciada a criação do sistema de rastreabilidade e seguimento dos produtos do tabaco, que deverá estar operacional em maio de 2019, no que se refere aos cigarros e tabaco de enrolar. Este sistema é, também, uma obrigação decorrente da aplicação do Protocolo da OMS para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco, ratificado por Portugal em 2015 e em vigor desde 25 de setembro de 2018.

Prevenção do consumo de álcool

No âmbito do Terceiro Programa de Ação da União no domínio da saúde (2014-2020), a Comissão Europeia lançou, no decorrer de 2018, um concurso relativo à prevenção de danos relacionados com o álcool. Neste quadro, Portugal, através do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), constituiu-se como parceiro no projeto "EU dimension of alcohol related harm - piloting brief interventions to reduce the risk of FAS - Fetal Alcohol Syndrome /FASD - Fetal Alcohol Spectrum Disorders, following up 1st and 2nd Standardised European Alcohol Survey and providing support to Member States' to strengthen their capacity to tackle alcohol related harm", cuja implementação tem início em 2019.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Promoção da alimentação saudável

Destacam-se três áreas principais de intervenção recomendadas pela Comissão Europeia, em relação às quais Portugal implementou medidas concretas no ano de 2018.

Com efeito, relativamente à melhoria da oferta alimentar nos programas de apoio alimentar a populações mais carenciadas, foi elaborada uma proposta para a revisão dos cabazes de alimentos que estão a ser distribuídos. Na área da modificação da oferta alimentar através de medidas de incentivo à reformulação dos produtos alimentares, Portugal deu continuidade à recomendação do Grupo de Alto Nível sobre Nutrição e Atividade Física da Comissão Europeia, desenvolvendo um conjunto de iniciativas, incluindo a celebração de protocolos com as associações dos industriais de panificação, pastelaria e similares. Em termos de definição de orientações para a oferta alimentar nas escolas, Portugal publicou o documento “Orientações sobre ementas e refeitórios escolares”.

Resistências aos antimicrobianos

Na sequência do novo Plano de Ação da UE de luta contra as resistências aos antimicrobianos, de 2017, concluiu-se a nível nacional, em 2018, a redação de um projeto de plano de combate às resistências aos antimicrobianos, que será ainda formalizado num compromisso interministerial reunindo medidas a tomar a nível intersetorial.

Centros de referência

Como consequência da Diretiva 2011/24/UE, de 9 de março, relativa ao exercício dos direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços, privilegiou-se, durante o ano de 2018, o acompanhamento dos 96 centros de referência nacionais, através do modelo de certificação de unidades de saúde (que os mesmos estão obrigados a cumprir), bem como através da monitorização da atividade dos 30



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

centros de referência nacionais que integram, de pleno direito, as redes europeias de referência.

Sangue e transplantação

Portugal colaborou no projeto “Vigilância e inspeção para a segurança da transfusão na reprodução assistida e transplante”, através do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP (IPST, IP), decorrido entre outubro de 2015 e dezembro de 2018. Este projeto esteve integrado no 3.º Programa de Saúde da UE, sendo uma ação conjunta e cofinanciada com as autoridades dos EM. O IPST participou em três grupos: vigilância do sangue, tecidos e células, em que foi líder; cooperação internacional para a comunicação de vigilância; e desenvolvimento do processo de preparação e implementação do sistema europeu de codificação em centros de tecidos.

Saúde eletrónica

Portugal consolidou o seu papel como referência e líder europeu na área da saúde eletrónica, através da nomeação e participação ativa do Ministério da Saúde e dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE (SPMS), como copresidente da Rede eHealth.

Salienta-se também o início, em 2018, do projeto para a disponibilização, em 2019, de serviços transfronteiriços do “Patient Summary” e “ePrescription”. Trata-se de um projeto único a nível mundial, através de uma colaboração e participação de 20 países para troca de informação clínica do utente, estimando-se que até 2021 possa ocorrer entre todos os países envolvidos.

Portugal, através dos SPMS, assumiu a coordenação do projeto europeu “eHAction” (Joint Action supporting the eHealth Network) – “3rd Joint Action to support the eHealth Network” e o “HEALTHeID”, financiado pelo Programa Horizonte 2020.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CONSUMIDORES

Novo acordo para os consumidores

Este acordo, lançado pela Comissão em abril no âmbito da Estratégia para o Mercado Único de Bens e Serviços, integra duas propostas de diretiva, uma para melhorar a aplicação e modernização das normas da UE em matéria de defesa do consumidor (Diretiva “Omnibus”) e outra relativa às ações coletivas para proteger os interesses coletivos dos consumidores.

Com o objetivo de proporcionar um mercado único mais justo, que beneficie tanto os consumidores como as empresas, este novo acordo visa: (i) melhorar os instrumentos para impedir práticas ilegais e facilitar o ressarcimento dos consumidores nos casos em que são vítimas da mesma infração em larga escala; (ii) modernizar as atuais regras à luz da evolução no domínio digital, em especial para aumentar a transparência nos contratos celebrados em plataformas em linha; e (iii) eliminar encargos injustificados sobre as empresas, retirando a obrigação de os operadores terem de aceitar a devolução de bens que foram indevidamente utilizados e de reembolsar o consumidor antes de receber os bens, em caso de exercício do direito de retratação.

Portugal apoiou o objetivo da iniciativa de reforçar a proteção dos consumidores e a transparência do mercado digital, estando convicto de que constituirá mais um passo importante rumo a uma Europa economicamente mais forte e mais justa relativamente aos direitos dos seus consumidores e aos interesses das empresas europeias.

Portugal pretende reforçar os direitos dos consumidores, nomeadamente no âmbito da celebração dos contratos em linha, tendo em conta que a falta de confiança no comércio eletrónico continua a ser um desafio que a UE tem de enfrentar para maximizar as oportunidades da economia digital. Por dispor de um elevado nível de proteção dos consumidores, Portugal manifestou preocupação quanto à limitação



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

que se pretende estabelecer em matéria de direito de retratação, defendendo que esta iniciativa não deve diminuir o nível de proteção dos consumidores já existente em alguns EM da UE.

Sistema RAPEX (Sistema Europeu de Alerta Rápido sobre produtos perigosos, não alimentares)

O sistema, que funciona em rede, permite um rápido intercâmbio de informações entre as autoridades de controlo do mercado e a Comissão sobre as medidas tomadas para evitar ou restringir a colocação no mercado de produtos perigosos, não alimentares, que apresentem um risco grave para a saúde e segurança dos consumidores.

Em novembro, a Comissão adotou novas diretrizes do Sistema RAPEX decorrentes da necessidade de alargar o seu âmbito de aplicação, de adotar novas terminologias e referências e de adequar as tecnologias utilizadas à inovação.

A Direcção-Geral do Consumidor (DGC), enquanto ponto de contacto nacional do Sistema RAPEX, emitiu 45 notificações: um sobre brinquedos, cinco sobre produtos cosméticos e 39 sobre veículos a motor. No que respeita às notificações emitidas pelos outros EM sobre produtos de consumo perigosos, não alimentares, houve 237 reações da DGC respeitantes a aparelhos e equipamento elétrico e de iluminação (6), brinquedos (16), equipamento para atividades de lazer/desporto (5), outros (12), produtos cosméticos (7), veículos a motor (186) e vestuário, têxteis e artigos de moda (5).

Centro Europeu do Consumidor (CEC Portugal)

O CEC Portugal prosseguiu as suas atividades principais de assistência aos consumidores na resolução de conflitos de consumo de natureza transfronteiriça e de Ponto de Contacto nacional da Plataforma de Resolução de Litígios em Linha (Plataforma de RLL).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

No âmbito da assistência prestada aos consumidores na resolução de conflitos de natureza transfronteiriça, o CEC Portugal tratou 2 410 casos (mais 24% do que em 2017), dos quais 44% foram reclamações (um acréscimo de 19% em relação a 2017) e 56% pedidos de informação (um acréscimo de 29% em relação a 2017).

No que se refere à origem das reclamações recebidas pelo CEC Portugal, verificou-se que 48% chegaram de consumidores portugueses e 52% de outros países da UE, da Noruega ou da Islândia (mais 9% do que em 2017). Do lado dos consumidores portugueses estiveram em causa contratos celebrados em linha (compra de equipamentos eletrónicos e de comunicação móvel, produtos de uso pessoal, veículos usados e peças e acessórios para veículos), para além dos recorrentes problemas com o transporte aéreo e o aluguer de veículos automóveis. Do lado dos consumidores residentes em outros países europeus, o foco das reclamações continuou a centrar-se nos setores mais relacionados com atividades ligadas ao turismo: serviços de transporte (transporte aéreo de passageiros e aluguer de veículos automóveis) e de alojamento, incluindo "timeshare" e produtos similares. No conjunto das reclamações, as transações efetuadas por comércio eletrónico são as preponderantes, representando mais de 80%.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO XIV

FINANCIAMENTO E FLUXOS FINANCEIROS

FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO EUROPEU

Exercício Orçamental 2018

O orçamento relativo a 2018 foi o quinto do quadro da programação plurianual (2014-2020) e foi construído de forma a refletir a necessidade de um apoio contínuo à evolução das prioridades tradicionais da UE, designadamente a recuperação da economia europeia, os desafios humanitários e de segurança, tanto no interior como no exterior das fronteiras da UE, e a prossecução do cumprimento dos compromissos assumidos, tanto no âmbito do período de programação em curso como dos anteriores, conforme orientações orçamentais estabelecidas pelo Conselho.

No orçamento adotado pelo Parlamento Europeu em novembro de 2017 as despesas aprovadas totalizaram 160,1 mil milhões de euros em dotações de autorização e 144,7 mil milhões de euros em dotações de pagamento, representando respetivamente uma taxa de variação de +0,2% e +14,1% face ao orçamento de 2017 com as alterações que lhe foram introduzidas pelos orçamentos retificativos n.ºs 1 a 6/2017. Os recursos próprios necessários ao seu financiamento representaram 0,91% do RNB.

Durante o ano de 2018 foram aprovados seis orçamentos retificativos (OR) para adaptar o orçamento inicial às necessidades não previsíveis aquando da elaboração do documento. Destaca-se: (i) a mobilização do Fundo de Solidariedade da UE para a assistência a vários EM em caso de desastre naturais, entre os quais Portugal na sequência dos incêndios florestais ocorridos na região Centro em 2017 – a Portugal foi atribuída uma contribuição financeira de 50,7 milhões de euros, dos quais 1,5 milhões de euros foram pagos em 2017 a título de adiantamento; (ii) o reforço do Mecanismo de apoio aos Refugiados na Turquia, como contribuição da UE para a



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
 Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

segunda fase do mecanismo; (iii) a redução das dotações para as rubricas orçamentais 1a “Competitividade para o crescimento e o emprego” e 2 “Crescimento sustentável: recursos naturais”; e (iv) a revisão da previsão dos recursos próprios tradicionais e das bases do IVA e do RNB, bem como a orçamentação das correções a favor do Reino Unido e seu financiamento.

Após a aprovação dos OR, as dotações de autorização e de pagamento do orçamento de 2018 atingiram 160,7 mil milhões de euros e 144,8 mil milhões de euros, respetivamente, o que corresponde a uma variação anual de +0,5% e +14,2%.

Comparando estes valores com os inicialmente orçamentados verifica-se um acréscimo da despesa em pagamentos principalmente em “Instrumentos Especiais”, devido à aprovação dos OR que mobilizaram o Fundo de Solidariedade da UE.

Dotações de autorização e dotações de pagamento no orçamento europeu em 2017 e 2018

Designação	Orçamento 2017 (incluindo OR 1 a 6/2017)		Orçamento 2018 (inicial)		Orçamento 2018 (incluindo OR 1 a 6/2018)		Orçamento 2018 (inicial) face ao Orçamento 2017 (incluindo OR 1 a 6/2017)		Orçamento 2018 (incluindo OR 1 a 6/2018) face ao Orçamento 2017 (incluindo OR 1 a 6/2017)	
	DA	DP	DA	DP	DA	DP	DA	DP	DA	DP
	Unidade: Euros						Variação (%)			
1. Crescimento Inteligente e Inclusivo	75 398 754 456	49 393 819 321	77 533 697 652	66 624 486 101	77 531 797 652	66 622 586 101	2,8	34,9	2,8	34,9
1a. Competitividade para o crescimento e o emprego	21 312 155 821	19 320 944 503	22 001 452 724	20 097 167 844	21 999 552 724	20 095 267 844	3,2	4,0	3,2	4,0
1b. Coesão económica, social e territorial	54 086 598 635	30 072 874 818	55 532 244 928	46 527 318 257	55 532 244 928	46 527 318 257	2,7	54,7	2,7	54,7
2. Crescimento Sustentável: Recursos Naturais	58 569 110 094	54 120 940 747	59 285 323 122	56 083 793 633	59 238 558 122	56 040 990 930	1,2	3,6	1,1	3,5
3. Segurança e Cidadania	4 284 030 960	3 224 307 287	3 493 241 199	2 980 707 175	3 493 241 199	2 980 707 175	-18,5	-7,6	-18,5	-7,6
4. Europa Global	10 437 120 000	9 055 843 969	9 568 842 411	8 906 075 154	10 068 842 411	8 906 075 154	-8,3	-1,7	-3,5	-1,7
5. Administração	9 394 513 816	9 394 599 816	9 665 513 627	9 666 318 627	9 665 513 627	9 666 318 627	2,9	2,9	2,9	2,9
6. Compensações										
Instrumentos Especiais	1 747 924 013	1 581 200 013	566 902 000	419 600 000	698 540 311	551 238 311	-67,6	-73,5	-60,0	-65,1
TOTAL	159 831 453 339	126 770 711 153	160 113 520 011	144 680 980 690	160 696 493 322	144 767 916 298	0,2	14,1	0,5	14,2

Fonte: DGO a partir de dados da Comissão Europeia

A maior proporção do financiamento do orçamento da UE foi obtida através de recursos próprios – recursos próprios tradicionais, recurso próprio baseado no IVA e recurso próprio baseado no RNB – atingindo 98,3% do total das receitas, com destaque para o recurso próprio baseado no RNB que perfaz 72,6% do total. As restantes receitas do orçamento da UE incluem impostos sobre os salários dos



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

funcionários das instituições europeias, contribuições de países terceiros para determinados programas da UE e coimas sobre empresas que violam as regras da concorrência ou outra legislação europeia.

Receitas do orçamento europeu em 2017 e 2018

Designação	Orçamento 2017 (incluindo OR 1 a 6/2017)	Orçamento 2018 (inicial)	Orçamento 2018 (incluindo OR 1 a 6/2018)	Orçamento 2018 (inicial) face ao Orçamento 2017 (incluindo OR 1 a 6/2017)	Orçamento 2018 (incluindo OR 1 a 6/2018) face ao Orçamento 2017 (incluindo OR 1 a 6/2017)
	Unidade: Euros			Variação (%)	
Recursos próprios	115 483 788 464	142 832 334 754	142 363 728 037	23,7	23,3
Recursos próprios baseados nos direitos aduaneiros líquidos e nas quotizações líquidas no setor do açúcar	20 507 300 000	22 844 000 000	20 071 660 637	11,4	-2,1
Recursos próprios baseados no IVA	16 620 148 350	17 249 560 050	17 148 885 750	3,8	3,2
Recursos próprios baseados no RNB	78 356 340 114	102 738 774 704	105 143 181 650	31,1	34,2
Outras receitas	11 286 922 689	1 848 645 936	2 404 188 261	-83,6	-78,7
Total	126 770 711 153	144 680 980 690	144 767 916 298	14,1	14,2
<i>Por memória:</i>					
Recursos Próprios em % do RNB	0,76%	0,91%	0,90%		
Limite máximo dos recursos próprios em % do RNB: 1,20%					

Fonte: DGO a partir de dados da Comissão Europeia

Em resultado da adoção dos seis OR e do seu efeito líquido, o contributo previsto de Portugal a título de recursos próprios ascendeu a 1 865,3 milhões de euros, face a 1 824,8 milhões de euros inicialmente previstos, o que representou um incremento de 40,5 milhões de euros (+2,2%) cuja explicação reside na orçamentação retificativa. Ao nível da contribuição financeira – recursos próprios baseados no IVA e no RNB e compensação ao Reino Unido – o contributo orçamentado para Portugal ascendeu a 1 710,4 milhões de euros, face a 1 670,1 milhões de euros previstos no orçamento inicial, verificando-se um incremento de 40,3 milhões de euros (+2,4%).

A execução orçamental do capítulo 70 do Orçamento do Estado – Contribuição Financeira – situou-se em 1 724,3 milhões de euros em 2018, justificada pelas seguintes componentes:

- O pagamento à União Europeia de cerca de 12 milhões de euros ocorrido em janeiro de 2018 relativo ao OR n.º 6/2017 aprovado pelo Parlamento Europeu a 30 de novembro de 2017. Este pagamento foi acompanhado por uma



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

reposição não abatida nos pagamentos (RNAP) de cerca de 102,8 milhões de euros.

- A execução do orçamento europeu de 2018, incluindo os OR n.º1 a 6/2018, traduziu-se numa contribuição financeira de Portugal de 1 710,4 milhões de euros. O OR n.º 6/2018, aprovado em 12 de dezembro de 2018, foi pago ao abrigo do artigo 138.º da Lei do OE de 2018, Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.
- O financiamento do “opting out” no montante de quase 2 milhões de euros, referindo-se ao ajustamento respeitante à não participação de alguns EM em determinadas políticas no âmbito do espaço de Liberdade, Segurança e Justiça.
- O recebimento resultante do ajustamento anual dos saldos dos recursos próprios baseados no IVA e RNB no valor de cerca de 13 milhões de euros.

Execução orçamental do Capítulo 70 do Orçamento do Estado - Contribuição Financeira - em 2018

Designação	Dotações			Pagamentos				Reposições não Abatidas nos Pagamentos (RNAP)	
	Dotação Inicial	Alterações Orçamentais (Reforços)	Dotação Corrigida	Orçamento Europeu Retificativo nº 6/2017	Orçamento Europeu 2018 (incluindo Retificativos nº1 a 6/2018)*	Opting Out	Total	Orçamento Europeu Retificativo nº 6/2017	Ajustamentos IVA e RNB
	Unidade: Euros								
	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)	(6)	(7)=(4)+(5)+(6)	(8)	(9)
Contribuição Financeira	1 710 952 832	13 999 237	1 724 952 069	11 961 231	1 710 367 493	1 978 052	1 724 306 776	-102 752 823	-12 977 542

* O OR 6/2018 foi pago ao abrigo do art.º 138º da Lei do OE de 2018, Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro. Foi registada uma RAP no montante de 645.293 euros.

Fonte: DGO, Comissão Europeia

Processo orçamental 2019

O orçamento da UE para 2019, conforme as orientações orçamentais estabelecidas nas conclusões adotadas no Conselho ECOFIN de fevereiro de 2018, deverá assegurar uma orçamentação prudente e prever recursos adequados para apoiar prioridades claramente definidas, deixando, ao mesmo tempo, margens suficientes dentro dos limites máximos. O orçamento deverá procurar estimular o crescimento, promover o emprego e criar novos postos de trabalho, reforçar a coesão e a agricultura da UE, fomentar a competitividade e fazer face à dimensão interna e externa das migrações, aos desafios em matéria de segurança e à proteção das fronteiras externas. Além disso, deverá permitir que os compromissos já assumidos,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

tanto no âmbito do período de programação em curso como dos anteriores, sejam honrados em devido tempo a fim de evitar créditos não pagos.

Nas suas conclusões, o Conselho considerou que a disciplina orçamental deve ser mantida a todos os níveis e que devem ser respeitados o Quadro Financeiro Plurianual, incluindo a sua revisão intercalar, e os compromissos assumidos anteriormente. Em simultâneo, assinalou a necessidade de solidariedade e sublinhou que uma utilização transparente e eficaz do orçamento da UE contribuirá para reforçar a credibilidade da União junto dos cidadãos europeus. Deve ser dado especial destaque às áreas que criem valor acrescentado para a UE.

De entre as prioridades políticas definidas pela Comissão ao apresentar o seu projeto de orçamento para 2019 destacam-se: a promoção do investimento, do crescimento e do emprego; o reforço da coesão da UE; a dinamização da agricultura e a promoção da competitividade; e a manutenção do foco na resolução das questões da migração e da segurança.

Em termos globais, o projeto de orçamento para 2019 previa 165,6 mil milhões de euros em dotações de autorização e 148,7 mil milhões de euros em dotações de pagamento, respetivamente, +3,05% e +2,69% relativamente a 2018.

Em outubro, a proposta foi completada pela carta retificativa n.º1/2019 (CR), basicamente para ter em conta as habituais atualizações do outono nas estimativas das despesas agrícolas e das pescas, mas igualmente proceder à integração do impacto de acordos recentes sobre propostas da Comissão (como o Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa, o Corpo Europeu de Solidariedade e o Programa de Apoio às Reformas Estruturais) e outros ajustamentos.

Durante o período de conciliação orçamental, que decorreu entre 30 de outubro e 19 de novembro, o Conselho e o Parlamento Europeu não conseguiram alcançar um acordo. Apesar do significativo progresso registado durante as discussões, não foi



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

possível reconciliar as posições das duas instituições, em particular sobre a aplicação do novo artigo 15.º, n.º3, do Regulamento Financeiro que permite a reconstituição de dotações correspondentes a anulações de autorizações para projetos de investigação.

Cumprindo o disposto no Tratado, a Comissão apresentou uma nova proposta de orçamento ainda no final de novembro, com base nos progressos realizados no âmbito do Comité de Conciliação. As negociações foram retomadas e um acordo entre o Conselho e o Parlamento foi finalmente alcançado a 13 de dezembro, permitindo evitar que o ano de 2019 se iniciasse em regime de duodécimos provisórios.

No orçamento da UE para 2019 assim adotado as dotações de autorização e de pagamento foram fixadas, respetivamente, em 165,8 mil milhões de euros e 148,2 mil milhões de euros, o que representa uma variação anual de 3,2% e de 2,4% face ao orçamento 2018, com as alterações que lhe foram dadas pelos OR n.ºs 1 a 6/2018.

Dotações de autorização e dotações de pagamento no orçamento europeu em 2018 e 2019

Designação	Orçamento 2018 (incluindo OR 1 a 6/2018)		Orçamento 2019 (inicial)		Orçamento 2019 (inicial) face ao Orçamento 2018 (incluindo OR 1 a 6/2018)	
	DA	DP	DA	DP	DA	DP
	Unidade: Euros				Variação (%)	
1. Crescimento inteligente e inclusivo	77 531 797 652	66 622 586 101	80 527 449 848	67 556 947 173	3,9	1,4
1a. Competitividade para o crescimento e o emprego	21 999 552 724	20 095 267 844	23 335 449 848	20 521 537 455	6,1	2,1
1b. Coesão económica, social e territorial	55 532 244 928	46 527 318 257	57 192 000 000	47 035 409 718	3,0	1,1
2. Crescimento sustentável: recursos naturais	59 238 558 122	56 040 990 930	59 642 077 986	57 399 857 331	0,7	2,4
3. Segurança e cidadania	3 493 241 199	2 980 707 175	3 786 629 138	3 527 434 894	8,4	18,3
4. Europa global	10 068 842 411	8 906 075 154	11 319 265 627	9 358 295 603	12,4	5,1
5. Administração	9 665 513 627	9 666 318 627	9 942 974 723	9 944 904 743	2,9	2,9
6. Compensações						
Instrumentos especiais	698 540 311	551 238 311	577 248 000	411 500 000	-17,4	-25,4
TOTAL	160 696 493 322	144 767 916 298	165 795 645 322	148 198 939 744	3,2	2,4

Fonte: DGO a partir de dados da Comissão Europeia



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal associou-se ao compromisso final, que respeita as opções políticas da União, estando adequadamente salvaguardadas as dotações necessárias para a Política de Coesão.

Os recursos próprios previstos para 2019 atingem 146,3 mil milhões de euros, observando-se uma variação anual positiva de 2,8% face a 2018. Este aumento é explicado pela variação de 1,9% no recurso RNB e de 7,0% nos recursos próprios baseados nos direitos aduaneiros líquidos⁶⁶. Os recursos próprios baseados no IVA, por sua vez, irão apresentar um aumento de 3,4%.

Receitas do orçamento europeu em 2018 e 2019

Designação	Orçamento 2018 (incluindo OR 1 a 6/2018)	Orçamento 2019 (inicial)	Orçamento 2019 (inicial) face ao Orçamento 2018 (incluindo OR 1 a 6/2018)
	Unidade: Euros		Variação (%)
Recursos próprios	142 363 728 037	146 304 547 608	2,8
Recursos próprios baseados nos direitos aduaneiros líquidos e nas quotizações líquidas no setor do açúcar	20 071 660 637	21 471 164 786	7,0
Recursos próprios baseados no IVA	17 148 885 750	17 738 667 150	3,4
Recursos próprios baseados no RNB	105 143 181 650	107 094 715 672	1,9
Outras receitas	2 404 188 261	1 894 392 136	-21,2
Total	144 767 916 298	148 198 939 744	2,4
<i>Por memória:</i>			
Recursos Próprios em % do RNB	0,90%	0,89%	
Limite máximo dos recursos próprios em % do RNB: 1,20%			
Fonte: DGO a partir de dados da Comissão Europeia			

FLUXOS FINANCEIROS

Os Fluxos Financeiros entre Portugal e a União Europeia apresentaram em 2018 um saldo global de 2 614,8 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 27,3% em relação a 2017.

Para este saldo global de transferências entre Portugal e a UE contribuiu essencialmente o aumento das transferências da UE para Portugal em 21,5%,

⁶⁶ O sistema de quotas de açúcar foi suprimido no final da campanha de comercialização 2016/2017.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

correspondente a 786,9 milhões de euros, e que se deveu principalmente aos aumentos registados no FEDER, no Fundo de Coesão (FC) e no FSE.

Em 2018, registou-se um incremento significativo na execução dos Programas Operacionais do Portugal 2020 (FEDER, FSE e FC) tendo também sido recebidos os montantes de pré-financiamento (2,75%). No montante correspondente ao FEDER e FC incluem-se os saldos finais recebidos de Programas Operacionais do período anterior.

Relativamente ao Fundo Europeu de Apoio aos Carenciados (FEAC), foram recebidos montantes perfazendo um total de 12,3 milhões de euros, na sequência de pedidos de pagamento intermédios submetidos à Comissão Europeia, estando garantida a operacionalização do novo modelo de distribuição de alimentos no Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC).

Quanto ao Fundo de Solidariedade da UE, foi recebido o remanescente do apoio aos esforços de reconstrução após os incêndios florestais que assolaram a região centro de Portugal, tendo o primeiro pagamento sido efetuado no final de 2018 a favor da ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil.

No que respeita aos fundos da área da agricultura, o FEADER registou um decréscimo face ao verificado em 2017 relacionado com o facto de, em 2018, terem existido devoluções à Comissão Europeia de montantes referentes a recuperações de verbas de beneficiários relativas ao período de programação 2007-2013.

No FEAMP verificou-se um acréscimo em 2018 devido à execução em pleno do período de programação 2014-2020.

Por sua vez, no FEAGA verificou-se um acréscimo face a 2016 e 2017 devido à diminuição do valor das correções financeiras ao financiamento suportadas por Portugal.

No que respeita às transferências de Portugal para a UE, verificou-se uma variação homóloga positiva de 14,1%, que se traduz num aumento de transferências no



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

montante de 226,1 milhões de euros, explicada fundamentalmente pela variação positiva do recurso próprio baseado no RNB em 236,2 milhões de euros. Em contraponto com esta variação positiva, observou-se uma variação negativa no financiamento da Correção ao Reino Unido de 24,3 milhões de euros.

A execução reflete também o pagamento do OR n.º 6/2018, aprovado pelo Parlamento Europeu a 12 de dezembro de 2018, no montante de 45,5 milhões de euros, realizado ao abrigo do artigo 138.º da Lei do OE 2018, Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro⁶⁷.

A restituição da UE no montante de 102,8 milhões de euros resultou da aprovação do OR n.º 6/2017, cujos efeitos orçamentais vieram apenas a ocorrer em janeiro de 2018 e se traduziram numa redução da contribuição de Portugal.

⁶⁷ Em Contabilidade Nacional, o OR n.º 6/2018 é registado em 2018, ano da sua aprovação.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Fluxos Financeiros entre Portugal e a União Europeia

	Milhões Euros		
	2016	2017	2018 (*)
1. Transferências da UE para Portugal (1)			
FEDER	858,8	1 380,6	1 708,6
FSE	589,7	856,7	1 017,6
FEAC	16,0	0,0	12,3
Fundo de Coesão	132,6	149,4	356,9
Fundo de Solidariedade da UE	0,0	1,5	49,2
FEADER	721,6	515,6	480,7
IFOP/FEP/FEAMP	11,1	16,9	41,8
FEOGA-Garantia/FEAGA(2)	672,9	719,5	732,6
Despesas cobrança DA(3)	42,3	16,4	44,0
Restituições e Reembolsos(4)	-0,2	0,0	-0,2
Total	3 044,8	3 656,5	4 443,4
2. Transferências de Portugal para a UE			
Recursos Próprios Tradicionais (5)	184,3	184,5	219,9
Recurso IVA	242,6	287,5	304,2
Recurso RNB	1 288,3	1 065,3	1 301,5
Redução RNB Dinamarca,Holanda,Suécia e Austria	40,2	13,4	13,7
Correção Reino Unido	127,5	129,2	104,9
Restituições e Reembolsos(6)	-114,5	-84,7	-102,8
Diversos (7)	0,0	7,4	-12,8
Total	1 768,3	1 602,5	1 828,6
3. Saldo Global: (1 - 2)	1 276,5	2 054,0	2 614,8

Fonte: DGO, IGCP, AD&C, IFAP

(1) Não inclui Programas de Ação e Iniciativas Comunitárias (PAIC's).

(2) Inclui Medidas Veterinárias

(3) Despesas de cobrança previstas no nº 3 do artigo 2º da Decisão do Conselho nº 2014/335/UE Euratom, relativa ao Sistema de Recursos Próprios da União Europeia, em vigor a partir de 1 de outubro de 2016 e com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2014, correspondente a 20% dos RPT cobrados.

Inclui, em 2017, a devolução à UE da diferença de retenção das despesas de cobrança devida pelo efeito retroativo da entrada em vigor da nova Decisão (redução de 25% para 20%).

(4) Devoluções e restituições à CE no âmbito de diversos Fundos.

(5) Os montantes expressos no quadro correspondem a valores brutos disponibilizados à Comissão Europeia, sendo os montantes retidos em 25% ou a 20%, conforme a Decisão em vigor, a título de despesas de cobrança, considerados nas transferências da UE para Portugal.

(6) Inclui os montantes recebidos por Portugal referentes a restituições de anos anteriores.

(7) Inclui os Ajustamentos aos recursos próprios IVA e RNB de exercícios anteriores e Juros respeitantes a Recursos Próprios.

(*) Valores provisórios



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO VII

ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA

Apesar de 2018 ter registado um acentuado decréscimo do número de entradas ilegais no território da UE, as questões migratórias e de asilo permaneceram no topo das preocupações europeias, figurando na agenda da maior parte das reuniões do Conselho Europeu. Os resultados das negociações foram, porém, reduzidos, não tendo sido possível alcançar um acordo sobre o pacote legislativo relativo à reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA). O panorama foi mais encorajador na área dos sistemas de informação para a gestão da segurança, das fronteiras e da migração, e sua interoperabilidade, assistindo-se à adoção do regulamento que cria um Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS).

Portugal, sem deixar de pugnar pelo equilíbrio entre “responsabilidade” e “solidariedade” e de insistir na vinculação de todos os Estados-membros a soluções comuns, duradouras e equitativas para a gestão das migrações e do asilo no espaço europeu, tem manifestado abertura para aceitar um eventual mecanismo de “solidariedade flexível” e avançar com a aprovação de alguns dos atos jurídicos menos contenciosos do pacote SECA.

Resultados positivos foram averbados, também, em áreas como a Proteção de Dados, com a entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados e o encerramento do ciclo de reforma da legislação nesta matéria. Além disso foram também alcançados compromissos em vários instrumentos legislativos na área da cooperação judiciária, tanto em matéria civil como penal. Assistiu-se ao início da implementação prática da Procuradoria Europeia, acordada em 2017.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Registaram-se, igualmente, desenvolvimentos na cooperação policial tendentes a uma melhor troca de informações, formação e intercâmbio de operacionais e técnicas comuns de investigação.

Portugal, norteador pela efetiva criação de um espaço de liberdade, segurança e justiça, pela cabal aplicação dos direitos fundamentais e pelo aprofundamento do princípio do reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciais, apoiou e contribuiu positivamente para a adoção destas iniciativas.

Também na área da resposta a catástrofes naturais e de origem humana se verificaram progressos relevantes, tendo, no final do ano, sido alcançado um acordo quanto à revisão do Mecanismo da Proteção Civil da UE. Portugal considera que o reforço deste mecanismo aumentará a capacidade europeia de resposta, de prevenção e de preparação para catástrofes, possibilitando uma melhor coordenação entre os Estados-membros e uma solidariedade mais eficaz para os cidadãos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO I

CIDADANIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS

ADESÃO DA UNIÃO EUROPEIA À CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS HUMANOS

O ano de 2018 não registou desenvolvimentos de relevo nesta área, mantendo-se a suspensão das negociações com o Conselho da Europa com vista à reflexão por parte das instituições e dos Estados-membros da UE.

No Conselho de Justiça e Assuntos Internos de dezembro, a Comissão Europeia reiterou o seu empenho na adesão da UE à Convenção Europeia dos Direitos Humanos e esclareceu que continua a trabalhar para encontrar uma solução.

Portugal, que votou favoravelmente o acordo negocial que o Tribunal de Justiça da União Europeia acabou por rejeitar no seu Parecer de 2014, reconhece, desde o início, a importância política e a prioridade atribuída à adesão da União à Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

PROTEÇÃO DE DADOS

No ano de 2018, o destaque vai para a entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) em 25 de maio. Este instrumento visa assegurar em todos os Estados-membros o nível equivalente de proteção dos cidadãos relativamente ao tratamento e à circulação de dados pessoais.

Ao fim de longos anos, o ano de 2018 testemunhou a conclusão das negociações relativas à modernização da Convenção n.º 108 do Conselho da Europa. Assim, o Conselho de Assuntos Gerais de junho adotou a decisão que autoriza os Estados-membros a ratificar, no interesse da União Europeia, o Protocolo que altera a Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Carácter Pessoal, em cujas negociações



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal participou, tendo-o assinado em 10 de outubro e desencadeado internamente o processo de ratificação.

Por seu turno, a proposta de regulamento relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos da UE e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE, foi formalmente adotada no Conselho de Justiça e Assuntos Internos de outubro. Portugal votou favoravelmente, uma vez que a proposta contribuirá para completar o quadro europeu de proteção de dados pessoais.

PROTEÇÃO DE DENUNCIANTES

Em abril, a Comissão Europeia apresentou uma proposta de diretiva relativa à proteção das pessoas que denunciam infrações ao direito da União destinada a proteger aqueles que comuniquem (à empresa ou entidade pública em causa ou a uma autoridade externa) ou divulguem (ao público) informações sobre uma irregularidade relativa à legislação da UE obtidas em contexto profissional, deste modo contribuindo para prevenir danos e detetar ameaças ou situações lesivas do interesse público comunitário. Portugal apoiou a proposta, considerando que o papel dos denunciante se afigura como de particular importância na ajuda à descoberta da prática de irregularidades e de crimes, seja no setor público ou no setor privado, como aliás é reconhecido pelas organizações internacionais e pelo próprio legislador nacional.

Esta proposta motivou um vivo debate no segundo semestre, mas as negociações não se concluíram, transitando para o ano de 2019.

LUTA CONTRA O RACISMO E A XENOFOBIA E O TRÁFICO DE SERES HUMANOS

O tema do racismo e da xenofobia manteve-se na agenda da UE, registando-se a aprovação no Conselho de Justiça e Assuntos Internos de dezembro de Declarações



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

do Conselho sobre a luta contra o antissemitismo e o desenvolvimento de uma abordagem comum de segurança para melhor proteger as comunidades e instituições judaicas na Europa.

Neste contexto, importa assinalar que, na sequência da aprovação do Código de Conduta sobre o discurso do ódio em linha, a Comissão Europeia apresentou resultados do terceiro ciclo de monitorização da aplicação deste instrumento. Portugal continuou a atribuir grande importância a esta matéria, tendo organizado, em parceria com a Agência dos Direitos Fundamentais da UE e com o Escritório da OSCE para as Instituições Democráticas e Direitos Humanos, um “workshop” internacional subordinado ao tema da melhoria do registo dos crimes de ódio pelas autoridades policiais.

Por último, refira-se a aprovação, pela Comissão Europeia, do relatório sobre a aplicação da Estratégia da UE para a erradicação do Tráfico de Seres Humanos (2012-2016), bem como de um novo conjunto de prioridades e correspondentes medidas de execução para dar continuidade à estratégia na UE e Estados-membros. De resto, Portugal também tem assumido esta prioridade e dado cumprimento aos seus compromissos europeus na matéria.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO II

SCHENGEN, VISTOS E FRONTEIRAS

SCHENGEN

Mecanismo de Avaliação Schengen

Na sequência da avaliação da aplicação por Portugal do acervo de Schengen, realizada em 2017, o Conselho adotou as Decisões de Execução que estabelecem recomendações nos domínios do Sistema de Informação Schengen, da Proteção de Dados, da Cooperação Policial, da Gestão da Fronteira Externa, do Retorno e da Política Comum de Vistos. Na sequência destas recomendações, Portugal apresentou os seus Planos de Ação nestas áreas, estando agendada para 2019 a entrega do Plano de Ação no domínio da Cooperação Policial. Em relação à matéria dos vistos, foi possível terminar o ano com a implementação de 85% das recomendações (i.e. apenas faltam cumprir 8 das 53), em particular relacionadas com questões informáticas.

Funcionamento do espaço Schengen

Portugal tem defendido a liberdade de circulação no interior do espaço Schengen. Porém, não se opôs à decisão da Alemanha, da Áustria, da Dinamarca, da Suécia, da Noruega e da França de prolongarem os controlos temporários num número limitado de troços das suas fronteiras internas, ao abrigo dos artigos 25.º e 27.º do Código das Fronteiras Schengen, invocando a ameaça séria à segurança interna decorrente dos movimentos secundários irregulares no espaço Schengen.

VISTOS

Reformulação do Código de Vistos

A proposta inicial de revisão do Código de Vistos foi bloqueada por impossibilidade de acordo entre o Parlamento Europeu e o Conselho sobre a inclusão de um visto



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

humanitário. Por essa razão, em março, a Comissão Europeia apresentou uma nova proposta⁶⁸ que não inclui esse visto, tendo o Conselho aprovado, em junho, um novo mandato de negociação com o Parlamento Europeu e o primeiro tríplice ocorrido em dezembro. A principal alteração da revisão do Código de Vistos reside na ligação entre vistos e readmissão, através de um mecanismo destinado a sancionar os países que não cooperam neste âmbito.

Modernização do Sistema de Informação sobre Vistos (VIS)

A Comissão Europeia apresentou uma proposta⁶⁹ para modernizar o VIS, a base de dados com informações sobre os requerentes de vistos Schengen, a fim de acompanhar a evolução dos desafios em termos de migração e de segurança e melhorar a gestão das fronteiras externas da UE. As alterações propostas permitirão levar a cabo verificações mais exaustivas dos antecedentes dos requerentes de vistos, colmatar lacunas ao nível da informação de segurança, mediante uma troca de informações mais eficaz entre os EM, e assegurar a plena interoperabilidade do VIS com outras bases de dados da UE. Em dezembro, o Conselho aprovou o mandato para o início das negociações com o Parlamento Europeu.

Centro Comum de Vistos (CCV) em Cabo Verde

A 1 de junho, a Lituânia aderiu ao CCV na cidade da Praia, que hoje representa 18 Estados-membros. Este projeto europeu continua a provar a sua relevância no âmbito da concessão de vistos de curta duração em Cabo Verde, em particular pela manutenção do sistema de itinerâncias consulares. Este permite a receção de pedidos de visto e recolha da biometria em outras ilhas daquele arquipélago (Ilhas do Sal, Mindelo e Boavista), através de equipamentos móveis, sem a qual não seria

⁶⁸ Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 810/2009 que estabelece o Código Comunitário de Vistos (Código de Vistos), adotada pela Comissão em 14.3.2018 [COM(2018) 252 final].

⁶⁹ Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 767/2008, o Regulamento (CE) n.º 810/2009, o Regulamento (UE) 2017/2226, o Regulamento (UE) 2016/399, o Regulamento XX/2018 [Regulamento Interoperabilidade] e a Decisão 2004/512/CE, adotada pela Comissão em 16.5.2018 [COM(2018) 302 final].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

possível, com a entrada em vigor do VIS, cobrir a maior parte dos locais de atendimento ao público.

Centro Comum de Vistos (SVC - São Tomé) em São Tomé e Príncipe

Dada a experiência adquirida por parte de Portugal com a instalação do CCV em Cabo Verde, a par do conhecimento da realidade regional, e uma vez que Portugal continua a ser o único Estado-membro de Schengen a emitir vistos de curta duração em São Tomé e Príncipe (em representação de outros 17 Estados-membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Lituânia, França, Grécia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, República Checa, Suécia e Islândia), foi aprovada uma candidatura, no âmbito do Fundo de Segurança Interna, a um projeto para criação de um Centro Comum de Vistos em São Tomé e Príncipe (SVC – São Tomé). No segundo semestre de 2018 foram identificadas as suas instalações, sendo o objetivo principal o levantamento e avaliação das necessidades e as obras de requalificação com vista à sua operacionalização, estando prevista a abertura do SVC durante o ano de 2019.

COOPERAÇÃO CONSULAR

As discussões sobre Cooperação Consular continuaram a centrar-se na implementação do documento "Joint EU Consular Crisis Preparedness Framework", tendo sido analisados e revistos 33 planos de preparação e resposta a crises consulares. No âmbito dos "hot spots", foram objeto de particular atenção a situação na República Democrática do Congo e na Venezuela, a cooperação europeia em eventos internacionais desportivos (Jogos Olímpicos de Inverno e a situação da Península Coreana e o Mundial de Futebol na Rússia), as diligências consulares conjuntas e os diálogos entre a UE e os EUA, Canadá e Austrália em matérias de cooperação consular. No final da Presidência búlgara, foi apresentada uma proposta



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

de diretiva⁷⁰ que estabelece um novo formato de título de viagem provisório da UE, que foi objeto de discussão durante a Presidência austríaca e que transitou para a Presidência romena.

A Diretiva (UE) 637/2015, relativa à proteção consular de qualquer cidadão europeu não representado num país terceiro por parte de outro EM nas mesmas condições que os nacionais desse Estado, foi transposta por Portugal no prazo previsto – 1 de maio de 2018 – através do Decreto-Lei n.º 14/2018, de 28 de fevereiro, que operou uma alteração ao Regulamento Consular, introduzindo um novo articulado (artigos 47.º-A a 47.º-H) e conferindo uma nova redação ao artigo 75.º.

No âmbito da emergência consular, Portugal participou ativamente na cooperação consular promovida quer através de teleconferências, quer através da plataforma permanente de cooperação “Cool UE”, fórum específico de partilha de informações entre EM sempre que ocorre uma situação de risco acrescido – perturbação política, militar ou social, catástrofe natural ou acidentes de grande dimensão – num país terceiro. De registar, em 2018, a crise na Nicarágua, a resposta aos terremotos e “tsunamis” na Indonésia, o acompanhamento dos ciclones tropicais Mangkhut e Barijat nas Filipinas, Taiwan e China, do furacão Michael nos EUA e do tufão Pabuk na Tailândia, onde se verificou uma coordenação ativa entre EM.

Portugal participou na Conferência UE-EUA sobre cooperação em matéria de gestão de crises consulares, que teve lugar em Bruxelas, em abril, e que permitiu uma troca de experiências e de boas práticas, nomeadamente sobre a cooperação com o setor privado e o uso das redes sociais.

Portugal tem seguido os diálogos sobre assuntos consulares que a UE mantém regularmente com países terceiros, nomeadamente o Canadá, a Austrália e os EUA, tomando posição ativa quanto à iniciativa e conteúdo de diligências conjuntas,

⁷⁰ Proposta de diretiva do Conselho que cria um título de viagem provisório da UE e que revoga a Decisão 96/409/PESC, adotada pela Comissão em 31.5.2018 [COM(2018) 358 final].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

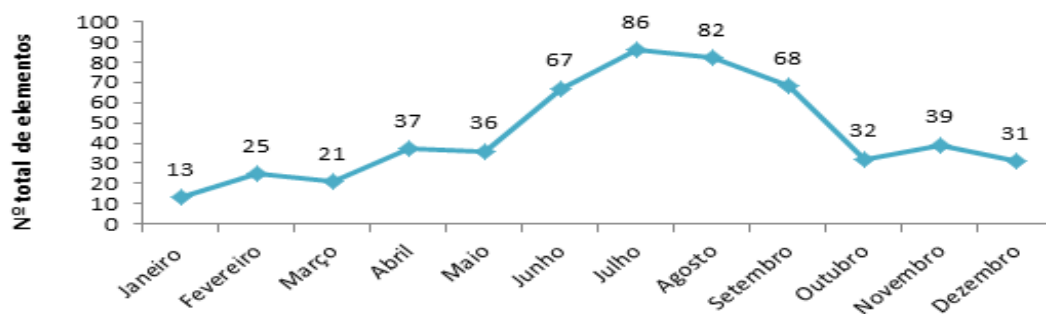
nomeadamente as que envolvem condições nas prisões, situação dos detidos, raptos parentais e casamentos forçados.

Foi organizado em Lisboa, em dezembro, um seminário subordinado ao tema “Prevenir e Proteger – uma abordagem integrada dos conflitos e crises externas”, com ampla participação de representantes dos Estados-membros, das instituições europeias (Comissão Europeia, Secretariado-Geral do Conselho e Serviço Europeu de Ação Externa), com enfoque nos mecanismos disponíveis nos vários órgãos comunitários para fazer face a crises consulares e no papel desempenhado pelos organismos de Proteção Civil no contexto das crises consulares. Registou-se uma partilha de experiências, partindo de casos concretos, bem como uma reflexão sobre o futuro da proteção consular na UE.

FRONTEIRAS

Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira

O ano de 2018 testemunhou um continuado empenhamento das Forças e Serviços de Segurança do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Defesa Nacional na FRONTEX – Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira. A participação do MAI, conforme gráfico infra, oscilou entre um mínimo de 13 elementos (em janeiro) e um máximo de 86 elementos (em julho), cobrindo as operações conjuntas nas fronteiras marítimas, aéreas e terrestres, as intervenções rápidas, as operações de retorno e a presença no Centro de Situação da Agência na Polónia.





MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Relativamente à participação do Ministério da Defesa, através da Marinha, Portugal participou com duas fragatas (OPV) por dois períodos de dois meses de operação (1 de abril a 31 de maio e de 22 de julho a 19 de setembro) e um navio Patrulha Costeiro (CPV) num período de 49 dias de operação (22 de agosto a 10 de outubro), correspondendo a um total de 169 dias de missão com 2 440 horas de patrulha envolvendo 358 militares. A Força Aérea contribuiu com dois aviões C-295M e respetivas tripulações por dois períodos: o primeiro, a operar de Málaga no quadro da operação INDALO (1 de maio a 30 de junho) e o segundo, no quadro da operação Themis, a operar a partir de La Spezia. A Autoridade Marítima Nacional (AMN), através da Polícia Marítima (PM), integrou a Operação "Poseidon", de 1 de janeiro a 31 de dezembro, com o objetivo de cooperar no controlo e vigilância das fronteiras marítimas gregas e no combate à imigração ilegal proveniente da costa ocidental turca com destino à Grécia. A equipa da PM, constituída por 11 elementos (sendo um como oficial de ligação no "International Coordination Center" (ICC) e dois militares, para apoio técnico e manutenção do primeiro escalão dos meios atribuídos), ficou sediada na ilha de Lesbos, dispondo para a realização da missão de duas embarcações, a Tejo e a Arade, bem como uma Viatura de Vigilância Costeira (VVC) equipada com radar, recetor de "Automatic Identification System" (AIS), equipamento de visão noturna e comunicações em VHF. Também no âmbito da FRONTEX, a PM integrou a Operação "Themis", de 1 de maio a 31 de agosto, com uma embarcação semirrígida, e nove elementos, sedeados em Pescara, de 12 de setembro a 12 de novembro, com uma VVC e quatro elementos, sedeados em Agrigento. Esta operação decorre na costa italiana e o seu objetivo é apoiar a Itália nas funções de Guarda Costeira, nomeadamente no controlo e vigilância das fronteiras marítimas italianas, no combate ao crime transfronteiriço e no combate à imigração ilegal proveniente do Norte de África.

Enquanto parte da Abordagem Global em matéria de Migração e no seguimento do apoio manifestado no Conselho Europeu de junho em relação ao aumento dos recursos e ao reforço do mandato da FRONTEX, a Comissão Europeia apresentou



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

uma proposta de regulamento⁷¹ que visa fortalecer as capacidades da agência para assegurar o controlo efetivo das fronteiras externas da UE e intensificar o retorno dos migrantes em situação irregular.

Portugal apoia o reforço das competências desta agência, em particular na cooperação com países terceiros e na componente do retorno, defendendo um calendário de implementação realista, com uma abordagem progressiva e um crescimento gradual, relativamente à criação do corpo permanente da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira.

Rede europeia de agentes de ligação da imigração

Em maio, a Comissão Europeia apresentou uma proposta⁷² para reforçar a coordenação e tornar mais eficiente a utilização dos agentes de ligação da imigração, incluindo os destacados pela Comissão e pelas agências da UE em países terceiros, a fim de executar de forma mais eficaz as prioridades da UE em matéria de política migratória. Em novembro, o Conselho aprovou o mandato para o início das negociações com o Parlamento Europeu.

Reforço da segurança dos bilhetes de identidade e dos títulos de residência

No âmbito da resposta europeia à fraude de documentos de viagem e com o objetivo de aumentar a segurança europeia, colmatando lacunas decorrentes de documentos inseguros, e facilitar o exercício do direito de livre circulação na UE, a Comissão Europeia apresentou uma iniciativa legislativa⁷³ destinada a melhorar a segurança

⁷¹ Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, que revoga a Ação Comum 98/700/JAI do Conselho, o Regulamento (UE) n.º 1052/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho e o Regulamento (UE) 2016/1624 do Parlamento Europeu e do Conselho, adotada pela Comissão em 12.9.2018 [COM(2018) 631 final].

⁷² Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à criação de uma rede europeia de agentes de ligação da imigração (reformulação), adotada pela Comissão em 16.5.2018 [COM(2018) 303 final].

⁷³ Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que visa reforçar a segurança dos bilhetes de identidade dos cidadãos da União e dos títulos de residência emitidos aos cidadãos da União e seus familiares que exercem o direito à livre circulação, adotada pela Comissão em 17.4.2018 [COM(2018) 212 final].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

dos bilhetes de identidade e dos títulos de residência emitidos aos cidadãos da UE e seus familiares que não sejam nacionais de um Estado-membro. Portugal atribui muita importância à discussão desta proposta, que tem acompanhado com particular atenção, de forma a acautelar o seu impacto no modelo de Cartão de Cidadão português.

Sistema de Informação de Schengen

Na sequência do acordo político alcançado, foram adotados os regulamentos que alteram a base jurídica do Sistema de Informação de Schengen (SIS), relativos ao estabelecimento, ao funcionamento e à utilização deste sistema no domínio dos controlos das fronteiras (Regulamento (UE) 2018/1861, de 28 de novembro de 2018⁷⁴), da cooperação policial e judiciária em matéria penal (Regulamento (UE) 2018/1862, de 28 de novembro de 2018⁷⁵) e para efeitos de retorno dos nacionais de países terceiros em situação irregular (Regulamento (UE) 2018/1860, de 28 de novembro de 2018⁷⁶). As novas funcionalidades do SIS serão implementadas progressivamente, prevendo-se a sua plena operacionalização nos Estados-membros em 2021.

Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem

Foi adotado o Regulamento (UE) 2018/1240, de 12 de setembro de 2018⁷⁷, que cria um Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS), para determinar se a presença de nacionais de países terceiros isentos da obrigação de visto pode representar um risco de segurança, de imigração ilegal ou um elevado risco de epidemia.

⁷⁴ JO L 312 de 7.12.2018, p. 14-55.

⁷⁵ JO L 312 de 7.12.2018, p. 56-106.

⁷⁶ JO L 312 de 7.12.2018, p. 1-13.

⁷⁷ JO L 236 de 19.9.2018, p. 1-71.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Interoperabilidade dos sistemas de informação de segurança, gestão das fronteiras e migração da UE

Em junho, o Conselho aprovou um mandato negocial sobre as propostas legislativas relativas à criação de um quadro de interoperabilidade entre os sistemas de informação da UE, com o intuito de promover mais segurança para os cidadãos. Apesar dos progressos registados nas negociações com o Parlamento Europeu, não foi possível alcançar um acordo entre os legisladores, estando prevista a sua conclusão em 2019. Portugal apoia os trabalhos para tornar os sistemas de informação da UE mais inteligentes, interoperáveis e seguros.

Foi adotado o Regulamento (UE) 2018/1726, de 14 de novembro de 2018⁷⁸, que melhora o funcionamento e reforça o papel da Agência Europeia para a Gestão Operacional de Sistemas Informáticos de Grande Escala no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (eu-LISA), de modo a garantir que tenha capacidade para responder aos desafios atuais a nível da UE.

⁷⁸ JO L 295 de 21.11.2018, p. 99-137.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO III

MIGRAÇÕES E ASILO

Em 2018, estima-se que tenham ocorrido 150 000 passagens irregulares nas fronteiras externas da UE, um decréscimo de 25% face a 2017 e o nível mais baixo dos últimos 5 anos.

O número total de chegadas à UE a partir da Turquia ascendeu a 50 789, uma redução de 22% em relação a 2017. Através do Mediterrâneo Oriental, 32 141 migrantes chegaram às Ilhas do Mar Egeu, um aumento de 9% face ao ano anterior. Através da fronteira terrestre com a Turquia, 15 798 migrantes alcançaram o território grego, um aumento superior a 180%.

Registaram-se 23 370 chegadas a Itália através da rota do Mediterrâneo Central (redução de 80% face a 2017 e de 87% em relação a 2016), tendo a Líbia continuado a ser o principal país de partida dos migrantes (56%).

O número total de chegadas a Espanha, através da rota do Mediterrâneo Ocidental, Atlântico, Ceuta e Melilla, ascendeu a 64 289 (aumento de 131% face a 2017), destacando-se os nacionais da Guiné, do Mali e da Argélia. As chegadas por mar totalizaram 57 498 (aumento de 162%), tendo 6 800 migrantes chegado por via terrestre (aumento de 16%).

De acordo com a Organização Internacional das Migrações (OIM), 2 297 migrantes perderam a vida no Mediterrâneo: 1 314 no Mediterrâneo Central (decrécimo de 54% face a 2017), 174 no Mediterrâneo Oriental (aumento de 64%) e 809 no Mediterrâneo Ocidental (aumento de 243%).

Tendo como pano de fundo estas duas tendências – acentuado decréscimo do número de entradas ilegais no espaço europeu, por um lado, e relativa mudança da pressão migratória do Mediterrâneo Oriental e Central para o Mediterrâneo



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Ocidental, por outro – a questão migratória manteve-se, em 2018, no centro da agenda política europeia, marcando várias reuniões de alto nível e sendo objeto de sucessivas conclusões do Conselho e do Conselho Europeu.

São de destacar as conclusões do Conselho Europeu de junho, em que ficaram consagradas decisões muito relevantes em matéria migratória: (i) necessidade de garantir o controlo efetivo das fronteiras externas; (ii) necessidade de reduzir os fluxos irregulares e prosseguir a monitorização de todas as rotas; (iii) importância da cooperação com países terceiros e do apoio aos Estados-membros; (iv) reforço dos instrumentos financeiros externos; (v) acordo sobre o financiamento da segunda fase do Mecanismo de apoio aos Refugiados na Turquia e do Fundo Fiduciário de Emergência UE-África; e (vi) necessidade de reduzir os movimentos secundários no contexto da reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo.

Foi também decidido explorar o conceito de “plataformas regionais de desembarque”, em estreita cooperação com os países terceiros pertinentes, bem como com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a OIM, de modo a diferenciar requerentes de proteção internacional e migrantes irregulares.

Já no território da UE, ficou decidido o estabelecimento de “centros controlados” nos Estados-membros, criados numa base voluntária, onde a mesma triagem seria feita com o propósito de “devolver” os migrantes irregulares e de “acolher”, com base no princípio da solidariedade, os que necessitam de proteção internacional.

A Comissão Europeia, a Presidência austríaca e alguns Estados-membros tentaram desenvolver, no segundo semestre do ano, trabalho conceptual e prático, através de contactos com as autoridades do Egito, de Marrocos e da Tunísia, mas nenhum destes mecanismos, pensados como soluções transitórias, chegaria a ser implementado em 2018, por dificuldades jurídicas, logísticas e sobretudo políticas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Assim, a questão migratória continuou a ser abordada nas suas três vertentes mutuamente interdependentes: vertente externa (essencialmente de cooperação com os Estados terceiros de origem e de trânsito, através de programas de capacitação para a gestão migratória, no contexto do Quadro de Parceria), controlo de fronteiras (com a negociação do reforço do mandato da Agência Europeia de Guarda de Fronteiras e Costeira, no pressuposto de que a integridade da fronteira externa comum é uma pré-condição da liberdade de circulação interna) e vertente interna (essencialmente a reforma do sistema europeu comum do asilo, designadamente do Regulamento de Dublin).

Reforma do Sistema Europeu Comum do Asilo (SECA)

Apesar da reconhecida necessidade de adotar uma abordagem holística das migrações, os trabalhos de reforma do SECA continuaram a mostrar clivagem entre os Estados-membros que defendem uma solidariedade “à la carte” – que não envolva a obrigatoriedade de receber pessoas – e os que advogam um mecanismo automático de recolocação ou “consequências”, financeiras ou outras, para quem não participe no esforço de solidariedade.

Portugal considera essencial o avanço da reforma do SECA, na sua globalidade, considerando que este deverá garantir, no futuro, o real equilíbrio entre “responsabilidade” e “solidariedade”.

De modo a facilitar os progressos nesta matéria e, embora sem deixar de insistir na vinculação de todos os Estados-membros a soluções comuns, duradouras e equitativas para a gestão das migrações e do asilo no espaço europeu, Portugal tem manifestado abertura para aceitar um eventual mecanismo de “solidariedade flexível” e para avançar com a aprovação de alguns dos atos legislativos menos contenciosos do conjunto SECA.

As discussões relativamente a cada um dos sete instrumentos que compõem o SECA prosseguiram, ao longo de 2018, ao nível técnico:



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- Regulamento de Dublin – Estabelecendo os critérios e mecanismos de determinação do Estado-membro responsável pela análise de um pedido de proteção internacional apresentado num dos Estados-membros por um nacional de um país terceiro ou um apátrida, é a pedra angular do sistema europeu comum do asilo, uma vez que de uma aplicação coerente e harmonizada daqueles critérios e mecanismos depende a dissuasão dos movimentos secundários que são, em larga medida, responsáveis pelo desequilíbrio na distribuição de refugiados entre Estados-membros. Esta proposta não logrou reunir consenso em 2018.
- Diretiva Condições de Acolhimento (reformulação) e Regulamento sobre as Condições do Asilo – A necessidade de aperfeiçoar a redação destas propostas levou a que a Presidência austríaca apresentasse novas soluções de compromisso. Atendendo a que vários Estados-membros defendem uma abordagem em pacote no que se refere à reforma do Sistema Europeu Comum do Asilo, a Presidência considerou não estarem reunidas as condições para, mesmo relativamente a estes dois atos jurídicos, retomar as negociações com o Parlamento Europeu.
- Regulamento Procedimentos de Asilo – Também aqui subsistem divergências, designadamente quanto à natureza obrigatória ou facultativa da aplicação do procedimento simplificado de fronteira, em alternativa ao procedimento de recusa de entrada, em especial em situações de afluxo maciço de requerentes de asilo.
- Regulamento Eurodac (reformulação) – Esta reformulação concitou o acordo sobre a maioria das questões pendentes relativas à transferência de dados para países terceiros para efeitos de regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular e à recolha de dados biométricos de menores, bem como em relação às disposições sobre reinstalação. No entanto, a adoção deste regulamento exige a prévia clarificação do que seja a duração da responsabilidade estável, definida pelo Regulamento de Dublin, após a qual poderá, então, ser acordado o período de armazenamento de dados dos requerentes de asilo.
- Regulamento Agência da UE para o Asilo – A nova proposta procura transformar a agência numa verdadeira autoridade europeia em matéria de asilo, prevendo a sua competência para intervir em todas as fases do procedimento de asilo (administrativa, de determinação de responsabilidade e na fase de recurso) a pedido dos Estados-membros e em função das suas necessidades. Foi a possibilidade de virem a ser criados “centros controlados” de triagem rápida entre migrantes económicos e requerentes de proteção internacional que serviu de pretexto aos trabalhos de reforço da Agência Europeia do Asilo. O facto de aqueles, até hoje, não terem conhecido



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

concretização terá retirado alguma urgência a esta reforma que, no entanto, está concluída e apta a ser aprovada.

- Regulamento-Quadro de Reinstalação – A Presidência austríaca deu continuidade às negociações bilaterais com os Estados-membros renitentes, apresentando novas propostas de compromisso que, porém, decidiu não levar ao PE até que o impasse quanto à questão da aprovação em pacote, ou de forma progressiva, dos atos revistos que compõem o Sistema Europeu Comum do Asilo seja ultrapassado.

Se os avanços no tocante à reforma do SECA foram limitados, a UE deu, todavia, continuidade a um conjunto de programas, tanto de apoio financeiro e logístico, como de acolhimento de refugiados na Europa, destinados a aliviar os Estados terceiros vizinhos e os Estados-membros de primeira linha sobrecarregados com o afluxo maciço de pessoas verificado nos últimos anos.

Recolocação

Em 26 de setembro de 2017, foi concluído o esquema temporário de recolocação de emergência, aprovado pelas decisões do Conselho de setembro de 2015 (Decisão (UE) 2015/1523 em setembro e Decisão 2015/1601 de 22 de setembro) que estabeleci­am medidas provisórias no domínio da proteção internacional a favor da Itália e da Grécia a fim de ajudar estes países a enfrentarem a pressão migratória. Todavia, as pessoas chegadas à Grécia e Itália, até essa data, e que satisfizessem todos os requisitos enunciados nas referidas decisões ainda eram elegíveis para recolocação até 21 de março de 2018 pelos Estados-membros que não tivessem preenchido a totalidade da sua quota. Em dezembro de 2017, a Comissão Europeia estimava que estivessem nesta situação cerca de 3 000 pessoas. Assim, até dezembro de 2017, o número de recolocações foi de 32 366, sendo 21 524 pessoas recolocadas a partir da Grécia e 10 842 a partir da Itália, números estes inferiores aos 160 000 previstos nas Decisões e aos cerca de 100 000 lugares assumidos pelos Estados-membros. No primeiro trimestre de 2018, acabariam por ser recolocadas mais 2 339 pessoas, num total de 34 705 (12 706 a partir de Itália e 21 999 a partir da Grécia).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Em resposta a novo apelo à solidariedade por parte das autoridades gregas, em outubro de 2018 os serviços competentes de Portugal e da Grécia iniciaram conversações com vista à assinatura de um acordo bilateral para transferência e acolhimento por Portugal, de até 1 000 refugiados provenientes da Grécia, com recurso a financiamento do FAMI (Fundo para o Asilo, Migrações e Integração). Estima-se que o acordo tenha início com um projeto-piloto, que prevê a recolocação em Portugal até 100 pessoas no primeiro semestre de 2019.

Reinstalação

A Comissão Europeia adotou a Recomendação (UE) 2017/1803, de 3 de outubro, sobre o reforço das vias legais para as pessoas que necessitam de proteção internacional, prevendo um novo exercício de reinstalação para o biénio de 2018/19 destinado ao acolhimento de 50 000 refugiados até outubro de 2019 ao qual afetou 500 milhões de euros. Até ao momento, foram oferecidos pelos Estados-membros 39 758 lugares.

Já no âmbito do exercício voluntário de reinstalação da UE para 2018/2019, prevê-se que Portugal venha a acolher 1 010 novos refugiados, 404 a partir do Egito e 606 a partir da Turquia.

Com o intuito de selecionar os requerentes de asilo a reinstalar, Portugal realizou duas missões de contacto ao Egito (em julho e novembro) e uma à Turquia (novembro). Os primeiros 33 refugiados a reinstalar, a partir do Egito, chegaram a Portugal em dezembro de 2018 (13 nacionais do Sudão do Sul e 20 da Síria) e um segundo grupo de mais 23 pessoas chegou a 15 de janeiro de 2019. Já foi também comunicada ao ACNUR a lista dos primeiros 171 refugiados a reinstalar a partir da Turquia.

Busca e Salvamento

No decurso do verão de 2018, Portugal aceitou acolher migrantes e refugiados resgatados de embarcações no Mediterrâneo, designadamente do Lifeline e do



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Aquarius, por acordo com França, Espanha e Alemanha, tendo recebido 86 pessoas. Já a iniciar 2019, Portugal manifestou disponibilidade para acolher mais 10 refugiados resgatados pelo Sea Watch III e um segundo grupo de 10 refugiados, a cargo das autoridades de La Valletta.

Pedidos espontâneos

Os pedidos de asilo espontâneos a Portugal têm igualmente vindo a aumentar: 706 em 2016, 1 008 em 2017 e 1 103 em 2018 (até 13 de dezembro).

Movimentos Secundários

Do total de pessoas acolhidas, regista-se que 861 (55,4%) abandonaram o território nacional, com destino a outros Estados-membros da UE. De entre estas, 504 foram, desde novembro de 2015 até ao presente, objeto de pedidos de “retoma a cargo”, tendo Portugal executado, para já, 230.

Sobre esta questão, em setembro Portugal e a Alemanha assinaram um acordo, no âmbito do artigo 36.º do Regulamento de Dublin, que visa agilizar o procedimento de retoma relativamente a pessoas que, tendo inicialmente solicitado proteção internacional num dos países, tenham requerido indevidamente, e ao mesmo tempo, o mesmo estatuto no país onde permanecem em situação irregular. Prevê ainda o encurtamento de prazos de comunicação e decisão entre serviços. Com efeito, dos 504 pedidos de “retoma a cargo” enviados a Portugal, 410 provieram da Alemanha, tendo sido já efetuadas 166, das quais 33 ao abrigo do mencionado acordo.

O acordo foi o primeiro desta natureza a ser celebrado entre Estados-membros e surgiu na consequência da decisão do Conselho Europeu de junho que instou os Estados-membros a combaterem os movimentos secundários e a colaborarem estreitamente entre si.

Mecanismo de Apoio aos Refugiados na Turquia

Também foi prosseguida a implementação da Declaração UE-Turquia, tendo-se dado início, em 2018, ao Programa Voluntário de Admissão Humanitária que substituiu o



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

atual mecanismo 1 por 1, mas comungando com este do objetivo da criação de um sistema de solidariedade e de partilha de responsabilidade com a Turquia na proteção dos deslocados do conflito na Síria. Foi acordada, também em 2018, a segunda fase do financiamento europeu deste mecanismo, processo que Portugal acompanhou.

Migração Legal

Reconhecendo a necessidade de melhorar a capacidade da UE para satisfazer de forma rápida e eficaz as carências existentes e emergentes em trabalhadores altamente especializados, assim como de compensar os défices de competências, atenuar as consequências decorrentes do envelhecimento demográfico e aumentar o contributo da imigração para o reforço da competitividade da economia da UE, foram retomadas as negociações da proposta de diretiva relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de emprego altamente especializado ("Blue Card"), em conformidade com o mandato adotado para negociações com o PE em julho de 2017. Apesar dos avanços registados, não foi possível consensualizar soluções para as questões mais sensíveis que se relacionam com a manutenção de sistemas nacionais de admissão (políticas de contingentação), o alargamento do âmbito aos beneficiários de proteção internacional, o reconhecimento da experiência profissional e os limiares salariais.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO IV

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

Cooperação Judiciária Penal

Prosseguiram os esforços tendentes a desenvolver um espaço de liberdade, de segurança e de justiça assente no princípio do reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciais.

No que se refere ao aprofundamento da justiça penal no âmbito digital, depois de no Conselho de Justiça e Assuntos Internos de junho de 2017 todos Estados-membros terem apoiado o conjunto de medidas apresentadas pela Comissão Europeia, foi aprovada em dezembro a abordagem geral do Conselho relativa à proposta de regulamento sobre a ordem europeia de produção e de conservação de prova eletrónica em matéria criminal, tendo Portugal contribuído para as negociações sobretudo porquanto entende que munirá e adaptará a justiça penal e a sua vertente de cooperação aos novos desafios digitais. Quanto à proposta de diretiva que estabelece regras harmonizadas para a nomeação dos representantes legais para efeitos de recolha de prova eletrónica em processos penais, as negociações da prosseguirão em 2019.

A proposta de regulamento que cria a Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (EUROJUST) – com a qual se pretende aumentar a eficácia e a eficiência através de uma nova estrutura de governação e definição coerente do estatuto e competências dos membros nacionais, assim como a harmonização de regime com as restantes agências da UE – obteve aprovação do Conselho em junho após acordo político entre as instituições. Portugal sempre apoiou a proposta, partilhando da posição de que é necessário modernizar, otimizar o funcionamento, aumentar a eficiência e reduzir a sobrecarga administrativa suportada pelos Estados-membros.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

No que diz respeito à Procuradoria Europeia (Regulamento 2017/1939, de 12 de outubro de 2017⁷⁹), assistiu-se aos primeiros procedimentos com vista à sua implementação, designadamente nomeação do diretor administrativo interino e abertura dos procedimentos de nomeação dos procuradores europeus e do Procurador-Geral europeu no segundo semestre do ano.

De resto, no sentido de facilitar a operacionalização desta entidade, a Comissão Europeia promoveu ao longo do ano reuniões do Grupo de Peritos criado para esse efeito, que se centraram, sobretudo, na análise das necessidades e na criação do designado Sistema de Gestão de Processos.

Foi alcançada, também, a adoção formal da proposta de diretiva relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito penal, no Conselho de Justiça e Assuntos Internos de outubro. Portugal votou positivamente, uma vez considerada a utilidade da mesma para a harmonização do regime europeu de luta contra este fenómeno criminal.

O Conselho adotou formalmente em novembro a proposta de regulamento relativo ao reconhecimento mútuo das decisões de apreensão e perda, a qual Portugal apoiou uma vez que completa a Diretiva n.º 2014/42/UE sobre o congelamento e a perda dos instrumentos e produtos do crime na União Europeia, essencial ao combate à criminalidade transnacional.

O Conselho também aprovou, em dezembro, as conclusões sobre o Plano de Ação para melhorar o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (ver Capítulo III deste Título). Nesta matéria, foi, ainda, aprovada a Diretiva (UE) 2018/843, de 30 de maio de 2018, que altera a Diretiva (UE) 2015/849 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de

⁷⁹ Regulamento (UE) 2017/1939 do Conselho, de 12 de outubro de 2017, que dá execução a uma cooperação reforçada para a instituição da Procuradoria Europeia, OJ L 283, 31.10.2017, p. 1-71.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e que altera as Diretivas 2009/138/CE e 2013/36/UE.

Por seu turno, a proposta de diretiva que estabelece normas destinadas a facilitar a utilização de informações financeiras e de outro tipo para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de determinadas infrações penais e que revoga a Decisão 2000/642/JAI do Conselho obteve aprovação do mandato negocial em novembro, em COREPER. Portugal sempre concedeu o seu apoio à proposta, dada a sua importância para os efeitos penais e para a cooperação entre Unidades de Informação Financeira, no contexto do combate ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e criminalidade conexa.

Em dezembro, o COREPER confirmou o acordo político entre as instituições relativamente à proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Decisão-Quadro 2009/315/JAI do Conselho no que diz respeito ao intercâmbio de informações sobre nacionais de países terceiros e ao sistema europeu de informação sobre os registos criminais (ECRIS).

Portugal sempre foi favorável à proposta, porquanto visa garantir a melhoria da identificação dos nacionais de países terceiros e apátridas e reforçar e aperfeiçoar a cooperação judiciária, reduzindo os custos e melhorando a eficiência neste domínio, sendo também importante no combate à criminalidade e ao terrorismo.

Por fim, e relacionada com a proposta de regulamento que cria um sistema centralizado para a determinação dos Estados-membros que possuem informações sobre condenações de nacionais de países terceiros e de apátridas e que altera o Regulamento (UE) n.º 1077/2011, tendo em vista completar e apoiar o ECRIS, também obteve confirmação do acordo político institucional no COREPER em dezembro. Portugal manifestou-se, igualmente, favorável à criação de um sistema centralizado, sem prejuízo dos necessários mecanismos de proteção de dados.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Cooperação Judiciária Civil

O objetivo das Presidências búlgara e austríaca centrou-se sobretudo na evolução negocial da proposta de revisão do regulamento relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental e de rapto internacional de menores, “Regulamento Bruxelas II bis”, tendo sido alcançada uma abordagem geral no Conselho de Justiça e Assuntos Internos de dezembro.

Portugal apoiou, desde o início, as negociações desta reformulação, uma vez que a ampla circulação de decisões constitui um dos pontos fundamentais da cooperação judiciária em matéria civil.

Face às fortes divergências entre o PE e o Conselho, designadamente relativas à inversão do ónus da prova, prazo de garantia e hierarquia de direitos, foi decidido, no trílogo de junho, suspender as negociações da proposta de diretiva relativa a determinados aspetos que dizem respeito aos contratos de fornecimento de conteúdos digitais e avançar ao nível do Conselho com a proposta alterada da diretiva relativa a certos aspetos que dizem respeito a contratos de vendas de bens para, após acordo, prosseguir em sede de trílogos com as negociações em pacote das duas diretivas. Após intensos debates, foi alcançada a abordagem geral no Conselho de Justiça e Assuntos Internos de dezembro.

Ao longo das negociações, Portugal apoiou o objetivo político subjacente às propostas de diretivas com vista a obter uma harmonização na União de certos aspetos dos contratos de fornecimento de conteúdos digitais e de venda de bens e defendeu ser fundamental a promoção de um quadro normativo inteligível, coerente e previsível para os consumidores e fornecedores, conciliável com os instrumentos jurídicos existentes.

Note-se que estas propostas integram a Estratégia para o mercado único digital, eixo prioritário do programa de trabalho da Comissão Juncker. As negociações assumiram



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

especial complexidade, dado o carácter inovador da diretiva conteúdos digitais, resultante do facto de: (i) ser o primeiro instrumento da União a reger certos aspetos dos direitos das partes nos contratos de fornecimento de conteúdos digitais; (ii) abranger um amplo espectro de produtos e serviços digitais (e.g., aquisição de licenças de utilização de “software”, livros e revistas eletrónicos, aplicações digitais, processamento e armazenamento de dados, serviços de computação em nuvem, serviços de “streaming”, comunicações eletrónicas independentes de número telefónico); e (iii) proceder a uma interação entre uma proposta de matriz essencialmente civilística com áreas distintas do Direito derivado da União (e.g., direitos dos consumidores, garantia dos bens de consumo, cláusulas contratuais gerais abusivas, proteção de dados, comunicações eletrónicas, audiovisual, direitos de autor e conexos).

No que se refere à proposta de diretiva relativa aos quadros jurídicos em matéria de reestruturação preventiva, à concessão de uma segunda oportunidade e às medidas destinadas a aumentar a eficiência dos processos de reestruturação, insolvência e quitação, foi alcançada uma abordagem geral no Conselho de Justiça e Assuntos Internos de outubro e, após negociações interinstitucionais intensas, chegou-se a um acordo político final com o Parlamento Europeu. Os elementos do texto de compromisso visam estabelecer um regime equilibrado, tendo em conta os interesses do devedor, dos credores e de outras partes interessadas, e deixa aos Estados-membros a flexibilidade suficiente para escolher a sua abordagem de aplicação destes princípios.

O ano de 2018 foi, ainda, fértil no número de propostas apresentadas pela Comissão e debatidas ao longo do ano, a saber;

- Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a lei aplicável aos efeitos perante terceiros das cessões de créditos (“Assignments of claims”).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos gestores de créditos, aos compradores de créditos e à recuperação de garantias reais (AECE).
- Proposta de revisão do regulamento relativo à citação e à notificação dos atos judiciais e extrajudiciais em matérias civil e comercial nos Estados-membros.
- Proposta de revisão do regulamento sobre obtenção de prova em matéria civil e comercial, relativa a um sistema de transmissão rápida e direta de pedidos de obtenção de provas entre tribunais e também normas precisas sobre a forma e o conteúdo desses pedidos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO V

COOPERAÇÃO POLICIAL

O ano de 2018 trouxe mais desenvolvimentos na cooperação policial, associando, coordenando e promovendo a colaboração entre todas as autoridades competentes dos Estados-membros nos domínios da prevenção ou deteção de infrações penais e das investigações nessa matéria, em especial no intercâmbio de informações, formação e intercâmbio de operacionais e técnicas comuns de investigação.

Relativamente ao ciclo político para a criminalidade 2018-2021 – metodologia de abordagem integrada, coerente e multidisciplinar destinada a ações de luta contra a criminalidade internacional grave e organizada – registaram-se progressos na sua implementação. O Conselho de Justiça e Assuntos Internos de junho confirmou o valor acrescentado do ciclo político e sublinhou a importância da sua multidisciplinariedade, com o apoio de Portugal.

No âmbito da cibersegurança e da cibercriminalidade destacam-se quatro áreas que registaram evoluções ao longo de 2018.

Em junho, o Conselho concedeu o seu acordo geral à proposta de regulamento relativo à “Agência da União Europeia para a Cibersegurança” (ENISA) e à certificação da cibersegurança das tecnologias da informação e comunicação, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 526/2013 (“Regulamento Cibersegurança”). Portugal revelou-se, desde o início, favorável à proposta, considerando importante atribuir um forte mandato à agência no sentido de melhorar as capacidades para apoiar os Estados-membros ao nível da cibersegurança e de criar um quadro de certificação europeia de cibersegurança.

Verificaram-se progressos na cooperação operacional, em especial nos temas relativos ao combate à criminalidade na “dark web”, ao acesso pelas forças de aplicação da lei à base de dados “WHOIS”, à resposta conjunta de urgência das



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

autoridades de aplicação da lei dos Estados-membros da UE aos principais ataques cibernéticos e à atribuição da autoria do crime em linha. Portugal considera relevante o aprofundamento do trabalho nesta matéria.

Em junho, o Conselho adotou conclusões sobre a implementação de uma resposta coordenada da UE a incidentes e crises de cibersegurança em grande escala, bem como sobre as orientações de construção de capacidades externas em matéria ciber.

Por fim, foi apresentada, em setembro, uma proposta de regulamento que estabelece o Centro Europeu de Competências Industriais, Tecnológicas e de Investigação em Cibersegurança e a Rede de Centros Nacionais de Coordenação, destinada a estimular o ecossistema industrial e tecnológico europeu no domínio da cibersegurança.

No que diz respeito ao Mecanismo de avaliação da aplicação e concretização ao nível nacional dos compromissos internacionais em matéria de luta contra a criminalidade organizada (Ação Comum 97/827), continuam as avaliações relativas ao oitavo ciclo, centrado na prevenção e combate à criminalidade ambiental. A avaliação recairá também sobre Portugal que, em dezembro, teve oportunidade de remeter resposta ao questionário orientador da futura visita ao país, a suceder em janeiro de 2019.

Em junho, o Conselho de Justiça e Assuntos Internos adotou as decisões que autorizam a abertura de negociações com a República da Turquia, a República Libanesa, o Estado de Israel, a República da Tunísia, o Reino de Marrocos, República Árabe do Egito, a República Argelina Democrática e Popular e com o Reino Hachemita da Jordânia com vista à celebração de acordos sobre o intercâmbio de dados pessoais entre a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (EUROPOL) e as autoridades competentes daqueles para combater a criminalidade grave e o terrorismo.

No campo da luta contra a droga, prosseguiu a implementação do Plano de Ação da UE de Luta contra a Droga para o período 2017-2020, o qual expõe as ações para a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

concretização dos objetivos da Estratégia da UE de Luta contra a Droga para 2013-2020. As ações repartem-se entre os dois domínios de intervenção da Estratégia, redução da procura de droga e redução da oferta de droga, e entre os três temas transversais da Estratégia, coordenação, cooperação internacional e informação, investigação, monitorização e avaliação.

Portugal tem vindo a trabalhar com empenho na aplicação da Estratégia da UE de Luta contra a Droga e no novo Plano de Ação da UE, designadamente através do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO VI

LUTA CONTRA O TERRORISMO

Apesar de o número de atentados terroristas em solo europeu ter diminuído consideravelmente em 2018 (três ataques em França, um nos Países Baixos e um na Bélgica), a prevenção e a luta contra o terrorismo mantiveram-se no topo da agenda europeia. Os receios associados ao regresso dos combatentes terroristas estrangeiros e dos seus familiares, decorrente da evolução do conflito na Síria e no Iraque, a diversificação da utilização da internet para radicalizar, recrutar e incitar a ataques, bem como a capacidade de adaptação dos grupos terroristas, evidenciaram a gravidade e a complexidade da ameaça terrorista, tornando-a difusa e imprevisível e reforçando a necessidade de se apostar na sua prevenção.

Durante o ano a UE continuou a dar prioridade às seguintes temáticas: combatentes terroristas estrangeiros e suas famílias; prevenção da radicalização e do extremismo violento pela internet; segurança na aviação civil; e expansão do salafismo no mundo e na Europa.

No domínio da prevenção e da luta contra a radicalização e o recrutamento para o terrorismo mereceram destaque: (i) a adoção do relatório final do Grupo de Trabalho de Alto Nível da Comissão sobre a Radicalização e a subsequente instituição de uma nova estrutura, composta pelo Comité Diretor de Prevenção e de Combate à Radicalização e pela Rede de Decisores Políticos, para a qual Portugal designou representantes nacionais; e (ii) a adoção, pelo Conselho Justiça e Assuntos Internos de dezembro, da abordagem geral relativa à proposta de regulamento sobre a prevenção da difusão de conteúdos terroristas em linha, apresentada pela Comissão em setembro.

Na vertente interna da ação da União registaram-se ainda os seguintes desenvolvimentos: (i) adoção do relatório final da Comissão Especial do Parlamento



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Europeu sobre o Terrorismo, contendo um conjunto de recomendações dirigidas às instituições da União e aos Estados-membros; (ii) continuação das negociações da proposta de regulamento relativo à comercialização e utilização de precursores de explosivos, que altera o anexo XVII do Regulamento (CE) n.º 1907/2006 e revoga o Regulamento (UE) n.º 98/2013 relativo à comercialização e utilização de precursores de explosivos; (iii) continuação dos trabalhos na área da segurança dos espaços públicos e dos meios de transporte (segurança da aviação e do transporte ferroviário de passageiros) e dos materiais nucleares, biológicos, químicos e radiológicos (NBQR); (iv) apresentação, pela EUROPOL, do relatório de 2018 sobre a situação e as tendências do terrorismo na UE; e (v) continuação dos trabalhos em matéria de radicalização nas prisões.

Regista-se, ainda, a aprovação das conclusões sobre vítimas de terrorismo, aprovadas pelo Conselho de Justiça e Assuntos Internos de julho.

Na vertente externa, Portugal continuou empenhado na implementação das conclusões do Conselho dos Negócios Estrangeiros sobre a ação externa da UE na luta contra o terrorismo, em junho de 2017. Participou ativamente nos trabalhos da UE de acompanhamento e coordenação de posições sobre contra-terrorismo nos diálogos políticos com parceiros estratégicos, com destaque para Índia, Paquistão, Líbano, Iraque, países dos Balcãs Ocidentais, Argélia, Tunísia, Mali, EUA e Austrália. Em 2018, Portugal esteve também empenhado no reforço da cooperação internacional da UE com vários organismos internacionais, tais como as Nações Unidas, a OSCE, a NATO, a Coligação Global contra o ISIS/Daesh e o Fórum Global contra o Terrorismo (GCTF).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO VII

PROTEÇÃO CIVIL E GESTÃO DE CATÁSTROFES

PROTEÇÃO CIVIL

Em resposta a catástrofes naturais e de origem humana ocorridas em todo o Mundo, o Mecanismo de Proteção Civil da União (MPCU) foi ativado para responder a vinte pedidos de assistência (oito para países da UE e doze para países terceiros).

Em 23 de abril, Portugal solicitou uma missão de aconselhamento para apoiar a identificação de medidas de prevenção e preparação de incêndios florestais que pudessem complementar os esforços em curso, a fim de identificar áreas críticas de intervenção, melhorar e consolidar procedimentos e eventualmente redefinir também o sistema nesses setores críticos. O âmbito da missão de aconselhamento, que decorreu de 29 de abril a 18 de maio, abrangeu também a transferência de conhecimentos práticos através de formação, seminários e estudo de casos.

Em 16 de julho, a Suécia solicitou o envio de meios aéreos e terrestres de combate aos vários incêndios florestais que assolaram o país. Numa demonstração de solidariedade europeia, diversos Estados-membros disponibilizaram assistência, tendo Portugal enviado, em 24 de julho, uma equipa de oito elementos (de coordenação, pilotos e mecânicos) e dois aviões médios anfíbios.

A 1 de agosto, Portugal solicitou assistência, sob a forma de um módulo de combate aéreo a incêndios florestais com aviões, uma vez que nesse momento os seus meios estavam a ser usados na Suécia. O Centro de Coordenação de Resposta de Emergência (CCRE) mobilizou a capacidade baseada em Itália, mas a oferta foi posteriormente recusada devido ao regresso antecipado dos meios nacionais usados na Suécia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Em dezembro, os legisladores alcançaram um acordo a título provisório quanto à proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Decisão n.º 1313/2013/UE relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, estando a sua adoção prevista para 2019. Esta proposta foi apresentada pela Comissão Europeia na sequência das catástrofes naturais que assolaram alguns Estados-membros em 2017, incluindo Portugal, e após terem sido reconhecidas as insuficiências e limitações das contribuições voluntárias dos Estados-membros para responder, designadamente, aos incêndios florestais. Portugal apoiou desde o início esta iniciativa, que prevê a criação de uma reserva de capacidades operacionais ao nível da UE (denominada “rescEU”), considerando que, com o reforço do MPCU, haverá mais capacidade europeia de resposta, de prevenção e de preparação para catástrofes, uma melhor coordenação entre os Estados-membros e, acima de tudo, uma solidariedade mais eficaz para os nossos cidadãos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO VIII

RELAÇÕES EXTERNAS

PROCESSOS NO QUADRO DA ONU

Em dezembro, foi aprovada a Declaração de Marraquexe sobre o “Pacto Global para as Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares”. O consenso europeu inicial acabaria por fragmentar-se: seis Estados-membros não subscreveram a declaração, outros emitiram uma declaração interpretativa, aquando da votação na Assembleia-Geral da ONU, reforçando a sua natureza não vinculativa, bem como deixando claro o primado da soberania nacional em matéria de gestão migratória. Portugal apoiou firmemente este Pacto, cujos objetivos são tornar a migração mais segura para o migrante e cada vez mais ordenada para os Estados de origem, trânsito e acolhimento.

Também em dezembro, foi aprovado com o consenso europeu, à exceção da Hungria, o Pacto Global para os Refugiados que visa robustecer a resposta internacional a grandes movimentos de refugiados, designadamente através do apoio às comunidades de acolhimento, apelando a uma efetiva, mais equitativa e previsível partilha de responsabilidade, através de contribuições voluntárias.

Na sequência da adoção do Pacto, Portugal iniciou de imediato os trabalhos com vista à elaboração do respetivo Plano Nacional para a Implementação do Pacto Global para as Migrações.

PROCESSOS REGIONAIS

Processo de La Valletta

Portugal participou na reunião de Altos Funcionários do Processo de La Valletta, em novembro, em Adis Abeba, cujas conclusões renovam o compromisso euroafricano em matéria migratória, apoiado nos processos de Rabat e de Cartum, e em



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

colaboração com a ACNUR e a OIM, relativamente a cada um dos cinco pilares acordados em 2015.

A reunião foi dedicada aos relatórios de análise apresentados separadamente pelos Processos de Rabat e Cartum, em relação aos resultados do Plano de Ação de La Valletta e à utilização do Fundo Fiduciário de Emergência UE-África, com recomendações específicas, entre as quais a de realização anual de uma reunião de Altos Funcionários (SOM) e de maior equilíbrio entre os cinco eixos do Plano de Ação da La Valletta.

Nesta reunião, Portugal salientou o balanço muito positivo da implementação do Plano de Ação de la Valletta, sublinhando o papel dos dois processos regionais (Rabat e Cartum) na obtenção de resultados concretos. Referiu que ainda existe, contudo, muito por fazer, designadamente no combate às causas profundas da migração irregular e no reforço da proteção dos direitos humanos dos migrantes e dos requerentes de proteção internacional. Defendeu a necessidade de procurar um enquadramento sustentável para a mobilidade no espaço euro-africano para além dos aspetos transfronteiriços e securitários e reconhecendo as vantagens das migrações ao nível demográfico, económico, cultural e do desenvolvimento. Reafirmou o forte compromisso de Portugal, destacando a sua participação em diversas iniciativas de capacitação no Sahel, de promoção da segurança da documentação na África Ocidental, bem como no domínio do emprego e reintegração dos jovens.

Salientou, ainda, a decisão de reforçar a contribuição nacional para o Fundo Fiduciário UE-África, concretizada em dezembro, com uma soma adicional de 3,2 milhões de euros, a acrescer aos 1,8 milhões já anteriormente liquidados, o que aumentou a sua participação global para um total de 5 milhões de euros.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Processo de Rabat

Em maio teve lugar, em Marraquexe, a 5.^a Conferência Ministerial do Diálogo Euro-Africano sobre Migração e Desenvolvimento (Processo de Rabat), da qual resultaram uma Declaração Política e o respetivo Plano de Ação 2018-2020. Tal como se esperava, apenas a Hungria não assinou a declaração o que, sem comprometer a sua adoção, dada a natureza intergovernamental da iniciativa, colocou a União Europeia fora do preâmbulo da declaração.

No essencial, foi dado particular relevo: (i) às migrações no contexto do desenvolvimento; (ii) à necessidade de promover uma política de migração legal, a par do incentivo à mobilidade; (iii) à identificação das causas profundas da migração irregular; (iv) ao respeito pelos Direitos Humanos; (v) ao respeito pelo Direito Internacional; (vi) ao combate ao tráfico de seres humanos; (vii) ao combate a todas as formas de discriminação; (viii) à proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade; e (ix) o reconhecimento de que o Processo de Rabat terá de estar alinhado com o Plano de Ação de La Valletta.

Neste encontro, Portugal defendeu uma abordagem global ao fenómeno das migrações, através do respeito mútuo, da fraternidade, da solidariedade e da tolerância. Foram também identificadas três prioridades no domínio da política migratória: (i) o aprofundamento da segurança, a ser feito através da cooperação e do diálogo político; (ii) o combate ao tráfico de migrantes e às redes criminosas, reforçando a segurança das migrações e dos migrantes; e (iii) a criação de políticas para atrair migrantes, acentuando a importância dos migrantes no desenvolvimento e no rejuvenescimento das sociedades dos países de acolhimento.

DIÁLOGOS BILATERAIS

A UE dedicou particular atenção à prossecução da cooperação em matéria migratória com os cinco países prioritários identificados no Quadro de Parceria para as Migrações, com alguns encontros entre a Comissão Europeia e os Ministros dos



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

países em causa (Etiópia, Mali, Níger, Nigéria e Senegal), destacando-se uma missão a Abuja, Nigéria, em setembro e outra ao Senegal, em junho. Portugal tem vindo a acompanhar os desenvolvimentos deste instrumento.

No quadro da Parceria de Mobilidade UE-Cabo Verde, realizou-se uma reunião de nível ministerial para o Diálogo-Político UE-CV, em dezembro de 2018, com o objetivo de debater o desenvolvimento deste instrumento.

Dando continuidade às negociações ao nível técnico sobre os acordos de facilitação de vistos e de readmissão com a Tunísia, tiveram lugar a terceira e quarta rondas de negociações, em abril e setembro respetivamente, bem como uma reunião sobre a Parceria para a Mobilidade e uma da Subcomissão de Migração e Assuntos Sociais, em novembro.

O Diálogo com a Argélia é uma das prioridades da UE, tendo em vista estabelecer uma parceria forte e coesa, nomeadamente na área migratória, de acordo com as conclusões do Conselho Europeu de junho de 2017. Neste quadro, em fevereiro teve lugar, em Bruxelas, a IV Sessão informal do Diálogo sobre Migração e Mobilidade entre a UE e a Argélia.

No quadro da Parceria UE-Egipto 2017-2020, teve lugar a primeira reunião deste Diálogo, no Cairo a 15 de março, dedicada ao tema da migração e asilo. O Egipto contou ainda com uma missão da EASO⁸⁰, no final de maio e em julho, bem como da FRONTEX, em junho. Em novembro teve lugar a reunião do Comité de Associação UE-Egipto, na qual foi trabalhada a estrutura e revisão do trabalho do Grupo sobre migração e assuntos sociais e consulares. Portugal considera o Egipto como um parceiro africano fundamental na luta contra a migração irregular e causas profundas da mesma.

Na sequência do novo Acordo de Parceria Abrangente e Reforçado com a Arménia, realizou-se, em Bruxelas, em janeiro, a primeira reunião da Parceria para a

⁸⁰ Gabinete europeu de apoio em matéria de asilo.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Mobilidade, assinada em 2011, em paralelo com as reuniões dos Comités de Facilitação de Vistos e de Readmissão.

O Diálogo sobre Migrações com a Rússia e as conversações relativas à facilitação de vistos encontram-se suspensos, na sequência da crise ucraniana, havendo contactos ao nível meramente técnico. Registou-se apenas a 10.^a reunião de peritos sobre o Diálogo Migratório, em Sofia, em abril, tendo sido debatida a migração irregular.

O lançamento da segunda fase do roteiro de 2015 no âmbito do Diálogo de Migração e Mobilidade UE-China está atualmente em curso. Paralelamente ao roteiro, foram lançadas negociações, tanto ao nível político como técnico sobre um acordo de facilitação de vistos e um acordo sobre cooperação no combate à migração ilegal, cuja segunda ronda teve lugar em Pequim, em setembro.

O Diálogo de Alto Nível sobre Migração e Mobilidade UE-Índia tem vindo a desenvolver-se, existindo a expectativa, de parte a parte, de executar a Agenda Comum sobre Migração e Mobilidade. Neste sentido, teve lugar a primeira reunião em junho.

A reunião de altos funcionários UE/EUA em matérias JAI, realizada em fevereiro, concedeu particular atenção à reciprocidade de vistos, deixando de lado os temas dos refugiados e da migração.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO VIII

AÇÃO EXTERNA

O ano de 2018 ficou marcado por desenvolvimentos significativos na vertente de segurança e defesa da Estratégia Global da União Europeia sobre a Política Externa e de Segurança, tendo Portugal estado envolvido no desenvolvimento de um relevante conjunto de instrumentos e iniciativas neste domínio.

A região dos Balcãs Ocidentais manteve-se no topo da agenda da União, tendo a Cimeira UE-Balcãs Ocidentais aprovado uma Agenda de Prioridades. Destaque-se o “input” dado à Conectividade e ao Digital, motores importantes de integração económica e de competitividade que beneficiam as empresas e os cidadãos de ambos os lados. Contudo, tal como acordado pelo Conselho, haverá uma clara distinção entre o reforço da relação estratégica com os Balcãs Ocidentais e o processo de Alargamento.

No que respeita à vizinhança sul, assinala-se a relevância do acordo alcançado com Marrocos para a liberalização comercial e o desenho do novo acordo das pescas, resultantes da aplicação da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia relativa às ações interpostas pela Frente Polisário, que colocavam em causa o enquadramento do território do Sahara Ocidental.

Quanto à América Latina, a UE dedicou particular atenção à situação política na Venezuela, à degradação das condições socioeconómicas e ao consequente êxodo da população para os países vizinhos, tendo Portugal contribuído ativamente na definição da abordagem europeia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

No quadro das relações transatlânticas, manteve-se a tensão e imprevisibilidade no relacionamento com os EUA, em especial no plano comercial. A UE, com o apoio de Portugal, procurou defender a singularidade e dimensão estratégica desta relação em termos políticos e económicos, devendo continuar a salvaguardar-se um diálogo construtivo, assegurando uma mensagem una e coesa, sem prejuízo de respostas firmes e proporcionadas que minimizem o impacto sobre as empresas europeias.

No relacionamento com a Ásia há que realçar a realização da Cimeira UE-China, onde pela primeira vez em três anos foi possível adotar uma declaração conjunta bastante substantiva em múltiplos domínios.

Destaque também para a adoção de conclusões do Conselho sobre a Estratégia de Conectividade Europa-Ásia, elemento geopolítico relevante para a prosperidade e segurança europeia, visando melhorar as ligações e as redes entre os dois continentes, para a aproximação das pessoas e o surgimento de novas oportunidades de negócio.

Na área legislativa, de assinalar o acordo político alcançado sobre a proposta para a criação de um quadro europeu que assegure a triagem do investimento direto estrangeiro, onde foram respeitadas as principais exigências do Conselho – princípio da subsidiariedade e garantia da confidencialidade nas informações transmitidas entre os EM e a Comissão.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO I

POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA COMUM

POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA (PCSD)

Num contexto marcado pela instabilidade na vizinhança próxima e alargada e por diversas ameaças transnacionais que reforçam o nexo entre a segurança interna e externa da UE, bem como pelo Brexit e pela incerteza na parceria de segurança transatlântica, os Estados-membros têm atribuído particular relevância e prioridade à vertente de segurança e defesa da UE. Neste âmbito, registaram-se desenvolvimentos significativos na implementação da vertente de segurança e defesa da Estratégia Global da União Europeia sobre a Política Externa e de Segurança (EUGS), que identifica como prioridades: (i) responder a conflitos externos e crises; (ii) desenvolver as capacidades dos parceiros; e (iii) proteger a União e os seus cidadãos. Portugal participou ativamente na implementação da EUGS e no aprofundamento da cooperação europeia no domínio da segurança e defesa, tendo a posição nacional neste âmbito vindo a reger-se pelo seguinte conjunto de princípios:

- O entendimento amplo do conceito de defesa, incluindo a cibersegurança, segurança energética e segurança marítima.
- A importância do reforço da capacidade de resposta estruturada da UE aos desafios externos com que se defronta, no âmbito da Abordagem Integrada da UE aos conflitos e crises externas.
- A relevância de as iniciativas neste âmbito constituírem um catalisador de solidariedade e convergência entre os Estados-membros, promovendo não só uma maior capacidade de atuação conjunta, mas também oportunidades de coesão, emprego e crescimento, por meio do investimento em investigação, inovação e desenvolvimento, tendo em consideração o papel específico das PME.
- A importância de a dimensão de segurança e defesa da UE evoluir sem prejudicar o desenvolvimento de outras áreas relevantes da construção



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

européia, e tendo sempre presente o reforço da cooperação e da complementaridade UE-NATO.

Tendo como referência os princípios acima enunciados, no decorrer de 2018 Portugal esteve envolvido no desenvolvimento de um relevante conjunto de instrumentos e iniciativas no quadro da vertente de segurança e defesa, cabendo destacar os seguintes:

- Cooperação Estruturada Permanente (CEP) – Este mecanismo, previsto no Tratado de Lisboa, tem como objetivo desenvolver as capacidades de defesa necessárias à realização das missões e operações mais exigentes da UE, através da cooperação entre os EM cujas capacidades militares preencham critérios mais elevados e que assumam compromissos mais vinculativos na matéria. Foram acordadas as regras de governação dos projetos CEP e aprovado o lançamento de um total de 34 projetos CEP, tendo Portugal formalizado o seu interesse em participar em seis.
- Fundo Europeu de Defesa (FEDef) – A proposta de criação deste instrumento financeiro para o período pós 2020 (ver Título IV) visa apoiar o reforço da cooperação e do investimento nas áreas da investigação e desenvolvimento de capacidades no domínio da defesa, alavancando iniciativas conjuntas de entidades dos Estados-membros. Portugal participou ativamente nos trabalhos do Grupo de Amigos da Presidência no qual foi discutida a proposta de regulamento do FEDef. Desta discussão resultou a aprovação, pelo Conselho, de uma abordagem geral parcial, com vista a ser prosseguida a sua negociação ao nível dos trílogos (Conselho, Comissão e Parlamento Europeu).
- Compacto para a PCSD Civil – O Conselho dos Negócios Estrangeiros de novembro adotou conclusões saudando o acordo sobre o Compacto para o reforço da vertente civil da PCSD, que pretende contribuir para um salto qualitativo e quantitativo neste domínio. O documento contém um conjunto de orientações estratégicas e compromissos a assumir pelos Estados-membros e pelo Conselho em três áreas principais: (i) uma maior capacidade da vertente civil da PCSD; (ii) uma resposta mais efetiva, flexível e rápida; e (iii) uma abordagem mais integrada. Portugal participou ativamente no roteiro de consultas e discussão com os EM que levou ao acordo sobre o Compacto, tendo destacado, entre outros aspetos, a importância de reforçar a cooperação da UE com a EUROGENDFOR – estrutura multinacional de forças de gendarmeria europeias na qual Portugal assumiu a Presidência do respetivo Comité Interministerial de Alto Nível.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- Análise Anual Coordenada em matéria de Defesa (AACD) – Este mecanismo, de natureza voluntária e complementar ao da NATO, consiste numa avaliação dos processos de planeamento de defesa nacionais dos Estados-membros, com o objetivo de coordenar e otimizar a sua despesa militar. Foi desenvolvido um exercício-piloto da implementação da AACD, estando previsto que o primeiro ciclo completo da sua implementação decorra em 2019-2020.
- Reforço da Capacidade Militar de Planeamento e Condução (CMPC) – A CMPC foi criada em 2017 como estrutura militar permanente de planeamento e condução de missões não-executivas de treino militar (EUTM). Portugal contribuiu ativamente para a discussão relativa ao seu progressivo reforço de competências, que incluiu a integração do Centro de Operações da UE (EU OPSCEN).
- Reforço da cooperação UE-NATO – Das anteriores declarações assinadas pelas duas organizações, decorreu já a identificação de 74 medidas que visam contribuir para o fortalecimento da segurança no espaço euro-atlântico, numa lógica de complementaridade e de não duplicação. Portugal tem sido um dos países que mais ativamente defende a necessidade do reforço desta cooperação.
- Segurança Marítima – Portugal atribui elevada importância a este tema, enquanto questão central da governação dos oceanos. Neste domínio, participou ativamente no processo de revisão do Plano de Ação da Estratégia Marítima da UE, tendo assumido o papel de coordenador de algumas das ações concretas a implementar.
- Combate às ameaças híbridas – Portugal tem vindo a reforçar o acompanhamento de diversas questões securitárias de domínio transnacional, nomeadamente no que diz respeito aos desenvolvimentos registados ao nível europeu no contexto do combate às ameaças híbridas. Entre outros aspetos, Portugal participou ativamente nos trabalhos do Grupo de Amigos da Presidência da UE sobre o combate às ameaças híbridas, tendo acolhido favoravelmente o reforço e o prolongamento do mandato deste grupo, bem como num exercício UE-NATO relativo a este novo tipo de ameaças.

Portugal deu igualmente continuidade à sua contribuição para as missões e operações da PCSD no domínio da gestão de crises e/ou visando o reforço da capacitação de países parceiros fragilizados, mediante formação, aconselhamento e/ou orientação no âmbito do setor da segurança. Nesta vertente e face às persistentes situações de instabilidade e fragilidade na vizinhança sul, a participação



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

portuguesa teve particular expressão nas missões civis e militares em África – principalmente na região do Sahel e na República Centro-Africana – e na operação naval da UE no Mediterrâneo (Operação “Sophia”). Em solidariedade com outros parceiros, foi também dada continuidade à participação portuguesa em missões PCSD na vizinhança leste e na Palestina.

Nesse sentido, as Forças Armadas Portuguesas participaram nas seguintes operações e missões militares da União Europeia:

- EUNAVFORMED/Operação “Sophia”, que visa combater as redes ilegais de tráfico de pessoas migrantes na zona do Mediterrâneo central.
- EUNAVFOR Atalanta, Operação naval de combate à pirataria no Corno de África.
- EUTM Somália, Missão de treino da UE para a formação das Forças de Segurança na Somália.
- EUTM Mali, Missão de treino da UE para a formação das Forças de Segurança no Mali.
- EUTM RCA, Missão de treino da UE na República Centro-Africana.

Portugal participou ainda com elementos das Forças de Segurança nas seguintes missões de natureza civil da UE:

- EULEX Kosovo, Missão da UE em apoio ao Estado de Direito no Kosovo.
- EUMM Geórgia, Missão de Monitorização da UE na Geórgia.
- EUCAP Sahel Níger, Missão de capacitação da UE no Níger.
- EUCAP Sahel Mali, Missão de capacitação da UE no Mali.
- EUPOL COPPS, Missão de Polícia da UE para os Territórios Palestínianos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

DESARMAMENTO GLOBAL, NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO MACIÇA E CONTROLO DE TRANSFERÊNCIA DE ARMAMENTO CONVENCIONAL

Prosseguiu o novo ciclo de revisão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), com a realização, em abril, da 2.^a sessão do Comité Preparatório da Conferência de Reexame de 2020. A posição de Portugal, partilhada com os restantes EM, é de total apoio ao Tratado, considerado como trave mestra do regime global de não-proliferação, base essencial para a prossecução do desarmamento nuclear e elemento importante no emprego e desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos.

Ainda no campo nuclear, Portugal continuou a participar nos esforços da UE no sentido de promover uma urgente entrada em vigor do Tratado para a Proibição Total de Ensaios Nucleares (CTBT) e no apoio ao seu Sistema Internacional de Monitorização (IMS). Participou, de igual modo, na formulação das posições da UE relativamente à situação na Coreia do Norte, defendendo nos mais diversos fóruns, incluindo a Conferência de Desarmamento e a 1.^a Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), a completa, verificável e irreversível desnuclearização da península coreana. Igualmente, Portugal e a UE continuaram a defender inequivocamente a importância da manutenção e implementação integral do Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA) relativo ao programa nuclear iraniano.

Em maio Portugal iniciou um mandato de dois anos como membro do Conselho Executivo da Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ). Neste quadro, defendeu, em conjunto e em coordenação com os outros EM, o reforço dos meios e capacidades da organização para combater os riscos crescentes de proliferação e utilização de armas químicas, sendo um dos países que defendeu com sucesso a criação de mecanismos nesse sentido durante a Reunião Extraordinária dos Estados Parte da Convenção das Armas Químicas (CWC), em junho, decisão confirmada na Reunião dos Estados Partes de outubro e na 4.^a Conferência de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Revisão da Convenção das Armas Químicas, de outubro e novembro. A questão da utilização de armas químicas, seja onde for e por quem for, continuou a ser uma das principais preocupações de Portugal e da UE no campo da não-proliferação. Portugal, para além de condenar a título nacional aquela utilização e pugnar pela necessidade de responsabilização dos seus autores, nomeadamente no âmbito da 1.^a Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas e da OPAQ, apoiou fortemente as posições da UE nesse mesmo sentido.

No que se refere ao armamento convencional, Portugal partilha e tem defendido as posições assumidas pela generalidade dos EM da UE em prol da universalização de todos os tratados e convenções existentes nessa área, bem como de uma mais eficaz e transparente implementação dos controlos e sistemas de monitorização e regulamentação existentes quanto à posse, utilização e comércio de armas, dando especial ênfase aos aspetos humanitários relacionados com estas matérias. Foi com esses objetivos em mente que tanto a UE como Portugal participaram na 4.^a Conferência dos Estados Partes do Tratado sobre o Comércio de Armas (ATT), em agosto, e na reunião dos Estados Contratantes da Convenção sobre a Proibição e Prevenção da Utilização de Certas Armas Convencionais (CCW), em novembro, na qual foi dada especial atenção aos riscos associados às tecnologias emergentes na área dos sistemas autónomos de armas letais (LAWS).

Portugal participou igualmente na 3.^a Conferência de Revisão do Programa de Ação das Nações Unidas sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (UNPoA on SALW), em junho, sendo a preocupação comum de Portugal e da UE assegurar um resultado final positivo, o que veio a acontecer, apesar de não se ter conseguido, como era proposto pelos países europeus, incluir as munições, e não apenas os armamentos, no âmbito de ação daquele programa. Neste mesmo âmbito, Portugal participou nos trabalhos que levaram à adoção, em novembro, por Decisão do Conselho, da nova "Estratégia da UE contra as armas de fogo, armas ligeiras e de pequeno calibre ilícitas e suas munições".



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

LUTA CONTRA A DROGA

Portugal manteve-se empenhado na implementação da Estratégia da UE de Luta contra a Droga e do Plano de Ação da UE de Luta Contra a Droga 2017-2021, designadamente através do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 e do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2017-2021.

No plano político-legislativo merece destaque a questão do desenvolvimento de medidas alternativas às sanções coercivas para os consumidores de droga, etapa importante na concretização das metas traçadas na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Política de Drogas (UNGASS), em 2016. O tema foi objeto de conclusões do Conselho, apresentadas em março, e de um amplo debate a nível europeu ao longo dos meses seguintes.

No seio do Grupo Horizontal Drogas (GHD), o mais relevante fórum de coordenação da UE, Portugal teve uma participação ativa na preparação do Segmento Ministerial da 62.^a Sessão da Comissão de Narcóticos (CND) das Nações Unidas, previsto para março de 2019. Neste ponto, foi acordada pelos Estados-membros uma estratégia negocial conjunta, tendo como objetivo fundamental a preservação e promoção dos princípios enunciados na UNGASS de 2016.

O ano conheceu ainda desenvolvimentos importantes ao nível do diálogo com outras regiões e países terceiros. As reuniões com os países da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) continuaram a bom ritmo, tendo-se registado avanços significativos nos encontros com os EUA e a Rússia. Já a abertura de canais de diálogo com a China e sobretudo o Irão, prevista para o próximo ano, revelou-se mais controversa, não apenas pela sua inequívoca dimensão política mas também pela questão em aberto da divisão de competências entre o Conselho da UE e a Comissão Europeia nestas matérias (ver Título VII).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

COMITÉ DA UNIÃO EUROPEIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE KIMBERLEY DE CERTIFICAÇÃO DE DIAMANTES

Portugal acompanhou de forma empenhada os trabalhos do Comité da UE de Implementação do Processo de Kimberley de Certificação de Diamantes (PK), participando na defesa das prioridades definidas pela União para a Presidência UE do PK. Os resultados alcançados durante a Reunião Plenária do PK, que teve lugar em Bruxelas, em novembro, vieram confirmar o sucesso desta Presidência e das prioridades identificadas, tais como o reforço da estrutura tripartida do PK (governos, indústria e sociedade civil), o fortalecimento dos mecanismos de monitorização da implementação e eficácia do PK, a defesa dos direitos humanos na indústria mineira e o desenvolvimento das comunidades produtoras. Refira-se ainda que, desde agosto de 2015, Portugal é uma das seis entidades certificadoras da União Europeia, juntamente com as autoridades da Alemanha, Bélgica, Reino Unido, República Checa e Roménia.

SANÇÕES

Estão atualmente em vigor regimes de medidas restritivas relativos a 28 países, repartidos entre transposições de regimes impostos pela ONU, regimes autónomos da UE ou regimes mistos, em que a União de alguma forma alterou ou adaptou os regimes de medidas restritivas aprovados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Registou-se: (i) a aprovação de um novo regime de medidas restritivas às Maldivas; (ii) o levantamento do regime imposto à Eritreia; (iii) o reforço das medidas restritivas impostas à Birmânia, Líbia, República Centro-Africana, Somália e Sudão do Sul; (iv) a prorrogação (renovação periódica) dos regimes impostos à Bielorrússia, Birmânia, Bósnia e Herzegovina, Burundi, Egito, Irão, Líbia, Moldova, República Democrática do Congo, República da Guiné (Conacri), Rússia/Ucrânia, Síria, Tunísia, Venezuela e Zimbabué; e (v) a revisão, quer no sentido de aditamentos quer de supressões, das listas de designados nos regimes impostos à Birmânia, Coreia do



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Norte, Egito, Guiné-Bissau, Iraque, Líbia, Mali, República Democrática do Congo, Rússia/Ucrânia, Somália, Sudão do Sul, Síria e Venezuela.

No âmbito das medidas restritivas de combate ao terrorismo, Portugal continuou empenhado na implementação dos mecanismos impostos pelo regime definido pela Posição Comum 2001/931/PESC (CP931), que revê e atualiza a listagem de pessoas, grupos e entidades envolvidos em atos terroristas. Foram igualmente incluídos três indivíduos no regime autónomo da UE de medidas restritivas contra o ISIS/Daesh e Al-Qaeda ao abrigo do artigo 6.º (2) da Decisão n.º 2016/1693.

O ano ficou, também, especialmente marcado: (i) pela saída dos EUA do chamado Acordo Nuclear (JCPOA), e consequente fim da suspensão das medidas restritivas aplicáveis ao Irão por parte daquele país, que vigorava desde a assinatura do acordo; esta reimposição de sanções, condenada pela UE, levou a que esta atualizasse o instrumento conhecido por “Estatuto de Bloqueio” (através do Regulamento Delegado (UE) 2018/1100 da Comissão), aprovando paralelamente uma série de medidas com o objetivo de mitigar os impactos da reimposição das sanções americanas contra o Irão, nomeadamente sobre as empresas da UE que desenvolvem atividades comerciais legítimas no Irão; (ii) pela aprovação de um novo regime temático que impõe medidas restritivas contra a proliferação e utilização de armas químicas e que pacote prevê restrições de viagem e obrigações de congelamento de fundos e recursos económicos de pessoas ou entidades responsáveis por prestar apoio financeiro, técnico ou material ou por estarem de qualquer forma envolvidas, apoiarem ou encobrirem a produção ou utilização de armas químicas, tendo as primeiras propostas de designação visado cidadãos russos e sírios; (iii) pela discussão de um novo pacote temático em preparação no domínio da cibersegurança, tendo em vista sancionar entidades estatais que promovem ou permitem a prossecução de atividades maliciosas a partir do seu território, bem como atores não-estatais; e (iv) pelo debate sobre a possibilidade de estabelecer um outro pacote temático relativo a violações de direitos humanos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

No âmbito da atividade das autoridades nacionais competentes, que se consolidou definitivamente este ano, após a aprovação da Lei n.º 97/2017, de 23 de agosto, Portugal divulgou publicações relativas aos regimes restritivos impostos pela UE e pela ONU; disponibilizou informações relativas a diversos regimes restritivos, com especial enfoque para os regimes impostos à Rússia/Ucrânia e ao Irão; prestou esclarecimentos sobre a interpretação a dar aos instrumentos sancionatórios; e emitiu pareceres sobre a conformidade de determinados contratos e operações comerciais e financeiras com as medidas restritivas, sempre que solicitados por instituições públicas ou empresas, mormente instituições bancárias e sociedades de advogados.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Portugal participou ativamente nos trabalhos da UE de acompanhamento e coordenação de posições nos diversos órgãos das Nações Unidas sediados em Nova Iorque, Genebra e Viena, procurando dar uma maior coerência, eficácia e visibilidade à ação externa da UE no plano multilateral.

A ação da UE nas Nações Unidas prosseguiu as linhas diretrizes do documento “Global Strategy on the EU’s Foreign and Security Policy” (2016), cuja operacionalização ganhou forma nos documentos subsequentes sobre as prioridades da UE para a 72.^a e 73.^a sessões da Assembleia-Geral das Nações Unidas. De entre as áreas prioritárias identificadas, importaria destacar: (i) o reforço do multilateralismo, assegurando que as Nações Unidas continuam a desempenhar o papel central enquanto alicerce do sistema internacional; (ii) a prevenção dos conflitos e a sustentação da paz; (iii) o desenvolvimento sustentável, incluindo o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; (iv) a reforma do sistema das Nações Unidas, nas vertentes da gestão, da arquitetura de paz e segurança e do desenvolvimento; (v) a luta contra o terrorismo, incluindo a prevenção do extremismo violento; (vi) o desarmamento e a não-proliferação; (vii) os fluxos migratórios e de refugiados; (viii) o respeito pelos direitos humanos, a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

promoção da igualdade de género e do direito internacional; e (ix) as alterações climáticas.

A UE e os seus Estados-membros mantiveram um apoio firme e empenhado no processo de reforma do sistema das Nações Unidas lançado pelo Secretário-Geral António Guterres, com vista a garantir a sua plena implementação a partir de 1 de janeiro de 2019.

Oceanos e Direito do Mar

Foi assegurada ao longo do ano uma participação atenta e ativa no Grupo de Trabalho sobre o Direito do Mar (COMAR), tendo presente a defesa dos interesses de Portugal na preparação das posições da UE em importantes negociações, nomeadamente no âmbito das Nações Unidas. Tal como no ano passado, foi dado particular destaque às discussões do Acordo de Implementação da Convenção das NU sobre o Direito do Mar sobre a conservação e utilização sustentável da biodiversidade marinha em áreas para além da jurisdição nacional. Matéria de especial interesse para um país como Portugal, detentor de recursos biológicos marinhos únicos cuja proteção, conservação e utilização será influenciada pelas regras estabelecidas nas áreas limítrofes situadas para além da jurisdição nacional.

Acompanhámos, ainda, com especial interesse os processos C 626/15 e C 659/16 (ambos apoiados por Portugal), que têm por objeto dois recursos de anulação, da Comissão contra o Conselho, nos termos do artigo 263.º TFUE. Estes resultaram em acórdãos do Tribunal de Justiça, publicados em novembro, favoráveis para os interesses dos Estados-membros, em particular Portugal.

Alimentação e agricultura

Portugal assegurou uma participação ativa, contribuindo para a posição da UE no acompanhamento do trabalho da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), focado na luta contra a fome, na segurança alimentar e na implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, sem, contudo,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

perder de vista a prossecução de medidas de rigor financeiro e orçamental daquela Agência especializada das NU, bem como na implementação da reforma do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas. O nosso país tem vindo a contribuir para o reforço da representação da UE na FAO, que melhore a eficácia, a coordenação e a visibilidade da atuação da UE nas organizações das NU, mas que permita simultaneamente aos EM terem voz no seio da coordenação da UE, de modo a que os valores da solidariedade e da democracia sejam fortalecidos, ao mesmo tempo reforçando a visibilidade da UE no sistema multilateral.

Saúde

Portugal continuou a: (i) acompanhar e a defender na Organização Mundial da Saúde (OMS) a importância do acesso aos medicamentos, valorizando sempre a necessidade de uma maior partilha de informação e transparência ao nível da determinação dos custos de investigação e de desenvolvimento de novos medicamentos, bem como da contratação pública; (ii) promover o direito à saúde para todos, sem qualquer forma de estigma ou discriminação no acesso, incluindo aquela que é baseada na nacionalidade ou estatuto migratório, idade, género, deficiência, orientação sexual ou identidade de género; e (iii) reafirmar a necessidade de incorporar uma preocupação de direitos humanos em todos os serviços de saúde mental, reforçando a mensagem constante das duas resoluções de iniciativa nacional sobre este tema adotadas no Conselho dos Direitos Humanos.

A nível ministerial Portugal participou na 3.^a reunião de Alto Nível da AGNU sobre a prevenção e o controlo das doenças não transmissíveis (DNT) com o objetivo de obter consenso quanto ao caminho a percorrer para a redução em um terço da mortalidade prematura por DNT até 2030, bem como na 1.^a reunião de Alto Nível da AGNU sobre o combate à tuberculose. Na mesma ocasião, Portugal copresidiu também a nível ministerial a um evento paralelo sobre a obesidade infantil com o objetivo de promover iniciativas para ampliar a Iniciativa Europeia de Vigilância da



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Obesidade Infantil da OMS (COSI) do nível regional para o global, refletindo as solicitações de muitos países de outras regiões da OMS para além da Europa.

Participámos nos debates que levaram à adoção na UE de duas posições comuns, respetivamente, no âmbito da 8.^a Conferência dos Estados Parte da Convenção Quadro da OMS sobre o Controlo do Tabaco (FCTC) e da 1.^a reunião dos Estados Parte do Protocolo Facultativo à FCTC sobre a eliminação do comércio ilícito dos produtos do tabaco, que entrou em vigor a 25 de setembro. No âmbito do Programa Conjunto das Nações Unidas para o VIH/SIDA (ONUSIDA), Portugal alcançou 2 das 3 metas de HIV estabelecidas, conhecidas como metas 90-90-90.

AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Portugal participou ativamente no novo Grupo de Trabalho do Conselho dedicado exclusivamente ao acompanhamento, coordenação e preparação de abordagens e posições comuns da UE em relação aos diálogos, processos e fóruns internacionais relevantes no processo da Agenda 2030.

De destacar o envolvimento nacional na preparação das linhas de intervenção da UE no 6.º Fórum Político de Alto Nível (HLPF) sobre Desenvolvimento Sustentável que teve lugar em julho em Nova Iorque, com o tema "Transformation towards sustainable and resilient societies" e a participação nas "Voluntary Task Forces" dedicadas à revisão do HLPF e ao programa de trabalho deste GT a médio prazo.

Portugal recebeu com apreço o relatório elaborado pela plataforma "multistakeholder" sobre a Agenda 2030, de outubro e aguarda com expectativa o "Reflection Paper" da Comissão sobre a implementação da Agenda 2030 na UE.

Questões Internacionais de Ambiente (WPIEI-Global)

Entre os múltiplos acordos multilaterais de ambiente Portugal deu especial atenção aos preparativos da posição da União Europeia e dos Estados-membros para a Cimeira do Clima que teve lugar em Katowice, em dezembro, e que incluiu a 24.^a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP 24), a 14.^a Reunião das Partes no Protocolo de Quioto (CMP 14) e a Conferência dos Signatários do Acordo de Paris (CMA 1). Desta cimeira resultou a aprovação do “Livro das Regras” do Acordo de Paris, mas não um reforço do nível de ambição no combate às alterações climáticas.

Na área da Biodiversidade foi dada prioridade aos trabalhos de preparação da UE e dos Estados-membros para a 14.^a Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (COP 14), e as respetivas reuniões de membros dos Protocolos de Cartagena e Nagoia. As principais questões abordadas na reunião foram a estrutura global de biodiversidade pós-2020, a reforma através da integração, mobilização de recursos, capacitação, bem como consultas sobre sequência genética digital (“Digital Sequence Information” – DSI) e biologia sintética.

Contribuímos ainda ativamente para que as conclusões do Conselho sobre Diplomacia de Clima, adotadas em março, contemplassem matérias como Água (i.a. 8.º Fórum Mundial da Água, em Brasília), aviação civil (sobre o esquema de redução de emissões adotado pela Organização Internacional de Aviação Civil, o “Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation” – (CORSIA) e os nexos Clima e Segurança / Clima e Oceanos. O mesmo veio a suceder com a Diplomacia da Água, adotada em novembro, que integrou entre as suas diretrizes elementos propostos por Portugal (nexo Segurança, saneamento, cooperação transfronteiriça, centros de excelência, ODS6/Agenda 2030).

No contexto do Pacto Global para o Ambiente, contribuímos para a posição da UE no quadro das negociações que deram origem ao Grupo de Trabalho Ad-hoc, do qual somos cocoordenadores, juntamente com o Líbano, que atualmente está a trabalhar em recomendações para apresentar à AGNU durante o primeiro semestre de 2019. Fizemos ainda o habitual acompanhamento dos preparativos iniciais da UE para a 4ª Assembleia das Nações Unidas para o Ambiente (UNEA).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

DIREITOS HUMANOS (DH)

Portugal participou de forma muito ativa e empenhada no processo de coordenação da ação da UE nos principais fóruns multilaterais de DH, nomeadamente no quadro das Nações Unidas. Destes, cumpre destacar a 3.^a Comissão da 73.^a sessão da Assembleia Geral, o Conselho de Direitos Humanos (CDH), a 62.^a sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW), a 56.^a Comissão para o Desenvolvimento Social do Comité Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e as comemorações dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Deve, de igual forma, ser destacado o papel de Portugal na promoção levada a cabo pela UE da temática dos direitos humanos noutros órgãos das Nações Unidas, em especial no Conselho de Segurança, assim como de questões transversais que se revestem da maior importância e atualidade, nomeadamente no contexto dos processos de negociação e aprovação dos Pactos Globais sobre Refugiados e sobre Migração Segura, Regular e Ordenada.

Na 3.^a Comissão da 73.^a AGNU, Portugal, uma vez mais, empenhou-se de forma ativa nas negociações das resoluções de iniciativa da UE, bem como de outras consideradas prioritárias para a União.

No CDH, Portugal também participou ativamente nas negociações das iniciativas mais relevantes para a UE, continuando a pugnar pela necessidade de se alcançarem compromissos, incluindo no contexto das várias intervenções proferidas em nome da UE nas diversas sessões do CDH.

Portugal continuou empenhado na aplicação plena do 2.º Plano de Ação para os Direitos Humanos e Democracia e acompanhou os vários diálogos sobre direitos humanos que a UE mantém com países terceiros. Cumpre também destacar o apoio nacional a diligências UE em países terceiros sobre questões de direitos humanos (pena de morte, prioridades da UE para as sessões do CDH e para a 3.^a Comissão da 73.^a AGNU).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

ORGANIZAÇÃO PARA A SEGURANÇA E A COOPERAÇÃO NA EUROPA (OSCE)

A Presidência em exercício da OSCE foi assumida pela Itália, tendo a situação na Ucrânia continuado a dominar a agenda da Organização e a bloquear avanços em várias frentes. Persistindo um ambiente de desconfiança entre os Estados participantes, os trabalhos da Organização pautaram-se por inúmeras clivagens entre os países a “leste e oeste de Viena”.

A UE procurou apoiar os esforços da Presidência ao longo do ano, bem como os objetivos estabelecidos para o Conselho Ministerial de Milão (dezembro), designadamente a aprovação, por consenso, do maior número de decisões e declarações possíveis, preferencialmente em todas as três dimensões da OSCE⁸¹. De um total de 19 decisões negociadas, foram adotadas 9 nas três dimensões.⁸²

Ao contrário de anos anteriores, a UE e os seus Estados-membros não prepararam um documento sobre as prioridades da UE para a OSCE.

CONSELHO DA EUROPA

Portugal continuou a defender a estreita articulação da UE com o Conselho da Europa, com vista ao aproveitamento de sinergias entre as duas organizações e à eliminação de duplicação de esforços. A UE tem um papel relevante no apoio ao Centro Norte-Sul (CNS), entidade sediada em Lisboa, e cujo Diretor-Executivo é português.

⁸¹ 1.ª: político-militar (controlo de armamento convencional, medidas de geração de confiança e segurança, gestão de fronteiras, prevenção de conflitos); 2.ª: económica-ambiental (gestão cooperativa de recursos naturais e cooperação económica); e 3.ª: humana (promoção da democracia, direitos humanos, proteção de minorias, Estado de Direito).

⁸² Desde 2014 que não se gerava consenso para adoção de decisões na dimensão humana.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO II

RELAÇÕES EXTERNAS REGIONAIS E BILATERAIS

ESPAÇO ECÓNOMICO EUROPEU

Tem-se verificado algum atraso na incorporação da legislação da UE por parte dos Estados que integram a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), membros do Acordo do Espaço Económico Europeu (EEE). Neste sentido, Portugal tem vindo a insistir na necessidade de ser reduzido, de forma significativa, o número de atos que aguardam incorporação no Acordo EEE, garantindo a segurança jurídica e homogeneidade no EEE.

A 1 de outubro entrou em vigor o Acordo entre a UE e a Noruega relativo à concessão de preferências comerciais suplementares para produtos agrícolas com base no artigo 19.º do Acordo EEE. No entanto, as negociações sobre a proteção das indicações geográficas (IG) foram suspensas pela falta de interesse da Noruega. Portugal apoiou a liberalização progressiva do comércio de produtos agrícolas e defendeu a necessidade de retomar o diálogo sobre a proteção das IG e a revisão do regime de comércio de produtos agrícolas transformados.

Em 2 de outubro, o Conselho considerou que o Liechtenstein tinha concluído as reformas necessárias para cumprir os princípios de boa governação fiscal identificados a nível da UE, pelo que foi removido da lista de jurisdições fiscais não cooperantes da UE⁸³.

Ao nível interno, foram lançados diversos concursos no âmbito do Mecanismo Financeiro do EEE 2014-2021⁸⁴, tendo o Ministério dos Negócios Estrangeiros

⁸³ Anexo II das conclusões do Conselho de dezembro de 2017, a designada lista cinzenta.

⁸⁴ Em troca do livre acesso ao mercado interno, a Noruega, o Liechtenstein e a Islândia, contribuem para a redução das disparidades sociais e económicas no âmbito da UE, através do Mecanismo Financeiro do EEE. Para o período 2014-21, Portugal dispõe de 102,7 milhões de euros.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

integrado o Comité Conjunto para seleção das propostas apresentadas ao Fundo para as Relações Bilaterais previsto neste Mecanismo, cujo objetivo é apoiar iniciativas que visem o fortalecimento das relações entre Portugal e a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega.

Foram igualmente debatidas as implicações da retirada do Reino Unido da UE para o Acordo EEE e para os Estados da EFTA membros do EEE. Para Portugal é importante que seja salvaguardado o Acordo EEE e preservada a integridade do mercado interno.

SUÍÇA

Portugal continuou a acompanhar com particular interesse a alteração do processo legislativo na Suíça, no seguimento do resultado do referendo de 9 de fevereiro de 2014, sobre a iniciativa popular "Contra a imigração em massa" – em que o eleitorado votou a favor da reintrodução de quotas e da preferência nacional –, e a defender ser necessário respeitar o princípio da livre circulação de pessoas, pilar fundamental da política da UE e do mercado interno, bem como de mercadorias, de capitais e de serviços.

Foram dadas como concluídas em novembro, após quatro anos muito intensos e turbulentos, as negociações entre a UE e a Suíça de um Acordo-Quadro Institucional (AQI) que disciplina horizontalmente os diversos acordos que regulam o relacionamento UE-Suíça que é complexo e estático e tem gerado algum desconforto no relacionamento mútuo.

O AQI aplica-se não só a cinco dos acordos em vigor, incluindo o relativo à livre circulação de pessoas, como também aos futuros acordos a celebrar entre as partes contratantes. Estabelece princípios e mecanismos institucionais, nomeadamente, a adoção dinâmica do acervo da UE, a interpretação, monitorização e implementação uniforme dos acordos, disposições em matéria de auxílios de Estado, bem como um mecanismo de resolução de litígios. Fazem ainda parte do AQI, entre outros: (i) o



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Protocolo 1 - derrogações decorrentes das especificidades do mercado de trabalho helvético com vista a proteger o nível salarial; (ii) o Protocolo 2 - exceções devido às especificidades em matéria de livre circulação de pessoas⁸⁵, transportes e produtos agrícolas; e (iii) o Protocolo 3 – funcionamento do Tribunal Arbitral. Destaca-se, ainda, a Declaração Conjunta sobre a atualização dos Acordos ligados ao comércio e a Declaração conjunta sobre a contribuição financeira da Suíça para a redução das disparidades económicas e sociais da UE.

Apesar de a Comissão ter dado por concluídas as negociações do AQI, o Conselho Federal entendeu, em dezembro, não estar em condições de dar um aval positivo, por considerar que persistem questões por resolver, nomeadamente, a proteção dos salários, a migração e a adoção da Diretiva do direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União, tendo remetido o acordo para consulta pública.

A conclusão do AQI é de grande importância para Portugal, porque irá tutelar, entre outros, o Acordo de Livre Circulação de Pessoas (temos a terceira maior comunidade de estrangeiros a residir na Suíça) e contém o acordo político para a contribuição financeira da Suíça para a redução das disparidades económicas e sociais da UE. Apesar de Portugal não beneficiar desta contribuição financeira, apoia a abertura rápida das negociações com vista à sua continuidade. Refira-se que a posição da UE, na qual Portugal se revê, tem sido no sentido de não haver concessões adicionais nem outras negociações enquanto não houver um AQI.

ANDORRA, MÓNACO E SÃO MARINO

Prosseguiram as negociações, iniciadas em 2015, com vista a celebrar um ou vários Acordos de Associação com Andorra, São Marino e Mónaco, esperando-se que a

⁸⁵ Decorrente do referendo "Contra a imigração em massa" aprovado em 9 de Fevereiro de 2014. Após os resultados desta iniciativa popular, as autoridades helvéticas foram obrigadas a introduzir um novo artigo na Constituição – 121a - para legitimar as quotas à imigração e a adotar a respetiva legislação de implementação. A solução encontrada pelo Conselho Federal limita o efeito do referendo - não impõe limites quantitativos; refere apenas que deve ser dada prioridade aos residentes suíços no recrutamento profissional nos setores com taxas de desemprego acima da média.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

parte relativa às questões institucionais esteja concluída em breve. Portugal tem apoiado este processo por entender ser importante garantir a homogeneidade na aplicação do acervo e o bom funcionamento do mercado interno, no respeito das especificidades de cada um destes três países, incluindo a adoção dinâmica do acervo da UE, um mecanismo de resolução de litígios, questões em matéria fiscal, financeira e bancária para prevenção da fraude, bem assim a coordenação dos sistemas de segurança social. Note-se que, desde dezembro, Andorra e São Marino deixaram de integrar a lista da UE de jurisdições fiscais não cooperantes.

BALCÃS OCIDENTAIS⁸⁶

A região dos Balcãs Ocidentais (BO) manteve-se no topo da agenda externa da União, sendo central no aprovisionamento energético da Europa, no controlo dos fluxos migratórios oriundos do Mediterrâneo Oriental e do Médio/Extremo Oriente, representando um fator indispensável para a segurança e estabilidade europeias.

As questões de reconciliação e boa vizinhança dominaram a agenda política, nomeadamente a resolução da questão do nome entre a Grécia e a Antiga República Jugoslava da Macedónia (ARJM), bem como a estabilidade no Kosovo e na Bósnia-Herzegovina que continua a aguardar a Opinião da Comissão sobre a sua candidatura à UE apresentada em 2016. O Diálogo Belgrado-Pristina facilitado pela UE, peça essencial para o avanço da Sérvia e do Kosovo na integração europeia e para a estabilização e consolidação política da região como um todo, não progrediu como desejável, fruto de recorrentes incidentes e mal-entendidos entre as partes.

A Comissão apresentou em fevereiro uma Comunicação/Estratégia para os BO, na qual defende que os seis países têm, neste momento, uma “janela histórica de oportunidade” para virem a aderir à UE e que esta perspetiva - condicional e baseada no mérito individual – é do interesse geoestratégico da União. Foi neste

⁸⁶ Albânia, Bósnia e Herzegovina, Macedónia, Montenegro, Sérvia e Kosovo



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

contexto proposto um Plano de Ação para os BO assente em 6 “iniciativas bandeira”, a desenvolver até 2020, nas áreas consideradas mais críticas: (i) Estado de Direito; (ii) Segurança e migrações; (iii) Desenvolvimento socioeconómico; (iv) Conectividade (transportes e energia); (v) Agenda Digital; e (vi) Reconciliação e boas relações de vizinhança.

Por iniciativa búlgara, realizou-se em Sófia, em maio, a Cimeira UE-BO, quinze anos após Salónica. Os resultados ficaram aquém da ambição pretendida pela Presidência búlgara e por alguns EM, que desejavam um maior enfoque no Alargamento. Foi apenas aprovada uma Agenda de Prioridades, muito na linha das “iniciativas bandeira”.

Portugal defende que deverá haver uma clara distinção entre o reforço da relação estratégica com os BO e o processo de Alargamento, devendo este último avançar de acordo com a condicionalidade estabelecida - critérios de Copenhaga e conclusões do Conselho - e os méritos de cada candidato, sem quaisquer atalhos, calendário pré-estabelecido ou condições para cumprir mais tarde. Apoiou a Agenda de Prioridades acordada em Sófia, em especial o “input” dado à Conectividade e ao Digital, por constituírem um importante motor de integração económica e competitividade, estimularem o crescimento e promoverem a inovação, beneficiando as empresas e cidadãos de ambos os lados.

POLÍTICA EUROPEIA DE VIZINHANÇA

Vizinhança Sul⁸⁷

Seguindo a tendência dos últimos anos, registaram-se progressos desiguais na implementação da Política Europeia de Vizinhança (PEV) junto dos países vizinhos da orla mediterrânica sul.

⁸⁷ Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Egito, Líbano, Jordânia, Palestina, Israel e Síria.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

No caso de Marrocos, foi alcançado o acordo com a União para a liberalização comercial e o desenho do novo acordo de pescas, aprovados pelo Conselho em julho e novembro, respetivamente. Estes acordos haviam estado na linha da frente de uma série de ações interpostas nos últimos anos junto do TJUE, pela Frente Polisário e entidades próximas, e que colocaram em causa o enquadramento do território do Sahara Ocidental no âmbito dos convénios bilaterais vigentes entre a UE e Marrocos. As correspondentes decisões do TJUE tornaram necessário ajustar os acordos visados e, mais que isso, alimentaram um período de paralisia na cooperação euro-marroquina. Como tal, e confirmando-se a validade das soluções negociais encontradas para acomodar a jurisprudência do TJUE (do lado europeu, ainda pendentes de aprovação pelo PE), abrem-se boas perspetivas, a prazo, para o retorno à normalidade das relações da UE com Marrocos, tradicionalmente um dos parceiros chave da UE no Mediterrâneo. A título bilateral, a visita do Presidente da Assembleia da República a Marrocos, em fevereiro, retribuída pela visita a Lisboa do seu homólogo marroquino, em outubro, constituiu um momento para realçar o apoio nacional ao regresso de Marrocos ao estatuto de parceiro privilegiado da UE.

A Tunísia continuou a merecer um expressivo apoio europeu, enquanto reconhecido caso de sucesso regional no período subsequente à “Revolução de Jasmim” (2011), tendo-se realizado a 14.ª reunião do Conselho de Associação UE-Tunísia em maio. Seguidamente, em novembro, foram adotadas as novas Prioridades da Parceria UE-Tunísia. Este país tornou-se assim o quinto parceiro mediterrânico a contar com este documento programático, destinado a nortear o diálogo e a cooperação europeia com cada um dos países da vizinhança, dentro do espírito da revisão de 2015 da PEV. Bilateralmente, Portugal reiterou o apoio ao processo de democratização e ao reforço da assistência da UE para aquele fim, designadamente durante a visita do Presidente da Assembleia da República a Tunes, em fevereiro. Foram igualmente retomadas as negociações do Acordo de comércio livre abrangente e aprofundado (DCFTA) UE-Tunísia, com a realização de duas rondas de negociações bastante construtivas. Salienta-se, contudo, a introdução, em novembro, de medidas



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

restritivas às importações europeias, não havendo contudo informação de impactos relevantes para Portugal.

Desenvolvimentos positivos registaram-se também no relacionamento da União com o Egito e a Argélia, pese embora algumas dificuldades no domínio dos direitos humanos e do comércio tendo-se registado, à semelhança de anos anteriores, a imposição de restrições no acesso ao mercado argelino (barreiras ao comércio e quadro legal e regulamentar de alguma imprevisibilidade).

A 11.^a sessão do Conselho de Associação UE-Argélia (maio) e a 8.^a reunião do Conselho de Associação UE-Egito (dezembro) permitiram fazer um balanço do arranque da implementação das Prioridades da Parceria de 2017. Na 5.^a Cimeira bilateral com a Argélia, a nível de Chefes de Governo (Lisboa, outubro), foi reiterado o empenho nacional numa retoma dos fluxos do comércio, aliviando as imposições aos operadores económicos europeus e transmitida uma mensagem de apoio ao fortalecimento das relações da Argélia com a UE. A visita do Presidente da República ao Egito, em abril, permitiu realçar, também, a importância que Portugal atribui às relações UE-Egito.

Por seu lado, a Líbia persistiu como um dos dossiês “bloqueados”, por força do conflito civil que há vários anos grassa no país. A UE procurou dar cumprimento ao Acordo de Skhirat de 2015, apoiando o trabalho do Representante Especial da ONU. Paralelamente, continuou a ser dada especial atenção à rota migratória do Mediterrâneo central, que tem o território líbio como ponto-chave.

Dificuldades significativas colocaram-se também à abordagem europeia face à Síria, desde há anos o mais destacado dos “hotspots” regionais. A UE continuou a acompanhar de muito perto a situação no país, em linha com as orientações definidas na Estratégia UE para a Síria de 2017 – e que subordina a abordagem europeia, designadamente num cenário de “pós-conflito”, à necessidade de alcançar um acordo político para o futuro do país sob os auspícios da ONU. Sinal do seu empenho, a União coorganizou, em abril, a segunda edição da chamada Conferência



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

de Bruxelas. O propósito assumido deste evento foi o de manter a crise síria no topo da agenda internacional e alavancar apoios financeiros para debelar as suas consequências, não só no território da Síria mas também nos países vizinhos.

Entre estes, destaque para a Jordânia e o Líbano, aos quais a UE tem prestado particular atenção precisamente por força dos efeitos de contágio do conflito sírio, sobretudo a nível de refugiados. Não obstante as enormes dificuldades – internas e externas – enfrentadas por ambos os países, tem sido possível trabalhar com as autoridades jordanas e libanesas, ainda que os respetivos Conselhos de Associação não se tenham reunido este ano. Foi decidido que as Prioridades da Parceria UE-Jordânia, definidas em 2016, vão manter-se por mais dois anos. No caso libanês, o documento correspondente, também assinado em 2016, vigora até 2020.

As relações da UE com Israel e Palestina constituíram um último foco de dificuldade da agenda europeia na vizinhança sul. Com efeito, a linha seguida pela União continuou a assumir que qualquer desenvolvimento de relevo em matéria de cooperação bilateral, tanto com Telavive como com Ramallah, teria de surgir em conformidade com a abordagem europeia ao conflito israelo-palestiniano, devendo igualmente consistir num exercício simétrico face às duas partes. Assim, a deterioração do quadro do Processo de Paz no Médio Oriente (PPMO), desde logo pelas ondas de choque resultantes da decisão norte-americana de reconhecer Jerusalém como capital de Israel (dezembro de 2017), constituiu um ónus também no campo bilateral, não se tendo registado qualquer avanço digno de nota.

União para o Mediterrâneo (UpM)

A União para o Mediterrâneo, vertente multilateral da PEV na sua dimensão sul, foi concebida, como uma estrutura privilegiada de diálogo político e setorial entre a UE e os parceiros do Mediterrâneo, consubstanciando, ao longo dos anos, uma aceleração e amplificação do impacto regional dos projetos e iniciativas a que se dedica.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Os trabalhos, em 2018, foram guiados pelo Roteiro “A UpM: uma organização orientada para a ação com uma ambição comum”, aprovado em 2017 no II Fórum Regional. Foram desenvolvidas ações nos campos da educação superior, mobilidade, capacitação das mulheres, clima, despoluição, energias renováveis, economia digital, desenvolvimento urbano e comércio, entre outros. No final do ano ascendia a mais de 50 o número total de projetos de cooperação regional com a chancela da UpM, envolvendo mais de 5 mil milhões de euros.

Uma vez que o Secretário-Geral (SG), Sijilmassi, terminou o seu mandato em fevereiro, foi aberto um concurso que culminou com a nomeação do egípcio Nasser Kamel (o SG é obrigatoriamente originário de um país parceiro do sul). Como o novo SG só iniciou funções em junho, Jorge Borrego, Secretário-Geral Adjunto sénior, desempenhou por inerência as funções de Secretário-Geral interino. Neste período e por sua iniciativa, foi aprovada uma série de propostas administrativas que tornaram a organização mais eficaz e transparente.

Em março e, ao fim de um hiato de oito anos, realizou-se uma reunião de Ministros do Comércio, passo importante para desenvolver o potencial económico da região e, em outubro, a “Reunião de Alto Nível sobre Capacitação das Mulheres”, em Lisboa. Esta conferência, que alterna com as reuniões ministeriais sobre o mesmo tema, teve um grande sucesso. Reuniu mais de 300 participantes representativos da sociedade civil, peritos, instituições nacionais e internacionais, setor privado e, em geral, partes interessadas na promoção e desenvolvimento do papel das mulheres na sociedade, para além da presença inédita de vários ministros e altos dignatários.

O III Fórum Regional que reúne os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos 42 membros da UpM realizou-se em Barcelona, em novembro. Através de uma Declaração das copresidências “Um compromisso renovado no sentido da cooperação regional e da prosperidade”, assinalaram-se os dez anos da UpM e renovaram-se os propósitos de apoio político e institucional.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Fundação Euro-Mediterrânica Anna Lindh para o diálogo entre culturas (FAL)

O Conselho de Governadores, em linha com a estratégia por ele adotada anteriormente, “Working together towards 2025”, prosseguiu o acompanhamento das atividades, não obstante ter reunido esparsamente. Foi elaborado o Relatório “Tendências interculturais 2018”, cuja análise incidiu em cinco países – França, Itália, Jordânia, Polónia e Tunísia. Trata-se do estabelecimento de um quadro claro da tendência dos valores nas sociedades, identificando-se diferenças e semelhanças que vão para lá da tradicional dicotomia norte/sul, este/oeste.

O tunisino Hatem Atallah não renovou o mandato como Diretor Executivo, pelo que se abriu um concurso para a sua substituição que, depois de muitas polémicas e da falta de consenso no seio do Conselho de Governadores, levou à nomeação do candidato jordano, Nabil Al-Sharif, para um mandato que terminará no final de 2020.

A FAL continuará a contar com o Embaixador Rui Lopes Aleixo como um dos membros do Conselho Consultivo, numa fase decisiva para o prestígio da organização.

Portugal continuou a veicular as críticas e sugestões que as redes portuguesas da FAL lhe imputam e empenhou-se em lutar para que se invista num modelo de organização mais profissional e de maior qualidade.

PARCERIA ORIENTAL⁸⁸

A Parceria Oriental (PO) seguiu o seu percurso de consolidação enquanto vertente leste da PEV. Continuou a enfrentar, à semelhança de anos transatos, dificuldades na prossecução dos seus objetivos de estabilização e desenvolvimento da vizinhança leste da UE. Depois de, em 2017, se ter realizado a 5.^a Cimeira – que consagrou

⁸⁸ Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Moldova e Ucrânia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

uma nova arquitetura multilateral – 2018 foi sobretudo um ano de consolidação do trabalho da nova estrutura e da agenda “20 Deliverables for 2020”.

Em março e em outubro tiveram lugar reuniões de Altos Funcionários (SOM). A primeira decorreu após o lançamento formal da nova arquitetura, tendo sido destacada a necessidade de visão comum, sentido de unidade, forte liderança política, orientação para resultados, e uma melhor comunicação dos benefícios da PO, não só aos cidadãos dos Estados parceiros, mas também aos da UE. A segunda serviu, essencialmente, de preparação para a reunião Ministerial. Foi feita uma apreciação globalmente positiva da evolução da PO, e identificadas com clareza as áreas de maior relevância, existindo margem para progressos.

Na Ministerial de outubro, no Luxemburgo, foram referenciados os progressos obtidos em áreas-chave como economia, conectividade, contactos entre pessoas e governação. A maioria dos EM, incluindo Portugal, saudou a PO, os seus sucessos e a nova arquitetura.

Destaca-se a Ucrânia onde a UE prosseguiu, no essencial, a política de apoio à soberania e à integridade territorial, não descurando, porém, a supervisão da implementação do Acordo de Associação e da respetiva Agenda. Procurou assim incentivar igualmente as autoridades ucranianas a manterem a agenda reformista, essencial para a manutenção de um nível elevado de apoio europeu. A Ucrânia esteve permanentemente no topo das prioridades da agenda externa da UE, em virtude da sua sensível posição geoestratégica e dos desafios decorrentes da sua exposição às ações de desestabilização e ingerência russas. A falta de progressos na implementação dos Acordos de Minsk manteve-se, tendo-se até assistido a um aumento da tensão entre as partes, no seguimento da persistência do apoio de Moscovo à realização de eleições nas autoproclamadas repúblicas separatistas de Donetsk e Luhansk, e do incidente no mar de Azov que levou à apreensão, por parte da Rússia, de três navios ucranianos e da respetiva tripulação. Ambas as situações suscitaram fortes reações de condenação por parte da UE. Também Portugal emitiu



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

um comunicado manifestando a sua séria preocupação com a situação no Mar de Azov, reafirmando o seu apoio à soberania e integridade territorial da Ucrânia, apelando à contenção de todas as partes envolvidas, à restituição imediata à Ucrânia dos navios apreendidos, bem como ao desbloqueio da passagem marítima no Estreito de Kerch.

Refira-se ainda a participação da UE nos processos de mediação internacional, liderados pela OSCE, para a resolução dos conflitos que persistem na região moldava da Transnístria e nas regiões georgianas da Abecásia e da Ossétia do Sul, em defesa da soberania e da integridade territorial dos dois parceiros. À semelhança da UE, Portugal emitiu um comunicado condenando a decisão do regime sírio de reconhecer as regiões georgianas da Abecásia e da Ossétia do Sul enquanto países independentes, realidade que tem sido refutada pela generalidade da comunidade internacional por constituir uma violação do direito internacional.

GOLFO

A abordagem da UE aos chamados Estados do Golfo assenta estruturalmente na cooperação “bloco a bloco” entre a União e o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) – Arábia Saudita, Kuwait, Bahrain, Qatar, EAU e Omã. Todavia, os desenvolvimentos registados na região desde 2017, em particular a crise diplomática espoletada em torno do Qatar ou, mais recentemente, o “caso Khashoggi”, criaram enormes dificuldades ao relacionamento UE-CCG, motivando que, pelo segundo ano consecutivo, não tenha tido lugar a Ministerial UE-CCG.

Face ao difícil quadro relacional existente, a União tem procurado complementar a sua tradicional visão “bloco a bloco”, por via de uma abordagem bilateral paralela junto dos diferentes membros do CCG. Esta abordagem foi prosseguida, com o apoio de Portugal, tendo-se registado progressos. Em junho, na sequência da visita do MNE qatari à UE, foi estabelecido um diálogo informal sobre direitos humanos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

RÚSSIA

As relações UE-Rússia permanecem bloqueadas face à ausência de progressos na implementação dos Acordos de Minsk. No Conselho dos Negócios Estrangeiros de abril foram revalidados os cinco princípios orientadores das relações da UE com a Rússia, que vigoram desde 2016. A cooperação tem vindo a ter lugar numa base seletiva, ainda que prevaleça, no seio da UE, a posição, mais moderada e na qual Portugal se revê, de manutenção dos canais de diálogo abertos com Moscovo.

O comércio bilateral, embora relevante - a UE continua a ser o maior parceiro comercial da Rússia -, manteve a tendência decrescente que se verifica desde 2012, adveniente, em grande parte, da introdução de medidas protecionistas por parte de Moscovo, nomeadamente, uma política de substituição das importações, dificuldades de acesso aos mercados públicos e falta de proteção dos direitos da propriedade intelectual.

ÁSIA CENTRAL

Aproveitando um cenário de maior abertura política da região e de intensificação dos contactos inter e intrarregionais, a UE continuou a promover o aprofundamento do relacionamento bilateral com vários Estados da Ásia Central. Foram aprovadas, em julho, as diretivas para um novo Acordo de Parceria e Cooperação Reforçada (EPCA) com o Uzbequistão, tendo as negociações sido lançadas formalmente por ocasião do 14.º Conselho de Cooperação que teve lugar em novembro, em Bruxelas. Continuaram as negociações com o Quirguistão tendo em vista um novo EPCA, a bom ritmo, devido à vontade política das partes, prevendo-se a sua conclusão em 2019, assim que sejam ultrapassadas as dificuldades nalgumas matérias, como a cooperação judicial internacional, readmissão e mobilidade de cidadãos e Indicações Geográficas.

Prosseguiram as consultas regionais tendo em vista uma nova Estratégia da UE para a Ásia Central, que se prevê possa estar concluída e aprovada em 2019. Portugal



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

participou na reflexão, tendo sublinhado a necessidade de ser atribuído especial enfoque às áreas da educação, conectividade e proteção civil. Realizou-se, em novembro, a 14.^a Reunião Ministerial UE-Ásia Central, subordinada ao tema “Working together to build a future of inclusive growth, sustainable connectivity and stronger partnerships”.

AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS

A heterogeneidade e fragmentação da América Latina e Caraíbas (ALC) e as crises políticas que alguns países atravessam têm levado a um afastamento gradual do interesse da UE por esta região.

Ao longo do ano, os EM refletiram sobre as linhas de força da UE para esta região na próxima década, nomeadamente sobre o tipo de parceria a desenvolver com os países ALC que se graduam da lista de beneficiários de ajuda pública ao desenvolvimento, mas que ainda enfrentam desafios e vulnerabilidades. Tal reflexão teve por objetivo contribuir para a futura Comunicação Conjunta da Comissão e do SEAE sobre a Estratégia da UE para a ALC, em linha com as prioridades da Estratégia Global da UE.

Ao nível multilateral, a Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos (CELAC) está a atravessar uma fase difícil marcada por tensões internas, com origem na crise venezuelana, que continua a impedir a realização da Cimeira com a UE (a última teve lugar em 2015). Realizou-se, em Bruxelas, em julho, uma reunião de MNE que permitiu retomar os contatos a alto nível e finalizar o capítulo 2 do Plano de Ação – “Desenvolvimento sustentado, ambiente, alterações climáticas e energia” – incorporando os resultados da COP 21 de Paris. A reunião ministerial decorreu sob o tema “Building bridges and strengthening our Alliance to face global challenges” e a Declaração adotada confirma o acervo comum desenvolvido ao longo da vigência da Parceria Estratégica e reafirma a visão conjunta de compromisso para com o multilateralismo e os princípios da Carta das Nações Unidas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal defende que a UE deve continuar a envidar esforços para reforçar a parceria bi-regional e considera que o adiar de cimeiras levará a um afastamento da região da agenda europeia, que se vai centrando nos vizinhos a sul e a leste e que tende a deslocar-se cada vez mais também para a Ásia.

Ainda numa lógica de reforço da parceria bi-regional decorre o processo de ratificação do Acordo que confere à Fundação UE-LAC o estatuto de Organismo Internacional, e que entrará em vigor depois de oito das Partes de cada região o terem ratificado. Do lado europeu já se verificou o depósito de mais de oito EM (Portugal foi o 12.º), faltando apenas um Estado ALC para que o Acordo entre em vigor. O Conselho de Governadores, em julho e novembro, adotou os textos necessários à passagem da Fundação a Organismo Internacional a fim de evitar qualquer interrupção na gestão e assegurar que todos os países continuam a fazer parte deste processo.

No âmbito sub-regional, e a fim de consolidar as relações da UE com a Aliança do Pacífico estão a ser exploradas formas de transformar as ações "ad hoc" existentes numa cooperação mais estruturada através de uma Declaração Conjunta, apoiada por Portugal. Esta identifica atividades com base nas conclusões do encontro mantido à margem da reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros UE-CELAC, designadamente o comércio, o movimento de pessoas, a ciência e a tecnologia.

Destaca-se a continuação das negociações relativas ao estabelecimento de um Acordo de Associação UE-Mercosul. Foi já alcançado acordo para os capítulos político e de cooperação faltando fechar a parte comercial. No que respeita a esta vertente, o ano foi marcado por um ritmo bastante intenso das negociações numa tentativa de alcançar os progressos necessários para a sua conclusão. Apesar dos esforços desenvolvidos, a persistência de algumas questões-chave de carácter técnico – acesso ao mercado do MERCOSUL para automóveis e suas partes, serviços marítimos e produtos lácteos; regras de origem para automóveis; e Indicações Geográficas (IG) – impediu sistematicamente um compromisso. Mantém-se o objetivo da UE,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

partilhado por Portugal, de concluir um acordo ambicioso, equilibrado e mutuamente vantajoso, havendo por parte do MERCOSUL, enquanto Bloco, aparentemente uma vontade semelhante. Todavia, o quadro negocial é agora ensombrado pela crescente contestação no seio da UE à conclusão de um acordo, na sequência da eleição do Presidente Jair Bolsonaro e das orientações políticas do novo executivo brasileiro.

As relações UE-Brasil foram marcadas pela incerteza política que continuou a não permitir o agendamento da Cimeira UE-Brasil (a última teve lugar em 2014) e a conclusão da negociação do Plano de Ação Conjunto 2016-2021. Foi, no entanto, finalizado um Memorando de Entendimento de Cooperação Internacional. Em fase pós eleitoral, a UE já manifestou a disponibilidade para continuar a desenvolver a parceria estratégica, objetivo apoiado por Portugal.

Perspetivou-se a conclusão das negociações relativas à modernização do Acordo Global UE-México, por já se encontrarem fechados os pilares político e de cooperação, faltando apenas a parte comercial. Em abril foi concluído um acordo político de princípio sobre a modernização do pilar comércio. Todavia, subsistem ainda detalhes técnicos a negociar e alguns temas que deverão ser finalizados, tais como os compromissos relativos ao acesso ao mercado sub-federal de compras públicas, desenvolvimento sustentável e Indicações Geográficas.

Portugal encorajou a Comissão a concluir o processo negocial com o nível de ambição estabelecido à data do lançamento do processo de modernização. Outra preocupação nacional foi a consagração da proteção de investimento e da resolução de litígios segundo a mais recente política europeia de investimento.

As negociações de modernização do Acordo de Associação UE-Chile têm registado avanços, incluindo na vertente comercial – realização de duas rondas negociais com resultados positivos –, apesar de subsistirem dificuldades nas questões fiscais e não-proliferação e estarem por abordar disposições sobre modernização do Estado e questões institucionais. Portugal tem apoiado este processo, no entendimento de que



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

um acordo revisto e modernizado contribuirá para o reforço das relações político-económicas.

A Venezuela foi o ponto mais sensível na agenda da UE na região. A UE dedicou uma atenção particular à situação política na Venezuela, à degradação das condições socioeconómicas e ao consequente êxodo da população para os países vizinhos. Portugal contribuiu ativamente para a definição da abordagem europeia da situação venezuelana, que conjuga: (i) ajuda humanitária e ao desenvolvimento na Venezuela e Estados vizinhos afetados pela crise no país; (ii) pressão sobre o regime, com a adoção de diversas declarações da AR/VP e da UE, assim como de conclusões do Conselho dos Negócios Estrangeiros de maio, e a imposição de medidas restritivas adicionais, em junho, com o acréscimo de 11 novas designações (para um total de 18) à lista dos indivíduos sujeitos a medidas restritivas; e (iii) apoio à criação de condições para o relançamento de um diálogo nacional tendente a uma solução pacífica e negociada da crise política, sob a forma de um Grupo de Contacto Internacional.

Também a crise sociopolítica na Nicarágua levou a declarações da UE condenando a repressão violenta de protestos sociais verificados no país, as detenções arbitrárias, a perseguição empreendida contra ONG e meios de comunicação social, assim como a falta de colaboração do Governo com os organismos internacionais responsáveis pela monitorização da situação de direitos humanos no país, apelando à retoma de um diálogo nacional.

Realizou-se a primeira reunião do Conselho Conjunto UE-Cuba tendo sido criados cinco diálogos: Desenvolvimento Sustentável; Direitos Humanos; Medidas Coercivas unilaterais; Comércio Ilícito de Armas; e Armas de Destruição Maciça.

RELACÕES TRANSATLÂNTICAS

As relações UE-EUA mantiveram-se tensas e sujeitas a uma enorme imprevisibilidade, em especial no plano comercial.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Num esforço para retomar uma trajetória mais positiva e encetar uma trégua nas relações com este parceiro estratégico, o Presidente Juncker deslocou-se a Washington em julho para um encontro com o Presidente Trump. Nessa ocasião foi acordada uma Declaração conjunta cujos principais resultados foram o desenvolvimento de uma agenda comercial e o reforço da cooperação estratégica em matéria de energia, em particular, com vista a facilitar o aumento das exportações americanas para a Europa de Gás Natural Liquefeito (GNL).

O reforço da cooperação estratégica em matéria de energia e as medidas destinadas a facilitar o aumento das exportações americanas de GNL interessam a ambas as partes, e em especial a Portugal, tendo em conta que parte das exportações americanas de GNL para a Europa entra através do Porto de Sines. Esta cooperação insere-se, também, no objetivo estratégico da União de garantir a segurança e a diversificação de fontes e rotas no abastecimento de gás à Europa e de diminuir a dependência dos países europeus do gás e petróleo de outras regiões, como é o caso da Rússia. Expressão deste reforço foi também a redinamização dos trabalhos do Conselho Energia UE-EUA, que realizou em Bruxelas, em julho, a sua primeira reunião sob Administração Trump, tendo sido abordados os seguintes temas: (i) GNL; (ii) segurança energética; e (iii) diversificação das fontes e rotas de abastecimento da UE, incluindo a construção de infraestruturas de receção, armazenamento e de interligação de gás. Refira-se que os EUA anunciaram em setembro na Cimeira dos Três Mares⁸⁹ em Bucareste que pretendem desenvolver uma “Partnership for Transatlantic Energy” com os países desta região.

⁸⁹ A Iniciativa Três Mares, também conhecida por Iniciativa Báltica, Adriática e Mar Negro, é um fórum de 12 países da UE da Europa Central e Oriental (Áustria, Bulgária, Croácia, República Checa, Hungria, Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, Roménia, Eslováquia e Eslovénia) vocacionado para criar um diálogo sobre assuntos de interesse comum a estes Estados. A reunião de setembro em Bucareste visou realizar progressos nas interligações em matéria de transportes, energia e digital na região e debater contribuições concretas para estimular a conectividade na região, aumentar a convergência, a coesão e a unidade da UE, bem como reforçar os laços transatlânticos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

No plano comercial, a postura protecionista da Administração Trump não se alterou. Durante o primeiro semestre as tensões aumentaram com a introdução pelos EUA de direitos aduaneiros adicionais sobre as importações de aço e alumínio, às quais a UE respondeu com: (i) medidas de reequilíbrio; (ii) pedido de consultas na Organização Mundial de Comércio (OMC); e (iii) medidas de salvaguarda sobre produtos siderúrgicos. Aguardam-se os resultados da investigação dos EUA sobre o setor automóvel (à imagem do aço/alumínio poderá resultar em direitos aduaneiros acrescidos para a UE), que terá um impacto importante na indústria europeia e em Portugal. O já referido encontro Juncker-Trump, em julho, permitiu apaziguar as tensões comerciais e criou um Grupo de Trabalho Executivo que reuniu desde setembro, trabalhando essencialmente na área da cooperação regulamentar e no comércio de GNL e de soja.

Em outubro, a Administração Trump notificou o Congresso da intenção de negociar um acordo comercial com a UE, o que poderá acelerar as conversações bilaterais logo no início de 2019.

Face ao clima de tensão, Portugal defendeu, tal como a grande maioria do EM e a Comissão, a singularidade e dimensão estratégica desta relação em termos políticos e económicos e que a UE deverá continuar a salvaguardar um diálogo construtivo e a assegurar uma mensagem una e coesa, em especial nos temas mais sensíveis, sem prejuízo de resposta firme e proporcionada que minimize o impacto sobre as empresas europeias das medidas protecionistas norte americanas.

Relativamente ao Canadá, está já em pleno funcionamento a estrutura institucional criada pelo Acordo de Parceria Estratégica (SPA), que entrou em aplicação provisória em abril de 2017. Haverá a destacar a realização em novembro da segunda reunião do Comité Ministerial Conjunto UE-Canadá, no qual foi aprovada uma declaração conjunta, que reconhece o importante papel deste acordo e do Acordo Económico e Comercial Global (CETA) no aprofundamento das relações. É também constatada a cooperação profícua que tem tido lugar no que diz respeito ao sistema multilateral,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

nomeadamente no quadro da ONU e OMC, e previsto o reforço da cooperação existente em matéria de luta contra o terrorismo, segurança, alterações climáticas, energia, oceanos e, em particular, no domínio da ciência e inovação. Nesta reunião foi aprovado o relatório anual apresentado pelo Comité de Cooperação Conjunto UE-Canadá sobre estas relações.

No quadro da cooperação de longa data em matéria de Oceanos, teve lugar em Otava, em janeiro, o Diálogo de Alto Nível sobre Pescas e Assuntos Marítimos UE-Canadá. Nesta reunião foi reafirmado o interesse na concretização de uma Parceria Oceânica, como forma de alcançar uma melhor governança global e coerência das políticas relacionadas com os oceanos. Esta parceria, ainda em negociação, assumirá a forma de um instrumento não vinculativo e irá centrar-se em áreas como a diminuição das pressões sobre os oceanos, a poluição do meio marinho, as alterações climáticas e a pesca Ilegal Não declarada e Não regulamentada (INN). Portugal tem apoiado o aprofundamento das relações neste domínio e, em especial, o avanço na colaboração nas ciências para o oceano e ação para o desenvolvimento sustentável, em linha com a iniciativa da UNESCO “Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável” (2021-2030) e a Agenda 2030 da ONU, com as quais está comprometido.

No plano comercial, o dia 21 de setembro marcou o primeiro aniversário da entrada em vigor provisória do CETA já ratificado por 11 EM, incluindo Portugal. Apesar de ser ainda cedo para tirar conclusões precisas sobre o impacto do CETA, os números mostram um aumento de 7% nas exportações da UE de outubro de 2017 a junho de 2018, em termos homólogos. Portugal também registou uma tendência de aumento das exportações para o Canadá (até setembro), face ao período homólogo. Na mesma linha, no final do ano contavam-se 710 empresas exportadoras portuguesas na base de dados REX (sistema de exportadores registados), número que duplicou face a 2017. De assinalar, ainda, a primeira reunião do Comité Misto do CETA que teve lugar a 25 de setembro em Montreal, onde foi salientado o trabalho efetuado



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

até ao momento pelos vários comités técnicos, bem como a importância do diálogo bilateral e do bom entendimento entre as partes.

ÁSIA E OCEÂNIA

A UE tem demonstrado um crescente interesse pela Ásia, que Portugal tem apoiado, possuindo atualmente quatro parcerias estratégicas: China, Japão, República da Coreia e Índia, procurando aprofundar as relações políticas e económicas, incluindo no plano multilateral e da conectividade Europa – Ásia. Foram igualmente desenvolvidas no plano inter-regional, as relações com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), com vista a elevá-las a um nível estratégico.

Quanto à China, a 20.^a Cimeira UE-China, realizada em Pequim, em julho, foi marcada pela atmosfera construtiva, por contraponto às anteriores, caracterizadas por consideráveis divergências nos planos político e económico.

No plano político, pela primeira vez em três anos, foi possível adotar uma declaração conjunta bastante substantiva em múltiplos domínios. Tem sido, no entanto, evidente a crescente influência chinesa junto de alguns Governos europeus integrados no Grupo 16+1⁹⁰, permitindo, nalguns casos, diluir a unidade de posições europeias.

Nos aspetos comerciais, a Cimeira traduziu alguns avanços, nomeadamente a troca de ofertas de acesso ao mercado no âmbito das negociações do Acordo de Investimento, o apoio ao sistema multilateral de comércio baseado em regras e ao reforço da cooperação na reforma da OMC, particularmente importante face ao atual enquadramento do comércio internacional, com o agravamento das relações entre a China e os EUA. Portugal tem interesse no acordo de investimento e tem apoiado os esforços de envolvimento e diálogo com a China.

⁹⁰ Desde 2012, a China e 16 países da Europa Central e Oriental, incluindo 11 EM da UE (Bulgária, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa e Roménia), estabeleceram a plataforma de cooperação 16+1.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Já quanto ao Acordo de Indicações Geográficas (IG) e apesar de ter sido indicada uma possível conclusão das negociações até ao final de outubro, tal não se veio a verificar. O principal problema, neste momento, tem a ver com a pressão exercida por empresas australianas e norte americanas sobre a China para não reconhecer a proteção de algumas IG europeias, no processo de oposição em curso.

No que respeita às 62 formações dos Diálogos setoriais UE-China de registar que Portugal tem estado especialmente ativo no desenvolvimento da Plataforma China-Europa para a Água (CEWP). Neste sentido, em novembro, uma delegação chefiada pelo Secretário de Estado do Ambiente esteve em Pequim para aprofundar contactos.

Refira-se ainda que em setembro foi adotado por larga maioria o relatório do PE sobre as relações UE-China, defendendo o seu estreitamento e assinalando, contudo, que devem ser tomadas medidas firmes tendentes a evitar o controlo chinês de infraestruturas económicas estratégicas europeias.

À margem da 25.^a Cimeira UE-Japão, que teve lugar em Tóquio em julho, foi assinado o Acordo de Parceria Estratégica e o Acordo de Parceria Económica que estabelecem novos mecanismos que permitem o aprofundamento das relações políticas e económicas. Ambos os Acordos foram votados favoravelmente pelo Parlamento Europeu, em dezembro.

O Acordo de Parceria Estratégica com o Japão abriu caminho para a celebração do Acordo comercial e respetiva entrada em vigor. Portugal promoveu ativamente a conclusão destes acordos que reforçam a relação com este parceiro, com quem temos relações históricas, antecipando-se um incremento significativo dos fluxos comerciais. Já o Acordo de Parceria Estratégica exige a ratificação pelos EM da UE, prevendo-se, no entanto, que grande parte possa ser aplicada a título provisório, a 1 de fevereiro de 2019, juntamente com a entrada em vigor do Acordo de Parceria Económica.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Na 9.^a Cimeira UE-República da Coreia, realizada em Bruxelas, em outubro, embora não tenha sido possível adotar uma declaração conjunta, por divergências relativas à linguagem quanto ao processo de desnuclearização da Península da Coreia, permitiu, contudo, confirmar a importância da Parceria Estratégica e dos pontos de vista comuns em muitos temas. Esta Cimeira foi também uma oportunidade para a UE confirmar o seu reconhecimento sobre o importante papel da República da Coreia, apoiando o diálogo para a paz na Península Coreana, valorizando também os esforços que têm sido desenvolvidos pelos EUA, como sucedeu no encontro entre os líderes dos dois Países em Singapura, realizado em junho.

Ao abrigo do Acordo de Comércio Livre (ACL) UE-Coreia do Sul, a UE solicitou, em dezembro, consultas formais com o Governo coreano relativamente à implementação dos compromissos em matéria de Desenvolvimento Sustentável no âmbito do ACL, tendo estas ficado agendadas para o início de 2019. Em causa está a ratificação e aplicação das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a proteção dos direitos laborais pela Coreia.

Embora tenha sido adiada para 2019 a Cimeira UE-Índia, a UE continuou a pugnar por equilibrar a Parceria Estratégica de 2004, que se tem mantido aquém das expectativas devido a divergentes perceções relativamente ao seu desenvolvimento. Neste sentido, a AR/VP recebeu em junho a Ministra dos Negócios Estrangeiros indiana, tendo sido discutido o aprofundamento da cooperação com Nova Deli, em linha com a declaração aprovada na Cimeira de 2017. A resolução do PE, em setembro do mesmo ano, recomendou a preparação de uma nova estratégia da UE, coerente e identificando prioridades claras. Neste contexto a AR/VP e a Comissão apresentaram, em novembro, a Comunicação Conjunta "Elementos para uma estratégia da União Europeia em relação à Índia", objeto de conclusões do Conselho em dezembro. Portugal defendeu o desenvolvimento desta nova estratégia, com o objetivo de maximizar o potencial da relação entre a UE e a Índia, incluindo a sua



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

expansão a novas áreas de interesse mútuo, tendo participado ativamente na discussão sobre a sua elaboração.

Quanto à ASEAN, Singapura assegurou a presidência anual, sucedendo-lhe a Tailândia em 2019. A União continuou empenhada em contribuir para a redução da pobreza e o aprofundamento da integração regional da ASEAN. Em outubro, decorreu em Bruxelas a Cimeira UE-ASEAN, tendo sido reiterado o interesse em elevar as relações para um patamar estratégico. Os líderes manifestaram igualmente interesse na conclusão das negociações do Acordo de Transportes Aéreos, em melhorar a conectividade, em prosseguir as negociações comerciais, bem como aprofundar a cooperação em distintas áreas, valorizando-se o multilateralismo efetivo.

Estando suspensas as negociações com o bloco ASEAN foram avançando as negociações de Acordos de Parceria e Cooperação (APC) com alguns países deste bloco, um processo que contou com o apoio de Portugal. Com Singapura, as negociações foram iniciadas em 2005 e concluídas em 2013 e o acordo assinado em Bruxelas, em outubro, à margem da Cimeira UE-ASEM, juntamente com o ACL e o Acordo de Proteção do Investimento (API). Estes acordos aguardam ainda o consentimento do PE.

Não obstante as formalidades observadas com vista à assinatura do Acordo-Quadro de Parceria e Cooperação UE-Malásia, à margem da Cimeira UE-ASEM, a mesma foi adiada por solicitação do Governo malaio, por razões políticas.

No que respeita ao Vietname, depois de um compasso de espera decorrente de situações de incumprimento dos Direitos Humanos, a Comissão adotou, em outubro, as propostas de Decisão para assinatura e conclusão do ACL e do Acordo de Proteção do Investimento, tendo o Conselho adiado as discussões para 2019, depois de concluídos os procedimentos internos de tradução e revisão jurídica em curso.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Prosseguiram as negociações do ACL com a Indonésia, mantendo-se suspensas, por razões políticas, com as Filipinas e a Tailândia.

A 12.^a Cimeira ASEM realizou-se em outubro, em Bruxelas, tendo contado com a presença de 51 Estados europeus e asiáticos. Tendo como tema central "Global Partners for Global Challenges", os líderes identificaram oportunidades, desafios partilhados pelas duas regiões, formas de cooperação, incluindo a nova Estratégia de Conectividade Europa-Ásia da UE, não deixando igualmente de discutir temas de política externa, segurança internacional, comércio, ambiente, migrações e economia digital.

A Estratégia de Conetividade Europa-Ásia constitui um elemento geopolítico relevante para a prosperidade e a segurança europeia, decorrente da Estratégia Global da UE de 2016. Na sequência da Declaração Conjunta da AR/VP de 19 de setembro, a Conetividade Europa-Ásia foi objeto de conclusões do Conselho dos Negócios Estrangeiros de outubro, visando melhorar as ligações e as redes entre os dois continentes, para uma maior aproximação das pessoas e o surgimento de novas oportunidades de negócio. Caracteriza-se pelos seguintes princípios: (i) sustentabilidade (económica, orçamental, ambiental e social); (ii) múltipla dimensão (transportes, energética, digital, humana); e (iii) respeito pelas regras internacionais.

Por ocasião da Visita do Presidente da República Popular da China a Portugal, em dezembro, o Governo português celebrou um Memorando de Entendimento com o Governo chinês para cooperação no âmbito da iniciativa "Belt and Road", em linha com as orientações europeias e com a aludida Estratégia da UE para a Conetividade Europa-Ásia.

No respeitante ao Afeganistão, o Conselho, nas conclusões adotadas em novembro, assinalou o compromisso da UE em apoiar o processo de paz, liderado pelas autoridades afegãs, e em contribuir para a prosperidade do país, através da promoção da cooperação política e económica entre países vizinhos, também à luz da nova Estratégia de Conetividade Europa-Ásia. A UE reiterou, igualmente, na



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Conferência de Genebra de novembro, na qual Portugal também participou, o seu compromisso em apoiar o povo afegão e os esforços das Nações Unidas para a paz e segurança, em diálogo com os relevantes parceiros internacionais, incluindo os regionais. Realizaram-se eleições legislativas em outubro – as primeiras organizadas pelas autoridades desde 2001 – tendo Portugal encorajado um papel ativo da UE nos esforços de negociações de paz intra-afegãs, inclusivas e conducentes a um acordo político sustentável.

Aguarda-se a assinatura do novo plano de colaboração estratégica UE-Paquistão, instrumento que reforçará o enquadramento das relações, propósito que Portugal apoiou. Nas suas conclusões de novembro, o Conselho manifestou disponibilidade para trabalhar com o novo Governo paquistanês, apoiando os seus esforços para proceder às necessárias reformas, bem como a promoção da cooperação regional e com países vizinhos, em particular com o Afeganistão e com a Índia, essencial para a segurança da região e para o desenvolvimento sustentável.

No que diz respeito à Oceânia realizaram-se as reuniões do Comité Misto com a Nova Zelândia e a Austrália, em fevereiro e novembro, respetivamente. Refira-se que o Acordo de Parceria sobre as Relações e a Cooperação UE-Nova Zelândia e o Acordo Quadro com a Austrália estão em aplicação provisória desde janeiro de 2017 e outubro deste ano, respetivamente.

Com base no mandato de negociação aprovado pelo Conselho em maio as negociações com a Austrália e a Nova Zelândia para a conclusão de acordos de comércio livre foram formalmente lançadas, a 18 de junho, em Camberra, e a 21 de junho, em Wellington, respetivamente.

Os processos decorrem em paralelo, mas separadamente. Realizaram-se duas rondas com cada um destes países, tendo as discussões permitido confirmar uma convergência de posições na maioria das áreas de negociação, em especial com a Nova Zelândia, com quem se antecipa que avancem mais rapidamente.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

ÁFRICA

O relacionamento UE-União Africana (UA) foi marcado pelo seguimento da Cimeira de Abidjan, de 2017, nomeadamente pela discussão do Plano de Ação 2018-2020, tendo a UE enviado ao lado africano uma proposta, para análise, em março. Por ocasião do discurso sobre o Estado da União, em setembro, o Presidente Juncker anunciou uma Nova Aliança África-Europa, que foi objeto de uma Comunicação da Comissão, publicada no mesmo dia, visando essencialmente o aumento do investimento e a criação de empregos sustentáveis.

Portugal empenhou-se no seguimento da Cimeira de Abidjan, promovendo uma agenda positiva e a consolidação de um modelo de diálogo político regular e cooperação entre parceiros iguais, com um progressivo envolvimento da sociedade civil e do setor privado, quer do lado europeu, quer africano. Manifestou igualmente o seu apoio à iniciativa da Nova Aliança apresentada pela Comissão.

Ao mesmo tempo, Portugal continuou a contribuir para a prossecução das prioridades estratégicas da UE na África Subsariana, nomeadamente: (i) prevenção e resolução de conflitos; (ii) apoio aos processos de democratização e Estado de Direito; (iii) intensificação do diálogo e cooperação em matéria de migrações; (iv) promoção do desenvolvimento; (v) luta contra o terrorismo; e (vi) reforço das parcerias com a UA, com as organizações sub-regionais do continente e bilateralmente com os países africanos, no pleno respeito pelo princípio da apropriação (“ownership”) e da subsidiariedade.

Os debates no seio da UE foram dominados pelas situações de crise ou de emergência e pela identificação de eventuais próximos passos e perspetivas de relacionamento futuro da UE com os países ou regiões afetados, nomeadamente Sudão do Sul, Somália, Sahel/Mali, Lago Chade, Grandes Lagos – v.g. República Democrática do Congo e Burundi – e República Centro-Africana. Portugal não deixou, no entanto, de reiterar a necessidade de calibrar esta abordagem com uma visão mais estratégica e abrangente, devendo ambas concorrer para a promoção dos



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

interesses da UE e dos EM junto dos países e regiões africanas. Procurou ainda valorizar junto dos parceiros europeus os esforços desenvolvidos pelos PALOP em matéria de democratização, segurança, desenvolvimento e integração regional, entre outros, contribuindo não só para desbloquear obstáculos, como para acelerar iniciativas que de outra forma acabariam proteladas no tempo.

Tendo em conta as orientações consagradas na Estratégia Global da UE e dada a dimensão regional de muitos dos atuais desafios para a estabilidade na África Ocidental, Central e Oriental, Portugal participou nas reflexões promovidas no seio da UE sobre temas transversais, como o terrorismo, os tráficos e a criminalidade transnacionais, ou as migrações, tendo em vista reduzir o seu impacto na segurança, estabilidade e governação dos países da África Subsariana. Deu igualmente seguimento aos esforços no âmbito da implementação das estratégias regionais da UE e planos de ação conexos para o Sahel, o Corno de África e o Golfo da Guiné, respetivamente.

De igual modo, continuaram a ser seguidos de perto os processos eleitorais na África Subsariana, designadamente na República Democrática do Congo, e as situações de violência pós-eleitoral e instabilidade política em alguns países, com o intuito de contribuir para facilitar uma resposta rápida e eficaz da UE, sempre que necessário. Concomitantemente, o nosso país foi parte ativa nas discussões relativas, entre outros, à preparação da Cimeira UE-África do Sul (novembro), à transição política na Etiópia e subsequentes dinâmicas de reconciliação no Corno de África, à prolongada crise político-institucional na Guiné-Bissau e à situação política e financeira em Moçambique.

Portugal contribuiu também, de forma abrangente e estruturada, para a preparação e o acompanhamento de diálogos da UE, a nível ministerial, com parceiros africanos bilaterais (v.g. Nigéria, Angola, Etiópia, Cabo Verde) e multilaterais. Nesse âmbito, continuou-se a promover a dinamização e otimização do mecanismo Caminho Conjunto UE-Angola.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Grupo Países África Caraíbas e Pacífico (ACP)

Quanto aos Acordos de Parceria Económica (APE) celebrados ou em negociação entre a UE e as várias sub-regiões da África Subsariana, de realçar o seguinte:

- No APE com a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, em aplicação provisória desde outubro de 2016 com o Botswana, Lesoto, Suazilândia, África do Sul e Namíbia, registou-se o início da sua aplicação por Moçambique, em fevereiro, fazendo deste o primeiro APE africano a estar operacional. A 4.ª reunião do Comité de Comércio e Desenvolvimento realizou-se em novembro, em Joanesburgo.
- Na região da África Austral e Oriental (ESA)⁹¹, a aplicação provisória do APE intermédio (APEi), assinado por Madagáscar, Maurícias, Seychelles e o Zimbabwe decorre de forma satisfatória. As negociações de um APE completo, envolvendo todos os Estados da região, continuam atrasadas.
- O APE UE-África Ocidental⁹² foi assinado pela Gâmbia e a Mauritânia respetivamente, em agosto e em setembro, continuando a faltar a assinatura da Nigéria. No quadro dos APEi em vigor, realizou-se a primeira reunião do comité conjunto com o Gana, em janeiro, e com a Costa do Marfim, em março.
- No APE UE-Comunidade da África Oriental⁹³ (EAC), assinado em junho de 2016 pelo Quénia e o Ruanda, continua em falta a assinatura da Tanzânia, do Uganda e do Burundi para que possa entrar em vigor.
- Na região da África Central⁹⁴, o APE continua a aplicar-se provisoriamente apenas aos Camarões. Contudo, existem contactos entre a região e a UE para uma futura adesão a este acordo por parte dos demais países.

No que diz respeito às Caraíbas, no âmbito do APE completo UE-CARIFORUM⁹⁵, realizaram-se, em dezembro, a 8.ª reunião do Comité de Comércio e

⁹¹ "Eastern and Southern Africa" (ESA)/ África Austral e Oriental -Seychelles, Zimbabwe, Maurícias, Madagáscar, Zâmbia, Comores, Djibouti, Eritreia, Etiópia, Malawi, Somália, Sudão.

⁹² "Western Africa"/África Ocidental – Benim, Burquina-Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, República da Guiné, Senegal, Serra Leoa, Togo e a Mauritânia.

⁹³ EAC – Burundi, Quénia, Ruanda, Tanzânia, Uganda.

⁹⁴ "Central Africa"/África Central – Camarões, República Centro Africana, República do Congo, República Democrática do Congo, Tchad, Guiné Equatorial, Gabão e S. Tomé e Príncipe.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Desenvolvimento e a 4.^a reunião do Comité Consultivo, ambas em Santa Lúcia. As partes continuam a trabalhar na implementação dos vários aspetos do acordo.

Quanto ao APE com a região do Pacífico⁹⁶ o Conselho aprovou a 6 de dezembro a adesão de Samoa. As Ilhas Salomão e Tonga manifestaram também interesse em aderir, tendo as Ilhas Salomão apresentado já uma oferta de acesso ao mercado, aceite pela Comissão, aguardando-se a apresentação de uma proposta ao Conselho. Relativamente a Tonga, o processo está ainda numa fase inicial, tendo a Comissão acolhido o pedido de apoio daquelas autoridades para rever a oferta de acesso ao mercado. Em outubro, realizou-se a reunião do Comité Comércio deste acordo.

Refira-se, ainda, que a Comunidade do Pacífico (SPC), constituída por 26 membros, convidou a UE, parceiro financeiro, a tornar-se observador permanente, o que constitui uma oportunidade para reforçar a cooperação com aquela região.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE AÇÃO EXTERNA

Em 2018 Portugal acompanhou de forma regular os trabalhos do Comité ENI – Instrumento Europeu para a Vizinhança – e do Comité PI – Instrumento de Parceria.

Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional

O ano ficou marcado pelo arranque do debate do QFP 2021-2027 (ver Título IV) que, no domínio da ação externa, se concentrou na negociação da proposta da Comissão para a fusão no novo Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional (IVDCI) de quase todos os instrumentos de ação externa, incluindo a orçamentação do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED).

Esta proposta visa melhorar a adequação dos recursos às prioridades e necessidades no domínio externo, para alcançar maior eficácia na prossecução dos objetivos da

⁹⁵ CARIFORUM/Caraíbas (Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, R. Dominicana, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, S. Cristóvão e Nevis, St.^a Lúcia, S. Vicente e Granadinos, Suriname, Trinidad e Tobago).

⁹⁶ Pacífico - Kiribati, Samoa, Ilhas Salomão, Tuvalu, Vanuatu, Nauru, Niue, Palau, Papua Nova Guiné, Tonga, Ilhas Cook, Fiji, Ilhas Marshall, Micronésia e Timor-Leste.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

União. A dotação global prevista para o IVDCI é de quase 79 mil milhões de euros e é concedida uma clara prioridade política à vizinhança e a África, sendo proposto o reforço dos montantes para estas duas regiões face ao quadro atual para, respetivamente, para 19,5 e 28,3 mil milhões de euros. Uma das novidades, que vai também neste sentido, é o estabelecimento de uma reserva estratégica no IVDCI, não programável, para acorrer a situações não previstas ou reforçar áreas de atuação no montante de 9 mil milhões de euros. Foi concluída, a nível técnico, a primeira leitura do regulamento, com exceção da parte relativa ao Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável respeitante ao financiamento do investimento, tendo-se iniciado em outubro as negociações com o PE.

Portugal participou ativamente nesta negociação, manifestando o seu apoio à prioridade política concedida à vizinhança e a África. Defendemos também condições para uma maior inclusividade dos EM na programação e implementação da cooperação e a manutenção das flexibilidades do FED.

Instrumento para a Estabilidade e Paz (IEP)

No que respeita à componente programável deste instrumento, foi adotado e implementado o Programa de Ação Anual (PAA), em linha com o Documento de Estratégia para 2014-2020 e com o Programa Plurianual para 2018-2020, com um orçamento de 33,7 milhões de euros para financiamento de projetos de prevenção de conflitos, consolidação da paz e preparação para situações de crise, e de 72,2 milhões de euros para fazer face a ameaças globais, transregionais e emergentes, o que representa um aumento face ao ano de 2017.

A par da negociação do IVDCI, mencionado supra, e que se pretende integre o IEP, foram também iniciadas as negociações relativas ao Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, um novo instrumento extra-orçamental no âmbito do QFP 2021-2027, que se propõe consolidar a Facilidade de Paz Africana e o Mecanismo Athena, usado para financiar as operações e ações militares da UE.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Instrumento de pré adesão (IPA II)

No âmbito do IPA II⁹⁷, o ano foi marcado pela revisão dos documentos de estratégia indicativos dos países beneficiários para o período 2014-2022 e pela redução dos montantes de assistência financeira de pré-adesão à Turquia, resultante do fraco desempenho deste país em suprir de forma satisfatória algumas das necessidades fundamentais nos setores do Estado de Direito e da governação, conforme as conclusões do relatório de avaliação intercalar do IPA e do relatório do Tribunal de Contas Europeu sobre a assistência de pré-adesão desde 2007.

Portugal avaliou favoravelmente a revisão dos documentos de estratégia indicativos, os programas de ação anual para a Albânia (94,1 milhões de euros), a Bósnia-Herzegovina (71,2 milhões de euros), a Antiga República Jugoslava da Macedónia (32 milhões de euros), o Kosovo (90,5 milhões de euros), o Montenegro (36,1 milhões de euros), a Sérvia (179,1 milhões de euros), a Turquia (98,4 milhões de euros), bem como o programa de ação anual multipaíses (196,1 milhões de euros). Idêntica avaliação foi feita ao programa de ação anual de assistência financeira à Comunidade Cipriota Turca⁹⁸ no valor de 34,4 milhões de euros.

Acompanhámos também as negociações do regulamento do novo Instrumento de Pré-adesão – IPA III – para o período 2021-2027 que dará continuidade ao IPA II. Apoiamos a nova proposta e os seus objetivos, por se centrar em torno das prioridades principais estabelecidas na política de alargamento e nos documentos de estratégia. A programação do novo instrumento é mais estratégica - deixa de ter

⁹⁷ Lançado em março de 2014, destina-se a apoiar: as reformas políticas; o desenvolvimento económico, social e territorial com vista a um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo; a capacidade dos beneficiários para assumirem as obrigações decorrentes da adesão à União e a integração regional e da cooperação territorial. Países beneficiários: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Kosovo, Montenegro, Sérvia, Turquia e Antiga República Jugoslava da Macedónia. Apesar da Islândia estar na lista dos beneficiários, os fundos foram cancelados no seguimento da sua decisão de suspender as negociações de adesão.

⁹⁸ O Regulamento (CE) n.º 389/2006 estabelece um instrumento de apoio financeiro para a promoção do desenvolvimento económico da comunidade cipriota turca, sendo o financiamento abrangido pelo IPA II.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

uma dotação orçamental por país para passar a ter uma atribuição temática -, permitindo recompensar o bom desempenho e o progresso alcançado por cada beneficiário; estará mais focada no cumprimento dos “fundamentals first”, ou seja, em reformas significativas no domínio do Estado de Direito, dos direitos fundamentais e da boa governação e terá mais financiamento disponível para infraestruturas, conectividade, PME, eficiência energética, inovação e economia digital.

O reforço da capacidade administrativa e o apoio às reformas institucionais junto dos beneficiários é concretizado, nomeadamente, através dos instrumentos “twinning”⁹⁹, “twinning light”¹⁰⁰ e TAIEX – “Technical Assistance and Information Exchange Instrument”¹⁰¹. Manteve-se a coordenação das candidaturas nacionais aos projetos de “twinning” e a mobilização de peritos nacionais e de entidades anfitriãs no âmbito TAIEX, nas suas várias vertentes – TAIEX - REGIO PEER 2 PEER, TAIEX – EIR PEER 2 PEER “Environmental Implementation Review”, TAIEX – SRSS PEER 2 PEER “Structural Reform Support Service” e TAIEX – TCc (Comunidade Cipriota turca).

Portugal, através da Provedoria, deu início à implementação do projeto “twinning light” com a sua congénere da Turquia, que visa a promoção e proteção dos Direitos Humanos e deu continuidade ao projeto “twinning” com o Organismo de Controle Técnico da Obras Públicas da Argélia tendo em vista a execução de um sistema de gestão da rede de estradas, cuja proposta foi apresentada em consórcio com a França.

Continuámos a ter uma prestação relevante no que respeita à participação em eventos TAIEX, assumindo particular importância a organização do 19.º Fórum Internacional para Procuradores dedicado ao tema do combate ao crime organizado

⁹⁹ Programa lançado em 1998 que tem como beneficiários os países IPA II e alguns dos países da Política Europeia de Vizinhança (Argélia, Arménia, Azerbaijão, Egito, Geórgia, Israel, Jordânia, Líbano, Moldova, Marrocos, Tunísia e Ucrânia).

¹⁰⁰ Disponível desde 2001.

¹⁰¹ Lançado em 1996 destina-se a proporcionar assistência técnica entre pares.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

transfronteiriço, que decorreu em Lisboa, em outubro. O evento teve a colaboração da Procuradoria-Geral de Portugal e da Saxónia (Alemanha), o apoio do Ministério da Justiça de Portugal e contou com a participação de mais de 120 Procuradores.

Peritos nacionais asseguraram ainda a representação nacional em 32 eventos (seminários, missões de avaliação pelos pares e “workshops”) e numa missão de apoio à Comunidade Cipriota Turca. Paralelamente, a Administração organizou 12 visitas de estudo. As áreas abrangidas incluíram o ambiente, Justiça e Assuntos Internos, a agricultura e o mercado interno.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO III

POLÍTICA COMERCIAL

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)

Depois dos poucos resultados da 11.^a Conferência Mundial da OMC (CM11) em Buenos Aires, em dezembro de 2017, a UE assumiu uma atitude de liderança proactiva pondo a tónica no processo de modernização da Organização, com grande dinamismo especialmente no segundo semestre do ano.

O Conselho Europeu, de 28 e 29 de junho, mandatou a Comissão para propor uma abordagem abrangente para a modernização da OMC com o intuito de a tornar mais relevante e adaptável às circunstâncias atuais e fortalecer a sua eficácia. As ameaças ao sistema multilateral de comércio, em particular a crise do Órgão de Recurso (OR)¹⁰², são vistas como um risco significativo para a UE.

Neste sentido, a Comissão apresentou, em setembro, um documento de reflexão com propostas concretas em três vertentes: (i) atualizar o conjunto de regras sobre comércio internacional; (ii) reforçar o papel de supervisão da OMC; e (iii) superar o impasse na resolução de litígios.

Quanto à questão mais urgente da resolução de litígios, a Comissão avançou com uma proposta na reunião do Conselho Geral (CG) da OMC, em dezembro, com o intuito de superar o bloqueio do OR e responder às principais questões levantadas pelos EUA. A iniciativa da UE obteve o copatrocinio de 13 membros mas foi rejeitada pelos EUA. Apesar de tudo, a quantidade e diversidade de apoios generalizados à

¹⁰² Os EUA têm bloqueado a nomeação de juizes para este órgão – pilar fundamental da resolução de litígios – sendo que neste momento apenas se encontram em funções três de um máximo de sete, o mínimo para se formar um painel decisório. Em 2019, com o final de mandato de dois dos juizes, o OR poderá ficar paralisado.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

proposta, bem como a constatação do CG de um consenso quanto à urgência da matéria, deixaram uma perspetiva positiva para futuros desenvolvimentos.

Reforçando a premência da modernização da OMC, na Cimeira G20, em dezembro, as declarações dos líderes deram conta dum apoio reforçado ao comércio internacional e à reforma da instituição, tendo o comunicado da Cimeira reconhecido, pela primeira vez, que o sistema multilateral de comércio tem falhas que precisam de ser abordadas.

Portugal manteve uma posição de defesa e credibilização do papel da OMC, apoiando a intervenção ativa e liderante da UE neste processo de modernização, reconhecendo que a reforma do OR é prioritária.

Ainda no seguimento da CM11 prosseguiram os trabalhos nos dossiês dos Subsídios às Pescas e do Comércio Eletrónico. Neste último, tiveram lugar oito reuniões exploratórias e um exercício de "stocktaking" esperando-se para breve o início das negociações. Portugal apoiou o desenvolvimento de um enquadramento multilateral para este setor e promoveu, através das suas Embaixadas em Luanda e Moçambique, diligências junto desses dois países no sentido de os mobilizar a participar nas reuniões sobre Comércio Eletrónico, em Genebra, atendendo à importância de maior envolvimento de países africanos neste processo.

No seguimento da criação do Grupo "Amigos da Facilitação do Investimento para o Desenvolvimento", tem avançado o Diálogo Informal sobre o tema, apoiado por Portugal, frisando a necessidade de melhorar o clima de investimento para as PME.

Novas adesões

No âmbito da iniciativa nacional de apoio à adesão de Timor-Leste à OMC foi concluído um projeto de programa de assistência técnica que deverá ser transmitido a Genebra e a Díli, com vista à sua operacionalização.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

INSTRUMENTOS DE DEFESA COMERCIAL (IDC)

Aplicação pela União Europeia dos IDC contra as importações de países terceiros

Portugal defende a aplicação dos IDC com o objetivo de corrigir os efeitos das distorções causadas pelas práticas desleais de comércio ("dumping" e subvenções) ou por aumentos súbitos e acentuados das importações originárias de países terceiros (salvaguardas) que causam prejuízos à indústria. Neste sentido, refira-se a aplicação da nova metodologia de cálculo do "dumping" aos novos processos de defesa comercial e a entrada em vigor do Regulamento sobre a Modernização dos IDC.

Na defesa dos interesses da indústria nacional, é de destacar: (i) a instituição de medidas provisórias sobre as importações de certos produtos de aço, como medida de contingência da UE face ao risco de um aumento súbito e acentuado das importações produtos de aço, devido a um eventual desvio de comércio resultante das restrições impostas pelos EUA, em março, e da conjuntura turbulenta da produção e do mercado internacional do aço; (ii) processos anti-subvenções sobre as importações de biodiesel originárias da Argentina e da Indonésia; (iii) reexames de caducidade das medidas aplicáveis às importações provenientes da China de artigos de mesa ou de cozinha, de cerâmica, folhas e tiras delgadas de alumínio, bicicletas e suas partes e acessórios roscados para tubos moldados de ferro fundido maleável, bem como de bioetanol proveniente dos EUA; (iv) prorrogação das medidas sobre as importações de mecanismos de alavanca, tubos sem costura de aço inoxidável e determinados radiadores de alumínio (China); tubos sem costura de ferro ou aço (Rússia e Ucrânia); nitrato de amónio (Rússia); e (v) extensão dos direitos "anti-dumping" sobre importações de cabos de aço originárias da China, Marrocos e Coreia.

No âmbito do encerramento dos processos "anti-dumping" sobre as importações de biodiesel da Argentina e da Indonésia, Portugal opôs-se atendendo ao impacto sobre



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

os produtores nacionais, embora reconhecendo a necessidade da sua conformidade com o direito da UE e a OMC.

A par de outros EM pugnamos para que fossem instituídas medidas de compensação provisórias no quadro do processo anti-subsvenções sobre as importações de biodiesel originárias da Argentina, o que não se veio a verificar, dada a complexidade da investigação.

Aplicação por Países Terceiros de IDC contra as exportações da UE ou de alguns dos seus Estados-membros

O ano foi marcado pelo aumento da complexidade dos processos de defesa comercial devido a fatores como a sobrecapacidade de aço a nível mundial e o contexto político em alguns países terceiros, onde as medidas IDC adquiriram uma conotação protecionista - caso dos EUA. Além disso, os produtores da UE, que enfrentam desafios no mercado interno e procuram encontrar novos mercados de exportação, têm sido mais frequentemente objeto de medidas IDC.

Assim, foram iniciados 25 processos de defesa comercial, dos quais 14 "anti-dumping" e 11 salvaguardas. Face ao ano transato, registou-se uma diminuição do número de processos "anti-dumping" (sete) e um aumento do número de processos de salvaguarda (cinco) contra as exportações europeias.

Do ponto de vista nacional, o ano revelou-se positivo, pois, dos 25 processos iniciados apenas três terão incidência direta sobre exportações nacionais, designadamente as salvaguardas do Canadá e da Turquia sobre as importações de produtos de aço, e de Marrocos sobre as importações de painéis de MDF (derivado de madeira). Importa ainda salientar a redução substancial dos direitos "anti-dumping" aplicados pelos EUA às importações de papel A4 originário de Portugal.

Encontram-se em vigor, com impacto para as exportações nacionais, medidas de defesa comercial para as exportações de varão de aço para o Canadá, Marrocos e República Dominicana; PVC, fio-máquina e papel A4 em bobines para Marrocos;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

papel A4, produtos de aço e de alumínio para os EUA; e produtos de aço para a Turquia e Canadá.

Continua a merecer preocupação a abordagem protecionista da Administração norte-americana, consubstanciada na adoção de medidas com aplicação “erga omnes”, que afetam todos os países ou blocos que exportam para os EUA e que não incidem, na sua maioria, sobre práticas desleais de comércio.

Dessas ações destacam-se: a instituição, em março, ao abrigo da secção 232 do “Trade Expansion Act” de 1962, de restrições sobre as importações de produtos de aço e de alumínio, alegadamente por motivos de segurança nacional e que suscitaram medidas de resposta da UE conforme referido no capítulo II deste título, apoiadas por Portugal; e o início, em maio, de uma investigação, ao abrigo da mesma secção, quanto ao impacto para a segurança nacional dos EUA das importações de automóveis e seus componentes, o que tem causado grande apreensão aos fabricantes europeus de automóveis e seus componentes, incluindo os nacionais. A decisão da Administração norte-americana sobre esta investigação deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2019.

ESTRATÉGIA DE ACESSO AO MERCADO (EAM)

Registaram-se vários casos de barreiras com implicações para as exportações portuguesas:

- A Argélia impôs, em janeiro, a proibição temporária das importações de uma lista de 851 produtos, nomeadamente automóveis, cerâmicas e vidro, químicos, cosméticos, equipamentos de telecomunicações e produtos do setor da construção. Esta foi alargada em maio e em setembro foi anunciada a intenção de aplicar medidas de salvaguarda (com direitos entre os 30% e os 200%) que substituiriam a proibição de importações em vigor. Portugal manifestou grande preocupação com esta situação que, desde 2015, tem reflexos negativos nas exportações nacionais¹⁰³.

¹⁰³ A Argélia é o quinto mais relevante extra-UE e absorveu 5% do total das exportações portuguesas em 2017.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- O Brasil introduziu legislação contrária às disposições da Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV), que restringe a lista de padrões analíticos permitidos nos vinhos importados, passando a ser obrigatório um “certificado de tipicidade” do país exportador; refira-se contudo que fruto da pressão europeia este certificado não poderá ser recusado, bastando que a entidade emissora esteja registada no Sistema de Cadastro de Organismos e Laboratórios Estrangeiros (SISCOLE) brasileiro.
- Confirmou-se a intenção de a China vir a implementar, em 2019, um certificado obrigatório para todos os produtos alimentares importados, incluindo bebidas, alegadamente por questões de segurança alimentar e receio da entrada de bens contrafeitos no país. Tal pretensão causou grande preocupação aos operadores europeus, onde se incluem os portugueses¹⁰⁴, o que levou a que o assunto figurasse nas reuniões bilaterais da UE no âmbito do Comité de Barreiras Sanitárias e Fitossanitárias da OMC.

POLÍTICA EUROPEIA DE INVESTIMENTO (PEI)

Entre os objetivos da PEI consta a intenção de substituir paulatinamente os múltiplos Acordos de Promoção e Proteção Recíproca de Investimento (APPRI) existentes entre os EM e países terceiros por acordos ao nível europeu, seja no âmbito de negociações comerciais abrangentes, como acontece com o CETA, o Egito, ou o México, seja através da celebração de Acordos de Investimento (o caso da China e do Mianmar) ou de Acordos de Proteção de Investimento, de que são exemplo, o Japão, Singapura e o Vietname. De destacar a conclusão da negociação dos Acordos de Proteção de Investimento da UE com Singapura e o Vietname, bem como o avanço das negociações com a China, como referido no Capítulo II deste Título.

Outro acontecimento com implicações significativas e ainda não totalmente conhecidas para a Política Europeia de Investimento e, principalmente, para as

¹⁰⁴ A China é um mercado de interesse crescente para as exportações portuguesas. Em 2017, o valor das exportações de cervejas e de vinhos equivaleu a um montante de 61 e 21,7 milhões de euros, correspondentes o a 7,2% e a 2,5%, respetivamente, do total das exportações nacionais para a China.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

políticas de investimento nacionais dos EM, decorre do “Acórdão Achmea”¹⁰⁵ – do Tribunal de Justiça da UE sobre os designados “intra-BIT” (Acordos de Proteção de Investimento assinados entre os EM) cuja validade há muito era questionada pela Comissão Europeia.

A consideração de que a arbitragem internacional entre EM não é conforme ao Direito da União implicou retomar a questão da manutenção em vigor destes acordos, preparar a emissão de uma declaração dos EM sobre os efeitos da jurisprudência Achmea, emitir uma Comunicação da Comissão com a codificação do regime atual da proteção do investimento intraeuropeu e, finalmente, iniciar as negociações para a celebração de um Tratado Plurilateral de cessação de vigência dos “intra-BIT”, com eventual definição do regime futuro da proteção do investimento intraeuropeu. Nas diversas discussões e iniciativas tomadas, Portugal defendeu uma posição de equilíbrio entre os interesses particulares dos investidores potencialmente afetados (e.g. arbitragens pendentes, investimentos em países cujos “intra-BIT” serão revogados) e os interesses do país na captação de investimento direto estrangeiro (IDE), na defesa contra potenciais demandas e no cumprimento do Direito da União Europeia.

Fazendo uso da prerrogativa concedida pelo Regulamento n.º 1219/2012 que estabelece disposições transitórias para os acordos bilaterais de investimento e que permite aos EM a negociação de APPRI com países terceiros, mediante determinadas condições, Portugal realizou rondas negociais e troca de comentários técnicos com vista à conclusão das negociações com o Irão, a Arábia Saudita e o Azerbaijão, tendo recebido da Comissão a primeira autorização para celebração de um APPRI, com a Costa do Marfim.

¹⁰⁵ Acórdão no processo C-284/16, de 6 de março de 2018.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Triagem do investimento

Em novembro o Conselho, o Parlamento Europeu e a Comissão chegaram a um acordo político sobre a proposta legislativa para a criação de um quadro europeu que assegure a triagem do IDE. Este compromisso foi confirmado em sede do Conselho a 5 de dezembro e votado na Comissão INTA do PE a 10 de dezembro.

Esta iniciativa legislativa visou atender à pressão exercida pela França, Alemanha e Itália e acomodar preocupações relativamente a investidores estrangeiros que pudessem adquirir ativos estratégicos que lhes permitisse controlar empresas europeias imprescindíveis para a segurança e ordem pública sem, todavia, obstar à abertura por parte da UE e seus Estados-membros ao IDE, propiciador de crescimento económico e de emprego. Especialmente em causa estão atividades relacionadas com a gestão/fornecimento de tecnologias críticas, infraestruturas e recursos essenciais e/ou informações sensíveis.

O sistema de triagem europeu prevê um mecanismo de cooperação e de troca de informação entre a Comissão e os Estados-membros onde estes poderão manifestar dúvidas; permite que a Comissão emita pareceres em relação a investimentos realizados nos Estados-membros e quando um investimento possa afetar um projeto ou programa de interesse europeu. Neste caso, recai sobre o Estado-membro uma obrigação de justificação caso não siga o parecer da Comissão. Reconhece que os interesses nacionais em matéria de segurança são da responsabilidade dos Estados-membros, que poderão manter os seus próprios mecanismos de filtragem, criar novos ou continuarem sem os ter. A decisão final sobre cada investimento cabe sempre ao Estado-membro em cujo território este se realiza. São também respeitados requisitos de confidencialidade.

Os setores abrangidos são a energia, o aeroespacial, a água, os transportes, as tecnologias chave e a segurança alimentar, a saúde, os media, o tratamento de dados, infraestruturas eleitorais ou financeiras, imobiliário e a cooperação



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

estruturada e permanente em matéria de defesa (PESCO) e o Fundo Europeu de Defesa.

As principais exigências do Conselho - respeito pelo princípio da subsidiariedade e a garantia de estrita confidencialidade nas informações transmitidas entre EM e a Comissão – foram respeitadas.

Portugal participou construtivamente nas negociações cujo resultado final acomoda os interesses nacionais em termos de captação de investimento, celeridade processual, custos e soberania no controlo do IDE, ao mesmo tempo que facilita a cooperação entre os Estados-membros e a Comissão Europeia. Procurou sempre salvaguardar a margem de manobra dos Estados-membros na adoção de decisões sobre bloquear ou autorizar um IDE para garantir a proteção da sua segurança e ordem pública. Enquanto economia aberta procurou igualmente minimizar potenciais implicações desta legislação na atração de IDE.

Tribunal Multilateral de Investimento (TMI)

No âmbito da nova abordagem da UE em matéria de resolução de litígios no investimento, foram adotadas diretivas de negociação, em março, que autorizam a Comissão a negociar uma Convenção que estabeleça um TMI, destinado a substituir os sistemas de Tribunais de Investimento bilaterais ("Investment Court System" - ICS) instituídos nos ACL negociados pela UE.

Uma parte importante do debate sobre esta temática decorre no Grupo de Trabalho III da UNCITRAL¹⁰⁶, com um plano de trabalho que prevê três fases. A primeira, concluída em abril, identificou as preocupações originadas pelo mecanismo de resolução de litígios investidor-Estado (ISDS). A segunda foi concluída em novembro com o acordo relativamente ao início dos trabalhos sobre a reforma multilateral do ISDS. A terceira fase será a negociação da reforma.

¹⁰⁶ A Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL em inglês).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

A iniciativa de criação de um TMI tem vindo a ser liderada pela UE com outros parceiros comerciais. Portugal reconhece as vantagens de um TMI para resolução de litígios entre investidores e o Estado - maior legitimidade do sistema de resolução de litígios e maior coerência na aplicação das regras de proteção do investimento - que conferirá maior previsibilidade e segurança jurídicas. Entende-se, no entanto, que esta iniciativa deverá obter o apoio de uma massa crítica de países-chave que ainda não parece existir.

No mesmo sentido, incentivou e tem participado no processo de reforma das regras do principal centro de arbitragem internacional em matéria de investimento – o CIRDI¹⁰⁷ – bem como no processo de Modernização do Tratado da Carta da Energia e apoiou a continuidade dos trabalhos para a implementação do ICS, designadamente do tribunal de recurso, no CETA.

OUTRAS PROPOSTAS LEGISLATIVAS

Modernização dos Instrumentos de Defesa Comercial (IDC)

O acordo sobre a Modernização dos IDC foi aprovado pelo Conselho e pelo PE, respetivamente em abril e maio e as novas regras de defesa comercial¹⁰⁸ começaram a produzir efeitos a partir de 8 de junho.

As alterações aprovadas visam genericamente: reduzir o período das investigações da Comissão; criar um sistema de alerta precoce, avisando as empresas se forem instituídos direitos provisórios; otimizar o apoio da Comissão às PME através de um “helpdesk”; prever a possibilidade de a UE instituir direitos mais elevados, em certos casos, em resultado das alterações à “regra do direito inferior”, tanto nos processos anti-subsvenções, como nos processos “anti-dumping”; incluir nas investigações os

¹⁰⁷ Centro Internacional para a Resolução de Diferendos relativos a Investimentos.

¹⁰⁸ Regulamento (UE) 2018/825 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, que altera o Regulamento (UE) 2016/1036 relativo à defesa contra as importações objeto de dumping dos países não membros da União Europeia e o Regulamento (UE) 2016/1037 relativo à defesa contra as importações que são objeto de subsvenções de países não membros da União Europeia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

custos do cumprimento da legislação ambiental e social da UE e da aplicação por países terceiros das normas da Organização Internacional do Trabalho e dos acordos ambientais; possibilitar aos sindicatos intervir nos inquéritos de defesa comercial; possibilitar a extensão de medidas de defesa comercial às importações nas Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) e plataformas continentais.

Portugal pugnou por uma modernização equilibrada dos IDC, focada na sua maior eficácia na preservação do tecido industrial e considerou que os resultados alcançados, nomeadamente as alterações propostas pelo Parlamento Europeu, foram positivos.

Cláusula Horizontal de Salvaguarda

A maioria dos acordos comerciais da UE inclui uma cláusula bilateral de salvaguarda, consubstanciada num regulamento de execução para cada acordo, que prevê a possibilidade de suspender temporariamente as preferências tarifárias resultantes do aumento das importações de um determinado produto. Em abril, a Comissão apresentou uma proposta que visa simplificar este procedimento através da criação de um regulamento horizontal a ser utilizado em todos os futuros ACL.

Portugal concordou com esta proposta e juntamente com Espanha e França, defendeu a consagração de um apoio explícito às regiões ultraperiféricas (RUP).

O PE, numa linha próxima do Conselho quanto às RUP, propôs igualmente um tratamento especial para as PME, nomeadamente através de um serviço de assistência técnica ("helpdesk"). Em novembro foi alcançado um acordo interinstitucional, prevendo-se que o processo de aprovação esteja concluído no próximo ano.

Sistema de Preferências Generalizadas (SPG)

Foi discutido o relatório de avaliação intercalar da Comissão sobre a aplicação do Regulamento base do SPG que evidenciou que este sistema continua a ser essencial para os países mais pobres, nomeadamente os países menos avançados (PMA),



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

tendo a sua utilização sido positiva com um aumento substancial das exportações para a UE.

Portugal defendeu a necessidade de dar apoio logístico a alguns países beneficiários quando estes mostrem vontade política de cumprir com os seus compromissos, como tem sido o caso de Cabo Verde.

Em março, foi iniciado o processo para a instituição de uma salvaguarda, sobre as importações de arroz indica originárias do Camboja e Myanmar¹⁰⁹. Portugal apoiou a ativação desta cláusula tendo em consideração a pressão a que este setor está sujeito, devido ao aumento sistemático das importações provenientes de países terceiros.

No final do ano foi anunciado o início de um procedimento que poderá levar à retirada temporária do Camboja da lista de preferências do regime EBA (Tudo Menos Armas), por razões que se prendem com a violação das Convenções associadas ao Regulamento SPG.

¹⁰⁹ Este processo deverá reinstaurar o direito aplicado na Pauta Aduaneira Comum às importações deste produto nestas origens por um período de três anos, com a ressalva de que esse direito sofrerá uma redução anual tendo em consideração o carácter de apoio ao desenvolvimento subjacente ao regime SPG.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO IV

AJUDA AO DESENVOLVIMENTO

O ano 2018 marcou o início da implementação do novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento, que estabelece a visão da UE, transposta para um quadro de princípios e objetivos comuns que orientarão as políticas e os instrumentos das instituições da UE e dos Estados-membros, alinhando-as com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Portugal participou nas discussões e organizou reuniões de trabalho entre dirigentes da Comissão Europeia e do Serviço Europeu de Ação Externa e do BEI com representantes de organismos nacionais, organizações não-governamentais e da sociedade civil portuguesa.

De entre os temas trabalhados, salienta-se, pela sua relevância, o início do processo negocial sobre a proposta de Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para o período 2021-2027 e a participação nas discussões que conduziram ao estabelecimento do mandato de negociação sobre o futuro das relações da UE com o grupo dos países ACP após 2020.

A avaliação a meio percurso dos instrumentos da ação externa da UE, exercício que visava medir a sua relevância, eficácia, eficiência e impacto, constituiu o ponto de partida para aferir a adequação dos atuais instrumentos à luz do novo contexto internacional do desenvolvimento. A discussão havida neste quadro, no início do ano, informou a proposta das instituições sobre o futuro QFP, no quadro da ação externa, apresentada pela Comissão Europeia, a 2 de maio, que introduziu mudanças profundas face ao atual período de programação. Portugal participou neste processo negocial defendendo: (i) a continuidade do apoio aos países ACP, particularmente os países da África Subsaariana; (ii) o investimento na cooperação para o desenvolvimento, a traduzir-se no respeito pelos compromissos coletivos da UE de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

alocar 0,7% do seu RNB à Ajuda Pública ao Desenvolvimento e 0,2% aos Países Menos Avançados; (iii) a proteção da plurianualidade e da previsibilidade de recursos; e (iv) a participação e envolvimento dos EM na governação, programação e implementação das atividades de cooperação para o desenvolvimento.

Destacam-se também as Conclusões do Conselho Europeu, de 28 de junho, que estipularam que, para fazer face ao fenómeno das migrações, seria necessária “uma parceria com África tendo em vista a transformação socioeconómica substancial do continente africano (...) que conduza a dimensão e a qualidade da cooperação com África para um novo nível”. Este compromisso foi traduzido na proposta da Comissão para uma nova “Aliança África – Europa para o Investimento e Emprego Sustentáveis”, de setembro, que visa o aumento substancial dos investimentos do setor privado em África, estimular as trocas comerciais, fomentar a criação de emprego e contribuir para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Portugal tem defendido a necessidade de imprimir uma nova dinâmica à colaboração UE-África por via de um diálogo político regular e da consolidação de um novo paradigma de cooperação, que vá para além da tradicional cooperação para o desenvolvimento. Defende-se maior aposta no comércio e investimento, que mobilize o potencial empresarial europeu e africano em apoio dos esforços de crescimento económico, redução da pobreza e criação de emprego, de forma inclusiva, sustentável e duradoura, nos dois continentes, com especial enfoque para a juventude.

Relações com o Grupo de Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP)

Dando continuidade às reflexões e discussões que decorrem desde 2015, foi possível adotar, em junho, um mandato de negociação (posição da UE), que aponta para a manutenção de um acordo-quadro UE-ACP juridicamente vinculativo. A “fundação” assentaria em três parcerias/protocolos regionais (África, Caraíbas e Pacífico), que passaria a ser o centro de gravidade da Parceria Conjunta.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

A discussão do mandato teve subjacente a divergência de posições entre um grupo de EM que pretendiam acabar com a “especificidade ACP” e avançar para a celebração de três acordos regionais distintos e outro, que defendeu a manutenção de um Acordo UE-ACP, embora com uma maior componente regional.

Portugal foi favorável à manutenção de um acordo-quadro UE-ACP juridicamente vinculativo, a par com o estabelecimento de protocolos/parcerias, como a melhor forma de conciliar os interesses globais e regionais da UE, e de elevar o relacionamento, rumo a uma parceria política reforçada e melhor adaptada às atuais dinâmicas e desafios.

A abertura formal das negociações com a parte ACP teve lugar em setembro.

Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres

A igualdade de género é um princípio universal e um valor fundamental da UE, consagrado no seu quadro legal e político, afirmando-se como pré-condição para o desenvolvimento sustentável. É simultaneamente reconhecido como objetivo e força motriz do crescimento económico.

O Plano de Ação da UE para as questões do género 2016-2020 (GAP II) foi adotado em 2015 e alinhado com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Portugal manteve-se fortemente empenhado na sua implementação e participou no exercício anual de monitorização do GAP II.

Relevo ainda para a participação nas discussões que conduziram à adoção das seguintes Conclusões do Conselho sobre matérias relevantes na área do desenvolvimento: Quadro revisto da UE para a cooperação internacional e o desenvolvimento baseado nos resultados; Energia e desenvolvimento; Fortalecimento da segurança alimentar e nutricional mundial; Cooperação da UE com as cidades e as autoridades locais em países terceiros; e educação em situações de emergência e crises prolongadas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável (FEDS)

O FEDS é o principal pilar instituído no quadro do Plano de Investimento Externo da UE (PIE), a par dos pilares Assistência Técnica e da melhoria do clima de investimento e do ambiente estratégico geral dos países parceiros. Em 2018 foram alocados cerca de 1 500 milhões de euros para 28 acordos de garantia que deverão mobilizar 17 500 milhões de euros em 2020. Por seu turno as operações de “blending” totais ascenderam a 2 200 milhões de euros, dos quais 990 e 950 milhões de euros respetivamente, para as regiões subsarianas e para a vizinhança.

Portugal participou nas reuniões dos órgãos de decisão do Fundo, nomeadamente no seu Conselho Estratégico e Comité Operacional.

Fundo Fiduciários

Portugal contribui para três Fundos Fiduciários criados pela UE para a ação externa: o Fundo Fiduciário de emergência UE-África sobre migrações, o Fundo Fiduciário regional de resposta à crise síria (Fundo Madad) e o Fundo Fiduciário da UE para a Colômbia. Embora com objetivos específicos diferentes, todos concorrem para a concretização de ações prioritárias da UE em especial nos domínios da gestão das migrações, da paz e da prevenção de conflitos, do desenvolvimento, da promoção da atividade económica, da resiliência das comunidades, especialmente as mais vulneráveis e refugiados, e da boa governação.

No que respeita ao Fundo Fiduciário de Emergência UE-África sobre Migrações, as contribuições ascendem a cerca de 4 200 milhões de euros, atingindo as contribuições voluntárias dos EM 490 milhões de euros. A contribuição de Portugal foi reforçada, em dezembro, em 3 200 milhões de euros, fixando-se num montante global de 5 000 milhões de euros. Foram aprovados 187 programas e projetos, no montante global de cerca de 3 590 milhões de euros.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Realizaram-se duas reuniões do Conselho Estratégico do Fundo, nas quais Portugal participou e onde foram feitos pontos de situação sobre os progressos do Fundo, a situação financeira e priorizados os critérios de seleção das intervenções.

De entre as ações aprovadas pela UE destacam-se duas iniciativas de Portugal, apresentadas em 2017, a quem coube a gestão dos projetos: (i) o Programa GESTDOC – “Modernizing and strengthening secure identity chains and documental security” (5 milhões de euros) para Cabo Verde e Guiné-Bissau, com o objetivo de reforçar a segurança de identificação civil e documental; e (ii) o Programa “Building a future – Make it in Gambia” (5 milhões de euros) que visa a prevenção da migração ilegal e da radicalização juvenil, com vista à dinamização de cadeias de valor de agro negócio sustentáveis e ao reforço da coesão social em zonas rurais.

O Fundo Madad apoia mais de 2 milhões de refugiados sírios e as respetivas comunidades de acolhimento no Egito, Iraque, Jordânia, Líbano, Turquia e Balcãs Ocidentais. Portugal participou nas reuniões do Conselho de Administração e reforçou a comparticipação nacional em 100 mil euros, totalizando atualmente 350 mil euros. Integrou ainda uma missão da UE à Jordânia e ao Líbano, para aferir no terreno a implementação de ações em curso e a situação num campo de refugiados na Jordânia.

Relativamente ao Fundo Fiduciário da UE para a Colômbia, no final do ano o orçamento global era de 116,4 milhões de euros, dos quais 23 milhões de 19 Estados-membros, sendo a contribuição portuguesa total de 200 mil euros. O projeto “Territorios Caqueteños Sostenibles para la Paz”, contratado a uma organização nacional da sociedade civil, foi o primeiro a ser implementado no quadro deste Fundo, estando a ser promovido pela Comissão Europeia como uma iniciativa bandeira e viu reforçado o seu orçamento em mais 750 000 euros, para atividades complementares.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED)

Com um orçamento de 30 506 milhões de euros para o período 2014-2020, o 11.º FED, financiado diretamente pelos Estados-membros fora do quadro do orçamento da União, é o mais importante instrumento da cooperação da UE, sendo dedicado ao financiamento da cooperação com o grupo dos 79 países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) e 25 países e territórios ultramarinos.

A contribuição de Portugal ascendeu a 53 965 milhões de euros, correspondente a 1,196% do total das contribuições dos Estados-membros.

Os compromissos assumidos no âmbito do Fundo em 2018 ascenderam a cerca de 5 417 mil milhões de euros e os desembolsos a 4 755 mil milhões de euros (valores provisórios).

De entre as principais decisões tomadas na UE salienta-se o parecer favorável à adoção da Decisão relativa às alterações das estratégias e dos envelopes financeiros dos Programas Indicativos Nacionais e Regionais resultantes das respetivas Revisões a Meio Percurso, discussão na qual Portugal participou procurando salvaguardar os interesses dos países prioritários da cooperação nacional.

Destaca-se ainda a aprovação da segunda fase (2018-2020) do Programa Indicativo Nacional para o Senegal (147 milhões de euros). Foram também adotados 39 Programas de Ação Anual e um considerável número de medidas individuais, salientando-se, pela sua importância, dois programas no contexto da programação intra-ACP (490 milhões de euros) e a transferência de 650 milhões de euros para o Fundo Fiduciário de emergência UE-África sobre Migrações.

Foram decididas diversas ações para os PALOP e Timor-Leste, realçando-se os Programas de Ação Anuais para: (i) Moçambique, com um pacote de intervenções que ascendem a 225 milhões de euros e que inclui ações no âmbito da consolidação da democracia, da biodiversidade, do agro negócio, do desenvolvimento rural e dos transportes; (ii) Angola, com 22 milhões de euros para ações no âmbito da



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

governança económica, do ensino superior e do diálogo com a UE; (iii) Timor-Leste, com 18 milhões de euros para um programa de nutrição; e (iv) Guiné-Bissau, com 7 milhões de euros para um programa de formação profissional.

Salienta-se ainda a aprovação de duas intervenções no âmbito do Programa Regional PALOP e Timor-Leste: Consolidação da Governança Económica e Sistemas de Gestão das Finanças Públicas (8 milhões de euros) e Promoção do Emprego no setor Cultural (18 milhões de euros). A UE decidiu delegar a gestão desta última intervenção a Portugal.

Instrumento Cooperação para o Desenvolvimento

O Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento, instituído no âmbito do Quadro Financeiro para o período 2014-2020, tem um orçamento global de 19 661 milhões de euros, tendo em 2018 sido aprovados Programas de Ação Anual para 19 países e regiões, distribuídos da seguinte forma:

- Programas geográficos (1 925,75 milhões de euros) – América Latina (370,9 milhões de euros); Ásia (1 356,8 milhões de euros); Médio Oriente (185 milhões de euros) e África do Sul (20 milhões de euros).
- Programas temáticos (1 927,7 milhões de euros) – Bens Públicos e Desafios Globais: Ambiente e Alterações Climáticas (184,4 milhões de euros); Energia Sustentável (84,95 milhões de euros); Segurança Alimentar (253,5 milhões de euros); Desenvolvimento Humano (475,7 milhões de euros); Migrações e Asilo (63 milhões de euros); Sociedade Civil (675,3 milhões de euros); Autoridades locais (61,8 milhões de euros); e
- Programa pan-Africano (160,2 milhões de euros).

Instrumento Europeu para a Democracia e Direitos Humanos

Este Instrumento, com um orçamento global de 1 332 mil milhões de euros (2014-2020), visa apoiar ações na área dos direitos humanos, liberdades fundamentais e democracia em países terceiros. Em 2018 deu parecer favorável ao Programa Indicativo Plurianual 2018-2020 (556,7 milhões de euros) e ao respetivo Plano de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Ação (404,7 milhões euros). Aprovou ainda o programa de trabalhos para as Missões de Observação Eleitoral para 2019 (47,22 milhões euros).

Gestão de programas e projetos financiados pela UE (Cooperação delegada)

No âmbito da gestão de ações financiadas ou cofinanciadas no quadro dos instrumentos de financiamento da ação externa da UE (FED e linhas orçamentais), em 2018 através do Camões, IP (única entidade nacional certificada para o efeito), foi dada continuidade à implementação de uma carteira de projetos, cujo valor agregado em contratos de delegação ascendeu a cerca de 93 milhões de euros: (i) Qualidade e Proximidade dos Serviços Públicos dos PALOP e Timor-Leste (PASP); (ii) Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (PACED); (iii) Desenvolvimento Rural na Guiné-Bissau (ACTIVA); (iv) Ensino Técnico e Formação Profissional em Angola (RETFOP); (v) Gestão e Supervisão das Finanças Públicas em Timor-Leste (PFMO); (vi) Aliança Global para as Alterações Climáticas em Timor-Leste (PAAC); e (vii) Resiliência e Segurança Alimentar em Angola (FRESAN).

Em paralelo, prosseguiram negociações com a UE de 5 novos projetos para os setores da saúde e da agricultura na Guiné-Bissau, da geração de rendimento e criação de emprego no setor da cultura nos PALOP e Timor-Leste, da segurança marítima nos países costeiros do Golfo da Guiné e da melhoria dos sistemas de gestão e segurança documental em Cabo Verde e na Guiné-Bissau (valor agregado de cerca de 34 milhões de euros).

De referir ainda a posição ativa de Portugal, na discussão da nova arquitetura para o financiamento do investimento e o futuro quadro financeiro para a Ação Externa (2021-2027) onde, entre outros aspetos, se tem vindo a defender o princípio da inclusividade europeia e o papel das agências de cooperação nacionais, num contexto de implementação conjunta, para a gestão de programas da UE no âmbito da sua ação externa.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Apoio à Sociedade Civil – Cooperação, Educação para o desenvolvimento e Ajuda Humanitária

Portugal continuou a acompanhar de perto a implementação do Programa europeu “Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais no Desenvolvimento 2014-2020”, a principal fonte de financiamento da UE para os projetos das organizações da sociedade civil portuguesas que atuam em países em desenvolvimento e em Portugal, no âmbito da Educação para o Desenvolvimento. Neste quadro, tem vindo a participar nos debates conducentes ao aperfeiçoamento do futuro “Programa Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais no Desenvolvimento 2021-2027”, cujo início de vigência coincide com a presidência portuguesa do Conselho da UE.

No quadro da Ajuda Humanitária, foi dada continuidade aos trabalhos da Unidade de Coordenação da Estratégia Operacional de Ação Humanitária e de Emergência. No debate no Conselho sobre a educação em situações de emergência e crises prolongadas, Portugal defendeu a abrangência de todos os níveis de ensino, bem como a necessidade de se apostar em soluções inovadoras e de resposta imediata subjacentes a uma abordagem compreensiva e holística. Neste contexto, foi invocada a iniciativa nacional Mecanismo de Reação Rápida para o Ensino Superior em Situações de Emergência e sociedades afetadas por conflitos (RMM), vocacionada para jovens entre os 18 e 24 anos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO IX

APLICAÇÃO DO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA

Ao longo do ano foram acionados os mecanismos de monitorização e controlo do atraso na transposição de diretivas, o que permitiu alcançar novamente um défice de transposição de 0,4%. Consolidou-se o cumprimento das metas da UE e manteve-se a inexistência de processos de contencioso com fundamento na falta de transposição de diretivas.

O Centro SOLVIT Portugal voltou a ter um desempenho de excelência e a integrar a equipa de formadores dos novos elementos da rede a nível do Espaço Económico Europeu.

As situações de má aplicação do direito da UE mantiveram-se dentro da média da UE, sendo de referir o aumento da informação transmitida à Comissão Europeia e a realização de várias reuniões entre os serviços desta instituição e os Ministérios, Regiões Autónomas e Autarquias Locais para esclarecer e defender a posição nacional.

Assinala-se a intervenção nacional no contencioso da União Europeia dentro da média UE e, em especial, a intervenção nos processos relacionados com o tratamento de dados e proteção da privacidade no setor do comércio eletrónico.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO I

TRANSPOSIÇÃO DE DIRETIVAS E ADAPTAÇÕES LEGISLATIVAS

Em janeiro de 2018 Portugal tinha cinco procedimentos de pré-contencioso pendentes por falta de transposição. Este número manteve-se muito baixo até ao final do ano, com sete procedimentos que transitaram para o ano seguinte.

Portugal introduziu na base de dados das Medidas Nacionais de Execução da Comissão 247 comunicações eletrónicas relativas à transposição de 30 diretivas (Anexo III).

Portugal manteve em 2018 o défice de transposição de 0,4%, consolidando o excelente resultado alcançado no ano anterior e cumprindo, mais uma vez, o limiar de 1% da UE.

O nível de bons resultados obtidos continua a dever-se ao reforço da coordenação e à melhoria da articulação com os diferentes órgãos de soberania intervenientes no processo legislativo, bem como com os competentes serviços da administração pública, com quem foi mantida a realização periódica de reuniões destinadas a identificar conflitos de competências e/ou processos de transposição de maior complexidade.

Manteve-se a prática de elaboração mensal de informação de apoio às reuniões de Secretários de Estado e do Conselho de Ministros e sempre que o tema da transposição constou da agenda. Esta matéria foi ainda abordada no contexto das audições dos responsáveis políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros perante a Assembleia da República com o objetivo de salientar a importância de transposições corretas e atempadas.

Nos termos do Regimento do Conselho de Ministros foram emitidos 32 pareceres sobre projetos de atos legislativos que visavam a transposição para a ordem jurídica



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

nacional de atos normativos da UE ou que se mostraram necessários para assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes dos Tratados.

Gráfico 1

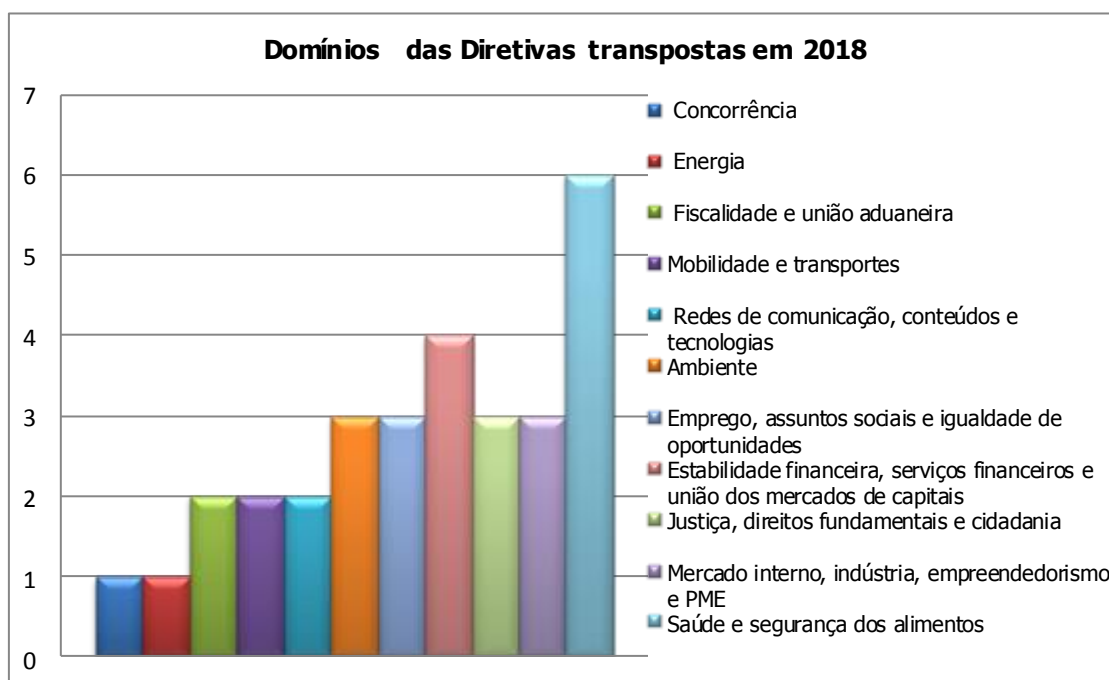
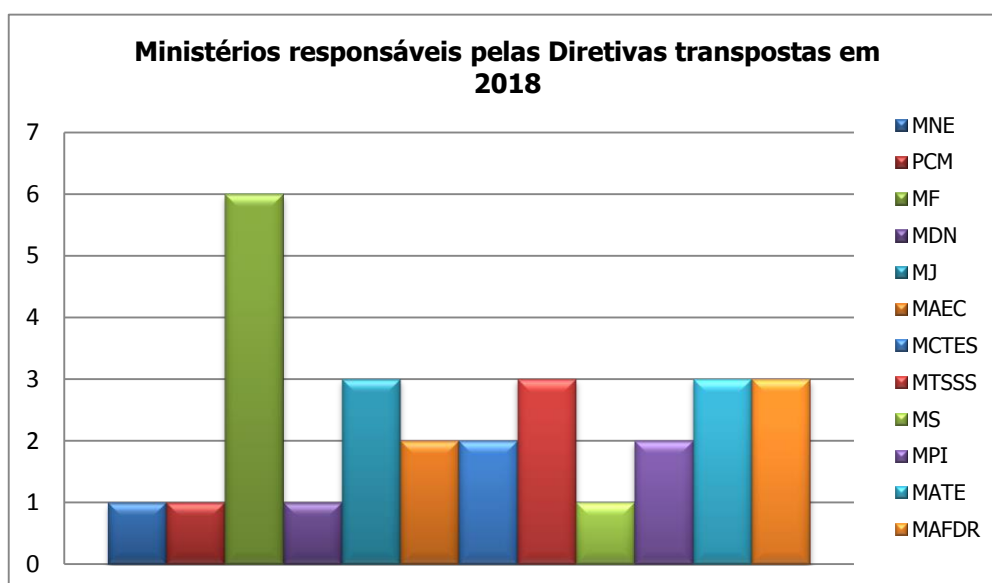


Gráfico 2





MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

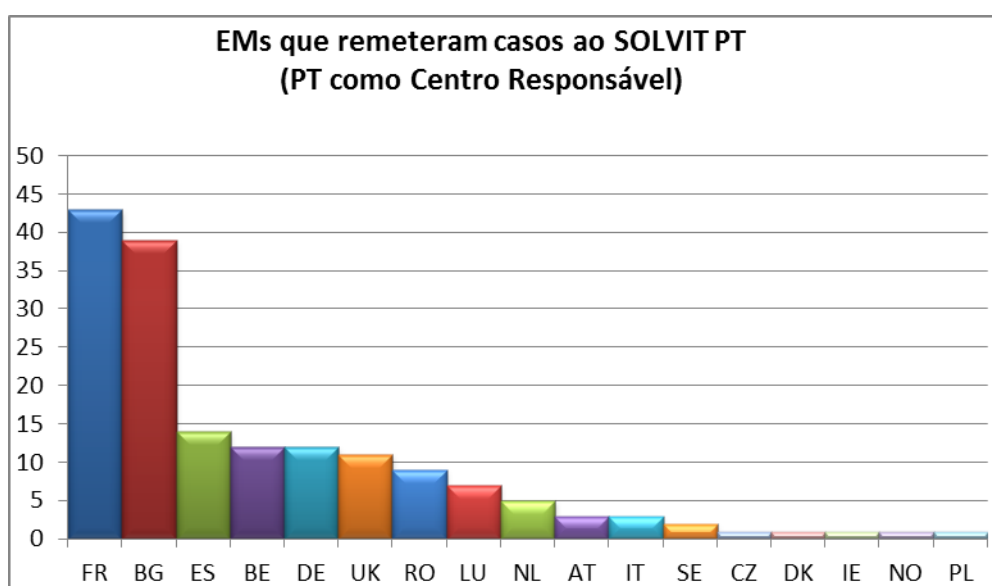
CAPÍTULO II

MECANISMOS INFORMAIS DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DO MERCADO ÚNICO – REDE SOLVIT

Em 2018, do total de 2263 casos tratados pelos 31 Centros SOLVIT do Espaço Económico Europeu (EEE), 254 envolveram o Centro SOLVIT Portugal. Para além destes, há também a ter em conta o tratamento de múltiplas questões suscitadas por cidadãos e empresas que, embora não se inserindo na esfera de competência do SOLVIT, são igualmente analisadas e reencaminhadas para outros organismos.

Enquanto Centro SOLVIT Responsável, o Centro nacional remeteu à administração pública portuguesa 165 processos com origem em diversos países, conforme gráfico 3. A taxa de resolução foi de 97%, sendo a média do EEE para este indicador de 89%.

Gráfico 3

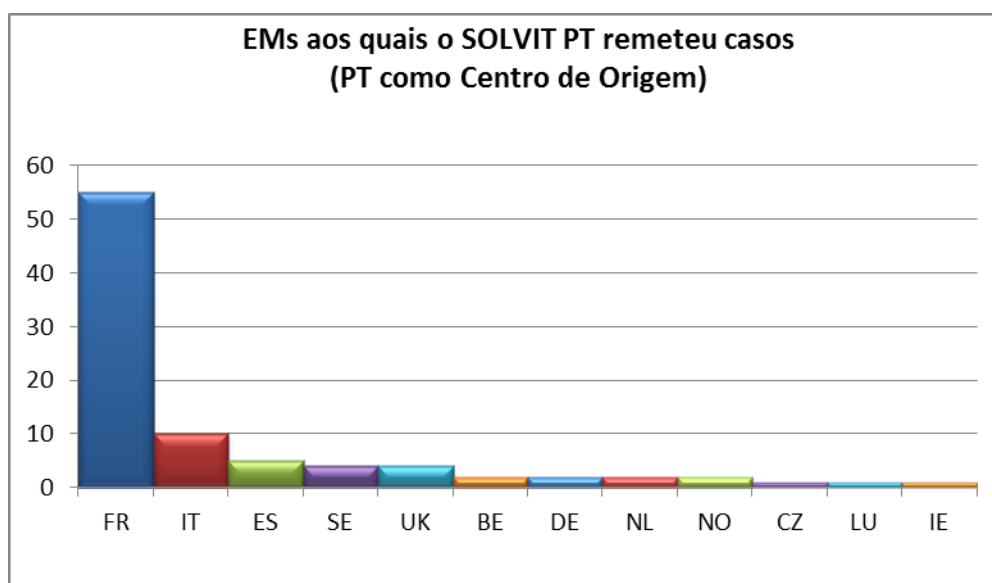




MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Enquanto Centro SOLVIT de Origem, o Centro português inseriu na base de dados da Comissão Europeia 89 processos a solicitar a intervenção de outros países do EEE, distribuídos conforme o gráfico 4.

Gráfico 4



O Centro SOLVIT Portugal demorou, em média, 8 dias para preparar um processo antes de o submeter a outro Centro SOLVIT. A média europeia para este indicador foi de 15 dias. Por outro lado, o Centro nacional aceitou/rejeitou no prazo de 1 dia as soluções propostas por outros EM. A média do EEE para este indicador foi de 8 dias.

A atuação do Centro SOLVIT português incidiu maioritariamente sobre os domínios da segurança social e saúde, do reconhecimento de qualificações profissionais e do direito de residência e livre circulação de pessoas, conforme se verifica nos gráficos que se seguem.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Gráfico 5

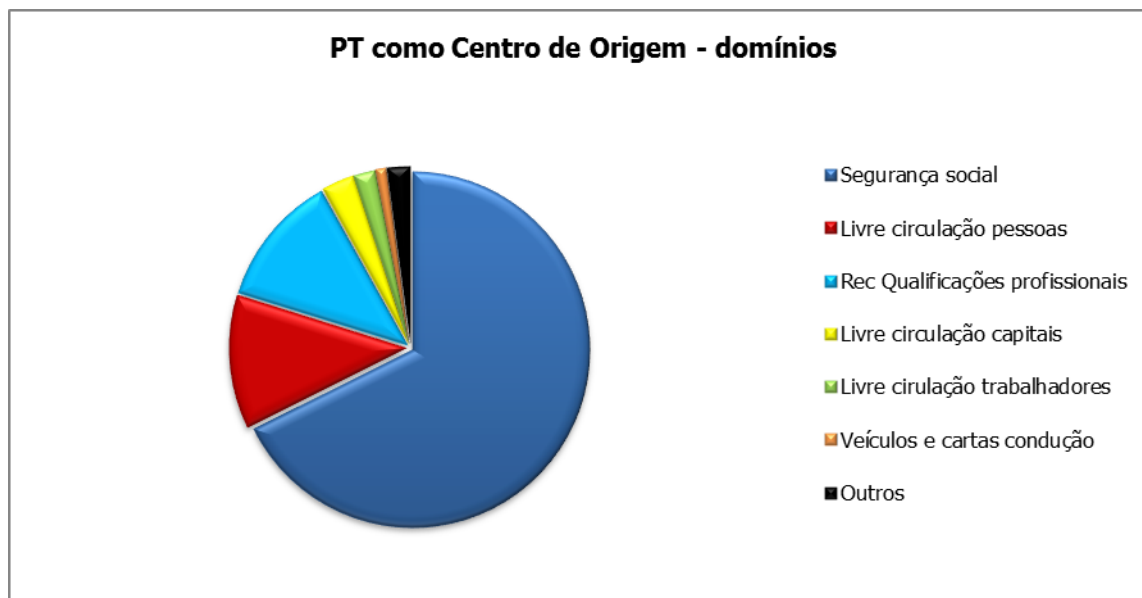
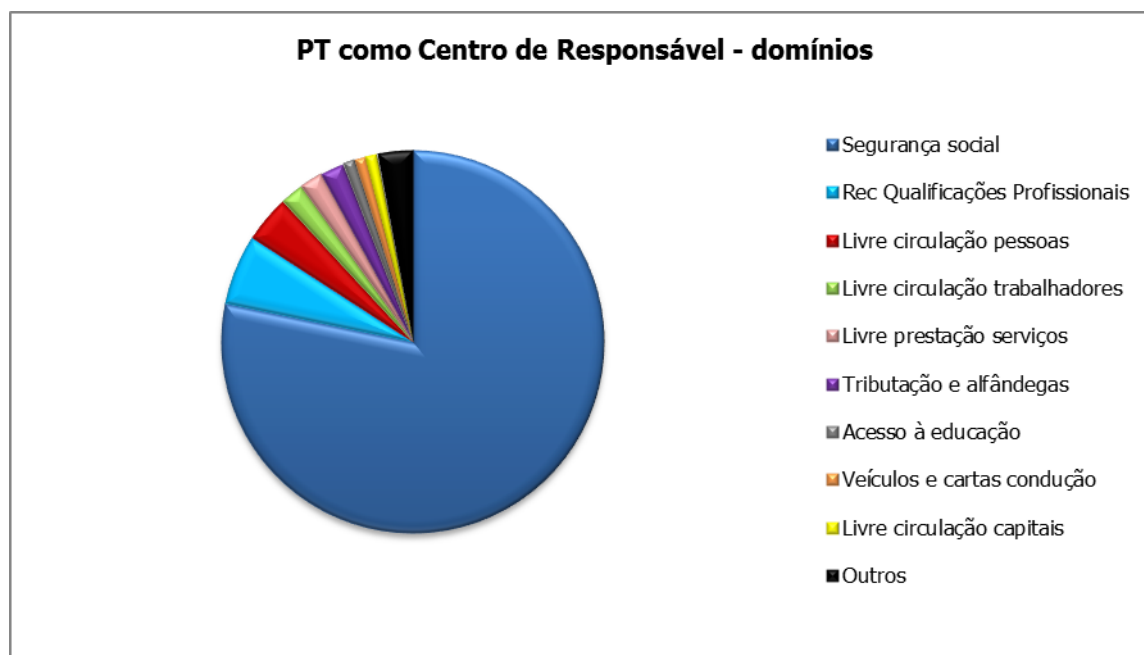


Gráfico 6





MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Existe convergência entre as matérias maioritariamente tratadas pelo Centro SOLVIT português e as matérias tratadas pelo conjunto dos 31 Centros do EEE, mantendo-se a segurança social (59%) como a principal área de atuação da Rede SOLVIT a nível de todo o EEE, seguindo-se-lhe a livre circulação de pessoas e o direito de residência (21%) e o reconhecimento de qualificações profissionais (7%).

Por outro lado, verificou-se que mais de 50% dos casos tratados como Centro de Origem se referem à coordenação de pensões de reforma de antigos emigrantes portugueses.

Como caso de sucesso, destaca-se a resolução de um problema apresentado por uma jovem portuguesa a quem as autoridades suecas pretendiam cobrar 25 000 euros de despesas hospitalares do seu bebé prematuro, nascido na Suécia, filho de um cidadão sueco. Após intervenção do Centro SOLVIT Portugal, a segurança social da Suécia aplicou corretamente a legislação da UE e suportou, na totalidade, essas despesas.

No que se refere à participação do Centro português em eventos internacionais, destaca-se o convite endereçado pela Comissão Europeia para participação no painel de oradores do “Newcomers training”, realizado em novembro, com o propósito de formar os funcionários que integraram recentemente os Centros SOLVIT do EEE e partilhar as boas práticas nacionais.

Salienta-se, finalmente, a participação do SOLVIT Portugal como orador convidado por ocasião do Seminário da administração pública francesa realizado em Paris, em dezembro, sobre o tema “Para uma melhor aplicação do Direito da UE”, presidido pela Secretária-Geral dos Assuntos Europeus (SGAE) – Sandrine GAUBIN – e pelo Centro SOLVIT França, em colaboração com “Toute l’Europe” – um “website” de referência sobre questões europeias <https://www.touteleurope.eu/>.

A participação do SOLVIT Portugal e os contactos aí estabelecidos com os funcionários da administração pública francesa revelaram-se de grande utilidade,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

sobretudo se tivermos em consideração que mais de 50% dos casos tratados pelo SOLVIT Portugal se destinam a defender os direitos conferidos pelo mercado único aos cidadãos nacionais que residem ou residiram em França.

Finalmente, destaca-se que, entre junho e dezembro, a equipa SOLVIT da Comissão enviou um inquérito de satisfação a todos os utilizadores da Rede SOLVIT. Apenas 30% dos utilizadores de todo o EEE responderam a este inquérito. Os utilizadores do Centro SOLVIT Portugal atribuíram-lhe nota máxima em 80% das questões respondidas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO III

MECANISMOS INFORMAIS DE APLICAÇÃO DO DIREITO DA UNIÃO – PROJETO “EU PILOT”

A utilização do mecanismo EU-PILOT manteve a sua tendência decrescente, dado que a Comissão Europeia decidiu recorrer cada vez menos, contra a vontade expressa dos EM, a este procedimento informal para esclarecer dúvidas sobre a aplicação do direito da UE nos EM e optou pelas tradicionais cartas administrativas.

Foram iniciados 6 novos procedimentos, um dos quais foi entretanto encerrado. Dos anos anteriores, transitaram 15 procedimentos, perfazendo um total de 20 procedimentos pendentes no final de 2018. Neste ano foram encerrados 14 procedimentos mas apenas 4 destes prosseguiram para a fase pré-contenciosa formal, tendo os restantes 10 obtido avaliação favorável por parte da Comissão.

As matérias tratadas nos procedimentos abertos incidem, maioritariamente, sobre a aplicação da legislação europeia em matéria de energia, ambiente, agricultura e assuntos internos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO IV

EXECUÇÃO DO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA: PRÉ- -CONTENCIOSO E CONTENCIOSO DA UNIÃO EUROPEIA

Em 2018 foram iniciados pela Comissão 11 procedimentos de pré-contencioso, o que traduziu um decréscimo relevante face aos 45 iniciados no ano anterior, sete com fundamento na falta ou incorreta transposição de diretivas e quatro com fundamento na má aplicação do direito da UE. No total foram acompanhados 56 procedimentos de pré-contencioso. Foram resolvidos 22 processos, dos quais 20 resultantes da falta de transposição de diretivas.

No final do ano estavam pendentes 39 procedimentos de pré-contencioso. O número de respostas formais à Comissão, via Representação Permanente (REPER) em Bruxelas, mais do que triplicou relativamente ao ano anterior, tendo sido dadas 105 respostas formais e transmitidas regularmente informações sobre a evolução dos procedimentos de pré-contencioso. O reforço da cooperação com a Comissão traduziu-se também em reuniões globais “Paquet” entre a DG Transportes e os serviços nacionais competentes que permitiram resolver a maior parte dos incumprimentos existentes no domínio dos transportes, em particular transporte marítimo.

Salienta-se a importância do diálogo regular estabelecido com as diversas entidades governamentais e locais da Região Autónoma da Madeira. Fruto desta cooperação e do envio regular de informação atualizada à Comissão Europeia, foi possível encontrar soluções para algumas situações e evitar o início de ações de incumprimento no Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE).

A coordenação de todos os procedimentos de pré-contencioso – em estreita colaboração e excelente cooperação com os Ministérios, Regiões Autónomas dos Açores e Madeira e Autarquias Locais –, bem como a realização de reuniões por



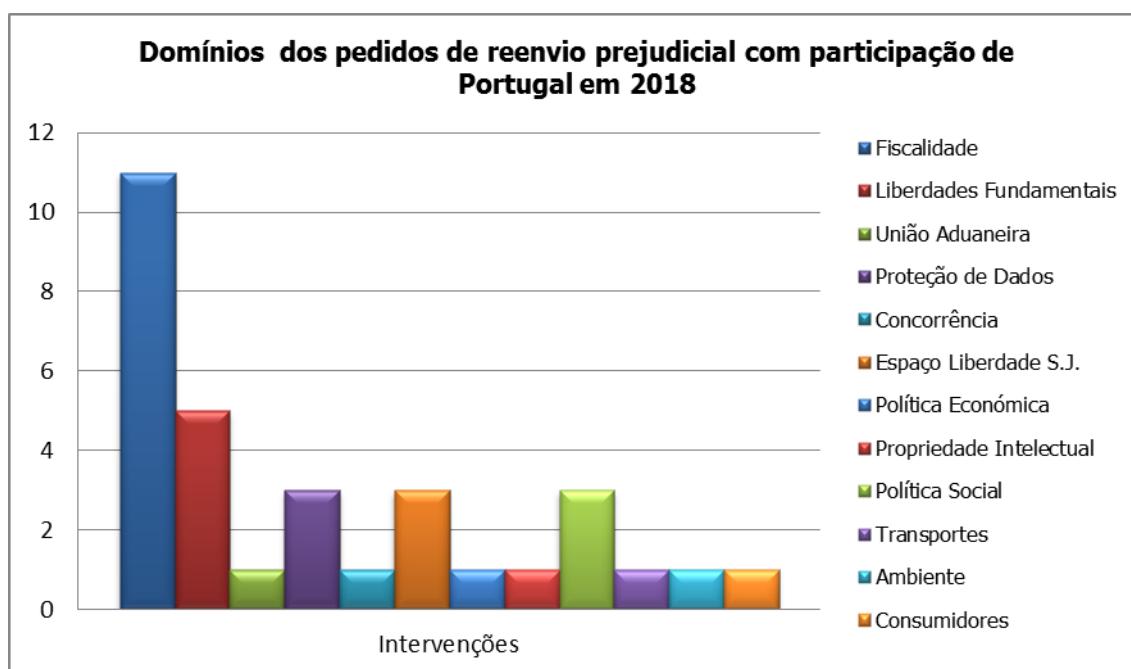
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

videoconferência com a Comissão, para troca de informação e prestação de esclarecimentos sobre as medidas de aplicação do direito da UE em várias áreas, permitiram reforçar a defesa das posições nacionais, arquivar procedimentos de infração e evitar a condenação de Portugal por parte do TJUE e o pagamento de elevadas sanções pecuniárias conforme previsto no artigo 260.º, n.º 2, do TFUE.

No que se refere ao contencioso do TJUE, Portugal participou em 45 processos (Anexo IV), 6 dos quais relacionados com ações da competência do Tribunal Geral e 39 do Tribunal de Justiça. Deste total, duas participações contaram com a colaboração da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, no âmbito do Protocolo de Cooperação celebrado com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Os tribunais portugueses submeteram 13 pedidos de decisão prejudicial ao TJUE, sendo de destacar o Supremo Tribunal Administrativo com cinco reenvios prejudiciais e o Tribunal Arbitral Tributário com quatro. As matérias objeto de observações escritas estão relacionadas, na sua maioria, com a fiscalidade – ver gráfico 7.

Gráfico 7





MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Prosseguiu a colaboração com os vários ministérios na elaboração de observações escritas nos processos de reenvio prejudicial. No tocante às questões prejudiciais submetidas por tribunais nacionais de outros EM, a participação portuguesa em 37 processos situa-se dentro da média europeia. É, no entanto, relativamente alta, se for tida em conta a dimensão do país.

Gráfico 8



Manteve-se a colaboração com o Ministério da Agricultura nos recursos de anulação, submetidos por Portugal contra a Comissão, de decisões de execução desta instituição que excluem do financiamento determinadas despesas, bem como um recurso de anulação do acórdão do Tribunal Geral da UE no âmbito das ajudas diretas e cofinanciadas da Política Agrícola Comum.

Salienta-se que, na sequência das medidas nacionais adotadas no domínio dos transportes e da fiscalidade, a Comissão desistiu de seis ações de incumprimento



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

contra Portugal iniciadas no TJUE. Este resultado foi muito positivo e apenas transita para 2019 uma ação de incumprimento no domínio do ambiente.

Relativamente à participação no contencioso da UE, salienta-se a intervenção em diversos processos de reenvio relevantes para a consolidação da jurisprudência do TJUE, começando por realçar o importante acórdão do TJUE no processo C-64/16 Associação Sindical dos Juízes Portugueses/Tribunal de Contas, submetido pelo STA na sequência de ação administrativa especial relacionada com a redução em 2014, com carácter transitório, do montante da remuneração de titulares de cargos que exercem funções no setor público, incluindo os juízes do Tribunal de Contas.

O TJUE acabou por dar razão às observações de Portugal e concluir que as reduções salariais aplicadas aos juízes do Tribunal de Contas não violavam o princípio da independência judicial. No entanto, a verdadeira relevância deste acórdão reside no facto de o Tribunal de Justiça ter aproveitado para reafirmar uma sólida jurisprudência sobre a importância do princípio da tutela jurisdicional efetiva enquanto princípio geral do direito da União que decorre das tradições constitucionais comuns aos Estados-membros e que está atualmente consagrado na Carta dos Direitos Fundamentais da UE, bem como a importância da preservação da independência dos tribunais para o bom funcionamento do sistema de cooperação judiciária entre os órgãos jurisdicionais nacionais e o Tribunal de Justiça e a autonomia do direito da UE. Esta jurisprudência acabou por servir de base aos diversos procedimentos em curso na UE sobre as violações ao Estado de Direito por parte de alguns Estados-membros.

Os desafios resultantes da proteção dos direitos fundamentais na sociedade de informação justificaram a participação em quatro processos de reenvio prejudicial relacionados com o tratamento de dados pessoais, a proteção da privacidade e certos aspetos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico. A complexidade da interpretação da legislação europeia sobre direitos de autor e dos direitos conexos na sociedade da informação motivou



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

igualmente a participação, em colaboração com a Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa, em dois processos de reenvio prejudicial: um deles submetido pelo Supremo Tribunal de Justiça português e relativo ao tratamento a dar a criações intelectuais do domínio artístico em relação a obras de “design” que constituam criação artística; e o outro submetido por um tribunal dos Países Baixos no que se refere à venda e à reprodução por um comerciante de cópias digitais de obras literárias, no contexto do seu serviço de comércio de cópias “em segunda mão” através da internet.

Em matéria de ambiente e das centrais nucleares, merece destaque a intervenção num processo de reenvio prejudicial submetido pelo Tribunal constitucional belga relativo à interpretação das Convenções sobre a avaliação dos impactos ambientais num contexto transfronteiriço e da Diretiva 2011/92/UE relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente. Foi defendida uma interpretação coerente com as posições nacionais assumidas noutros âmbitos, no sentido de ser igualmente necessário cumprir a obrigação de avaliação dos impactos ambientais num contexto transfronteiriço, com a inerente consulta pública, nas situações de prolongamento do funcionamento de centrais nucleares produtoras de energia nuclear.

Quanto às questões institucionais merece ainda destaque a intervenção nacional no processo negocial, de natureza intergovernamental, relacionado com o impacto do Acórdão Achmea sobre os mecanismos arbitrais previstos nos Tratados de Investimento Bilateral entre EM (“intra-BIT”), que culminou na adoção de uma declaração política assinada pela maioria dos EM, incluindo Portugal, destinada a proteger o investimento e a reiterar o compromisso de os EM negociarem, em conjunto, um Tratado plurilateral sobre a cessação da vigência dos referidos tratados, cerca de 190 a nível da UE, e das cláusulas de caducidade neles previstas (ver Capítulo III do Título VIII).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Finalmente, salienta-se a jurisprudência do TJUE, convergente com a posição defendida por Portugal, sobre a definição dos domínios da competência externa exclusiva da UE e dos domínios de competência partilhada dos EM, no âmbito da Conservação da Fauna e da Flora Marinhas da Antártida relativa à criação de três áreas marinhas protegidas no Mar de Weddell, no Mar de Ross e no Antártico. Estava em causa o recurso de uma decisão da Comissão relativa à necessidade de proteger o ecossistema no mar de Weddell e, em particular, os animais que dele fazem parte, como os mamíferos marinhos, os pinguins e as aves marinhas. Confirmando que esta matéria não se esgotava na Política Comum de Pescas (competência exclusiva da UE), uma vez que a proteção dos mamíferos marinhos, os pinguins e as aves marinhas se insere na política do ambiente (competência partilhada), o Tribunal reconheceu as obrigações e as responsabilidades especiais das partes consultivas neste Tratado, incluindo dos seus Estados-membros que têm esse estatuto. Nestas circunstâncias, a União não poderá agir, na comissão CAMLR (comissão para a conservação da fauna e da flora marinhas da Antártida), sem a participação dos seus Estados-membros.

A intervenção de Portugal no contencioso tem sido progressivamente reconhecida pelo TJUE, sendo de realçar que, por diversas vezes, o Tribunal seguiu a argumentação portuguesa.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO V

APROVAÇÃO E RATIFICAÇÃO DE ACORDOS E TRATADOS

Em 2018 foi iniciada, prosseguida ou concluída a instrução de 9 processos de aprovação e ratificação da vinculação do Estado português a acordos internacionais celebrados no âmbito da União Europeia cujo ponto de situação, em 31 de dezembro, era o seguinte:

- Protocolo sobre os Privilégios e Imunidades do Tribunal Unificado de Patentes, assinado em Bruxelas em 29 de junho de 2016 – processo de instrução concluído.
- Acordo de Parceria Económica Intercalar entre o Gana, por um lado, e a Comunidade Europeia e os seus Estados-membros, por outro, assinado em Bruxelas em 28 de julho de 2016 – processo de instrução concluído.
- Acordo de Parceria sobre as Relações e a Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-membros, por um lado, e a Nova Zelândia, por outro, assinado em Bruxelas em 5 de outubro de 2016 – processo de instrução concluído.
- Acordo-Quadro entre a União Europeia e os seus Estados-membros, por um lado, e a Austrália, por outro, assinado em Manila em 7 de agosto de 2016 – processo de instrução em curso.
- Protocolo de Adesão ao Acordo Comercial entre a União Europeia e os seus Estados-membros, por um lado, e a Colômbia e o Peru, por outro, para ter em conta a adesão do Equador, assinado em Bruxelas em 11 de novembro de 2016 – processo de instrução em curso.
- Acordo de Parceria Abrangente e Reforçado entre a União Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atómica e os seus Estados- Membros, por um lado, e a República da Arménia, por outro, assinado em Bruxelas em 24 de novembro de 2017 – processo de instrução em curso.
- Acordo de Parceria Estratégica entre a União Europeia e os seus Estados-membros, por um lado, e o Japão, por outro, assinado em Tóquio em 17 de julho de 2018 – processo de instrução em curso.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- Acordo de Parceria e Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-membros, por um lado, e a República de Singapura, por outro, assinado em Bruxelas em 19 de outubro de 2018 – processo de instrução em curso.
- Acordo em matéria de proteção dos investimentos entre a União Europeia e os seus Estados-membros, por um lado, e a República de Singapura, por outro, assinado em Bruxelas em 19 de outubro de 2018 – processo de instrução em curso.

Note-se que, muitas vezes, nos acordos celebrados no âmbito da UE se prevê a sua aplicação provisória mas, por imperativos constitucionais, sempre que tal aplicação incida sobre matéria que não seja da competência exclusiva da União, esses acordos ou partes de acordo só têm aplicação no ordenamento jurídico nacional após a sua ratificação e publicação oficial.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO X

POLÍTICA DE INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO

O Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD) continuou a projetar a sua ação enquanto ponto focal de informação no quadro da Administração Central, Local e Regional, reforçou a sua ligação com a comunidade académica e o mundo empresarial e fortaleceu a sua ligação com os cidadãos.

O ano de 2018 foi marcado pelo intenso trabalho de desenvolvimento do novo Portal Eurocid, que agrega todos os projetos, serviços e atividades do Centro, de modo a permitir a sua entrada em funcionamento em 2019.

Para além das suas regulares atividades de comunicação, o Centro associou-se à celebração do Ano Europeu do Património Cultural 2108 (AEPC), tendo participado, como parceiro, num conjunto de iniciativas desenvolvidas naquele quadro, das quais se destacam a “Futurália Cult” e o “Prémio Escolar AEPC”.

Na segunda metade do ano, o Centro colaborou ativamente na iniciativa Encontros com os Cidadãos, da responsabilidade da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, tendo organizado um conjunto de sessões/debates sobre a União Europeia em escolas de todas as regiões do país, incluindo as Regiões Autónomas,

Enquanto Ponto de Contacto Nacional do Programa “Europa para os Cidadãos”, o CIEJD conferiu particular atenção à informação e promoção do programa com vista a estimular a apresentação de candidaturas por parte de Portugal, tendo cumprido integralmente os compromissos assumidos no quadro do projeto financiado pela Comissão Europeia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Por último, destaca-se a atribuição do Prémio Jacques Delors de 2017 à obra "Mário Soares e a Europa: Pensamento e Ação", da autoria de Dina Sebastião, com a correspondente edição da obra e realização da cerimónia pública de entrega do prémio.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO I

INFORMAÇÃO SOBRE AS OPORTUNIDADES NA UE PARA OS CIDADÃOS E EMPRESAS

PROGRAMA “EUROPA PARA OS CIDADÃOS” – PONTO DE CONTACTO NACIONAL

O Programa “Europa para os Cidadãos” (2014-2020) visa contribuir para uma melhor compreensão da União Europeia, da sua história, dos seus valores e diversidade, promovendo a cidadania europeia e melhorando as condições para a participação cívica e democrática.

Em 2017, o Centro de informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), enquanto Ponto de Contacto Nacional do programa, submeteu o pedido de subvenção financeira de 25 000 euros à Comissão Europeia para o desenvolvimento da sua ação, tendo este sido aprovado no início de 2018.

Para assegurar a sua missão de informar e divulgar as duas vertentes e três medidas do programa, o CIEJD:

- Realizou 13 iniciativas, ao nível local e regional: 11 sessões de informação (Arcos de Valdevez, Aveiro, Caldas da Rainha, Coimbra, Lisboa, Monchique, Palmela, Paredes, Portalegre, Porto, Vila Nova de Sto. André) e duas reuniões (com Conselheiros do Comité Económico e Social Europeu e com a Vereadora Ana Medeiros da Câmara Municipal de Felgueiras), alcançando, diretamente, mais de 305 participantes.
- Procedeu ao atendimento personalizado dos pedidos de informação sobre o programa, por telefone e por correio eletrónico (119 e-mails recebidos e todos respondidos). Realizou sete difusões seletivas de informação para um universo de cerca de 600 entidades e cidadãos.
- Procedeu à gravação de duas emissões de rádio: Entrevista para a Rádio Regional de Paredes e para o Magazine Europa e publicou um artigo na revista do Centro “Europe Direct”, de Aveiro.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- Criou uma página internet dedicada (www.pecidadaos.eurocid.pt), onde é disponibilizada informação e documentação sobre o programa, bem como a lista de pedidos de parceria.
- Desenvolveu a conceção dos materiais de comunicação: logotipo, cartão, cartaz, “roll-up”, marcador, vídeo, “flyer” e brochura de divulgação dos projetos com participação portuguesa aprovados no triénio 2016/2018.
- Participou na Reunião do Comité do Programa, em Bruxelas, e na Reunião informal dos Pontos de Contacto Nacionais, em Viena.

CARREIRAS INTERNACIONAIS

O projeto “Carreiras Internacionais” tem como objetivo informar sobre as oportunidades de emprego, estágio e destacamento para funcionários do setor público (Peritos Nacionais Destacados – PND) nas instituições e organismos da União Europeia e outras organizações internacionais.

Fazem parte deste projeto os sítios internet “Carreiras Internacionais” e “Trabalhar na União Europeia”, onde são divulgadas estas oportunidades, documentação e informação complementar sobre uma carreira na UE, serviço de atendimento telefónico e por correio eletrónico e informação sobre sessões de informação presenciais.

Em 2018, os dois sítios internet receberam um total de 206 118 visitas. Para além dos sítios, são utilizadas outras formas de comunicação e interação com os cidadãos: 89 367 “e-mails” entre difusões e respostas diretas; 43 publicações na rede social “Facebook”, que alcançaram 81 211 pessoas; 25 “Newsletters” para cerca de 19 500 subscritores ativos, totalizando 487 500 envios. Para garantir a atualização dos sítios internet identificados, foram inseridos na base de dados Infoeuropa 1 540 empregos e estágios e 246 destacamentos para funcionários do setor público (PND).

Neste ano foram realizadas 22 sessões de informação sobre as oportunidades de emprego e estágio nas instituições e outros organismos europeus. Estas sessões tiveram lugar junto de estudantes e, em alguns casos, de um público mais experiente e com outras expectativas. Como suporte às sessões, foram elaboradas



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

cinco apresentações “power point” com conteúdos adequados a temáticas e públicos-alvo diferenciados.

Ao nível nacional, o CIEJD participou em nove eventos: Rumo 2018 – Universidade Católica, Porto; “Jobshop” – Universidade Católica, Lisboa; “Workshop” Procurar Emprego no Estrangeiro, Coimbra; Feira Internacional da Empregabilidade, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; FINDE.U – Feira Virtual Internacional do Emprego Universitário; I Feira de Emprego da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda; IBS GO ABROAD JOURNEY, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa; 6.ª Feira de Emprego, “Careers” UPT 2018, Universidade Portucalense; e Volta de Apoio ao Emprego 2018, Aveiro, Felgueiras, Peniche e Viseu.

Por último, foi realizada uma entrevista para a rádio IPG FM (Guarda) e foi efetuada uma gravação vídeo no Instituto do Emprego e Formação Profissional sobre “Estágios e empregos na União Europeia”, de forma a ser difundida na FINDE.U – Feira Virtual Internacional do Emprego Universitário.

Ao nível internacional, o CIEJD marcou presença, enquanto membro da Rede de Especialistas EPSO (“European Personnel Selection Office”), na Reunião Geral, em Viena, juntamente com os representantes dos restantes Estados-membros; reuniu em Lisboa com os “EU Careers Ambassadors” para estabelecer uma colaboração mais estreita e eficaz; participou na “International Organizations Career Development Roundtable”, co-organizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, e recebeu ainda a visita de um funcionário do EPSO para uma reunião sobre a estratégia para futuro do processo concursal na União Europeia.

OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO NA UNIÃO EUROPEIA

O projeto “ON – Oportunidades de Negócio na União Europeia” é um serviço orientado para as empresas e empreendedores que identifica e facilita o acesso às oportunidades de negócio, em particular concursos públicos, que as instituições e



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

outros organismos da UE oferecem. Divulga, ainda, apoios financeiros e respetivas candidaturas, ao nível europeu e nacional.

A dimensão comunicacional deste projeto assentou, em 2018, quase exclusivamente na internet. O sítio “Oportunidades de Negócio na UE” registou um total de 35 738 visitas, o que corresponde a cerca de 98 visitas por dia. Para garantir a atualização deste sítio, foram pesquisados, tratados e inseridos mais de mil concursos públicos europeus, candidaturas e/ou programas europeus e nacionais.

Na rede social “Facebook” foram feitas, ao longo do ano, 27 publicações que chegaram a 10 414 pessoas e no “Linkedin” a grande aposta de 2018 foi a página específica deste projeto que registou 782 seguidores, 892 visitas e 2 445 gostos. A página geral do CIEJD indicava, por sua vez, 1 379 seguidores no final do ano, na sua maioria, quadros dos setores empresarial e institucional.

Para além dos sítios e das redes sociais, são também utilizados meios de interação com os utilizadores: 60 respostas por telefone e/ou correio eletrónico; 11 edições da “Newsletter Empresas e empreendedores” para cerca de 19 500 subscritores ativos e 27 “Flashes informativos”, garantindo informação adaptada às necessidades expressas por mais de 1 500 empresas, empresários e empreendedores registados.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO II

COMUNICAÇÃO SOBRE OS PRINCIPAIS TEMAS DA AGENDA EUROPEIA

Comunicar a União Europeia aos cidadãos continua a ser uma tarefa da maior importância para uma melhor compreensão do que significa fazer parte integrante da União Europeia, bem como contribuir para uma maior aproximação dos cidadãos à UE e às suas instituições.

PORTAL EUROCID

O ano de 2018 fica marcado pelos trabalhos de desenvolvimento do novo portal Eurocid, que chega à sua 4.^a geração, agora integrado no projeto MNE Digital. Agrega, ao nível digital, todos os projetos, serviços e atividades do CIEJD, garantindo uma perceção de conjunto da missão de informar os cidadãos de língua portuguesa sobre assuntos europeus. Os conteúdos informativos são disponibilizados e dirigidos a diferentes públicos de forma mais amigável e intuitiva.

No entanto, o grau de complexidade técnica deste novo portal levou a que a sua conclusão apenas fosse possível no final do ano. Os trabalhos de verificação, validação e afinação irão decorrer no primeiro trimestre de 2019.

Enquanto decorreram estes trabalhos, o Portal Eurocid manteve-se em funcionamento no seu formato tradicional, tendo registado em 2018 mais utilizadores do que no ano anterior: mais de 216 000 visitas (mais 1,5% do que em 2017) e mais de 430 mil páginas visitadas (sensivelmente o mesmo valor que no ano anterior).

O Portal acompanha e privilegia os temas da agenda europeia, desenvolvendo e atualizando importantes dossiês temáticos – Cidadania Europeia, Migrações, Apoios Financeiros, Portugal na UE, UE e Lusofonia, entre outros – e divulgando serviços e oportunidades na União Europeia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

De referir, ainda, que os conteúdos dedicados às oportunidades para os cidadãos e empresas continuam a ser dos mais consultados, como, por exemplo, os prémios e concursos.

BOLETINS INFORMATIVOS

Em 2018, o CIEJD produziu e enviou aos seus subscritores 25 “Newsletters” que correspondem a diferentes tipologias: dez sobre “Portugal na União Europeia” e 11 sobre “Empresas e Empreendedores” (de envio mensal) e quatro especiais e/ou temáticas (Informar e Comunicar a União Europeia; Ano Europeu do Património Cultural; Encontros com os Cidadãos e Cascais – Capital Europeia da Juventude).

Este esforço, que leva aos cidadãos interessados as notícias sobre a agenda europeia e sobre os projetos, serviços e atividades do CIEJD, originou mais de 487 000 envios ao longo do ano.

FACEBOOK

A presença do CIEJD na rede social “Facebook” é um dos elementos relevantes na sua estratégia de comunicação, nomeadamente no que se refere à disseminação eletrónica da informação. Constitui, também, um espaço de encontro com o cidadão onde, para além das publicações regulares, se assegura um serviço de resposta e interação com os utilizadores.

Esta rede social tem tido um papel central na missão do CIEJD ao divulgar temas e eventos da política de informação e comunicação da União Europeia em Portugal, oportunidades de emprego e de estágio nas instituições da UE, assim como o programa “Europa para os Cidadãos”, no qual o CIEJD desempenha o papel de Ponto de Contacto Nacional, como já referido.

No final de 2018, reunia uma comunidade de 31 120 pessoas. As 241 publicações efetuadas ao longo do ano alcançaram 223 683 cidadãos.

Dos vários projetos publicados no “Facebook” do CIEJD destacam-se, pelo número de cidadãos alcançados: “Carreiras Internacionais” (81 211); “Encontros com os



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Cidadãos” – iniciativa da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus (48 609) – e o “Ano Europeu do Património Cultural” (19 576).

ANO EUROPEU DO PATRIMÓNIO CULTURAL 2018

A UE designou 2018 como o Ano Europeu do Património Cultural (AEPC), reafirmando a importância fundamental da cultura europeia como fator de identidade, de pertença a um espaço que se pretende inclusivo mas, simultaneamente, aberto ao Mundo.

No âmbito desta temática, o CIEJD desenvolveu um conjunto significativo de conteúdos de comunicação – informativos e pedagógicos, que disponibilizou no seu portal e nas redes sociais - contemplando diferentes públicos-alvo, designadamente a comunidade escolar.

Associou-se, também, à celebração do Ano Europeu do Património Cultural através da participação ativa em diferentes iniciativas, nomeadamente:

- “Futurália Cult” – Decorreu no contexto da maior Feira de Oferta Educativa, Formação e Empregabilidade, na FIL, em março. Esta nova iniciativa, dinamizada pela Associação Industrial Portuguesa (AIP) e pelo CIEJD, contou com o apoio do Coordenador Nacional do AEPC 2018, da Fundação AIP, da Direcção-Geral da Educação, da Direcção-Geral do Ensino Superior e da Direcção-Geral do Património Cultural. Foram apresentados projetos no domínio das artes plásticas, performativas e audiovisuais, da ciência, das novas tecnologias, etc., desenvolvidos pelos alunos do ensino secundário, profissional e superior de todo o país, cujo tema principal foi o património no seu sentido mais abrangente – arquitetura, mas também cultura, tradições, bens naturais e imateriais. A edição de 2018 da Futurália contou com 82 000 visitantes.
- Prémio Escolar AEPC 2018 – Esta iniciativa resultou de uma colaboração com o Coordenador Nacional do AEPC 2018, Guilherme d’Oliveira Martins, e com o Centro de Investigação para as Tecnologias Interativas (CITI-UNL), tendo merecido o Alto Patrocínio do Presidente da República. A iniciativa contou, ainda, com a participação do Ministério da Educação, do Ministério da Cultura, da Fundação Calouste Gulbenkian, do Plano Nacional de Leitura e da Rede de Bibliotecas Escolares. O prémio, destinado aos alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário e Profissional, procurou desenvolver o conhecimento do património cultural europeu nas suas múltiplas dimensões



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

nas gerações mais jovens. O CIEJD desenvolveu o material pedagógico de apoio (infografias, apresentações “power point”, sopas de letras, “quizzes”, dossier temático), destinado a diversos público-alvo, validou todos os trabalhos submetidos e efetuou a pré-seleção das obras com maior qualidade para decisão final do júri, mediante uma matriz de avaliação também concebida pelo CIEJD e aprovada pelos parceiros. Coube, também, ao CIEJD a elaboração do programa e respetivos convites para a cerimónia de atribuição dos Prémios, a criação de todos os certificados – vencedores e restantes participantes – e o apoio à divulgação do evento. A cerimónia de entrega do Prémio AEPC 2018, realizou-se no dia 8 de junho, na Fundação Calouste Gulbenkian. Foram premiados quatro trabalhos (dois pelo júri e dois selecionados com base na votação online) e atribuídas, ainda, oito Menções Honrosas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO III

PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A UE E A ACTIVIDADE EDITORIAL

A componente formativa é um dos eixos fundamentais de atuação do CIEJD, permitindo promover o conhecimento sobre a UE e debater os principais temas da agenda europeia, junto de diferentes públicos.

Em 2018, o Centro desenvolveu um conjunto diversificado de conteúdos sobre as temáticas europeias destinados a apoiar a sua atividade de formação e animação pedagógica, os projetos em que participa e o seu portal.

ENCONTROS COM OS CIDADÃOS

O CIEJD colaborou, ao longo da segunda metade de 2018, na iniciativa Encontros com os Cidadãos, da responsabilidade da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, destinada a apelar à participação democrática dos cidadãos e conhecer as suas preocupações e anseios (ver Capítulo IV do Título I).

Neste âmbito, o CIEJD organizou 16 sessões/debates sobre a União Europeia em escolas de todas as regiões de Portugal incluindo as Regiões Autónomas. Para a concretização da iniciativa foram convidados diversos especialistas, com particular destaque para os Deputados ao Parlamento Europeu.

A iniciativa poderá ser consultada em <https://encontroscidadãos.pt/>

AULAS JACQUES DELORS

Ao longo do ano foram realizadas 38 Aulas Jacques Delors (AJD), vocacionadas para os alunos do Ensino Pré-Escolar, Básico, Secundário e Profissional, que abrangeram um total de 955 alunos e 86 professores.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

As avaliações efetuadas confirmam a importância atribuída a esta atividade, que complementa os assuntos relativos à UE constantes dos currículos escolares, abordando a dinâmica do processo de construção europeia, os seus valores, a arquitetura institucional, o processo de decisão, a cidadania europeia e as políticas da União.

No decurso deste ano foi realizada uma sessão especial, ministrada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, a um grupo de alunos e respetivos professores do Agrupamento de Escolas de Águeda Sul, dedicada ao Futuro da União Europeia.

Foi, ainda, realizada uma AJD para 20 alunos da Universidade Lusófona e recebido um grupo de nove professores de diferentes Estados-membros no âmbito de um projeto ERASMUS+.

PROJETO “EUROPEAN AWARENESS – AWAREU”

O CIEJD deu continuidade a este projeto Erasmus, coordenado pelo CesUE – “Centro studi, formazione, comunicazione e progettazione sull’Unione Europea e la global governance” (Itália), que tem como objetivo suscitar a participação cívica, o multiculturalismo e contribuir para combater o euroceticismo. O projeto conta com parceiros em Espanha, França e Reino Unido. Em Portugal, são parceiros o CIEJD e a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

O consórcio desenvolveu um conjunto de conteúdos, incluindo cursos sobre o projeto de construção europeia, que serão colocados na Plataforma Virtual “Learning Environment”.

Foi ainda realizado o evento “Europa: que paixão!”, em parceria com a “Cascais - Capital Europeia da Juventude 2018”, que teve lugar na Casa de Histórias Paula Rego. O evento incluiu o visionamento de um filme que narra a história da integração europeia e um debate com três convidados, moderado pela Comissária de “Cascais - Capital Europeia da Juventude 2018”, Catarina Marques Vieira.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CURSO DE FORMAÇÃO PARA DOCENTES SOBRE GÉNERO, IGUALDADE E CIDADANIA

Tendo em conta que a Igualdade de Género é um dos temas obrigatórios da nova Estratégia Nacional de Educação, a Universidade Aberta organizou este curso, com a duração de 45 horas, ministrado em regime "BLearning". O curso obteve o co-financiamento do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE).

O CIEJD assegurou a formação e conteúdos do módulo relativo à "Carta dos Direitos Fundamentais da UE" nos cursos para a Região Centro e a Região Alentejo, tendo enviado, também, contributos para o Contrato de Aprendizagem e para a Bibliografia desta ação.

CURSO DE FORMAÇÃO PARA DOCENTES SOBRE DIMENSÃO EUROPEIA NA EDUCAÇÃO

Este curso, realizado em estreita colaboração com a Direcção-Geral da Educação do Ministério da Educação, na modalidade de B-Learning, formou 30 docentes oriundos dos Clubes Europeus. Com uma duração de 25h, possibilitou aos participantes que concluíram a formação com sucesso a obtenção de 1 crédito de progressão na carreira.

Com esta ação pretendeu-se aprofundar o conhecimento sobre o processo de construção da União Europeia, designadamente sobre as questões de Cidadania Europeia, mas também gerar reflexão relativamente aos objetivos subjacentes à criação dos Clubes Europeus e ao seu papel na formação de cidadãos mais informados, críticos e pró-ativos.

REFERENCIAL "INSTITUIÇÕES E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA"

O CIEJD foi convidado pelo Ministério da Educação a participar na elaboração do Referencial "Instituições e Participação Democrática" da Direcção-Geral da Educação, um instrumento a ser disponibilizado aos professores de todos os ciclos de ensino.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

A Assembleia da República, a Associação 25 de Abril e o Fórum dos Cidadãos participam, igualmente, nesta iniciativa.

PASSAPORTE ESCOLAR

O CIEJD deu seguimento à colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa (pelouro da Educação) no projeto “Passaporte Escolar”. Esta iniciativa destina-se a crianças do pré-escolar e 1.º ciclo da rede pública das escolas de Lisboa e integra um conjunto de parcerias com instituições públicas e privadas no âmbito da educação não formal, promovendo o contacto com vários equipamentos fora do contexto da sala de aula.

Reforçando o lema “A brincar também se aprende”, o Palácio Pimenta (Museu da Cidade de Lisboa) acolheu, em maio, esta iniciativa e permitiu que as crianças pudessem participar em jogos e oficinas sobre a União Europeia e outros temas, fazer experiências científicas e assistir a peças de teatro entre muitas outras atividades.

Recorrendo à “Lenda da Europa”, o CIEJD alertou os participantes (330 crianças e respetivos professores e acompanhantes) para a importância do projeto europeu, levando-os a conhecer os direitos de cidadania europeia e a participar nas atividades direcionadas para as diferentes faixas etárias. Foram, ainda, distribuídos materiais pedagógicos para posterior aprofundamento dos conhecimentos adquiridos.

APOIO ÀS ESCOLAS

Ao longo de 2018, o CIEJD deu continuidade à colaboração com a comunidade educativa, respondendo às questões suscitadas, apoiando a realização de atividades e disponibilizando materiais de divulgação (brochuras e “posters”) do Serviço das Publicações da União Europeia para apoio, essencialmente, das atividades letivas e formativas.

A título exemplificativo, o CIEJD participou, em setembro, na Feira Sustentável organizada pelo Agrupamento de Escolas D. Filipa de Lencastre, integrada no projeto ERASMUS+ – “Visions of European Cities”. Esta feira deu a conhecer aos alunos e à



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

comunidade em geral alguns produtos e serviços mais amigos do ambiente e registou cerca de 225 participantes.

ATIVIDADE EDITORIAL – PRÉMIO JACQUES DELORS

A edição de obras que contribuam para a promoção do conhecimento e para o debate dos temas comunitários continua a ser uma aposta do CIEJD.

O Centro continuou a privilegiar a edição do Prémio Jacques Delors (PJD), que procura incentivar o aparecimento de obras inéditas sobre a União Europeia, em língua portuguesa. Abrange estudos, teses de mestrado e de doutoramento que não tenham sido objeto de publicação e é atribuído por um júri constituído por personalidades nacionais de reconhecido prestígio e mérito científico. Este Prémio tem o apoio financeiro do Banco de Portugal e as obras vencedoras são publicadas em co-edição com a Principia.

Na sequência da saída de dois elementos do júri, em 2018 foi formado um novo júri deste prémio que passou a ser composto por: Elisa Ferreira (Vice-Governadora do Banco de Portugal), João de Vallera (Embaixador) e Miguel Poiars Maduro (Diretor da "School of Transnational Governance" do Instituto Universitário Europeu de Florença).

Em novembro, o Auditório do Edifício Caleidoscópio acolheu a cerimónia oficial de entrega do Prémio de 2017, onde foi apresentada a edição da obra vencedora "Mário Soares e a Europa: Pensamento e Ação", da autoria de Dina Sebastião. O evento contou com a participação de Clara Ferreira Alves e João Soares que apresentaram testemunhos sobre "Mário Soares – O Homem e o Político".

O júri do Prémio Jacques Delors 2017 decidiu, ainda, atribuir menções honrosas às obras: "A Europeização das políticas de emprego em Portugal", da autoria de Carla Valadas, e "A Proteção dos Direitos Fundamentais pelo Direito da União Europeia: da Carta aos Estados, o enigma da Esfinge", de Sophie Perez Fernandes.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

SEMINÁRIO DA INICIATIVA DE CIDADANIA EUROPEIA

A convite da Delegação da Comissão Europeia em Portugal, a diretora do CIEJD participou, enquanto moderadora, no debate sobre a “Iniciativa de Cidadania Europeia “EUTakeTheInitiative”, que se realizou em novembro. Este encontro congregou um conjunto significativo de ONG e pretendeu discutir o estado da democracia participativa em Portugal e ser um espaço de partilha de experiências e conhecimentos.

A campanha de divulgação da “Iniciativa de Cidadania Europeia” pretende reforçar a legitimidade democrática na União Europeia, sensibilizando os cidadãos para este instrumento de participação direta ao seu dispor.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Dando sequência a uma prática que remonta a 2014, o Centro continuou a participar na Rede de Responsabilidade Social. Esta rede agrupa, atualmente, 350 membros ao nível nacional, dinamiza um conjunto de Grupos de Trabalho Temáticos e de Causas/Projetos que, de forma colaborativa, produzem conhecimento e desenvolvem iniciativas concretas.

Neste âmbito, o CIEJD tem continuamente atualizado o Dossier Digital sobre a temática, participado em campanhas, como por exemplo “Papel por Alimentos” e “Apoio a Instituições de Proximidade”. O CIEJD também participou nos eventos da rede, designadamente numa reunião de parceiros, em janeiro, e na 10.^a Convenção da Rede, em novembro.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO IV

BIBLIOTECA JACQUES DELORS

A Biblioteca Jacques Delors (BJD), espaço de conhecimento ao serviço dos cidadãos e da comunidade académica, acolheu e serviu, ao longo de 2018, perto de mil utilizadores (localmente e à distância).

Num esforço contínuo de melhoria dos seus serviços e coleções, aumentou o seu catálogo bibliográfico (praticamente, mil novos registos), reforçou a ligação às bibliotecas institucionais europeias e outras congéneres e registou 153 novos utilizadores.

A BJD adicionou ao seu fundo documental um considerável espólio cedido pelo Gabinete de Informação do Parlamento Europeu em Portugal. Desse espólio, em formato papel e/ou microficha, destacam-se vários Relatórios, Debates, Atas e Relatos do Parlamento Europeu, bem como a coleção “Estudos e Documentos”. A declaração de doação do espólio documental e material foi assinada em maio. Este espólio será objeto de tratamento bibliográfico de forma a poder ser disponibilizado aos utilizadores o mais brevemente possível.

Também ao longo de 2018, a BJD e o Centro de Documentação Europeia da Reitoria da Universidade de Lisboa organizaram três mostras bibliográficas no espaço de leitura do Edifício Caleidoscópio, respetivamente sobre: 10 Anos de Tratado de Lisboa (dezembro 2017 – maio 2018); Dia da Europa (7 a 11 maio); e Ano Europeu do Património Cultural (junho-dezembro).

Na sequência de um Protocolo, assinado em janeiro com a Câmara Municipal de Cascais, foi criado um ponto de contacto para a informação europeia na Biblioteca Municipal Casa da Horta naquele município. A cerimónia de assinatura deste Protocolo marcou também a inauguração da Exposição “Jean Monnet”, que se manteve aberta ao público até ao final de fevereiro, sendo posteriormente



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

emprestada ao Centro de Estudos Internacionais do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa, onde permaneceu entre o final de maio e o início de julho.

À semelhança de anos anteriores, a BJD esteve presente na “Jornada de Portas Abertas” que decorreu, em maio, no Edifício do Conselho em Bruxelas, tendo o “stand” nacional sido assegurado com o apoio da Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia e do Turismo de Portugal. Foram, ainda, realizadas sessões sobre “Fontes de Informação Europeia”, uma na Universidade de Aveiro e outra na Universidade do Minho.

A “Newsletter” mensal da Biblioteca, conhecida por “Flash BJD”, passou a intitular-se “Documentação Europeia” e conheceu, em 2018, uma redução do seu número de subscritores fruto da entrada em vigor do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) no final de maio, contando agora com pouco mais de 400. Porém, a BJD continuou as suas atividades de comunicação na rede social “Facebook”, onde foram efetuadas 160 publicações que alcançaram mais de 37 000 pessoas.

Por último, a BJD continuou a disponibilizar materiais de divulgação do Serviço das Publicações da União Europeia (brochuras e posters) para apoio das atividades letivas e formativas dos estabelecimentos de ensino, associações e bibliotecas, tendo distribuído, em 2018, mais de 6 500 exemplares.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

ANEXOS



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

ANEXO I

REPRESENTANTES PORTUGUESES

COMITÉ DAS REGIÕES

Os membros permanentes e suplentes do Comité das Regiões foram nomeados em 2015 para um mandato de cinco anos pelo Conselho da UE, em conformidade com propostas dos Estados-membros. Portugal tem 12 membros efetivos e 12 membros suplentes nomeados para o CdR. A representação portuguesa para o período 2015-2020 é chefiada, por escolha dos seus pares, pelo Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, José Maria da Cunha Costa.

Em virtude da perda de mandato de alguns membros efetivos e suplentes, na sequência das eleições autárquicas de 2017, teve lugar uma recomposição da representação portuguesa no Comité das Regiões. Assim, Portugal conta agora com os seguintes membros: Miguel Filipe Albuquerque, Vasco Ilídio Alves Cordeiro, Álvaro Amaro, João Azevedo, Miguel Alves, José da Cunha Costa, Basílio Horta, Fernando Medina, Carlos Pinto de Sá, José Ribau Esteves, Ricardo Machado Rio e Aires Pereira.

Membros suplentes: Luís Antunes, Luís Correia, Vítor Guerreiro, Vítor Proença, Paulo Santos, Rui Bettencourt, Paula Cabaço, Berta Milheiro Nunes, Pedro Ribeiro, Hélder Sousa e Silva, Rui André e Carlos Santiago.

COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU

O Conselho nomeou, em setembro de 2015, os membros do Comité Económico e Social Europeu (CESE) para um mandato de 5 anos. Os 12 membros efetivos de Portugal são os seguintes:

Grupo I – Empregadores: Gonçalo da Gama Lobo Xavier (CIP – Confederação da Indústria Portuguesa); Luís Miguel Correia Mira (CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal); Pedro D’Almeida Freire (CCP – Confederação do Comércio



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

e Serviços de Portugal); Paulo Barros Vale (CTP – Confederação do Turismo Português).

Grupo II – Trabalhadores: Mário David Ferreirinha Soares (renunciou em julho de 2018, não tendo ainda sido substituído) e Carlos Manuel Alves Trindade (CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses); Carlos Manuel Simões da Silva e João Dias da Silva (UGT – União Geral de Trabalhadores).

Grupo III – Interesses diversos Jorge Pegado Liz (DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor); Carlos Matias Ramos (CNOP – Conselho Nacional das Ordens Profissionais); Francisco Bernardino da Silva (CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL); José Leirião (CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

ANEXO II

ATOS E ACORDOS NA ÁREA DA JUSTIÇA E DOS ASSUNTOS INTERNOS

ATOS LEGISLATIVOS

Regulamentos

Identificação	Assunto	Data
Regulamento (UE) 2018/1240 do Parlamento Europeu e do Conselho	Cria um Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS) e altera os Regulamentos (UE) n.º 1077/2011, (UE) n.º 515/2014, (UE) 2016/399, (UE) 2016/1624 e (UE) 2017/2226.	12 de setembro de 2018 JO L 236, de 19.9.2018, p. 1-71
Regulamento (UE) 2018/1241 do Parlamento Europeu e do Conselho	Altera o Regulamento (UE) 2016/794 para efeitos da criação de um Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS).	12 de setembro de 2018 JO L 236 de 19.9.2018, p. 72-73
Regulamento (UE) 2018/1726 do Parlamento Europeu e do Conselho	Relativo à Agência da União Europeia para a Gestão Operacional de Sistemas Informáticos de Grande Escala no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (eu-LISA), que altera o Regulamento (CE) n.º 1987/2006 e a Decisão 2007/533/JAI do Conselho, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1077/2011.	14 de novembro de 2018 JO L 295 de 21.11.2018, p. 99-137
Regulamento (UE) 2018/1860 do Parlamento Europeu e do Conselho	Relativo à utilização do Sistema de Informação de Schengen para efeitos de regresso dos nacionais de países terceiros em situação irregular.	28 de novembro de 2018 JO L 312 de 7.12.2018, p. 1-13
Regulamento (UE) 2018/1861 do Parlamento Europeu e do Conselho	Relativo ao estabelecimento, ao funcionamento e à utilização do Sistema de Informação de Schengen (SIS) no domínio dos controlos de fronteira, e que altera a Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen e altera e revoga o Regulamento (CE) n.º 1987/2006.	28 de novembro de 2018 JO L 312 de 7.12.2018, p. 14-55



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Identificação	Assunto	Data
Regulamento (UE) 2018/1862 do Parlamento Europeu e do Conselho	Relativo ao estabelecimento, ao funcionamento e à utilização do Sistema de Informação de Schengen (SIS) no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal, e que altera e revoga a Decisão 2007/533/JAI do Conselho e revoga o Regulamento (CE) n.º 1986/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho e a Decisão 2010/261/UE da Comissão.	28 de novembro de 2018 JO L 312 de 7.12.2018, p. 56-106
Regulamento (UE) 2018/2000 do Parlamento Europeu e do Conselho	Regulamento (UE) 2018/2000 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2018, que altera o Regulamento (UE) n.º 516/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à reautorização dos montantes remanescentes autorizados para apoiar a aplicação das Decisões (UE) 2015/1523 e (UE) 2015/1601 do Conselho ou à afetação desses montantes a outras ações ao abrigo dos programas nacionais.	12 de dezembro de 2018 JO L 328 de 21.12.2018, p. 78-81

Diretivas

Identificação	Assunto	Data
Diretiva (UE) 2018/843 do Parlamento Europeu e do Conselho	Diretiva (UE) 2018/843 de 30 de maio de 2018 que altera a Diretiva (UE) 2015/849 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e que altera as Diretivas 2009/138/CE e 2013/36/UE.	30 de maio de 2018 JO L 156 de 29.06.2018, p. 43-74



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Atos de Execução

Identificação	Assunto	Data
Decisão de Execução (UE) 2018/397 do Conselho	Dá execução ao intercâmbio automatizado de dados de registo de veículos em Portugal.	8 de março de 2018 JO L 71, 14.3.2018, p. 38-39
Decisão de execução (UE) 2018/1696 do Conselho	Dá execução às regras internas do comité de seleção previsto no artigo 14.º, n.º 3, do Regulamento (UE) 2017/1939 que dá execução à Procuradoria Europeia.	13 de julho de 2018 JO L 282, 12.11.2018
Decisão de execução (UE) 2018/1035 do Conselho	Dá execução ao intercâmbio automatizado de dados ADN na Croácia.	16 de julho de 2018 JO L 185, 23.7.2018, p. 27–28
Decisão de execução (UE) 2018/1463 do Conselho	Dá execução às medidas de controlo as novas substâncias psicoativas N-fenil-N-[1-(2-feniletil)piperidin-4-il]ciclopropanocarboxamida (ciclopropilfentanilo) e 2-metoxi-N-fenil-N-[1-(2-feniletil)piperidin-4-il]acetamida (metoxiacetilfentanilo).	28 de setembro de 2018 JO L 245, 1.10.2018, p. 9–11

Outros Atos não Legislativos

Formações do Conselho	Assunto	Data
Assuntos Económicos e Financeiros	Decisão do Conselho relativa à posição a tomar, em nome da União, no Comité Misto sobre a facilitação da emissão de vistos instituído pelo Acordo entre a União Europeia e a República do Azerbaijão sobre a facilitação da emissão de vistos, no que diz respeito à adoção do seu regulamento interno.	23 de janeiro de 2018
Negócios Estrangeiros	Decisão do Conselho que estabelece a posição a tomar em nome da União no âmbito do Comité Misto instituído ao abrigo do Acordo entre a União Europeia e a República do Azerbaijão sobre a facilitação da emissão de vistos no que diz respeito à adoção de diretrizes comuns para a aplicação desse Acordo.	27 de fevereiro de 2018
Justiça e Assuntos Internos	Conclusões do Conselho sobre a aplicação das disposições gerais relativas à proteção de dados do capítulo 6 da Decisão 2008/615/JAI do Conselho ("Decisão Prüm") por parte da Croácia no que respeita ao intercâmbio automatizado de dados de ADN.	9 de março de 2018



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Formações do Conselho	Assunto	Data
Assuntos Económicos e Financeiros	Decisão do Conselho relativa à assinatura, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e a Confederação Suíça sobre normas complementares relativas ao instrumento de apoio financeiro em matéria de fronteiras externas e de vistos, no âmbito do Fundo para a Segurança Interna, para o período de 2014 a 2020.	13 de março de 2018
Justiça e Assuntos internos	Conclusões do Conselho sobre a gestão europeia integrada das fronteiras.	4 e 5 de junho de 2018
Justiça e Assuntos Internos	Conclusões do Conselho sobre reforçar a cooperação e a utilização do Sistema de Informação Schengen (SIS) para tratar os casos de pessoas envolvidas no terrorismo ou em atividades relacionadas com o terrorismo, nomeadamente combatentes terroristas estrangeiros.	4 e 5 de junho de 2018
Justiça e Assuntos Internos	Conclusões do Conselho sobre o relatório anual de 2017 da Eurojust.	4 e 5 de junho de 2018
Justiça e Assuntos Internos	Conclusões sobre o combate à violência doméstica Conclusões do Conselho sobre a melhoria da cooperação policial no combate à violência doméstica, incluindo a violência contra as mulheres.	4 e 5 de junho de 2018
Justiça e Assuntos Internos	Decisões do Conselho sobre a abertura de negociações entre a UE e países terceiros sobre o intercâmbio de dados pessoais entre a Europol e os países terceiros pertinentes para combater a criminalidade grave e o terrorismo Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações com a República da Turquia com vista à celebração de um acordo entre a União Europeia e a República da Turquia sobre o intercâmbio de dados pessoais entre a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol) e as autoridades turcas competentes para combater a criminalidade grave e o terrorismo.	4 e 5 de junho de 2018



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Formações do Conselho	Assunto	Data
Justiça e Assuntos Internos	Decisões do Conselho sobre a abertura de negociações entre a UE e países terceiros sobre o intercâmbio de dados pessoais entre a Europol e os países terceiros pertinentes para combater a criminalidade grave e o terrorismo Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações com a República Libanesa com vista à celebração de um acordo entre a União Europeia e a República Libanesa sobre o intercâmbio de dados pessoais entre a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol) e as autoridades libanesas competentes para combater a criminalidade grave e o terrorismo.	4 e 5 de junho de 2018
Justiça e Assuntos Internos	Decisões do Conselho sobre a abertura de negociações entre a UE e países terceiros sobre o intercâmbio de dados pessoais entre a Europol e os países terceiros pertinentes para combater a criminalidade grave e o terrorismo Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações com o Estado de Israel com vista à celebração de um acordo entre a União Europeia e o Estado de Israel sobre o intercâmbio de dados pessoais entre a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol) e as autoridades israelitas competentes para combater a criminalidade grave e o terrorismo.	4 e 5 de junho de 2018
Justiça e Assuntos Internos	Decisões do Conselho sobre a abertura de negociações entre a UE e países terceiros sobre o intercâmbio de dados pessoais entre a Europol e os países terceiros pertinentes para combater a criminalidade grave e o terrorismo Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações com a República da Tunísia com vista à celebração de um acordo entre a União Europeia e a República da Tunísia sobre o intercâmbio de dados pessoais entre a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol) e as autoridades tunisinas competentes para combater a criminalidade grave e o terrorismo.	4 e 5 de junho de 2018



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Formações do Conselho	Assunto	Data
Justiça e Assuntos Internos	Decisões do Conselho sobre a abertura de negociações entre a UE e países terceiros sobre o intercâmbio de dados pessoais entre a Europol e os países terceiros pertinentes para combater a criminalidade grave e o terrorismo Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações com o Reino de Marrocos com vista à celebração de um acordo entre a União Europeia e o Reino de Marrocos sobre o intercâmbio de dados pessoais entre a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol) e as autoridades marroquinas competentes para combater a criminalidade grave e o terrorismo.	4 e 5 de junho de 2018
Justiça e Assuntos Internos	Decisões do Conselho sobre a abertura de negociações entre a UE e países terceiros sobre o intercâmbio de dados pessoais entre a Europol e os países terceiros pertinentes para combater a criminalidade grave e o terrorismo Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações com a República Árabe do Egito com vista à celebração de um acordo entre a União Europeia e a República Árabe do Egito sobre o intercâmbio de dados pessoais entre a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol) e as autoridades egípcias competentes para combater a criminalidade grave e o terrorismo.	4 e 5 de junho de 2018
Justiça e Assuntos Internos	Decisões do Conselho sobre a abertura de negociações entre a UE e países terceiros sobre o intercâmbio de dados pessoais entre a Europol e os países terceiros pertinentes para combater a criminalidade grave e o terrorismo Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações com a República Argelina Democrática e Popular com vista à celebração de um acordo entre a União Europeia e a República Argelina Democrática e Popular sobre o intercâmbio de dados pessoais entre a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol) e as autoridades competentes argelinas para combater a criminalidade grave e o terrorismo.	4 e 5 de junho de 2018



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Formações do Conselho	Assunto	Data
Justiça e Assuntos Internos	Decisões do Conselho sobre a abertura de negociações entre a UE e países terceiros sobre o intercâmbio de dados pessoais entre a Europol e os países terceiros pertinentes para combater a criminalidade grave e o terrorismo Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações com o Reino Hachemita da Jordânia com vista à celebração de um acordo entre a União Europeia e o Reino Hachemita da Jordânia sobre o intercâmbio de dados pessoais entre a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol) e as autoridades jordanas competentes para combater a criminalidade grave e o terrorismo.	4 e 5 de junho de 2018
Ambiente	Decisão do Conselho relativa à aplicação das disposições restantes do acervo de Schengen relativas ao Sistema de Informação Schengen na República da Bulgária e na Roménia.	25 de junho de 2018
Ambiente	Decisão do Conselho respeitante à celebração, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e a Confederação Suíça sobre normas complementares relativas ao instrumento de apoio financeiro em matéria de fronteiras externas e de vistos, no âmbito do Fundo para a Segurança Interna, para o período de 2014 a 2020.	25 de junho de 2018
Ambiente	Decisão do Conselho respeitante à celebração, em nome da União Europeia, do Acordo entre a União Europeia e a Islândia sobre normas complementares relativas ao instrumento de apoio financeiro em matéria de fronteiras externas e de vistos, no âmbito do Fundo para a Segurança Interna, para o período de 2014 a 2020.	25 de junho de 2018
Assuntos Económicos e Financeiros	"Decisões Prüm" - Conclusões do Conselho sobre a aplicação das disposições gerais relativas à proteção de dados previstas no capítulo 6 da Decisão 2008/615/JAI do Conselho – Avaliação da Croácia no que respeita ao intercâmbio automatizado de dados de ADN.	13 de julho de 2018
Assuntos Económicos e Financeiros	"Decisões Prüm" – Conclusões do Conselho sobre a aplicação das disposições gerais relativas à proteção de dados previstas no capítulo 6 da Decisão 2008/615/JAI do Conselho - Avaliação da Irlanda no que respeita ao intercâmbio automatizado de dados de registo de veículos (DRV).	13 de julho de 2018



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Formações do Conselho	Assunto	Data
Assuntos Económicos e Financeiros	Conclusões do Conselho sobre a execução das "Decisões Prüm" dez anos após a sua adoção.	13 de julho de 2018
Assuntos Económicos e Financeiros	Decisão do Conselho relativa à assinatura, em nome da União, do Acordo relativo ao estatuto entre a União Europeia e a República da Albânia no quadro das ações realizadas pela Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira na República da Albânia.	13 de julho de 2018
Competitividade	Decisão do Conselho relativa à assinatura, em nome da União, do Acordo relativo ao estatuto entre a União Europeia e a antiga República jugoslava da Macedónia no quadro das ações realizadas pela Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira na antiga República jugoslava da Macedónia.	28 de setembro de 2018
Competitividade	Decisão do Conselho sobre o pedido do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte para participar em algumas das disposições do acervo de Schengen no que respeita à Agência da União Europeia para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no espaço de liberdade, segurança e justiça (eu-LISA).	28 de setembro de 2018
Justiça e Assuntos Internos	Decisão do Conselho relativa à assinatura, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia, por um lado, e o Reino da Noruega, a República da Islândia, a Confederação Suíça e o Principado do Listenstaine, por outro lado, sobre a participação destes Estados na Agência europeia para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no espaço de liberdade, segurança e justiça.	11 de outubro de 2018
Justiça e Assuntos Internos	Decisão do Conselho que autoriza os Estados-Membros a assinar, no interesse da União Europeia, o Protocolo que altera a Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Caráter Pessoal.	11 de outubro de 2018



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Formações do Conselho	Assunto	Data
Educação, Juventude, Cultura e Desporto	Decisão do Conselho relativa à assinatura, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e a República Federativa do Brasil que altera o Acordo entre a União Europeia e a República Federativa do Brasil sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração para titulares de um passaporte comum.	26 de novembro de 2018
Educação, Juventude, Cultura e Desporto	Decisão do Conselho relativa à assinatura, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e a República Federativa do Brasil que altera o Acordo entre a União Europeia e a República Federativa do Brasil sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração para titulares de um passaporte diplomático, de serviço ou oficial.	26 de novembro de 2018
Ambiente	Decisão do Conselho relativa à celebração, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e Antígua e Barbuda que altera o Acordo entre a Comunidade Europeia e Antígua e Barbuda sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração.	20 de dezembro de 2018
Ambiente	Decisão do Conselho relativa à celebração, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e Barbados que altera o Acordo entre a Comunidade Europeia e Barbados sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração.	20 de dezembro de 2018
Ambiente	Decisão do Conselho relativa à celebração, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e a Comunidade das Baamas que altera o Acordo entre a Comunidade Europeia e a Comunidade das Baamas sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração.	20 de dezembro de 2018
Ambiente	Decisão do Conselho relativa à celebração, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e a República da Maurícia que altera o Acordo entre a Comunidade Europeia e a República da Maurícia sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração.	20 de dezembro de 2018



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Formações do Conselho	Assunto	Data
Ambiente	Decisão do Conselho relativa à celebração, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e a República das Seicheles que altera o Acordo entre a Comunidade Europeia e a República das Seicheles sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração.	20 de dezembro de 2018
Ambiente	Decisão do Conselho relativa à celebração, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e a Federação de São Cristóvão e Neves que altera o Acordo entre a Comunidade Europeia e a Federação de São Cristóvão e Neves sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração.	20 de dezembro de 2018



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

ANEXO III

Diretivas da União Europeia transpostas para o ordenamento jurídico português em 2018

MINISTÉRIO	DIRETIVA	DIPLOMA DE TRANSPOSIÇÃO
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS [1]	Diretiva (UE) 2015/637 do Conselho, de 20 de abril de 2015, relativa a medidas de coordenação e cooperação para facilitar a proteção consular dos cidadãos da União não representados em países terceiros e que revoga a Decisão 95/553/CE.	Decreto-Lei n.º 14/2018 de 28 de fevereiro Diário da República n.º 42/2018, Série I de 2018-02-28
MINISTÉRIO DA PRESIDENCIA E DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA [1]	Diretiva (UE) 2016/1148 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de julho de 2016, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União.	Lei n.º 46/2018 de 13 de agosto Diário da República n.º 155/2018, Série I de 2018-08-13
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS [6]	Diretiva 2014/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa aos mercados de instrumentos financeiros e que altera a Diretiva 2002/92/CE e a Diretiva 2011/61/UE.	Lei n.º 35/2018 de 20 de julho Diário da República n.º 139/2018, Série I de 2018-07-20
	Diretiva Delegada 2017/593 da Comissão de 7 de abril de 2016 que completa a Diretiva 2014/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, no que diz respeito à proteção dos instrumentos financeiros e dos fundos pertencentes a clientes, às obrigações em matéria de governação dos produtos e às regras aplicáveis ao pagamento ou receção de remunerações, comissões ou quaisquer benefícios monetários ou não monetários.	Lei n.º 35/2018 de 20 de julho Diário da República n.º 139/2018, Série I de 2018-07-20
	Diretiva (UE) 2016/1034 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de junho de 2016, que altera a Diretiva 2014/65/UE relativa aos mercados de instrumentos financeiros.	Lei n.º 35/2018 de 20 de julho Diário da República n.º 139/2018, Série I de 2018-07-20
	Diretiva (UE) 2018/912 do Conselho, de 22 de junho de 2018, que altera a Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado, no que se refere à obrigação de respeitar uma taxa normal mínima.	A legislação nacional já contempla as disposições da Diretiva: - Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro, artigo 18.º, n.º 1, alínea c) - Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

MINISTÉRIO	DIRETIVA	DIPLOMA DE TRANSPOSIÇÃO
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS [6]	Diretiva (UE) 2015/2366 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa aos serviços de pagamento no mercado interno, que altera as Diretivas 2002/65/CE, 2009/110/CE e 2013/36/UE e o Regulamento (UE) n.º 1093/2010, e que revoga a Diretiva 2007/64/CE.	Decreto-Lei n.º 91/2018 de 12 de novembro Diário da República n.º 217/2018, Série I de 2018-11-12
	Diretiva (UE) 2016/1065 do Conselho, de 27 de junho de 2016, que altera a Diretiva 2006/112/CE, no que respeita ao tratamento dos vales	Lei n.º 71/2018 de 31 de dezembro Diário da República n.º 251/2018, Série I de 2018-12-31 (LO19) Decreto-Lei n.º 102/2008 de 20 de junho Diário da República n.º 118/2008, Série I de 2008-06-20 (CIVA)
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL [1]	Diretiva (UE) 2017/2054 da Comissão, de 8 de novembro de 2017, que altera a Diretiva 2009/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita à lista de produtos relacionados com a defesa (Texto relevante para efeitos do EEE)	Decreto-Lei n.º 9/2018 de 12 de fevereiro Diário da República n.º 30/2018, Série I de 2018-02-12
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA [3]	Diretiva (UE) 2016/1919 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2016, relativa ao apoio judiciário para suspeitos e arguidos em processo penal e para as pessoas procuradas em processos de execução de mandados de detenção europeus.	A legislação nacional já contempla as disposições da Diretiva: - Lei n.º 34/2004, de 29 de julho (normas relativas ao apoio judiciário) - Lei n.º 65/2003, de 26 de agosto (regime do mandado de detenção europeu) - Código de Processo Penal.
	Diretiva (UE) 2016/943 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2016, relativa à proteção de know-how e de informações comerciais confidenciais (segredos comerciais) contra a sua aquisição, utilização e divulgação ilegais.	Decreto-Lei n.º 110/2018 de 10 de dezembro Diário da República n.º 237/2018, Série I de 2018-12-10



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

MINISTÉRIO	DIRETIVA	DIPLOMA DE TRANSPOSIÇÃO
	Diretiva (UE) 2015/2436 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2015, que aproxima as legislações dos Estados-membros em matéria de marcas.	Decreto-Lei n.º 110/2018 de 10 de dezembro Diário da República n.º 237/2018, Série I de 2018-12-10
MINISTÉRIO ADJUNTO E DA ECONOMIA [2]	Diretiva (UE) 2015/2302 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa às viagens organizadas e aos serviços de viagem conexos, que altera o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 e a Diretiva 2011/83/UE do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga a Diretiva 90/314/CEE do Conselho.	Decreto-Lei n.º 17/2018 de 8 de março Diário da República n.º 48/2018, Série I de 2018-03-08
	Diretiva 2014/104/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de novembro de 2014, relativa a certas regras que regem as ações de indemnização no âmbito do direito nacional por infração às disposições do direito da concorrência dos Estados-membros e da União Europeia.	Lei n.º 23/2018 de 5 de junho Diário da República n.º 107/2018, Série I de 2018-06-05
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR [2]	Diretiva (UE) 2016/2102 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2016, relativa à acessibilidade dos sítios web e das aplicações móveis de organismos do setor público.	Decreto-Lei n.º 83/2018 de 19 de outubro Diário da República n.º 202/2018, Série I de 2018-10-19
	Diretiva 2013/59/Euratom do Conselho, de 5 de dezembro de 2013, que fixa as normas de segurança de base relativas à proteção contra os perigos resultantes da exposição a radiações ionizantes, e que revoga as Diretivas 89/618/Euratom, 90/641/Euratom, 96/29/Euratom, 97/43/Euratom e 2003/122/Euratom.	Decreto-Lei n.º 108/2018 de 3 de dezembro Diário da República n.º 232/2018, Série I de 2018-12-03
MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL [3]	Diretiva 2014/50/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa aos requisitos mínimos para uma maior mobilidade dos trabalhadores entre os Estados-membros, mediante a melhoria da aquisição e manutenção dos direitos a pensão complementar.	Decreto-Lei n.º 40/2018 de 11 de junho Diário da República n.º 111/2018, Série I de 2018-06-11
	Diretiva (UE) 2017/164 da Comissão, de 31 de janeiro de 2017, que estabelece uma quarta lista de valores-limite de exposição profissional indicativos nos termos da Diretiva 98/24/CE do Conselho e que altera as Diretivas 91/322/CEE, 2000/39/CE e 2009/161/CE.	Decreto-Lei n.º 41/2018 de 11 de junho Diário da República n.º 111/2018, Série I de 2018-06-11
	Diretiva (UE) 2015/1794 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de outubro de 2015, que altera as Diretivas 2008/94/CE, 2009/38/CE e 2002/14/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e as Diretivas 98/59/CE e 2001/23/CE do Conselho, no que respeita aos marítimos.	Lei n.º 29/2018 de 16 de julho Diário da República n.º 135/2018, Série I de 2018-07-16



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

MINISTÉRIO	DIRETIVA	DIPLOMA DE TRANSPOSIÇÃO
MINISTÉRIO DA SAUDE [1]	Diretiva (UE) 2017/1572 da comissão de 15 de setembro de 2017 que complementa a Diretiva 2001/83/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere aos princípios e diretrizes das boas práticas de fabrico de medicamentos para uso humano (Texto relevante para efeitos do EEE).	Decreto-Lei n.º 26/2018 de 24 de abril Diário da República n.º 80/2018, Série I de 2018-04-24
MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS [2]	Diretiva (UE) 2018/217 da Comissão de 31 de janeiro de 2018 que altera a diretiva 2008/68/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas mediante a adaptação do seu anexo I, secção I.1, ao progresso científico e técnico.	Decreto-Lei n.º 41/2018 de 11 de junho Diário da República n.º 111/2018, Série I de 2018-06-11
	Diretiva (UE) 2016/2370 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016, que altera a Diretiva 2012/34/UE no que respeita à abertura do mercado nacional de transporte ferroviário de passageiros e à governação da infraestrutura ferroviária.	Decreto-Lei n.º 124-A/2018 de 31 de dezembro Diário República n.º 251/2018, 1º Suplemento, Série I de 2018-12-31
MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA [3]	Diretiva (UE) 2015/2193 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa à limitação das emissões para a atmosfera de certos poluentes provenientes de médias instalações de combustão.	Decreto-Lei n.º 39/2018 de 11 de junho Diário da República n.º 111/2018, Série I de 2018-06-11
	Diretiva Delegada (UE) 2017/1975 da Comissão, de 7 de agosto de 2017, que altera, para efeitos de adaptação ao progresso científico e técnico, o anexo III da Diretiva 2011/65/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito a uma isenção relativa à utilização de cádmio em díodos emissores de luz (LED) de conversão de cor para sistemas de visualização.	Decreto-Lei n.º 41/2018 de 11 de junho Diário da República n.º 111/2018, Série I de 2018-06-11
	Diretiva (UE) 2016/2284 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016, relativa à redução das emissões nacionais de certos poluentes atmosféricos, que altera a Diretiva 2003/35/CE e revoga a Diretiva 2001/81/CE.	Decreto-Lei n.º 84/2018 de 23 de outubro Diário da República n.º 204/2018, Série I de 2018-10-23



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

MINISTÉRIO	DIRETIVA	DIPLOMA DE TRANSPOSIÇÃO
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL [5]	Diretiva de Execução (UE) 2018/484 da Comissão, de 21 de março de 2018, que altera a Diretiva 93/49/CEE no que diz respeito aos requisitos a cumprir pelos materiais de propagação de determinados géneros ou espécies de Palmae relativamente ao organismo <i>Rhynchophorus ferrugineus</i> (Olivier).	Decreto-Lei n.º 41/2018 de 11 de junho Diário da República n.º 111/2018, Série I de 2018-06-11
	Diretiva de Execução (UE) 2017/1920 da comissão de 19 de outubro de 2017 que altera o anexo IV da Diretiva 2000/29/CE do Conselho no que diz respeito à circulação de sementes de <i>Solanum tuberosum</i> L. originárias da União.	Decreto-Lei n.º 41/2018 de 11 de junho Diário da República n.º 111/2018, Série I de 2018-06-11
	Diretiva (UE) 2018/597 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de abril de 2018, que altera a Diretiva 92/66/CEE do Conselho que estabelece medidas comunitárias de luta contra a doença de Newcastle (Texto relevante para efeitos do EEE).	Decreto-Lei n.º 41/2018 de 11 de junho Diário da República n.º 111/2018, Série I de 2018-06-11
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL [5]	Diretiva de Execução (UE) 2018/100 da Comissão de 22 de janeiro de 2018 que altera as Diretivas 2003/90/CE e 2003/91/CE que estabelecem regras de execução do artigo 7.º da Diretiva 2002/53/CE do Conselho e do artigo 7.º da Diretiva 2002/55/CE do Conselho, respetivamente, no que diz respeito aos caracteres que, no mínimo, devem ser apreciados pelo exame e às condições mínimas para o exame de determinadas variedades de espécies de plantas agrícolas e de espécies hortícolas.	Decreto-Lei n.º 41/2018 de 11 de junho Diário da República n.º 111/2018, Série I de 2018-06-11
	Diretiva de Execução (UE) 2018/1028 da Comissão, de 19 de julho de 2018, que retifica a Diretiva de Execução (UE) 2016/2109 da Comissão que altera a Diretiva 66/401/CEE do Conselho no que diz respeito à inclusão de novas espécies e à designação botânica da espécie <i>Lolium × boucheanum</i> Kunth.	É uma retificação, decorrente de uma gralha da Diretiva de Execução 2016/2109 (omissão de um asterisco), e a legislação nacional já contempla as disposições da Diretiva: - Decreto-Lei n.º 42/2017 de 06 de abril de 2017 - nota no Quadro III da Parte C do Anexo IV.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

ANEXO IV

PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO CONTENCIOSO DA UNIÃO EUROPEIA EM 2018

(Informação mais detalhada sobre os processos poderá ser consultada em <http://curia.europa.eu/juris/recherche.jsf?language=pt>)

1. Processos de reenvio prejudicial (TJUE)				
N.º de processo	Origem	Domínio	Fase Processual	Ministério Setorial
C-567/17 Bene Factum	Supremo Tribunal Administrativo (Lituânia)	Fiscalidade	Marcação da audiência de alegações	M. Finanças
C-563/17 Associação peço a palavra	Supremo Tribunal Administrativo (Portugal)	Liberdades Fundamentais	Marcação da audiência de alegações	Presidência do Conselho de Ministros M. Finanças
C-596/17 Japan Tobacco International e Japan Tobacco International France	Conseil d'État (França)	Fiscalidade	Observações escritas 26/01/2018	M. Economia M. Finanças
C-643/17 GE Power Controls Portugal	Supremo Tribunal Administrativo (Portugal)	União Aduaneira	Observações escritas 08/06/2018	M. Finanças



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

N.º de processo	Origem	Domínio	Fase Processual	Ministério Setorial
C-165/17 Morgan Stanley & Co International	Conseil d'État (França)	Fiscalidade	Resposta às perguntas TJUE 05/02/2018	M. Finanças
C-623/17 Privacy International	Investigatory Powers Tribunal London (Reino Unido)	Proteção de Dados	Observações escritas 09/02/2018	M. Justiça
C-637/17 Cogeco	Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa (Portugal)	Concorrência	Audiência 15/11/18	M. Economia
C-627/17 ZSE Energia	Okresný súd Dunajská Streda (Eslováquia)	Espaço de liberdade, de segurança e de justiça	Observações escritas 21/02/2018	M. Justiça
C-493/17 Weiss e o.	Bundesverfassungsgericht (Alemanha)	Política Económica e Monetária	Audiência 06/03/2018	M. Finanças
C-672/17 Trastave	Tribunal Arbitral Tributário (CAAD) (Portugal)	Fiscalidade	Despacho 05/10/2018	M. Finanças
C-673/17 Planet49	Bundesgerichtshof (Alemanha)	Proteção de Dados	Observações escritas 22/03/2018	M. Justiça
C-18/18 Glawischnig-Piesczek	Oberster Gerichtshof (Áustria)	Liberdades Fundamentais	Observações escritas 22/03/2018	M. Justiça



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

N.º de processo	Origem	Domínio	Fase Processual	Ministério Setorial
C-694/17 Pillar Securitisation	Cour de cassation (Luxemburgo)	Espaço de liberdade, de segurança e de justiça	Observações escritas 27/03/2018	M. Justiça
C-683/17 Cofemel	Supremo Tribunal Justiça (Portugal)	Propriedade Intelectual	Audiência 12/12/2018	M. Cultura
C-722/17 Ritbauer	Bezirksgericht Villach (Áustria)	Espaço de liberdade, de segurança e de justiça	Observações escritas 10/03/2018	M. Justiça
C-692/17 Paulo Nascimento Consulting	Supremo Tribunal Administrativo (Portugal)	Fiscalidade	Observações escritas 26/04/2018	M. Finanças
C-72/18 Ustariz Aróstegui	Juzgado Contencioso- Administrativo de Pamplona (Espanha)	Política social	Observações escritas 14/05/2018	M. Finanças
C-130/18 Flightright	Amtsgericht Düsseldorf (Alemanha)	Transportes	Observações escritas 29/05/2018	M. Planeamento ANAC
C-211/18 Idealmed III	CAAD (Portugal)	Fiscalidade	Observações escritas 11/07/2018	M. Finanças
C-295/18 Mediterranean Shipping Company	Tribunal da Relação do Porto (Portugal)	Fiscalidade	Observações escritas 10/08/2018	M. Finanças



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

N.º de processo	Origem	Domínio	Fase Processual	Ministério Setorial
C-277/18 Henkel Ibérica Portugal	Tribunal Administrativo de Círculo Lisboa (Portugal)	Liberdades Fundamentais	Observações escritas 10/08/2018	M. Economia
C-278/18 Sequeira Mesquita	Supremo Tribunal Administrativo (Portugal)	Fiscalidade	Audiência 09/11/2018	M. Finanças
C-143/18 Romano	Landgericht (Alemanha)	Liberdades Fundamentais	Observações escritas 18/06/2018	M. Finanças
C-411/17 Inter-Environnement Wallonie (...)	Cour constitutionnelle (Bélgica)	Ambiente	Audiência 03/10/2018	M. Ambiente
C-263/18 Nederlands Uitgeversverbond e Groep Algemene	Rechtbank Den Haag (Países Baixos)	Liberdade de estabelecimento Livre prestação de serviços Propriedade intelectual, industrial e comercial	Observações escritas 19/07/2018	Protocolo UCP M. Cultura
C-274/18 Schuch-Ghannadan	Arbeits-und Sozialgericht Wien (Áustria)	Política social	Observações escritas 10/08/2018	M. Trabalho
C-311/18 Data Protection Commissioner	High Court (Irlanda)	Proteção de dados	Observações escritas 31/08/2018	M. Justiça



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

N.º de processo	Origem	Domínio	Fase Processual	Ministério Setorial
C-317/18 Correia Moreira	Comarca de Faro (Portugal)	Política social	Observações escritas 22/08/2018	M. Finanças
C-400/18 Infohos	Hof van Cassatie (Bélgica)	Fiscalidade	Observações escritas 14/09/2018	M. Finanças
C-438/18 Galeria Parque Nascente	Tribunal Tributário de Lisboa (CAAD) (Portugal)	Fiscalidade	Observações escritas 12/10/2018	M. Finanças
C-500/18 Reliantco Investments e Reliantco Investments Limassol Sucursala București	Tribunal Specializat Cluj (Roménia)	Consumidores	Observações escritas 26/11/2018	M. Justiça
C-613/18 Canadá	Tribunal Tributário de Lisboa (CAAD) (Portugal)	Fiscalidade	Observações escritas 18/12/2018	M. Finanças



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

2. Ações por incumprimento contra Portugal (no Tribunal de Justiça)

N.º de processo	Origem	Domínio	Fase Processual	Ministério Setorial
C – 170/17 Comissão / Portugal	Comissão	Transportes	Arquivamento 24/05/2018	Infraestruturas
C – 383/17 Comissão / Portugal	Comissão	Transportes	Arquivamento 24/05/2018	M. Mar
C-583/15 Comissão / Portugal	Comissão	Transportes	Desistência 08/03/2018	M. Infraestruturas
C-290/18 Comissão / Portugal	Comissão	Ambiente	Audiência 29/11/2018	M. Ambiente
C-382/17 Comissão / Portugal	Comissão	Mobilidade e Transportes	Arquivamento 24/05/2018	M. Infraestruturas
C-503/14 Comissão / Portugal	Comissão	Fiscalidade	Desistência 07/06/2018	M. Finanças
C-76/13 Comissão / Portugal	Comissão	Mobilidade e Transportes	Desistência 07/06/2018	M. Infraestruturas



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

3. Recursos de anulação interpostos por Portugal (no Tribunal Geral)				
N.º de processo	Origem	Domínio	Fase Processual	Ministério Setorial
T-31/17 Portugal / Comissão	Portugal	Agricultura FEOGA	Resposta ao TG 19/02/2018	M. Agricultura
T-474/17 Portugal / Comissão	Portugal	Agricultura FEAGA	Audiência 13/11/2018	M. Agricultura
T-292/18 Portugal / Comissão	Portugal	Agricultura	Audiência 18/12/2018	M. Agricultura
T-22/17 Portugal / Comissão	Portugal	Agricultura	Audiência 09/07/2018	M. Agricultura
T-298/18 BCP e o. / Comissão	Portugal	Capitais	Pedido de Intervenção 30/08/2018	M. Finanças



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

**4. Ações e Recursos de outros Estados-membros / Instituições da União com intervenção de Portugal
(no Tribunal de Justiça e no Tribunal Geral)**

N.º de processo	Origem	Domínio	Fase Processual	Ministério Setorial
T-682/16 França / Comissão	França	Agricultura	Resposta ao TG 20/02/2018	M. Agricultura

5. Decisões proferidas em relação a processos com origem em processos portugueses (no Tribunal de Justiça)

N.º de processo	Origem	Domínio	Fase Processual	Ministério Setorial
C-640/17 Dos Santos	TAF Coimbra	Fiscalidade	Despacho 17/04/2018	M. Finanças
C-250/17 Tarragó da Silveira	Supremo Tribunal de Justiça	Cooperação judiciária em matéria civil	Acórdão 06/06/2018	M. Justiça
C-102/17 Secretaria Regional de Saúde dos Açores	Tribunal de Contas	Liberdade de estabelecimento	Despacho 25/04/2018	M. Planeamento
C-64/17 Saey Home & Garden	Tribunal da Relação do Porto	Cooperação judiciária em matéria civil	Acórdão 08/03/2018	M. Justiça



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

N.º de processo	Origem	Domínio	Fase Processual	Ministério Setorial
C-8/17 Biosafe Indústria de Reciclagens	Supremo Tribunal de Justiça	Fiscalidade	Acórdão 12/04/2018	M. Finanças
C-672/16 Imofloresmira	Tribunal Arbitral Tributário (CAAD)	Fiscalidade	Acórdão 28/02/2018	M. Finanças
C-525/16 Meo	Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão	Concorrência	Acórdão 19/04/2018	M. Economia
C-629/17 J. Portugal Ramos Vinhos	Supremo Tribunal de Justiça	Propriedade intelectual, industrial e comercial	Acórdão 06/12/2018	M. Agricultura
C-64/16 Associação Sindical dos Juizes Portugueses	Supremo Tribunal Administrativo	Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	Acórdão 27/02/2018	M. Justiça
C-184/18 Patrício Teixeira	Tribunal Central Administrativo Sul	Fiscalidade Livre Circulação de Capitais	Despacho 06/09/2018	M. Finanças
C-672/17 Tratave	Tribunal Arbitral Tributário (CAAD)	Fiscalidade	Acórdão 06/12/12	M. Finanças
C-295/17 MEO	Tribunal Arbitral Tributário (CAAD)	Fiscalidade	Acórdão 22/11/2018	M. Finanças
C-90/17 Turbogás	Tribunal Arbitral Tributário (CAAD)	Energia	Acórdão 27/06/2018	M. Finanças



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

N.º de processo	Origem	Domínio	Fase Processual	Ministério Setorial
C-80/17 Juliana	Supremo Tribunal de Justiça	Livre prestação de serviços	Acórdão 04/09/2018	M. Finanças
C-16/17 TGE Gas Engineering	Tribunal Arbitral Tributário (CAAD)	Fiscalidade	Acórdão 07/08/2018	M. Finanças
T-463/16 Portugal / Comissão	Portugal	Agricultura e Pescas FEOGA	Acórdão 09/11/2018	M. Negócios Estrangeiros IFAP
T-233/17 Portugal / Comissão	Portugal	FEAGA e FEADER	Acórdão 25/09/2018	M. Negócios Estrangeiros IFAP
T-31/17 Portugal / Comissão	Portugal	FEAGA	Acórdão 22/11/2018	M. Negócios Estrangeiros IFAP
T-22/17 Portugal / Comissão	Portugal	FEADER	Acórdão 06/12/2018	M. Negócios Estrangeiros IFAP
T-463/16 Portugal / Comissão	Portugal	FEAGA e FEADER	Acórdão 26/09/2018	M. Negócios Estrangeiros IFAP
T-462/16 Portugal / Comissão	Portugal	FEAGA	Acórdão 09/03/2018	M. Negócios Estrangeiros IFAP
T-251/15 Espírito Santo Financial / BCE	Portugal	Disposições Institucionais Acesso aos documentos	Acórdão 26/04/2015	M. Finanças